



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
RIO GRANDE DO NORTE



# Relatório Anual

# 2025



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
RIO GRANDE DO NORTE



# Relatório Anual



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – TCE-RN**  
**COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025-2026**

**CORPO DELIBERATIVO**

**Presidente**

Carlos Thompson Costa Fernandes

**Vice-presidente**

Antonio Ed Souza Santana

**Presidente da 1ª Câmara**

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

**Presidente da 2ª Câmara**

Renato Costa Dias

**Corregedor**

Antonio Gilberto de Oliveira Jales

**Ouvidor**

Paulo Roberto Chaves Alves

**Diretor da Escola de Contas**

George Montenegro Soares

**CONSELHEIROS-SUBSTITUTOS**

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Ana Paula de Oliveira Gomes

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO  
AO TCE-RN**

**Procurador-Geral**

Luciano Silva Costa Ramos

**Procurador**

Thiago Martins Guterres

**Procurador**

Carlos Roberto Galvão Barros

**Procuradora**

Luciana Ribeiro Campos

**Procurador**

Othon Moreno de Medeiros Alves

**Procurador**

Ricart César Coelho dos Santos

**COMITÊ DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL**

**Secretário Chefe de Gabinete da Presidência**

Anderson Leonardo de Oliveira Brito

**Secretário de Controle Externo**

Marcelo Bergantin Oliveros

**Secretária de Administração**

Marise Magaly Queiroz Rocha

**Consultor-Geral**

Leonardo Medeiros Júnior

**Diretor de Planejamento,**

**Gestão e Governança**

Ricardo Barbosa Villaça

**EQUIPE TÉCNICA DA DIRETORIA DE  
PLANEJAMENTO, GESTÃO E GOVERNANÇA  
(DPG)**

**Diretor**

Ricardo Barbosa Villaça

**Auditor de Controle Externo**

Severiano Duarte Júnior

**Analista de Controle Externo**

Kátia Regina dos Santos Nobre

**Assistente da Diretoria de Planejamento,**

**Gestão e Governança**

Bruno Macedo Ribeiro

**Equipe de design**

Larissa de Freitas Fontes

Radigja Vitória de Macêdo Dias

## SUMÁRIO

Apresentação	11
1 Sobre o TCE-RN	14
1.1 Das Competências	14
1.2 Da Jurisdição	15
1.3 Da Composição	16
1.4 Da Estrutura e Organograma (Resumido)	16
1.5 Da Identidade Institucional	20
1.6 Do Mapa Estratégico	20
1.7 RESOLUÇÕES EXPEDIDAS EM 2025	22
2. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS SUPERIORES	27
2.1 Diretoria da Escola de Contas (ESCOLA)	27
2.2 Diretoria da Ouvidoria (OUVID)	52
2.3 DIRETORIA DA CORREGEDORIA (CORREG)	66
3 ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL	79
3.1 Diretoria das Sessões (DSESS)	79
3.2 Consultoria Jurídica (CONJU)	83
3.3 Controladoria Interna (CONTROL)	88
3.4 Diretoria de Planejamento, Gestão e Governança (DPG)	92
3.5 Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	101
3.6 Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)	114
3.7 Núcleo de Relações Públicas e Institucionais (NRPI)	124
3.8 Diretoria de Comunicação (DCOM)	130
4 ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	138
4.1 Secretaria de Controle Externo (SECEX)	138
4.2 Diretoria de Controle de Contas de Governo e Gestão Fiscal (DCC)	151
4.3 Diretoria de Controle de Contas de Gestão e Execução da Despesa Pública (DCD)	161
4.4 Diretoria de Controle de Infraestrutura e Meio Ambiente (DIA)	168
4.5 Diretoria de Controle de Pessoal e Previdência (DCP)	172
4.6 Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas (DPP)	176
4.7 Diretoria de Registro de Atos de Pessoal (DAP)	184
4.8 Diretoria de Instrução Processual e Controle de Decisões (DIP)	191
4.9 Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIC)	197
4.10 Diretoria de Recursos e Finanças (DRF)	208
4.11 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	215
4.12 Diretoria de Expediente (DE)	220
5 TCE EM NÚMEROS	228

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação das Resoluções expedidas pelo TCE-RN em 2025	22
Tabela 2: Atividades Realizadas – ano-base 2025	28
Tabela 3: Execução do PAC 2024/2025	29
Tabela 4: Servidores, jurisdicionados e sociedade	30
Tabela 5: Modalidades de capacitação 2024/2025	34
Tabela 6: Encontros Regionais 2024/2025	35
Tabela 7: Selo de qualidade em transparência pública	36
Tabela 8: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	39
Tabela 9: Objetivo Estratégico: Fortalecer o desempenho gerencial da área de governança	41
Tabela 10: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	44
Tabela 11: Quantitativo de servidores e estagiários na unidade	65
Tabela 12: Eixo Administrativo – ano base 2025	67
Tabela 13: Eixo Finalístico - Acompanhamento da Regularidade dos Serviços – ano base 2025	68
Tabela 14: Eixo Finalístico - Atuação Disciplinar - ano base 2025	69
Tabela 15: Eixo Gestão da Ética - ano base 2025	70
Tabela 16: Eixo Atuação em Rede - ano base 2025	71
Tabela 17: Informações Produzidas no Período - ano base 2025	72
Tabela 18: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	72
Tabela 19: Projetos e Ações Estratégicas – ano base 2025	73
Tabela 20: Resultados e Indicadores – ano base 2025	73
Tabela 21: Principais Atividades Realizadas – ano-base 2025	80
Tabela 22: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	80
Tabela 23: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	81
Tabela 24: Atividades Realizadas – ano-base 2025	84
Tabela 25: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	84
Tabela 26: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	85
Tabela 27: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	85
Tabela 28: Atividades Realizadas – ano-base 2025	89
Tabela 29: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	89
Tabela 30: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	90
Tabela 31: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	90
Tabela 32: Atividades Realizadas – ano-base 2025	93
Tabela 33: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	95
Tabela 34: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	97
Tabela 35: Atividades Realizadas – ano-base 2025	101
Tabela 36: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	105
Tabela 37: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	106
Tabela 38: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	107
Tabela 39: Atividades Realizadas – ano-base 2025	114
Tabela 40: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	117
Tabela 41: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	119
Tabela 42: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	120
Tabela 43: Atividades Realizadas – ano-base 2025	125
Tabela 44: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	126
Tabela 45: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	126
Tabela 46: Resultados do Plano de Ações Estratégicas (PAE)	128
Tabela 47: Atividades Realizadas – ano-base 2025	131
Tabela 48: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	132
Tabela 49: redes sociais	133
Tabela 50: crescimento das publicações	134
Tabela 51: matérias positivas sobre o TCE-RN	134
Tabela 52: Atividades Realizadas – ano-base 2025	138
Tabela 53: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	139

## LISTA DE TABELAS

Tabela 54: Atividades Realizadas – ano-base 2025	141
Tabela 55: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	142
Tabela 56: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	142
Tabela 57: Atividades Realizadas – ano-base 2025	145
Tabela 58: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	146
Tabela 59: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	147
Tabela 60: Atividades Realizadas – ano-base 2025	152
Tabela 61: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	153
Tabela 62: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	154
Tabela 63: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	155
Tabela 64: Resumo da Movimentação de Processos e Documentos no exercício de 2025	162
Tabela 65: Auditorias Realizadas no Período	162
Tabela 66: Fiscalizações Temáticas Realizadas no Período	163
Tabela 67: Atuação Concomitante Realizadas no Período	164
Tabela 68: Resultados do Plano de Ações Estratégicas (PAE)	165
Tabela 69: Atividades Realizadas – ano-base 2025	169
Tabela 70: Projetos e Iniciativas Especiais – ano-base 2025	170
Tabela 71: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	170
Tabela 72: Atividades Realizadas – ano-base 2025	172
Tabela 72: Atividades Realizadas – ano-base 2025	173
Tabela 74: cursos e eventos	175
Tabela 75: Atividades Realizadas – ano-base 2025	177
Tabela 76: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	178
Tabela 77: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	179
Tabela 78: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	180
Tabela 79: Atividades Realizadas – ano-base 2025	184
Tabela 80: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	186
Tabela 81: Atividades Realizadas – ano-base 2025	191
Tabela 82: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	192
Tabela 83: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	193
Tabela 84: Atividades Realizadas – ano-base 2025.	199
Tabela 85: Portfólio de Projetos no período.	202
Tabela 86: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	203
Tabela 87: Resultado Orçamentário, Financeiro e Patrimonial no Período	209
Tabela 88: Resultado Orçamentário, Financeiro e Patrimonial (Resumo) no Período	210
Tabela 89: Recursos Orçamentários e Financeiros	210
Tabela 90: Recursos Orçamentários e Financeiros (Resumo)	210
Tabela 91: Execução Orçamentária por Elemento de Despesa(R\$)	211
Tabela 92: Arrecadação de Receitas Próprias (R\$)	213
Tabela 93: Resultados do Plano de Ações Estratégicas (PAE)	214
Tabela 94: Atividades Realizadas – ano-base 2025	216
Tabela 95: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	217
Tabela 96: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	217
Tabela 97: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	218
Tabela 98: Atividades Realizadas – ano-base 2025	220
Tabela 99: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025	221
Tabela 100: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025	222
Tabela 101: Resultados e Indicadores – ano-base 2025	223
Tabela 102: Principais Resultados do TCE-RN no Período	228

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: capacitações	31
Gráfico 2: Certificados	31
Gráfico 3: Carga horária	31
Gráfico 4: Percentual Executado do PAC em 2024	32
Gráfico 5: Percentual Executado do PAC em 2025	32
Gráfico 6: Horas anuais de capacitação para o público interno do TCE/RN	33
Gráfico 7: Capacitações ofertadas com docentes do TCE/RN em 2024 e 2025	33
Gráfico 8: requerimentos recebidos, diligenciados e homologados	38
Gráfico 9 Quantidade de Manifestações Recebidas e Respondidas pela Ouvidoria em 2025	61
Gráfico 10 Quantidade de Manifestações (por Tipo) Recebidas e Respondidas em 2025	62
Gráfico 11. Tempo Mínimo, Médio e Máximo de Atendimento e de Permanência das Manifestações em 2025	62
Gráfico 12. Evolução do Tempo Médio de Atendimento da Ouvidoria, por mês, em 2025	63
Gráfico 13. Tempos Médios de Atendimento e de Permanência das Manifestações – Período 2020-2025	63
Gráfico 14: Tempo Médio de Atendimento por Tipo de Manifestação em 2025	64
Gráfico 15: Tempo Médio de Permanência por Tipo de Manifestação em 2025	64
Gráfico 16: Índice de Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria, no Sistema Fala.BR em 2025	65

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma Simplificado e Lista de Siglas das Unidades do TCE-RN	17
Figura 2: Identidade Institucional do TCE-RN	20
Figura 3: Mapa Estratégico do TCE-RN, 2023-2030	21
Figura 4: Organograma da Diretoria de Recursos e Finanças (DRF)	208

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Encontros Regionais	34
Imagem 2:Encontros Regionais	34
Imagem 3: Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP)	35
Imagem 4: Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP)	36
Imagem 5: PROJURIS	37
Imagem 6: Início de mandato	40
Imagem 7: Polos Regionais 2024/2025	40
Imagem 8:Oficinas nos Encontros Regionais	45
Imagem 9: Capacitações	46
Imagem 10: Capacitações	46
Imagem 11:Parcerias	47
Imagem 12: EDUCONTAS	49
Imagem 13: IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	50
Imagem 14: Cursos e eventos	86
Imagem 15: Cursos e eventos	87
Imagem 16: Cursos e eventos	87
Imagem 17: Cursos e eventos	87
Imagem 18: participação em curso e eventos	91
Imagem 19: Posse do Prefeito do município de Natal	109
Imagem 20: Ouvidoria Day – COJE - Natal/RN	109
Imagem 21: Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo I – Assu/RN	110
Imagem 22:Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo II – João Câmara/RN	110
Imagem 23:Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo III – Mossoró /RN	110
Imagem 24: Corregedoria Day – Auditório TCERN - Natal/RN	111
Imagem 25:Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo IV – Caicó/RN	111
Imagem 26:Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo V – Pau dos Ferros/RN	111
Imagem 27: Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo VI – Natal/RN	112
Imagem 28: Processo Seletivo de Estágio de Pós Graduação para o TCERN - Natal/RN	112
Imagem 29: 24ª edição do projeto Sexta de Contas – CEMURE - Natal/RN	112
Imagem 30: Consumo Consciente	115
Imagem 31: Dia da Árvore	115
Imagem 32: Dia da Água 1	115
Imagem 33: Dia da Água 2	116
Imagem 34: Feira de Artesanato	116
Imagem 35: Dia do Meio Ambiente	116
Imagem 36: Relatório 2024-1	117
Imagem 37: Relatório 2024-2	117
Imagem 38: IASA	118
Imagem 39: Visita ALRN e IFRN	118
Imagem 40: Palestra LabTCs	122
Imagem 41: Palestra ALRN/IFRN	122
Imagem 42: V Conferência Nacional do Meio Ambiente	123
Imagem 43: Palestra V Conferência Nacional do Meio Ambiente	123
Imagem 44: fotos eventos	125
Imagem 45: projetos e iniciativas especiais	126
Imagem 46:cursos e eventos	129
Imagem 47: quantificação de benefícios	149
Imagem 48: inscrição	150
Imagem 49: certificado	150
Imagem 50: Dimensões de análise segundo a NBASP 9020.	176
Imagem 51: LabTCs	188
Imagem 52: CONACON	188
Imagem 53: Encontro de Orientações e Boas Práticas na Área de Pessoal	189

Imagem 54: ANOPREV	189
Imagem 55: ANOPREV	190
Imagem 56: ABIPEM	190
Imagem 57: CITC	190
Imagem 58: Curso de Contratação de Soluções de TI	205
Imagem 59: ENASTIC	205
Imagem 60: DevOpsDay 2025	206
Imagem 61: Encontro da Rede de Secretários de Tecnologia da Informação	206

## Apresentação

Ao encerrar o exercício de 2025, apresento a essa Casa Legislativa o Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, documento que consolida, de forma integrada, as ações, decisões e resultados construídos ao longo de todo o ano, em continuidade às prestações de contas trimestrais anteriormente encaminhadas por esta Corte.

Este relatório, que reúne e sistematiza o trabalho desenvolvido no período, traduz o fechamento de um ciclo institucional marcado pela responsabilidade, diálogo republicano e compromisso com a boa governança, ao mesmo tempo em que cumpre o dever constitucional de informar, com transparência e clareza, os representantes do povo potiguar e a sociedade sobre a atuação do Tribunal de Contas.

O ano de 2025 deu sequência a um processo de consolidação institucional pautado pelo equilíbrio entre rigor técnico, orientação aos gestores e modernização administrativa. Mantivemos uma atuação firme no exercício das competências constitucionais do Tribunal, com o julgamento de processos relevantes, o fortalecimento do controle preventivo, o acompanhamento das políticas públicas e a ampliação das ações de caráter pedagógico, sempre com foco na melhoria dos serviços públicos.

Nesse percurso, alguns marcos merecem destaque especial. O lançamento do concurso público, já em dezembro de 2025, simboliza uma decisão estratégica que dialoga com o futuro da instituição. Investir na recomposição e no fortalecimento do quadro de servidores é reconhecer que a qualidade do controle externo passa, necessariamente, pela valorização das pessoas e pela renovação responsável da capacidade técnica do Tribunal.

Também demos continuidade aos investimentos estruturantes em tecnologia da informação, aprofundando uma agenda que já vinha sendo construída nos períodos anteriores. Em 2025, avançamos de forma significativa na adoção de soluções tecnológicas e no uso estratégico de dados, com destaque para iniciativas voltadas à aplicação responsável da inteligência artificial no controle externo e na gestão interna. Essas ferramentas têm sido incorporadas com cautela, critério técnico e observância rigorosa aos princípios da legalidade, da ética e da segurança da informação.

Como parte desse movimento de modernização, a reestruturação organizacional do Tribunal representou um passo decisivo, com a criação da Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIC). A nova unidade consolida a governança tecnológica como eixo estratégico da instituição, assegurando maior integração, planejamento e alinhamento da área de tecnologia da informação aos objetivos institucionais. É um passo que se alinha às demandas atuais e que prepara o Tribunal para os desafios futuros do controle externo, cada vez mais orientado por inovação e eficiência.

No campo do planejamento, da governança e da gestão por resultados, 2025 foi um ano de amadurecimento institucional. Avançamos na consolidação de metodologias, no uso de indicadores, no monitoramento de ações estratégicas e no fortalecimento de uma cultura organizacional orientada à entrega de resultados concretos à sociedade.

Registro, com especial apreço, agradecimento à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte — extensivo ao seu Presidente, deputado Ezequiel Ferreira de Souza, e aos demais parlamentares — pela relação institucional respeitosa, colaborativa e pautada pelo diálogo, que tem contribuído para o fortalecimento das instituições e para a harmonia entre os Poderes.

Também expresso meu reconhecimento aos Conselheiros, Conselheiros Substitutos, membros do Ministério Público de Contas, servidores e colaboradores do TCE-RN. O trabalho sério, técnico e comprometido de cada um tem sido essencial para que o Tribunal siga cumprindo, com responsabilidade, equilíbrio e sensibilidade social, o seu papel constitucional em defesa do interesse público e da boa gestão dos recursos públicos.

**Carlos Thompson Costa Fernandes**  
Conselheiro-Presidente  
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte



# 1

Sobre

o TCE - RN

## 1 Sobre o TCE-RN

### 1.1 Das Competências

O Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte é um órgão de controle externo, cujas competências estão definidas no art. 53, da Constituição Estadual de 1989, e na Lei Complementar Estadual 464/2012 (Lei Orgânica do TCE-RN). Entre essas competências destacam-se as seguintes:

- a) Apresentar Parecer Prévio das contas do chefe do Poder Executivo Estadual e Municipal (art. 53, I, da CE/1989);
- b) Realizar o julgamento das contas dos administradores dos três Poderes do Estado e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e demais sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário (art. 53, II, da CE/1989);
- c) Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, ressalvadas aquelas para cargo em comissão, assim como a concessão de aposentadorias, reformas e pensões (art. 53, III, da CE/1989);
- d) Realizar inspeções e auditorias de natureza financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas (direta e indireta) dos três Poderes, inclusive das fundações, empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e demais sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público (art. 53, IV, da CE/1989);
- e) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado a Município e a instituições públicas ou privadas (art. 53, V, da CE/1989);
- f) Prestar informações solicitadas pela Assembleia Legislativa sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas (art. 53, VI, da CE/1989);

g) Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, sugerindo, se for o caso, intervenção em Município (art. 53, XI, da CE/1989).

Além dessas principais competências constitucionais, merecem destaque algumas outras dispostas na Lei Orgânica do TCE:

- a) Suspender, cautelarmente, a execução de ato ou procedimento, diante da iminência de lesão grave e de difícil reparação ao patrimônio público, ou determinação da sua suspensão, no caso de contrato (art. 1º, X, LCE 464/2012);
- b) Apurar e decidir sobre representação apresentada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e denúncias (art. 1º, XII, LCE 464/2012);
- c) Solucionar consulta formulada por órgão ou entidade sujeita à sua jurisdição sobre a interpretação de lei ou regulamento em matéria abrangida pelo controle externo, tendo a decisão caráter normativo, como prejudgamento da tese e não do fato ou caso concreto (art. 1º, XIII, LCE 464/2012);
- d) Determinar tomada de contas especial (art. 1º, XV, LCE 464/2012);
- e) Fiscalizar os procedimentos licitatórios e contratos, incluindo os de gestão, parceria público-privada, termos de parceria ou instrumentos congêneres, convênios, ajustes ou termos, envolvendo concessões, cessões, doações, autorizações e permissões de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, de responsabilidade do Estado ou Município, por qualquer dos seus órgãos ou entidades da administração direta ou indireta (art. 1º, XVI, LCE 464/2012);
- f) Fiscalizar as contas de consórcios públicos, de empresas cujo capital social o Estado ou Município participe, de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo (art. 1º, XVIII, LCE 464/2012);

g) Fiscalizar o cumprimento das normas específicas relativas à responsabilidade na gestão fiscal (art. 1º, XIX, LCE 464/2012);

h) Fiscalizar a arrecadação da receita do Estado e dos Municípios, bem como de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, dos fundos e demais instituições sujeitas à sua jurisdição, verificando quanto à presteza e eficácia, a cobrança da dívida ativa e a renúncia de receitas (art. 1º, XX, LCE 464/2012);

i) Resolver sobre a renúncia de receita (art. 1º, XXIII, c, LCE 464/2012).

## 1.2 Da Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado, com sede na Capital, tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência que, nos termos da sua Lei Orgânica, são as seguintes (art. 3º, da LCE nº464/2012):

I – qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que receba, arrecade, guarde, gere, administre, utilize ou aplique, em virtude de autorização legal, regulamentar ou decorrente de contrato, convênio, acordo ou ajuste, dinheiros, bens ou valores do Estado ou do Município, ou pelos quais um ou outro responda ou em cujo nome assuma obrigações pecuniárias;

II – aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

III – os ordenadores de despesa em geral;

IV – os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassa - dos pelo Estado ou por Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;

V – os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o

limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV do art. 5º da Constituição Federal;

VI – os servidores estaduais e municipais que recebam dinheiro a título de suprimentos de fundos, ou forma equivalente;

VII – qualquer pessoa ou entidade que receba recursos dos cofres públicos para a execução de serviços públicos estaduais ou municipais;

VIII – os representantes do Poder Público nas empresas estatais e sociedades anônimas de cujo capital o Estado ou Município participe, solidaria - mente com os membros dos Conselhos de Administração e Fiscais, pela prática de atos de gestão ruínosa ou de liberalidade indevida à custa dos recursos sociais;

IX – os responsáveis por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado que receba contribuições parafiscais e preste serviço de interesse público ou social;

X – os dirigentes ou liquidantes de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, provisória ou permanente - mente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;

XI – os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado ou de Município; e

XII – todos quantos lhe devam prestar contas ou estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição legal ou pela natureza dos recursos, bens e valores públicos envolvidos.

### 1.3 Da Composição

O TCE-RN é composto por 07 Conselheiros escolhidos na forma prevista na Constituição Estadual (art. 56, § 1º e 2º) e na sua Lei Orgânica (art. 19, § 1º)

Art. 19.  
[...]

§ 1º. Os Conselheiros do Tribunal serão escolhidos, nos termos da Constituição Estadual:

I – três pelo Governador do Estado, sendo um de livre escolha e dois, alternadamente, dentre Auditores e Membros do Ministério Público junto ao Tribunal, mediante lista tríplice organizada pelo Tribunal, observados os critérios de antiguidade e merecimento, e encaminhada ao Chefe do Poder Executivo, precedida, a nomeação, de arguição pública pela Assembleia Legislativa, que deliberará por voto secreto; e

II – quatro pela Assembleia Legislativa.

§ 2º Providas as sete vagas que se abrirem no Tribunal de Contas do Estado, a partir da vigência da Constituição Estadual, as vagas que se derem em seguida serão providas ou pela Assembleia Legislativa, ou pelo Governador do Estado, conforme tenha sido investido o Conselheiro a ser substituído.

São requisitos para a posse:

- a) Ter mais de trinta e cinco e menos de setenta anos;
- b) Idoneidade moral e reputação ilibada;
- c) Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e
- d) Contar com mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos já mencionados no item anterior.

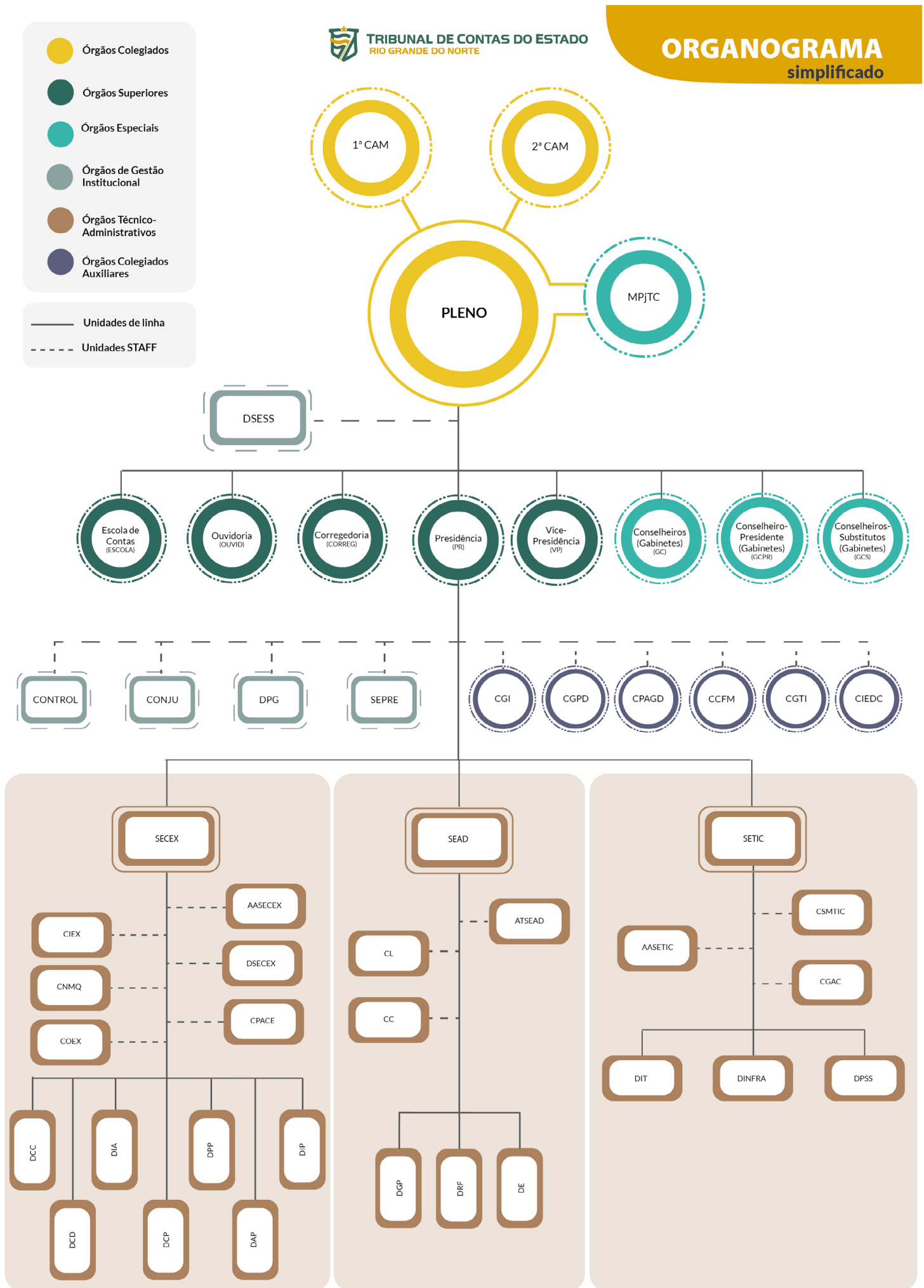
### 1.4 Da Estrutura e Organograma (Resumido)

Os órgãos que integram o TCE-RN estão dispostos no artigo 8º da sua Lei Orgânica e são os seguintes:

- a) Pleno;
- b) Câmaras;
- c) Presidência;
- d) Vice-Presidência;
- e) Corregedoria;
- f) Escola de Contas;
- g) Ouvidoria;
- h) Conselheiros;
- i) Conselheiro substituto;
- j) Ministério Público junto ao Tribunal; e
- k) Serviços Técnicos e Administrativos.

Apresenta-se, a seguir, o organograma simplificado do TCE-RN:

Figura 1: Organograma Simplificado e Lista de Siglas das Unidades do TCE-RN



**Órgãos Colegiados:**

Pleno	Tribunal Pleno
1ª CAM	Primeira Câmara
2ª CAM	Segunda Câmara

**Órgãos Superiores:**

ESCOLA	Diretoria da Escola de Contas
OUVID	Diretoria da Ouvidoria
CORREG	Diretoria da Corregedoria
PR	Presidência
VP	Vice-Presidência

**Órgãos Especiais:**

MPjTC	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
GC	Gabinetes dos Conselheiros
GCPR	Gabinete do Conselheiro-Presidente
GCS	Gabinetes dos Conselheiros-Substitutos

**Órgãos de Gestão Institucional:**

DSESS	Diretoria das Sessões
CONTROL	Controladoria Interna
CONJU	Consultoria Jurídica
DPG	Diretoria de Planejamento, Gestão e Governança
SEPRE	Secretaria da Presidência

**Órgãos Técnico-Administrativos:**

SECEX	Secretaria de Controle Externo
AASECEX	Assessoria Administrativa
DSECEX	Diretoria da Secretaria de Controle Externo
CPACE	Coordenadoria de Planejamento e Acompanhamento para o Controle Externo
CIEX	Coordenadoria de Informações Estratégicas e Inteligência para o Controle Externo
CNMQ	Coordenadoria de Normas, Métodos e Qualidade para o Controle Externo
COEX	Coordenadoria de Soluções Tecnológicas para o Controle Externo
DCC	Diretoria de Controle de Contas de Governo e Gestão Fiscal
DCD	Diretoria de Controle de Contas de Gestão e Execução da Despesa Pública
DIA	Diretoria de Controle de Infraestrutura e Meio Ambiente
DCP	Diretoria de Controle de Pessoal e Previdência
DPP	Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas
DAP	Diretoria de Registro de Atos de Pessoal
DIP	Diretoria de Instrução Processual e Controle de Decisões
SEAD	Secretaria de Administração
ATSEAD	Assessoria Técnico-Administrativa da SEAD
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DRF	Diretoria de Recursos e Finanças
DE	Diretoria de Expediente
SETIC	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

AASETIC	Assessoria Administrativa da SETIC
CSMTIC	Coordenadoria de Suporte e Manutenção de TIC
CGAC	Coordenadoria de Governança, Aquisições e Contratos de TIC
DIT	Diretoria de Inovação Tecnológica
DINFRA	Diretoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação
DPSS	Diretoria de Projetos e Sustentação de Sistemas

### Órgãos Colegiados Auxiliares (Comitês e Comissões Permanentes):

CGI	Comitê de Governança Institucional
CGPD	Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados
CPAGD	Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental
CCFM	Comissão de Criação e Funcionamento do Memorial do TCE-RN
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
CIEDC	Comitê Técnico de Equidade, Diversidade e Cidadania

Fonte: Elaborado pela DPG

## 1.5 Da Identidade Institucional

A **identidade institucional** é a expressão que confere personalidade e traduz o que se considera ideal para a instituição e é representada pela sua missão, visão e valores:

Figura 2: Identidade Institucional do TCE-RN

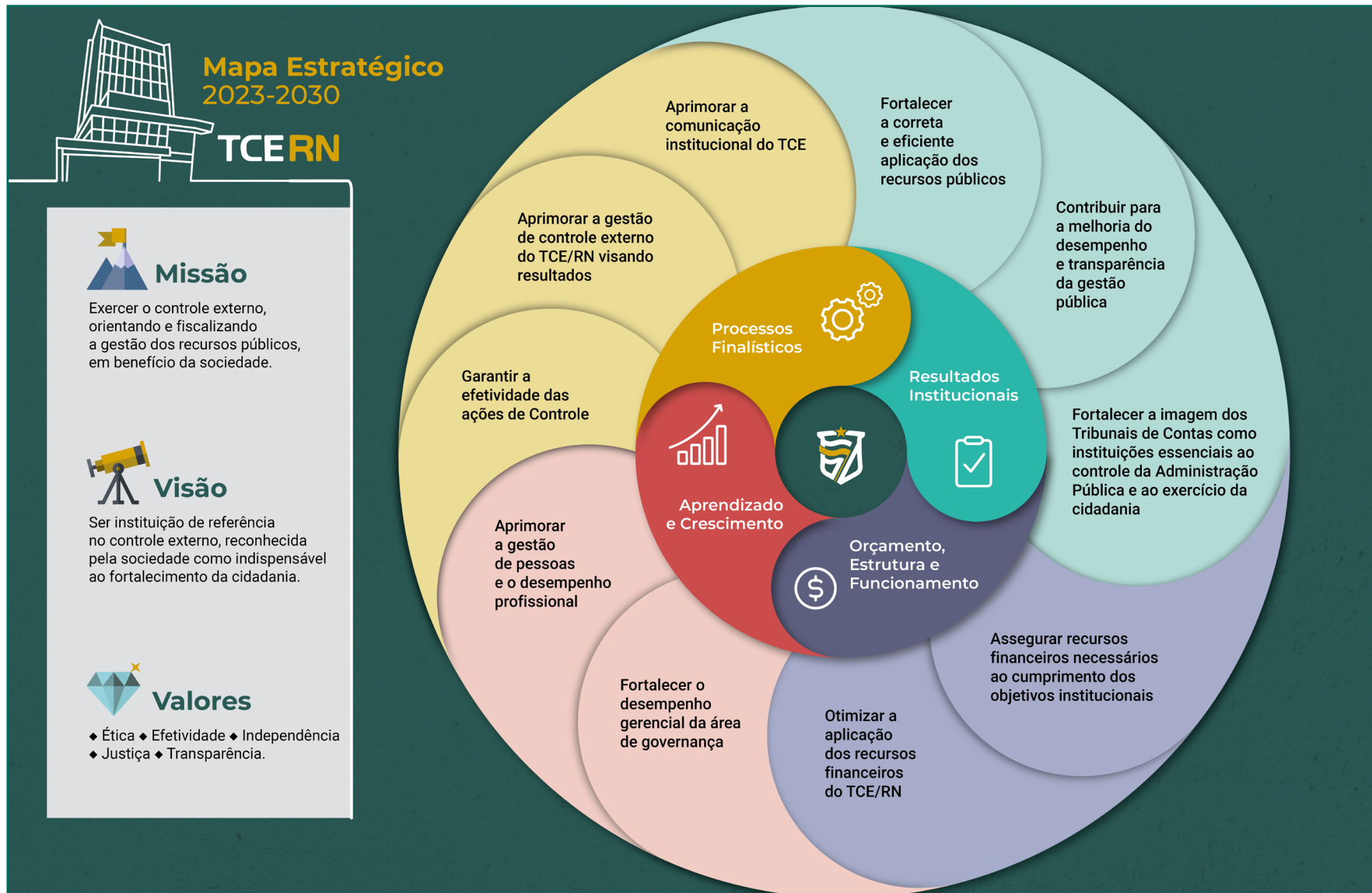


Fonte: Elaborado pela DPG, a partir do Plano Estratégico 2023-2030

## 1.6 Do Mapa Estratégico

O Plano Estratégico do TCE-RN em vigor (período 2023-2030) resultou na elaboração do mapa a seguir, contendo 10 (dez) objetivos estratégicos. Assim, os projetos, atividades e ações do período são voltados para alcançar esses objetivos:

Figura 3: Mapa Estratégico do TCE-RN, 2023-2030



Fonte: Elaborado pela DPG, a partir do Plano Estratégico 2023-2030

## RESULTADOS DO ANO 2025

### 1.7 RESOLUÇÕES EXPEDIDAS EM 2025

O artigo 7º da Lei Orgânica do TCE-RN (Lei nº 464/2012, alterada pela Lei nº 531/2015), dispõe que:

Art. 7º Ao Tribunal é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

[...]

XIX - expedir resoluções e instruções regulamentares sobre matérias de sua competência;

[...]

Assim, no exercício da sua competência, o TCE-RN expediu, durante o ano de 2025, Quarenta resoluções, conforme quadro abaixo:

Tabela 1: Relação das Resoluções expedidas pelo TCE-RN em 2025

RESOLUÇÃO	ASSUNTO
RESOLUÇÃO Nº 001/2025	(Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte aprovado pela Resolução nº 009/2012-TCE, para acrescentar o inciso V ao seu art. 442-A, e alterar as redações do inciso IV e do § 1º do referido dispositivo regimental, com vistas a estabelecer critério complementar para definição dos processos do Pleno que deverão compor a relatoria do Conselheiro cujo mandato de Presidente se encerrou em 31 de dezembro de 2024.)
RESOLUÇÃO Nº 002/2025	(Acrescenta o art. 18-A à Resolução nº 34, de 03 de novembro de 2016, bem como os arts. 25-J e 25-K à Resolução nº 23, de 03 de dezembro de 2020.)
RESOLUÇÃO Nº 003/2025	(Dispõe sobre os procedimentos de remessa, exame, apreciação e registro dos atos de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva remunerada e pensão pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, e institui o Sistema de Auditoria Informatizada em Atos de Pessoal – Módulo Concessões de Benefícios Previdenciários (SIAI-AP Concessões).)
RESOLUÇÃO Nº 004/2025	(Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte para o exercício de 2025.)
RESOLUÇÃO Nº 005/2025	(Altera a Resolução nº 10/2017-TCE, de 04 de maio de 2017, que regulamenta a acumulação de férias dos Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências, e a Resolução nº 11/2017-TCE, de 04 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e procedimentos para a concessão, programação, indenização e pagamento do adicional de férias dos servidores ocupantes de cargo efetivo e de provimento em comissão, integrantes do quadro de pessoal, e dos servidores cedidos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.)
RESOLUÇÃO Nº 006/2025	(Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.)
RESOLUÇÃO Nº 007/2025	(Dispõe sobre o funcionamento do Plenário Virtual no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.)

RESOLUÇÃO Nº 009/2025	(Acrescenta o art. 28-B à Resolução nº 012/2016-TCE, de 14 de junho de 2016.)
RESOLUÇÃO Nº 010/2025	(Altera o caput, do art. 47, e os §§ 1º e 2º, do art. 60, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado, aprovado pela Resolução nº 009/2012-TCE, de 19 de abril de 2012.)
RESOLUÇÃO Nº 011/2025	(Dispõe sobre a aprovação do Anteprojeto de Lei Complementar que trata do reajuste da remuneração dos servidores do Quadro Geral de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.)
RESOLUÇÃO Nº 012/2025	(Regulamenta as modalidades de trabalho no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCERN) e dá outras providências.)
RESOLUÇÃO Nº 013/2025	(Institui o Regimento Interno da Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.)
RESOLUÇÃO Nº 014/2025	(Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 027/2021-TCE, que institui a sistemática de identificação, avaliação e registro dos benefícios das ações de controle externo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.)
RESOLUÇÃO Nº 015/2025	(Dispõe sobre o sistema de planejamento e gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, estabelece recomendações sobre a equipe de transição e dá outras providências.)
RESOLUÇÃO Nº 016/2025	(Institui o Regulamento da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.)
RESOLUÇÃO Nº 017/2025	(Altera o art. 19 da Resolução nº 010/2016-TCE, de 02 de junho de 2016, e seu Anexo Único, bem como acresce o art. 1º-A à Resolução nº 020/2024-TCE, de 23 de julho de 2024, e altera seu Anexo Único.)
RESOLUÇÃO Nº 018/2025	(Altera a Resolução nº 009/2009-TCE - Diário Oficial Eletrônico)
RESOLUÇÃO Nº 019/2025	(Institui, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, a Solução Técnica Consensual, visando promover o consensualismo, a autocomposição, a mediação, a eficiência e o pluralismo na solução de temas controvertidos relacionados à administração pública e ao controle externo, e dá outras providências.)
RESOLUÇÃO Nº 020/2025	(Aprova anteprojeto de Lei Complementar para propor alterações na Lei Complementar Estadual nº 185, de 27 de dezembro de 2000, e na Lei Complementar Estadual nº 757, de 10 de junho de 2024.)
RESOLUÇÃO Nº 021/2025	(Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte para o exercício de 2025.)
RESOLUÇÃO Nº 022/2025	(Aprova Emenda Aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 22/2025, de 26 de agosto de 2025, em que se propõem alterações na Lei Complementar Estadual nº 185, de 27 de dezembro de 2000, e na Lei Complementar Estadual nº 757, de 10 de junho de 2024.)
RESOLUÇÃO Nº 023/2025	(Dispõe sobre a implantação do Plano de Contratação Anual no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e estabelece diretrizes para sua elaboração e execução.)

RESOLUÇÃO Nº 024/2025	(Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte para o exercício de 2025.)
RESOLUÇÃO Nº 025/2025	(Dispõe sobre a regulamentação das comunicações eletrônicas de atos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.)
RESOLUÇÃO Nº 026/2025	(Dispõe sobre a substituição das sessões híbridas do Pleno e das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte por sessões em formato exclusivamente telepresencial, em caráter excepcional e temporário, enquanto perdurar a reforma do andar térreo do prédio-sede do Tribunal, e dá outras providências.)
RESOLUÇÃO Nº 027/2025	(Dispõe sobre o acompanhamento da etapa de planejamento dos projetos referentes a desestatizações e dá outras providências.)
RESOLUÇÃO Nº 028/2025	(Altera a Resolução nº 003/2025 – TCE, que dispõe sobre os procedimentos de remessa, exame, apreciação e registro dos atos de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva remunerada e pensão, pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, e institui o Sistema de Auditoria Informatizada em Atos de Pessoal – Módulo Concessões de Benefícios Previdenciários (SIAI-AP Concessões).)
RESOLUÇÃO Nº 029/2025	(Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 027/2021 – TCE, a fim de viabilizar o aperfeiçoamento do Sistema de Quantificação de Benefícios das Ações de Controle Externo (SisBenefícios), a consolidação dos resultados decorrentes das ações de controle externo e a elaboração de relatórios para a divulgação das atividades finalísticas do Tribunal de Contas.)
RESOLUÇÃO Nº 030/2025	(Regulamenta o Sistema de Controle Interno e a atuação da Controladoria Interna – CONTROL do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN).)
RESOLUÇÃO Nº 031/2025	(Dispõe sobre a regulamentação do art. 5º, §3º, da Lei Complementar Estadual nº 185/2000, estabelecendo a distribuição do quantitativo de cargos de Auditor de Controle Externo (ACE) por área de habilitação profissional, no Quadro Geral de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.)
RESOLUÇÃO Nº 032/2025	(Altera a Resolução nº 004/2003–TCE, que institui a “Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz”).
RESOLUÇÃO Nº 033/2025	(Promove alterações na estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.)
RESOLUÇÃO Nº 034/2025	(Dispõe sobre a fiscalização e o acompanhamento da execução de emendas parlamentares estaduais e municipais e estabelece normas para assegurar a transparência, a rastreabilidade e a conformidade constitucional dessas transferências.)
RESOLUÇÃO Nº 035/2025	(Dispõe sobre a regulamentação do art. 5º, §§ 5º e 6º, da Lei Complementar Estadual nº 185/2000, estabelecendo a distribuição do quantitativo de cargos de Analista Administrativo – Tecnologia da Informação (TI) por subárea de atuação, no Quadro Geral de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.)
RESOLUÇÃO Nº 036/2025	(Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte para o exercício de 2025.)

RESOLUÇÃO Nº 037/2025	(Altera as Resoluções nºs 38/2024-TC, de 27 de novembro de 2024 e 043/2024-TC, de 18 de dezembro de 2024, para adequar aos termos da Lei Complementar Estadual nº 796/2025, de 31 de outubro de 2025, no tocante à alteração da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.)
RESOLUÇÃO Nº 038/2025	(Altera a Resolução nº 042/2024-TCE, de 18 de dezembro de 2024, para criar a Coordenadoria de Fiscalização de Receita Pública no âmbito da Diretoria de Controle de Contas de Gestão e Execução da Despesa Pública, e adequar a estrutura da Secretaria de Controle Externo à Lei Complementar Estadual nº 796, de 31 de outubro de 2025.)
RESOLUÇÃO Nº 039/2025	(Estabelece o regulamento da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.)
RESOLUÇÃO Nº 040/2025	(Altera a Resolução nº 007/2025-TC, que dispõe sobre o funcionamento do Plenário Virtual no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.)

Fonte: <http://www.tce.rn.gov.br/Legislacao/ResolucoesTce>, 2025



2

# Atividades dos Órgãos Superiores

## 2. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS SUPERIORES

No agrupamento aqui adotado, os órgãos superiores são aqueles que possuem um papel de liderança, coordenação e supervisão dentro da estrutura organizacional do Tribunal, sendo dirigidos por conselheiros. Eles são responsáveis por funções estratégicas e de gestão, assegurando a integridade, eficiência e eficácia das atividades do Tribunal. Incluem as seguintes unidades, cada uma contribuindo, na sua área de atuação, para o cumprimento da missão institucional do Tribunal:

### 2.1 Diretoria da Escola de Contas (ESCOLA)

A Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira - ECPSLO do TCE/RN foi criada através da Lei Complementar nº. 258, de 2 de dezembro de 2003 e tem como objetivo contribuir para uma maior efetividade dos serviços públicos prestados e, conseqüentemente, do próprio exercício da atividade de controle externo.

Sua missão é promover a capacitação e o desenvolvimento dos seus servidores e jurisdicionados visando à melhor gestão e aplicação dos recursos públicos, em benefício da sociedade norte-rio-grandense. E como visão, ser referência quanto ao desenvolvimento e à capacitação de pessoas, no âmbito da atuação constitucional do TCE/RN, contribuindo para a elevação do nível de qualidade e o compromisso social da administração pública no Estado.

Neste contexto a Escola de Contas vem apresentar os principais resultados alcançados no exercício de 2025.

#### 2.1.1 Atividades Realizadas

Inicialmente, ressaltamos abaixo as principais atividades realizadas pela Escola de Contas e Biblioteca no período, com diversas atividades contínuas, ou seja, que fazem parte do dia a dia dos setores, outras atividades em execução, relacionadas, sobretudo, a projetos em andamento, e ainda, algumas atividades já concluídas, conforme apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 2: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	STATUS
Levantamento de demandas para o Plano Anual de Capacitação – PAC/2025.	-----	Concluída
Elaboração do Plano Anual de Capacitação – PAC/2025.	-----	Concluída
Elaboração de manual de procedimentos da biblioteca e Revisão da política de coleções.	-----	Concluída
Execução do projeto “Visita Guiada à Biblioteca”.	-----	Concluída
Planejamento e execução das ações educacionais previstas para o PAC/2025.	-----	Concluída
Realização de atividades referentes às ações previstas no PAE 2025/2026.	-----	Concluída
Acompanhamento das melhorias do sistema de gestão educacional (Sofia).	-----	Concluída
Participação em reuniões de planejamento da rede REJUG/RN.	-----	Concluída
Movimentação/Implementação do projeto “Clube Leitura”.	-----	Em execução
Implementação do projeto “Conhecimento sobre rodas”.	-----	Em execução
Entrega do material informacional arrecadado para a FUNDASE/RN.	-----	Em execução
Processo de seleção de estagiários de pós-graduação.	-----	Em execução
Estudo Técnico Sobre Evolução Orçamentária do RN (2009-2025).	-----	Em execução
Normalização dos artigos da revista do TCE – 2025.	-----	Em execução
Participação no fluxo editorial da revista do TCE.	-----	Em execução
Elaboração do projeto de doação de material informacional para apenados.	-----	Em execução
Participação em reuniões do IRB para planejamento das ações 2025.	-----	Em execução
Elaboração, tratamento e envio de memorandos e processos.	-----	Contínua
Triagem, catalogação e sinalização de material informacional doado.	-----	Contínua
Inserção de material informacional no Repositório Institucional TECER.	-----	Contínua
Reuniões Técnicas de alinhamento e planejamento do Comitê (IRB).	-----	Contínua
Supervisão de estágio supervisionado do curso de Biblioteconomia.	-----	Contínua
Normatização e ficha catalográfica de guias e manuais.	-----	Contínua
Divulgação de dicas de leitura e aquisição de novos livros.	-----	Contínua
Elaboração de boletim informativo da Biblioteca.	-----	Contínua
Elaboração de relatório mensal de visitas e acessos digitais.	-----	Contínua
Catalogação de livros e materiais informacionais no SIABI.	-----	Contínua
Sinalização dos estandes por áreas de conhecimento.	-----	Contínua

Fonte: Escola de Contas (Relatórios Trimestrais)

A tabela acima apresenta um total de 8 (oito) atividades concluídas, 9 (nove) atividades em execução e 11 (onze) atividades contínuas, tendo como referência a Escola de Contas e a Biblioteca juntas. Fazendo uma análise sobre o planejamento do Setor, podemos concluir que as ações estão dentro da programação inicial, com algumas ações finalizadas, outras em execução (planejadas em curto e médio prazo), com previsão de serem concluídas ao final do biênio 2025-2026, desconsiderando as de caráter contínuo que correspondem a atividades permanentes.

### 2.1.1.1 Plano Anual de Capacitação

As ações educacionais planejadas e promovidas pela Escola de Contas Prof. Severino Lopes de Oliveira (ECPSLO) estão previstas no Plano Anual de Capacitação (PAC), instrumento que orienta o planejamento das atividades formativas a serem desenvolvidas pela Escola de Contas. O PAC define conteúdos, parâmetros e metodologias voltados ao desenvolvimento profissional dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), além de contemplar as demandas específicas de cada setor, identificadas por meio do levantamento de necessidades de capacitação realizado por esta Escola.

Apresentamos abaixo, os resultados decorrentes do PAC 2024 - 2025:

Tabela 3: Execução do PAC 2024/2025



Fonte: Escola de Contas (Relatórios Anuais)

Tabela 4: Servidores, jurisdicionados e sociedade

<b>SERVIDORES</b>			
	<b>AÇÕES EDUCACIONAIS REALIZADAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PARTICIPANTES CERTIFICADOS</b>
<b>2024</b>	<b>52</b>	<b>362</b>	<b>1.458</b>
<b>2025</b>	<b>53</b>	<b>753</b>	<b>1.091</b>

<b>JURISDICIONADOS</b>			
	<b>AÇÕES EDUCACIONAIS REALIZADAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PARTICIPANTES CERTIFICADOS</b>
<b>2024</b>	<b>28</b>	<b>172</b>	<b>1.967</b>
<b>2025</b>	<b>23</b>	<b>208</b>	<b>3.687</b>

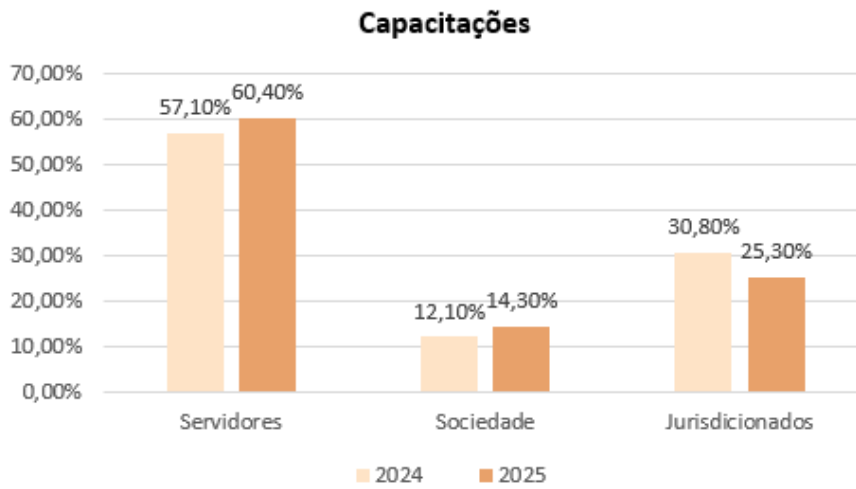
  

<b>SOCIEDADE</b>			
	<b>AÇÕES EDUCACIONAIS REALIZADAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PARTICIPANTES CERTIFICADOS</b>
<b>2024</b>	<b>11</b>	<b>39</b>	<b>1.268</b>
<b>2025</b>	<b>13</b>	<b>49</b>	<b>2.162</b>

Fonte: Escola de Contas (Relatórios Anuais)

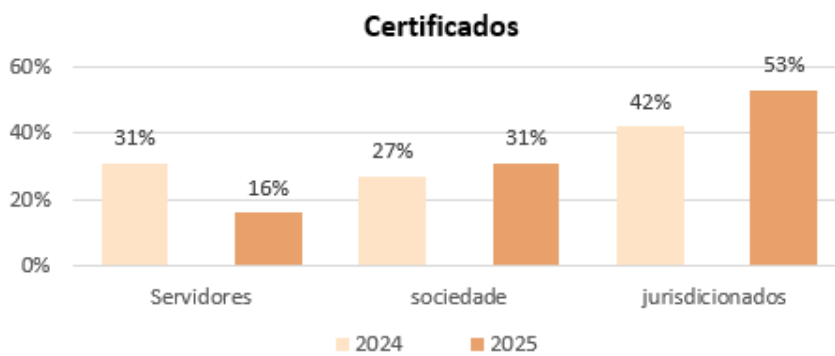
Os dados apresentados acima evidenciam o alcance e a diversidade das ações educacionais promovidas pela Escola de Contas, contemplando diferentes públicos: servidores, jurisdicionados e sociedade. A seguir, os gráficos ilustram a distribuição percentual dessas ações, permitindo uma visualização mais clara da proporção de esforços dedicados a cada segmento e da amplitude dos resultados alcançados.

Gráfico 1: capacitações



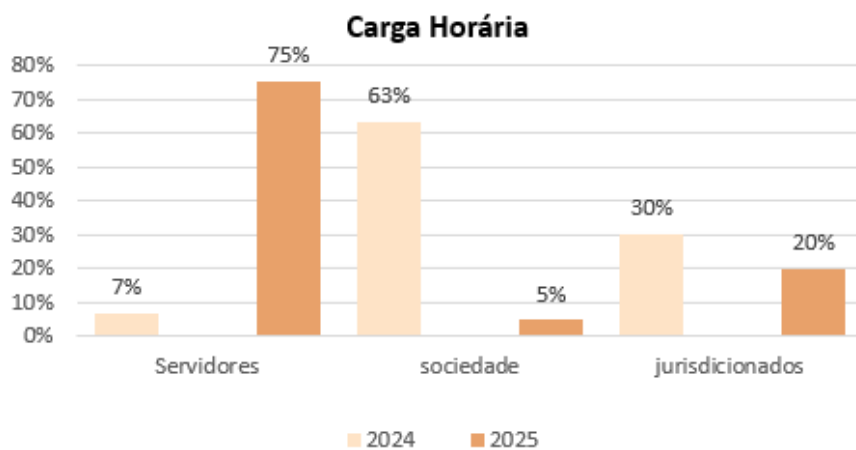
Fonte: Escola de Contas (Relatórios Anuais)

Gráfico 2: Certificados



Fonte: Escola de Contas (Relatórios Anuais)

Gráfico 3: Carga horária

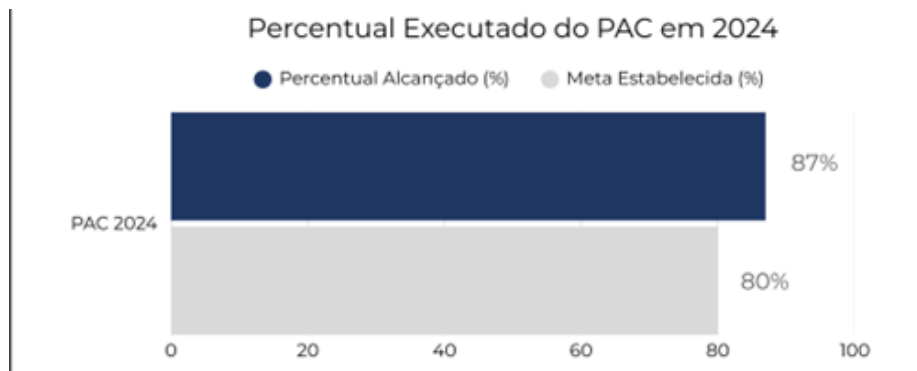


Fonte: Escola de Contas (Relatórios Anuais)

Os PAC's 2024 e 2025 estabeleceram, dentre suas metas, a execução de 80% (oitenta por cento) das ações educacionais previstas. Cumpre destacar que durante a execução das atividades educacionais houve a necessidade de inclusão de demandas urgentes e não previstas, que justificam o cancelamento e/ou adiamento de ações planejadas inicialmente, mas que não puderam ser realizadas. Desta forma, registramos que em 2024 foram cumpridas 87% (oitenta e sete por cento) das ações planejadas e 2025 o alcance chegou a 89% (oitenta por nove), extrapolando a meta determinada nos dois exercícios, superando em 2025, ainda, a meta prevista para o exercício de 2024 em 2% (dois por cento).

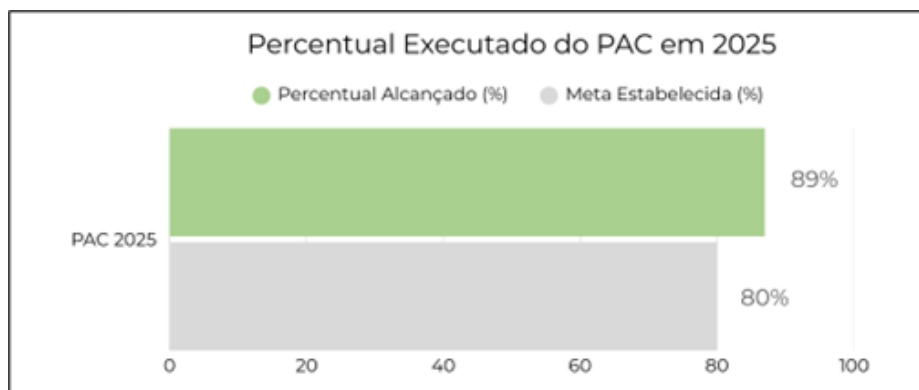
Outra meta prevista no Plano Anual de Capacitação da Escola de Contas refere-se a oferta, bimestral, de 40 horas de capacitação para o público interno (servidores do TCE/RN), ou seja, 240 (duzentos e quarenta) horas anuais, em respeito em respeito aos termos do art. 10, § 4º da Resolução Nº 011/2015-TCE. No PAC 2024, foram executados 362 (trezentos e sessenta e duas) horas de capacitação para o público interno, ou seja, 50,8% (cinquenta vírgula oito por cento) a mais em relação à meta estabelecida. No PAC 2025 foram executadas 753 (setecentos e cinquenta e três) horas de capacitação para o público interno, ou seja, 214% (duzentos e quatorze por cento) a mais em relação à meta estabelecida.

Gráfico 4: Percentual Executado do PAC em 2024



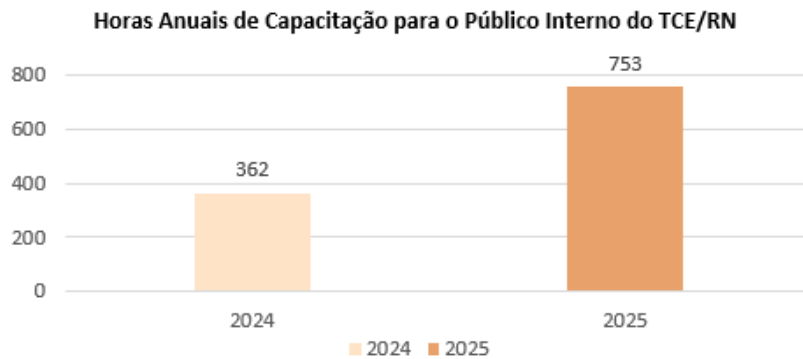
Fonte: Escola de Contas (Relatórios Anuais)

Gráfico 5: Percentual Executado do PAC em 2025



Fonte: Escola de Contas (Relatórios Anuais)

Gráfico 6: Horas anuais de capacitação para o público interno do TCE/RN

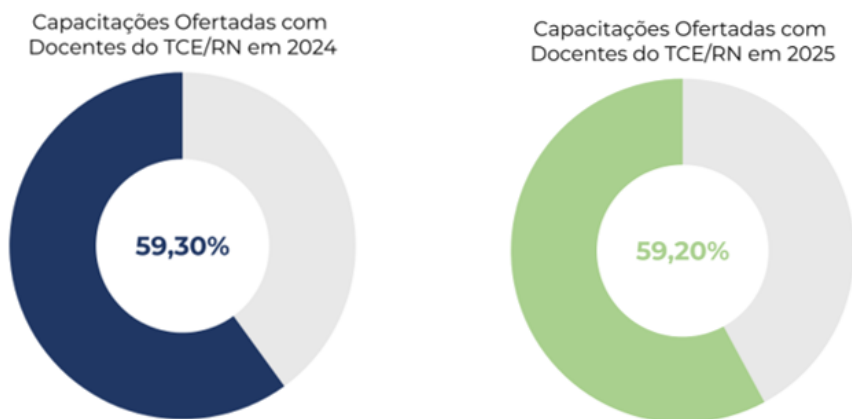


Fonte: Escola de Contas (Relatórios Anuais)

Por fim, a última meta do Plano Anual de Capacitação (PAC) a ser cumprida, trata-se da execução, preferencialmente, das capacitações ofertadas com docentes do TCE/RN. A meta estabelecida no PAC 2024 foi de 60% (sessenta por cento) sendo alcançado o percentual de 59,3% (cinquenta e nove vírgula três por cento). No PAC 2025, a meta estabelecida permaneceu a mesma tendo alcançado o número de 59,2% (cinquenta e nove vírgula dois por cento) das ações ministradas por servidores desta Corte de Contas, não tendo sido alcançada a meta estabelecida.

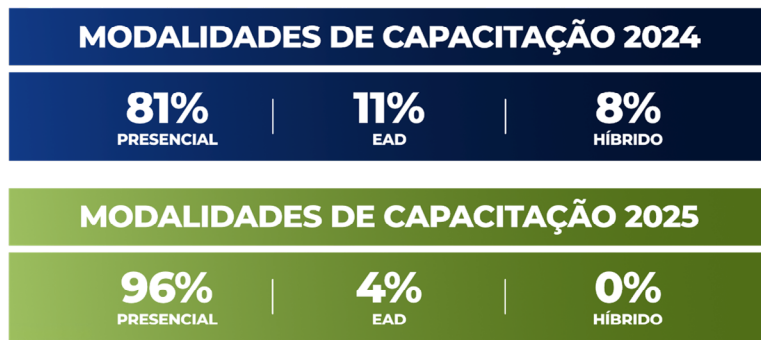
Cumpre destacar, ainda, que as ações educacionais previstas nos Planos Anuais de Capacitação 2024 e 2025 foram desenvolvidas nas modalidades presencial, on-line e híbrido, de acordo com as necessidades de cada capacitação, almejando, sempre que possível, a realização conjunta com outras instituições parceiras para possibilitar o intercâmbio de conhecimento entre diferentes órgãos. Segue abaixo o gráfico com os percentuais das ações executadas por tipo de modalidade em cada exercício.

Gráfico 7: Capacitações ofertadas com docentes do TCE/RN em 2024 e 2025



Fonte: Escola de Contas (Relatórios Anuais)

Tabela 5: Modalidades de capacitação 2024/2025



Fonte: Escola de Contas (Relatórios Anuais)

A seguir destacamos algumas das ações educacionais realizadas no exercício 2024 e 2025:

### a) Encontros Regionais da Escola de Contas

Os Encontros Regionais com Gestores Públicos Municipais, idealizados pela Escola de Contas em 2015, são realizados com a finalidade de aproximar o TCE-RN de todas as regiões do Estado para orientar e prevenir a ocorrência de falhas e irregularidades, nos aspectos legais da aplicação dos recursos públicos, principalmente aqueles ocasionados pela falta de informação adequada, contribuindo assim para a maior efetividade do controle externo.

Imagem 1: Encontros Regionais



Fonte: Site do TCE-RN

Imagem 2: Encontros Regionais



Fonte: site do TCE-RN

No ano de 2024 os Encontros Regionais foram realizados em 04 (quatro) polos, com um total de 607 (seiscentos e sete) jurisdicionados capacitados, e uma carga horária total de 48 horas/aulas. Para o ano de 2025, o Encontro Regional passou a ser realizado em 06 (seis) polos, aumentando sua capilaridade nas regiões do Estado, e capacitando um total de 782 (setecentos e oitenta e dois) gestores públicos municipais, com uma carga horária total de 60 horas/aulas, conforme apresentado no quadro abaixo.

Tabela 6: Encontros Regionais 2024/2025



Fonte: Escola de Contas

Os dados apresentados no gráfico acima, evidenciam a ampliação e o fortalecimento dos Encontros Regionais da Escola de Contas entre os exercícios de 2024 e 2025, refletidos no aumento do número de polos regionais, aumento da carga horária, e do quantitativo de gestores públicos municipais capacitados.

### b) Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP)

O Programa Nacional da Transparência Pública (PNTP), liderado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), visa avaliar os portais e aprimorar a transparência das informações públicas em todo o país, incentivando o controle social e a confiança do cidadão nas instituições.

Imagem 3: Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP)



Fonte: Site do TCE-RN

Imagem 4: Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP)



Fonte: Site do TCE-RN

No Rio Grande do Norte, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) é responsável por orientar e capacitar os agentes públicos responsáveis pelo controle interno e aqueles incumbidos de implementar as regulações da Lei de Acesso à informação, em especial, no âmbito da Unidade gestora, quanto as regras do PNTTP para que possam praticar a autoavaliação prevista como etapa do trabalho prevista.

No exercício de 2024, o TCE-RN, entregou o Selo de Qualidade em Transparência Pública, nos níveis Diamante, Ouro e Prata a 45 (quarenta e cinco) gestores públicos, em solenidade que contou com a presença de 190 (cento e noventa) participantes, enquanto no ciclo de 2025, ocorreu uma maior adesão ao PNTTP, bem como o número de órgãos públicos que receberam os selos, aumentando para 141 (cento e quarenta e um) agraciados, contando, a solenidade de entrega dos selos, com a participação de 600 (seiscentos) gestores públicos que prestigiaram a solenidade.

Tabela 7: Selo de qualidade em transparência pública

SELO DE QUALIDADE EM TRANSPARÊNCIA PÚBLICA			
	DIAMANTE	OURO	PRATA
2024	11	15	19
2025	54	47	40

Fonte: Programa Nacional da Transparência Pública (PNTTP) - <https://radarda-transparencia.com/>

Os dados apresentados no gráfico acima, triplicaram de 2024 para 2025, com um crescimento de aproximadamente 213,33% de instituições públicas certificadas e uma participação ampliada em 215,79%. O que demonstra a ampliação da adesão ao Programa e o crescente interesse dos gestores públicos nas iniciativas voltadas ao fortalecimento da transparência pública.

## c) PROJURIS

O Programa de Formação e Aperfeiçoamento é resultado da parceria entre a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira e da Escola da Assembleia Legislativa do RN, cujo público-alvo são os Procuradores da Assembleia Legislativa do Estado do RN e Consultores Jurídicos do Tribunal de Contas do Estado do RN.

Imagem 5: PROJURIS



Fonte: Escola de Contas

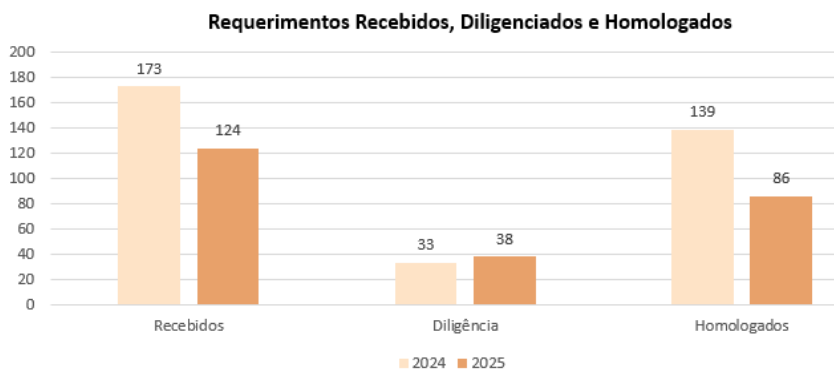
O programa foi planejado em 03 (três) ciclos, compreendendo 9 (nove) módulos ao total, na modalidade presencial. Iniciado no segundo semestre de 2024, foram executados 2 (dois) módulos, além da aula inaugural, com 94 (noventa e quatro) participantes certificados, em um total de 20 horas/aula de capacitação. Neste exercício, o PROJURIS foi concluído, com a execução de 7 (sete) módulos, com um total de 47 (quarenta e sete) horas aula, com certificação de 114 (cento e quatorze) participantes.

### 2.1.1.2 Certificados Homologados

A Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, com fundamento na Lei Complementar n.º. 185, de 27 de dezembro de 2000, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores deste TCE-RN, com alterações procedidas pela Lei Complementar n.º. 516, de 11 de junho de 2014, e em observância à regulamentação dada pela Resolução n.º. 11/2015-TCE, de 11 de agosto de 2015, compete reconhecer os cursos e/ou eventos de aperfeiçoamento funcional ministrados por outros órgãos e instituições de ensino que tenha pertinência com as atividades de controle externo, inerentes à jurisdição do TCE/RN, e com as atribuições dos cargos de provimento efetivo dos servidores integrantes do Quadro Geral de Pessoal do Tribunal de Contas.

Seguem os números atrelados a essa atividade referente aos exercícios de 2024 e 2025:

Gráfico 8: requerimentos recebidos, diligenciados e homologados



Fonte: Escola de Contas

O gráfico acima evidencia a redução do quantitativo de requerimentos recebidos, analisados e homologados pela Escola de Contas no período de 2024 a 2025. Em 2024, foram recebidos 173 (cento e setenta e três) requerimentos, enquanto em 2025 esse número foi reduzido para 124 (cento e vinte e quatro). Da mesma forma, o total de certificados homologados apresentou decréscimo de 139 (cento e trinta e nove) em 2024, para 86 (oitenta e seis) em 2025. Já os requerimentos diligenciados tiveram um aumento que passou de 33 (trinta e três) em 2024 para 38 (trinta e oito) em 2025.

### 2.1.2 Projetos e Iniciativas Especiais

• Ao longo do exercício, a Escola de Contas do TCE-RN desenvolveu iniciativas e projetos que, embora não estivessem previstos nos instrumentos de planejamento da Unidade, revelaram-se importantes para o fortalecimento de sua atuação. Essas ações extraordinárias refletem a capacidade de adaptação da Unidade frente a demandas emergentes e oportunidades estratégicas, contribuindo para a melhoria dos processos educacionais, o aprimoramento de sistemas, a ampliação de parcerias institucionais e a incorporação de inovações voltadas à qualificação da gestão pública e ao fortalecimento do controle externo.

Tabela 8: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
- 1º Seminário de Início de Mandato	Concluído
- Expansão de 2 (dois) Polos Regionais	Concluído
- Realização de Oficinas nos Encontros Regionais	Concluído
- Aquisição da Starlink	Concluído
- Capacitação de Conselhos de Políticas Públicas (temática: Saúde)	Em andamento
- Processo Seletivo para Estagiários de Pós-Graduação	Em andamento

Fonte: Escola de Contas

• Em síntese, as iniciativas implementadas evidenciam avanços significativos na atuação da Escola de Contas, ao mesmo tempo em que apontam desafios inerentes à ampliação do escopo de suas atividades e à consolidação de novos projetos. Os resultados alcançados reforçam a contribuição da Unidade para o cumprimento dos objetivos institucionais do TCE-RN, especialmente no que se refere à capacitação dos jurisdicionados e à modernização de suas práticas.

• Nesse contexto, o 1º Seminário de Início de Mandato e a expansão de 2 (dois) Polos Regionais serão detalhados a seguir, enquanto as demais ações — realização de oficinas nos Encontros Regionais, aquisição da Starlink, capacitação de Conselhos de Políticas Públicas e o Processo Seletivo para Estagiários de Pós-graduação — serão abordadas no tópico específico destinado às inovações da Escola de Contas.

### 2.1.2.1 Evento de Início de Mandato

O 1º Seminário de Início de Mandato, promovido pela Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, foi realizado no dia 24 de março de 2025, no auditório do Centro Municipal de Referência em Educação (CEMURE), em Natal.

Imagem 6: Início de mandato



Fonte: Escola de Contas

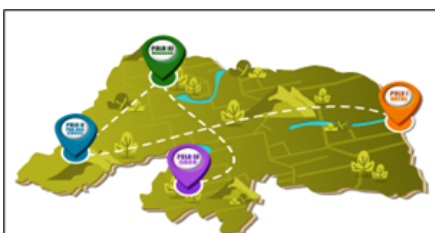
A programação, estruturada em palestras, teve como objetivo capacitar os gestores municipais eleitos no pleito de 2024 (prefeitos, vice-prefeitos e presidentes de câmaras municipais) para a realização de uma prestação de contas transparente e eficiente. A iniciativa passa a integrar o calendário e Plano de Ação da Escola de Contas, com periodicidade quadrienal, sendo realizada sempre no ano subsequente às eleições municipais. Na edição de 2025, o Seminário contou com a participação 379 gestores municipais.

### 2.1.2.2 Expansão de Polos Regionais

No exercício de 2025, a Escola de Contas do TCE-RN ampliou o alcance do projeto de interiorização do conhecimento ao aumentar de 4 (quatro) para 6 (seis) o número de cidades-polo que sediaram os Encontros Regionais com os jurisdicionados. As ações foram realizadas nos municípios de Assú (Polo Região Central/Vale do Assú/Salineira Norte-Rio-Grandense), João Câmara (Polo Região do Mato Grande/ Litoral Norte), Mossoró (Polo Médio-Oeste), Caicó (Polo Seridó/ Trairi), Pau-dos-Ferros (Polo Alto Oeste) e Natal (Região Metropolitana/ Agreste Potiguar).

Imagem 7: Polos Regionais 2024/2025

Polos Regionais (2024)



Fonte: Escola de Contas

Polos Regionais (2025)



Diante desse contexto, reforça-se a importância de ampliar, de forma contínua, a abrangência das ações da Escola de Contas para as Regiões do interior do Estado, conferindo maior capilaridade às capacitações promovidas. A interiorização do conhecimento permite alcançar um número cada vez maior de agentes públicos, oportunizando sua participação efetiva nos processos formativos e contribuindo para o fortalecimento da gestão pública local. Ao aproximar o TCE-RN dos jurisdicionados, essa estratégia consolida o papel pedagógico do Tribunal, promove o diálogo institucional e potencializa a disseminação de boas práticas, refletindo diretamente na melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade, como também reduzindo o número de autuações e sanções emitidas pela Corte de Contas.

### 2.1.3 Projetos e Ações Estratégicas

No que se refere ao Plano de Ações Estratégicas (PAE) da Escola de Contas, instrumento que estabelece a previsão de execução das atividades para o biênio 2025/2026 e orienta a atuação desta Unidade Administrativa, observa-se o alinhamento às metas definidas e às iniciativas e objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico 2023/2030 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN). Nesse contexto, o quadro a seguir apresenta o desempenho das ações planejadas, com destaque para o status atual de execução de cada uma delas.

Tabela 9: Objetivo Estratégico: Fortalecer o desempenho gerencial da área de governança

<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer o desempenho gerencial da área de governança</b>	
Iniciativa Estratégica: Incentivo ao desenvolvimento de soluções inovadoras	
<b>Ação 1</b>	<b>Status</b>
1.1 Mapear e Documentar os principais processos de fluxo de trabalho da Escola	Em execução <b>(em atraso)</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO: Contribuir para a melhoria do desempenho e transparência da gestão pública</b>	
Iniciativa Estratégica: Fomento de medidas de acessibilidade da informação, a fim de garantir que os dados públicos sejam divulgados em linguagem clara e acessível para a população	
<b>Ação 2</b>	<b>Status</b>
2.1 Boletim informativo do TCE-RN (mensal)	Em execução <b>(no prazo)</b>
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO: Assegurar recursos financeiros necessários ao cumprimento dos objetivos institucionais</b>	
Iniciativa Estratégica: Assegurar recursos financeiros necessários ao cumprimento dos objetivos institucionais	
<b>Ação 3</b>	<b>Status</b>
3.1 Implementar novas funcionalidades no SOFIA (Sistema de Gestão Educacional da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira).	Finalizado
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aprimorar a gestão de pessoas e desempenho profissional</b>	
Iniciativa Estratégica: Valorização dos servidores, fortalecendo a motivação, o comprometimento e a melhoria do clima organizacional	
<b>Ação 4</b>	<b>Status</b>
4.1 Clube de Leitura Institucional	Em execução <b>(no prazo)</b>
4.2 Fomentar a formação acadêmica suplementar dos servidores	Em execução <b>(em atraso)</b>
4.3 Biblioteca em movimento	Em execução <b>(no prazo)</b>

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer a imagem dos Tribunais de Contas como instituições essenciais ao controle da Administração Pública e ao exercício da cidadania	
Iniciativa Estratégica: Melhoria da avaliação do TCE-RN no MMD-TC	
Ação 5	Status
5.1 Elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola	Em execução (em atraso)
5.2 Criar procedimentos para mensurar o aprendizado e o impacto das ações de capacitação e desenvolvimento	Não iniciada (em atraso)
5.3 Estruturar e implementar projetos de apoio ao controle social e conselhos de políticas públicas.	Finalizada

Fonte: Escola de Contas

A análise das ações programadas para o exercício de 2025, no âmbito do Plano de Ações Estratégicas (PAE) da Escola de Contas, evidencia avanços relevantes na execução das iniciativas alinhadas aos objetivos estratégicos do TCE-RN, ao mesmo tempo em que revela desafios pontuais que impactaram o cumprimento integral de algumas metas. De forma geral, observa-se que a maior parte das ações encontram-se em execução, refletindo o compromisso da Unidade com o fortalecimento da governança, da transparência e da imagem institucional do Tribunal.

A Ação 1.1, que trata do mapeamento e documentação dos principais processos da Escola, encontra-se em execução, porém com atraso. O replanejamento decorreu da priorização de demandas estratégicas não previstas originalmente no PAE, mas consideradas essenciais para o funcionamento e expansão das atividades da Escola de Contas. Embora o atraso represente um desafio, a readequação do cronograma permitiu direcionar esforços para ações com impacto imediato, indicando a necessidade de aprimorar a flexibilidade do planejamento estratégico e os mecanismos de gestão de prioridades.

Já a Ação 4.2, que trata do fomento à formação acadêmica suplementar em nível de pós-graduação stricto sensu, encontra-se em atraso em razão de tramitação interna da minuta do Acordo de Cooperação Técnica com a UFRN. Apesar do atraso, trata-se de uma ação de alto impacto institucional, cujo avanço tende a fortalecer a qualificação técnica do corpo funcional no médio e longo prazo.

Por conseguinte, as ações 5.1 e 5.2 encontram-se em atraso. A Ação 5.1 avançou com a elaboração da minuta do Projeto Político-Pedagógico (PPP), atualmente em análise pela Direção, com esforços voltados ao alinhamento às exigências do Conselho Estadual de Educação, etapa essencial para o futuro credenciamento da Escola. Já a Ação 5.2 não foi iniciada, uma vez que os subsídios necessários foram coletados no XVI EDUCONTAS, que aconteceu em novembro de 2025, devendo fundamentar o planejamento da ação no exercício de 2026.

Em contrapartida, a Ação 2.1, que se refere ao Boletim Informativo mensal do TCE-RN, está dentro do prazo. A ação tem impacto direto na democratização do acesso à informação, fortalecendo a transparência institucional e ampliando a comunicação com jurisdicionados e sociedade, consolidando-se como uma entrega contínua e estratégica da Escola de Contas.

A Ação 3.1, referente à implementação de novas funcionalidades no sistema SOFIA, foi finalizada com êxito. Essa entrega representa um avanço significativo no apoio às atividades educacionais e administrativas, contribuindo para a modernização dos processos internos e para maior eficiência na gestão da informação.

Por sua vez, as ações 4.1 (Clube de Leitura Institucional) e 4.3 (Biblioteca em Movimento) seguem em execução dentro do prazo, promovendo a valorização dos servidores, o incentivo à formação continuada e a melhoria do clima organizacional. Por fim, a Ação 5.3, voltada à estruturação de projetos de apoio ao controle social e aos conselhos de políticas públicas, foi finalizada, ampliando o alcance pedagógico da Escola de Contas e reforçando o papel do TCE-RN na promoção da cidadania.

Como impactos percebidos, destacam-se o fortalecimento da atuação pedagógica da Escola de Contas, a ampliação da oferta de iniciativas voltadas à capacitação e valorização dos servidores e o avanço na modernização de sistemas e processos. Em contrapartida, os atrasos identificados evidenciam a necessidade de aprimorar o planejamento, especialmente no que se refere à gestão de riscos, à previsibilidade orçamentária e à articulação institucional.

Como ações de melhoria previstas, recomenda-se a revisão periódica do PAE para acomodar demandas emergentes, o fortalecimento do acompanhamento gerencial das ações estratégicas, a formalização de fluxos decisórios mais céleres e o alinhamento antecipado com instâncias decisórias internas e externas. Essas medidas contribuirão para mitigar riscos futuros, assegurar maior aderência aos prazos estabelecidos e potencializar os resultados alcançados pela Escola de Contas no cumprimento de sua missão institucional.

#### 2.1.4 Resultados e Indicadores

O portfólio de indicadores estratégicos e tático-operacionais para o biênio 2025/2026 estabelece 15 indicadores de responsabilidade da Escola de Contas, sendo 01 (um) indicador estratégico e 14 (quatorze) indicadores tático-operacionais, com metas cuidadosamente determinadas e alinhadas com os objetivos estratégicos e iniciativas definidas no planejamento estratégico institucional. A tabela a seguir exhibe as metas previstas e os resultados alcançados [para cada um dos indicadores vinculados à Escola de Contas.

Tabela 10: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Quantidade de eventos voltados para a sociedade em geral.	Quantidade de Eventos	>= 4	13	Meta alcançada.
Taxa de treinamentos realizados em auditoria contínua	Percentual (%)	>= 2%	14%	Meta alcançada.
Quantidade de capacitações realizadas para gestores e servidores públicos jurisdicionados.	Capacitações realizadas no período	>= 1	21	Meta alcançada.
Taxa de satisfação dos participantes com os cursos ofertados.	Percentual (%)	>=75%	92,1%	Meta alcançada.
Número de ações de suporte e orientação ao cumprimento, pelos jurisdicionados, dos planejamentos institucionais e das metas orçamentárias.	Ações realizadas	>=3	10	Meta alcançada.
Taxa de capacitações promovidas sobre a cultura da ética e a Integridade na administração pública.	Percentual (%)	>= 2%	3,2%	Meta alcançada.
Taxa de participação de servidores e estagiários nas capacitações ofertadas sobre privacidade e proteção de dados pessoais.	Percentual (%)	>= 30%	38%	Meta alcançada.
Taxa de satisfação dos jurisdicionados com o programa de capacitação ofertado pelo TCE-RN.	Percentual (%)	>= 75%	92,1%	Meta alcançada.
Taxa de participantes que consideram relevantes os conteúdos das capacitações ofertadas pelo TCE-RN.	Percentual (%)	>= 85%	95,6%	Meta alcançada.
Grau de satisfação dos públicos em eventos institucionais	Percentual (%)	-	-	Não houve meta estabelecida para este indicador em 2025.
Taxa de participação em cursos e eventos promovidos pela Escola de Contas.	Percentual (%)	>= 70%	67%	96% da meta prevista foi alcançada.
Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação (PAC).	Percentual (%)	>= 85%	89%	Meta alcançada.
Taxa de adesão a capacitações ofertadas (eventos presenciais internos)	Percentual (%)	>= 65%	54%	83% da meta prevista foi alcançada
Número de ações de capacitação continuada em governança.	Quantidade de ações	-	-	Não houve meta estabelecida para este indicador em 2025.
Percentual de servidores capacitados em práticas de governança	Percentual (%)	-	-	Não houve meta estabelecida para este indicador em 2025.

Fonte: relatório interno da unidade.

A tabela acima mostra que os resultados alcançados para 13 (treze) dos 15 (quinze) indicadores foram acima da meta prevista para o ano de 2025. Apenas 02 (dois) indicadores não alcançaram os valores previstos para o período, quais sejam: "Taxa de participação em cursos e eventos promovidos pela Escola de Contas" e "Taxa de adesão a capacitações ofertadas (eventos presenciais internos)". Estes indicadores, na prática, são muito semelhantes e referem-se ao percentual de participantes certificados.

O indicador "Taxa de participação em cursos e eventos promovidos pela Escola de Contas" refere-se ao número de participantes certificados, ou seja, que tiveram pelo menos 75% de presença, em relação ao número total de inscritos no evento. Este indicador atingiu 67% dos 70% previstos para o período. O não cumprimento da meta deve-se à gratuidade dos eventos

e à ausência de penalidades para faltas injustificadas, o que favorece o absenteísmo.

O indicador "Taxa de adesão a capacitações ofertadas (eventos presenciais internos)" refere-se ao número de participantes que compareceram à capacitação ofertada (certificados) em relação a quantidade de vagas ofertadas na sala de treinamento, no caso, 40 vagas. Este indicador atingiu 54% dos 65% previstos para o período. A meta não foi atingida devido ao alto número de faltas, estimuladas sobretudo pela concorrência entre as capacitações ofertadas e as atividades laborais dos servidores internos inscritos.

Com sugestão para melhorar os resultados destes indicadores citados anteriormente pode-se criar uma funcionalidade no sistema SOFIA para facilitar o cancelamento ou justificativa de não comparecimento aos participantes inscritos nos eventos e pensar em algum tipo de sanção para os inscritos com faltas recorrentes sem justificativas. Assim, acreditamos que o absenteísmo nos eventos irá diminuir favorecendo o cumprimento das metas.

### 2.1.5 Boas Práticas e Inovações

No período avaliado a Escola de Contas do TCE-RN implementou inovações voltadas à modernização dos processos educacionais e ao aprimoramento da gestão das ações formativas.

#### 2.1.5.1 Realização de Oficinas nos Encontros Regionais

No ano de 2025, a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, implantou uma inovação na metodologia utilizada nos Encontros Regionais, contando com a opção de duas oficinas temáticas: Planejamento e execução, possibilitando ao jurisdicionado escolher a opção que melhor atendesse as necessidades do seu município, além das palestras já utilizadas em anos anteriores.

Imagem 8: Oficinas nos Encontros Regionais



Fonte: Escola de Contas

### 2.1.5.2 Aquisição de equipamento Starlink

Esta inovação visa dotar a Escola de Contas de uma estrutura de internet estável e de qualidade, principalmente quando necessário a realização de eventos em ambientes externos à sede do TCE-RN.

A conectividade é essencial para o desenvolvimento das ações educacionais da Escola de Contas, tanto para a execução de atividades operacionais e administrativas no sistema SOFIA quanto para a utilização, pelos instrutores, de ferramentas on-line de interação com os participantes dos cursos e eventos, como o Kahoot, Mentimeter. O uso dessas ferramentas possibilita a coleta de dados e informações que subsidiam o planejamento e o direcionamento das ações de controle externo.

### 2.1.5.3 Capacitação de Conselhos de Políticas Públicas

A inclusão de conselhos responsáveis pelo Controle Social de Políticas Públicas entre parceiros e público-alvo das atividades oferecidas pela Escola de Contas, em cooperação com a Direção de Avaliação de Políticas Públicas do TCE-RN.

Imagem 9: Capacitações



Fonte: Escola de Contas

Imagem 10: Capacitações



Fonte: Escola de Contas

Neste sentido, a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, realizou no dia 24 de setembro de 2025, na sala de treinamento do TCE-RN, a oficina "Acompanhamento e Fiscalização de Emendas Parlamentares na Saúde", destinada para os Conselheiros de Saúde de 32 (trinta e dois) municípios da Grande Natal, com o objetivo de apresentar as ferramentas necessárias para o acompanhamento e a fiscalização da destinação e aplicação das emendas parlamentares voltadas à área de saúde, fortalecendo, assim, a atuação do controle social.

#### 2.1.5.4 Processo Seletivo para Estagiários de Pós-graduação

Atendimento à demanda da Presidência para transparência da escolha de estagiários e necessidades de áreas identificadas.

No dia 15 de setembro de 2025, o Presidente da Comissão designada pela Portaria nº 252/2025 -GP/TCE, tornou público o PROCESSO SELETIVO para preenchimento de vagas imediatas e formação do cadastro de reserva para ESTÁGIO REMUNERADO DE PÓS-GRADUAÇÃO no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN). Foram ofertadas vagas para os estudantes graduados em Ciências Contábeis, Direito e Administração. As inscrições foram abertas no dia 06 de novembro de 2025 com proposta para homologação no ano seguinte.

#### 2.1.5.5 Parcerias

Na atual gestão foram firmadas parcerias para o intercâmbio institucional, através de convênios e/ou acordos e termos de cooperação técnica com outras instituições, com a finalidade de ampliar o alcance de atendimento das demandas de capacitação dos membros e servidores desta Corte de Contas, bem como dos parceiros, jurisdicionado e sociedade em geral, através da permuta de instrutores, tecnologias e metodologias que favoreçam a viabilização das ações educacionais. Segue abaixo as instituições parceiras.

Imagem 11:Parcerias



Fonte: Escola de Contas

### 2.1.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

No exercício em análise, a Escola de Contas enfrentou desafios operacionais, administrativos e estruturais que impactaram, em diferentes níveis, o planejamento e a execução de suas atividades finalísticas. Tais dificuldades decorrem tanto de limitações internas quanto de fatores externos, exigindo constante adaptação, replanejamento e adoção de medidas mitigadoras para assegurar a continuidade e a qualidade das ações educacionais desenvolvidas.

Um dos principais obstáculos observados foi a **falta de suprimento de fundos**, o que comprometeu a agilidade necessária para a aquisição de materiais e insumos essenciais à realização de eventos, cursos e capacitações, demandados de última hora e fora da programação anual. A ausência desse mecanismo dificultou respostas rápidas a demandas emergenciais, gerando atrasos pontuais e maior dependência de trâmites administrativos mais longos.

Outro fator relevante foi a dependência de outros setores da instituição, especialmente para a resolução de questões administrativas, logísticas e financeiras. Essa interdependência, embora natural em estruturas organizacionais complexas, demandou tempo excessivo para a solução de problemas, impactando prazos, cronogramas e, em alguns casos, a execução plena das atividades planejadas.

A falta de autonomia financeira, esta existente em congêneres de vários TCE's, também se apresentou como um entrave significativo, limitando a capacidade da Escola de Contas de planejar e executar suas ações com maior flexibilidade e previsibilidade. Essa restrição reduziu a margem de manobra para ajustes estratégicos e para o atendimento tempestivo de demandas não previstas inicialmente.

Adicionalmente, o empréstimo da sala de treinamento para o setor de Protocolo e a reforma do auditório do TCE/RN, no último trimestre do exercício, afetaram diretamente a oferta de cursos presenciais, resultando na redução temporária do número de capacitações realizadas. Embora necessária para a melhoria da infraestrutura, a intervenção impactou a agenda acadêmica e exigiu a reorganização das atividades, com maior dependência de formatos alternativos, como o ensino remoto.

Como medidas corretivas, destacam-se a necessidade de avaliar a implementação de **mecanismos que ampliem a autonomia administrativa e financeira da Escola de Contas**, bem como a criação de fluxos internos mais céleres para demandas recorrentes. O fortalecimento do planejamento antecipado, a formalização de protocolos de cooperação com outros setores e a ampliação do uso de tecnologias educacionais também se mostram estratégias relevantes para minimizar impactos futuros.

Por fim, vislumbram-se como riscos futuros a manutenção das limitações orçamentárias, a dependência excessiva de estruturas físicas e a sobrecarga administrativa decorrente de processos pouco flexíveis. Para a prevenção desses riscos, recomenda-se o investimento contínuo em planejamento

estratégico, diversificação das modalidades de ensino, modernização dos processos internos e diálogo institucional permanente, assegurando a sustentabilidade e a efetividade das ações da Escola de Contas nos próximos exercícios.

### 2.1.7 Participação em curso e eventos

A participação da equipe da Escola de Contas do TCE-RN em eventos, seminários, reuniões e cursos é de fundamental importância para o aprimoramento contínuo dos serviços ofertados pela instituição. Esses encontros possibilitam o intercâmbio de conhecimentos, a troca de experiências e a disseminação de boas práticas adotadas em diferentes realidades institucionais, contribuindo para a atualização técnica e pedagógica dos servidores. Além disso, o contato com inovações, metodologias e entendimentos consolidados em âmbito nacional fortalece a atuação da Escola de Contas, promove a padronização de procedimentos e eleva a qualidade das ações de capacitação, refletindo diretamente na eficiência do controle externo e no atendimento à sociedade.

#### 2.1.7.1 XI EDUCONTAS

No exercício de 2025, servidores da Escola de Contas do TCE-RN participaram do XVI Encontro Técnico de Educação Profissional dos Tribunais de Contas (XVI EDUCONTAS), realizado nos dias 6 e 7 de novembro, na cidade de Recife/PE. O evento contou com a presença do Diretor da Escola de Contas, José Walter da Fonseca, do Coordenador de Administração e Finanças, André Gustavo Almeida e Silva, e da servidora Kaline Gabriella Rêgo de Oliveira.

Imagem 12: EDUCONTAS



Fonte: Escola de Contas

O Encontro, reuniu as Escolas de Contas integrantes do sistema de controle externo brasileiro, e teve como tema central: "Educação Profissional: medindo impactos, transformando cenários". A programação contemplou palestras, painéis de boas práticas e a oficina: *Avaliação de Impacto nas Escolas de Contas*, ministrada pela professora Gardênia Abbad, abordando critérios de avaliação vinculados ao Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), ainda pouco pontuados pelas Escolas de Contas.

O XVI EDUCONTAS proporcionou o compartilhamento de experiências e o aprimoramento técnico da equipe da Escola de Contas, cujos conhecimentos adquiridos constituem subsídio relevante para o planejamento das ações educacionais a serem desenvolvidas no exercício de 2026, especialmente no que se refere à estruturação de procedimentos para a mensuração da aprendizagem e à avaliação do impacto das ações de capacitação e desenvolvimento promovidas pela instituição.

### 2.1.7.2 IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas

A Escola de Contas do TCE-RN esteve representada no IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas pelo seu Diretor, José Walter da Fonseca. O evento, foi realizado na cidade de Florianópolis/SC, no período de 2 a 5 de dezembro de 2025, oportunizou o acompanhamento das principais tendências, debates e boas práticas relacionadas ao controle externo, à governança pública e ao fortalecimento das Instituições Superiores de Controle, em âmbito nacional e internacional.

Imagem 13: IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas



Fonte: Escola de Contas

O evento constituiu espaço estratégico para o intercâmbio de experiências com representantes de Tribunais de Contas e organismos congêneres, contribuindo para a atualização técnico-institucional da gestão educacional e para a incorporação de referências contemporâneas às ações formativas desenvolvidas pela Escola de Contas.

### 2.1.8 Perspectivas e planos para o próximo ano

A Escola de Contas realiza, anualmente, os Encontros Regionais, evento já consolidado e tradicionalmente inserido na agenda dos municípios do Rio Grande do Norte. Em 2025, 2 (dois) marcos mereceram destaque nessa iniciativa. O primeiro foi a metodologia de ensino adotada, com a realização de oficinas práticas que proporcionaram aos jurisdicionados um aprendizado aplicado, fortalecendo a aproximação entre o órgão fiscalizador, os gestores municipais e os técnicos de todo o Estado. Esse formato favoreceu um espaço qualificado de diálogo, no qual os participantes puderam expor suas dificuldades, angústias e anseios, sempre com o objetivo de aprimorar a gestão municipal.

O segundo marco foi a ampliação da iniciativa com a criação de 2 (dois) novos polos regionais, possibilitando a participação de um número ainda maior de agentes públicos interessados na qualificação profissional e na melhoria das políticas públicas municipais, com reflexos diretos na entrega de melhores resultados à sociedade e redução de correções aplicadas pelo TCE-RN.

Diante do sucesso dessas iniciativas, o Conselheiro Diretor da Escola de Contas, George Soares, decidiu manter a metodologia das oficinas e ampliar ainda mais o alcance das ações do TCE-RN, assumindo o compromisso de implantar um novo polo regional no exercício de 2026, atendendo desta feita, a Região Agreste do Estado. Os 6 (seis) polos em 2025 atenderam as regiões metropolitanas de Natal, Vale do Assú e Costa Branca, Médio Oeste e Serrana, Mato Grande, Litoral Norte e Seridó. A ampliação do número de Polos Regionais é essencial para assegurar o bom funcionamento das oficinas.

Outrossim, a Escola de Contas assume o compromisso de dar andamento as ações previstas no PAE 2025-2026, especialmente as que estão em atraso, com o intuito de honrar com os compromissos assumidos perante o TCE-RN e a sociedade potiguar.

Neste sentido, reiteramos o compromisso da Escola de Contas em ser uma referência na promoção da educação e aprimoramento profissional no âmbito da gestão pública, alinhando-se de maneira sólida e coerente com os objetivos traçados em seu Plano de Ações Estratégicas – PAE e o Plano Anual de Capacitação – PAC, que são instrumentos de planejamento que direcionam as ações e atividades executadas pela Escola de Contas, reafirmando seu compromisso com a qualidade, inovação e aprimoramento constante.

## 2.2 Diretoria da Ouvidoria (OUVID)

Instituída por meio da Resolução nº 006/2008-TCE/RN, aprovada em 17/04/2008, a Ouvidoria é um dos órgãos integrantes do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) e representa um verdadeiro instrumento de fortalecimento da cidadania, na medida em que proporciona a participação ativa da sociedade na gestão pública, por meio de canais de comunicação direta, possibilitando-lhe a formulação de reclamações, solicitações, sugestões, elogios, pedidos de informação e simplificação dos serviços prestados por este Órgão de controle externo, além da comunicação de irregularidades no âmbito da Administração Pública estadual e municipal.

Nesse sentido, o contato direto e desburocratizado dos cidadãos com o órgão público estimula e impulsiona a efetivação do controle social, que se operacionaliza mediante a interação da sociedade com o Estado na tomada de decisões, na elaboração das políticas públicas e na fiscalização dos serviços prestados, com evidente contribuição para a adequação e eficiência da atuação administrativa.

A Ouvidoria conta com uma equipe capacitada, orientada por um Conselheiro-Ouvidor. Está estruturada em espaço físico próprio e conta com sistemas informatizados aptos a atender às manifestações encaminhadas pelos cidadãos, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento de uma sociedade mais participativa e digna dos direitos que lhe são assegurados constitucionalmente.

Com o advento da Lei Complementar Estadual nº 464/2012 (Lei Orgânica do Tribunal) e do respectivo Regimento Interno (aprovado pela Resolução nº 009/2012-TCE), que disciplinam e regulamentam a atuação deste Tribunal de Contas, as finalidades da Ouvidoria restaram bem mais sistematizadas, nos termos do artigo 94 deste último diploma normativo, conforme a seguir especificado.

- I – receber notícias sobre irregularidades, criando canal efetivo no controle e avaliação da gestão pública, garantindo uma maior transparência e visibilidade das ações do Tribunal;
- II – encaminhar aos setores competentes as notícias de irregularidades formuladas perante a Ouvidoria;
- III – acompanhar as atividades de averiguação de que trata o inciso II, requisitando aos setores do Tribunal informações acerca do seu andamento;
- IV – informar ao cidadão e às entidades interessadas sobre os resultados das demandas registradas na Ouvidoria, ressaltando as providências adotadas pelas unidades organizacionais competentes do Tribunal, permitindo o fortalecimento da imagem

institucional, a aproximação do órgão com a sociedade e o exercício do controle social;

V – estimular a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício da cidadania e do controle social;

VI – manter banco de dados informatizado, contendo respostas fornecidas pelas unidades organizacionais competentes do Tribunal, que deverá ser atualizado periodicamente, com vistas a minimizar o número de solicitações internas;

VII – receber sugestões e críticas sobre os serviços prestados pelo Tribunal propondo, se for o caso, a adoção das medidas cabíveis; e

VIII – outras atribuições que lhe forem compatíveis, conferidas em ato normativo específico.

Assim, cumpre à Ouvidoria arregimentar ferramentas, ideias, projetos, programas e iniciativas no intuito de estimular e fortalecer o controle social, como um poderoso instrumento de suporte e auxílio ao controle externo a que o Tribunal está constitucionalmente vocacionado. Vale destacar que também é nesse sentido que a regulamentação da Ouvidoria, prevista na Resolução nº 016/2025, de 23 de julho de 2025, dispõe sobre suas finalidades.

### 2.2.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2025 PELA OUVIDORIA DO TRIBUNAL

Quanto à recepção e tratamento das demandas, a Ouvidoria continuou com a utilização de um único sistema (Fala.BR), processo iniciado em 20/06/2022, para o encaminhamento de todas as *manifestações de ouvidoria* (*denúncias/comunicações*<sup>1</sup>, *reclamações, solicitações, sugestões e elogios*), *solicitações de simplificação, além dos pedidos de acesso à informação*, nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Os sistemas e-SIC e Fale Conosco foram desativados na referida data, quando se deu a operacionalização regular da ferramenta de inteligência artificial (robô Kairós), que permanece em fase de acompanhamento, avaliação e ampliação das suas funcionalidades.

Estão listadas, a seguir, as principais atividades desenvolvidas em 2025, sob a gestão do Conselheiro-Ouvidor Paulo Roberto Chaves Alves.

<sup>1</sup>No caso específico de DENÚNCIAS cadastradas na plataforma Fala.BR, o sistema as direciona, inicialmente, para a Diretoria de Expediente (DE), uma vez que seguem o rito definido no Regimento Interno do Tribunal (art. 293 e seguintes), retornando posteriormente para a Ouvidoria, a quem cabe enviar a resposta ao cidadão. Mas isso não altera a forma de cadastramento da manifestação no sistema. Na hipótese de anonimato, o sistema as receberá como COMUNICAÇÃO de irregularidade e não como denúncia, e serão tratadas, desde logo, na Ouvidoria.

- Fortalecimento das ações de participação social e controle externo em conjunto com a Controladoria Geral da União do Estado do Rio Grande do Norte (CGU).
- Participação do Diretor da unidade, como integrante do GT Controle Social e Participação Cidadã, do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias, Controles Interno e Social do Instituto Rui Barbosa (IRB).
- Realização de atividades rotineiras, como atualização, ao longo do período, do sítio do Tribunal na internet (abas da Ouvidoria, Denúncias, Fale Conosco e Portal da Cidadania) e do cronograma das ações/atividades da Ouvidoria; elaboração dos relatórios de atividades (trimestrais e anual); atendimento às solicitações originadas em outras unidades do Tribunal; atendimento às manifestações enviadas ao Tribunal pelos cidadãos, entre outras.
- Acompanhamento do painel de BI desenvolvido para os serviços da Ouvidoria.
- Planejamento, organização e realização, em parceria com a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira (ECTCE/RN), do evento comemorativo ao Dia Nacional do Ouvidor, intitulado "A Ouvidoria como Ferramenta de Participação".
- Permanente monitoramento relativo às atualizações dos fluxos da ferramenta de inteligência artificial Kairós.
- Análise e validação das metas e indicadores estabelecidos pela Diretoria de Planejamento, Gestão e Governança (DPG) para a unidade, relativos ao biênio 2025-2026.
- Acompanhamento e atualização, no sistema ATENA, da execução do Plano de Ações Estratégicas (PAE) da unidade.
- Realização da 1ª e 2ª RAE – Reunião de Avaliação Estratégica de 2025.
- Participação da Assistente Técnica da unidade, como integrante do GT Tratamento do Assédio e Discriminação no Âmbito das Ouvidorias, do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias, Controles Interno e Social do Instituto Rui Barbosa (IRB).
- Participação do Diretor da unidade, como integrante do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias, Controles Interno e Social do Instituto Rui Barbosa (IRB).
- Participação da Ouvidoria do TCE/RN na 3ª Edição do Congresso Conecta Municípios Potiguares (COMUP), realizado no Centro de Convenções de Natal/RN.
- Lançamento do canal de WhatsApp da Ouvidoria, iniciativa voltada para o atendimento, comunicação direta e ágil com a sociedade.

- Lançamento da nova Carta de Serviços em formato eletrônico e interativo. Projeto foi liderado pela Ouvidoria em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Publicação sobre a XXIII Edição da Sexta de Contas na 12ª edição da Revista da Rede Nacional de Ouvidorias – RENOUV.
- Assinatura do Protocolo de Intenções para a criação da Rede OUVIR RN.
- Participação do Conselheiro Ouvidor e do diretor da unidade, no 3º Laboratório de Boas Práticas (3º LabTCs), que ocorreu em São Paulo/SP.
- Participação do Conselheiro Ouvidor no III Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas (CNCTC), que teve como tema “Estratégia, inovação e diálogo com a sociedade”, o evento ocorreu no Rio de Janeiro.
- Participação do Conselheiro Ouvidor no IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas em Florianópolis.
- Participação do Diretor da unidade, Jailson Tavares, no I Seminário Nacional de Ouvidorias Públicas, que ocorreu no Tribunal de Contas de Minas Gerais. O evento foi promovido pela CGU e reuniu instituições de todo o país.
- Lançamento do Boletim “Ouvidoria em Pauta”. A publicação tem como objetivo divulgar as principais ações, eventos e iniciativas da Ouvidoria de cada trimestre.
- Participação do Diretor da Ouvidoria no Comitê Gestor de Proteção de Dados – CGPD do TCE/RN.

## 2.2.2 PROJETOS

### 2.2.2.1 PROJETOS EXTERNOS

- **ROTAS PARA OUVIR**

O projeto “Rotas para Ouvir: sua voz a serviço da cidadania” tem como principal escopo estimular a criação e o desenvolvimento de Ouvidorias no âmbito municipal, facilitando o contato direto do cidadão com os órgãos públicos e, então, contribuir para a maior efetividade do controle social e a transparência da gestão pública, em observância ao que preconiza a Lei 13.460/2017.

Em 2025, dando prosseguimento ao aludido projeto, a equipe da Ouvidoria do TCE/RN procedeu fazendo a distribuição de material para consulta, relativo à implementação de Ouvidorias Municipais, adesão à plataforma Fala BR e a utilização da ferramenta de inteligência artificial – Robô Kairós.

Essa ação aconteceu mediante a participação da Ouvidoria em Eventos realizados por meio da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira.

Houve também um levantamento que teve como finalidade mapear quais prefeituras já dispõem de ouvidoria estruturada e identificar aquelas que ainda não possuem esse canal de participação e controle social. A partir dos dados obtidos, está prevista, para o ano de 2026, a realização de oficinas direcionadas aos municípios que ainda não possuem ouvidorias implementadas, com o intuito de orientá-los quanto à criação, estruturação e funcionamento de uma ouvidoria.

- **NOSSAS CIDADES**

Com o intuito de aumentar a percepção dos entes públicos a respeito da importância do cumprimento à legislação e da abertura de dados para o exercício do controle social, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON) instituiu, em 2022, o Programa Nacional de Transparência Pública. Esta ação resultou em um levantamento realizado pelos Tribunais de Contas, com o apoio dos controladores internos, com o fito de verificar o cumprimento da legislação de transparência de órgãos públicos de todo o país, divulgando essas informações por meio da ferramenta eletrônica Radar Nacional de Transparência.

Nesse cenário, o projeto "Nossas Cidades", iniciado no biênio 2018/2019, que nasceu com o intuito de realizar um levantamento nos Portais da Transparência de todas as Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, foi atualizado e repaginado, na aba da Ouvidoria, no sítio eletrônico do TCE/RN. Em parceria com as equipes da Diretoria de Controle de Contas de Gestão e Execução da Despesa Pública (DCD) e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), as informações foram organizadas e disponibilizadas em três tópicos, quais sejam, apresentação, histórico e sobre o Radar Nacional da Transparência.

No primeiro tópico, encontra-se todo o arcabouço legal que fundamenta a essência desse projeto. No tópico relativo ao histórico, por sua vez, é possível acompanhar a sucessão dos Planos de Fiscalização Anuais (PFA), no tocante à continuidade das ações fiscalizatórias relativas à transparência dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, desde o biênio 2018/2019. O Radar Nacional da Transparência ganhou tópico próprio, onde é possível entender sobre o seu surgimento, sua base normativa, bem como acessá-lo, via link disponibilizado.

- **SEXTA DE CONTAS**

O projeto "Sexta de Contas" é realizado pela Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte em parceria com a Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira (ECTCE/RN) e tem como objetivos precípuos a propagação do conhecimento e o fomento ao debate acerca de matérias com relevância social, notadamente aquelas inseridas no âmbito de competência desta Corte de Contas.

Em tal contexto, o referido projeto não se destina tão somente aos gestores públicos ou aos servidores do TCE/RN, mas também à sociedade em geral,

como verdadeiro instrumento de fortalecimento da cidadania participativa, na medida em que, por intermédio de uma exposição didática dos temas selecionados, contribui sobremaneira para a inserção do cidadão no contexto do controle social.

Isso porque as matérias de competência dos Tribunais de Contas, por vezes, não são de fácil compreensão ou acesso, de maneira que o desenvolvimento de temáticas sobre esse viés possibilita a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na fiscalização dos jurisdicionados.

Nesse ínterim, a "Sexta de Contas" almeja, então, promover o acesso às diversas matérias afetas a este Tribunal, fomentando o debate e possibilitando a formação de cidadãos mais ativos na fiscalização da administração pública, o que, por conseguinte, agrega ao exercício do controle externo, à gestão da máquina pública e à prestação eficiente dos serviços públicos.

No exercício de 2025 foram realizadas as seguintes edições do projeto:

- **XXI Sexta de Contas** intitulada "*A Proteção dos Concursos Públicos pelos Tribunais de Contas*", ministrada pelo Auditor de Controle Externo do TCE-RN, Evandro Nunes Franco; professor da UFRN e advogado, Vladimir da Rocha França e pela Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), professora e advogada Livia Ciprano Dal Piaz.
- **XXII Sexta de Contas** intitulada "*Reforma Tributária: Visão Atual e Expectativas dos Governos Municipais e do Governo Estadual*", ministrada pelo Procurador do Ministério Público de Contas de Pernambuco, Ricardo Alexandre de Almeida Santos; do Secretário da Fazenda do Rio Grande do Norte, Carlos Eduardo Xavier; da Advogada, Liane Carine Fernandes de Queiroz e do Prefeito de Acari, Fernando Antonio Bezerra.
- **XXIII Sexta de Contas** intitulada "*I Encontro das Ouvidorias Públicas do RN*", ministrada por Rogério Vieira dos Reis, Superintendente da Controladoria-Geral da União no RN; Luciana Daltro de Castro Pádua, Controladora-Geral do Estado do RN; e Mariana Marinho Barbalho, Promotora de Justiça e Ouvidora do Ministério Público do Estado do RN.
- **XXIV Sexta de Contas** intitulada "*Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP)*", o evento marcou a entrega de certificados a 141 entes potiguares nas categorias Diamante, Ouro e Prata, registrando um avanço significativo em relação ao ciclo anterior, que contou com 45 certificados. O TCE-RN, pelo quarto ano consecutivo, alcançou o nível Diamante.

#### • **CONTAS EM GOTAS**

Uma das principais funções desempenhadas pelas Ouvidorias Públicas é a de servir como elo de comunicação entre a sociedade e a instituição da qual fazem parte. Isso permite que o cidadão expresse críticas, envie sugestões, faça elogios ou denúncias, ou seja, participe ativamente da fiscalização da

gestão pública quando do exercício do controle social.

Nesse contexto, é fundamental que a sociedade tenha acesso a informações claras e de fácil compreensão, para que a sua participação seja mais eficaz e efetiva. Com esse objetivo, e como fruto da interação em um Grupo de Trabalho do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias, Controles Interno e Social do Instituto Rui Barbosa (IRB), nasceu o Projeto "Contas em Gotas: A Ouvidoria no fomento à cidadania participativa qualificada". O projeto busca intensificar essa conexão com a sociedade potiguar, abordando temas de interesse público relacionados à atuação da Ouvidoria e do próprio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN).

O Contas em Gotas é executado pela Ouvidoria em parceria com a Diretoria de Comunicação (DCOM). Por meio do Instagram institucional (@tce\_rn), o projeto tem como objetivo realizar postagens periódicas, visualmente modernas e em linguagem acessível, atendendo às orientações do art. 5º, XIV, da Lei Nº 13.460/2017 e da Nota Recomendatória Atricon nº 04/2023. A intenção é incentivar a cidadania participativa qualificada, ou seja, facilitar a compreensão dos temas abordados para que o cidadão participe de maneira cada vez mais eficiente. No decorrer do de 2025 foram realizadas 21 postagens no Instagram do Tribunal de Contas relativas ao projeto.

- **OUVIDORIA INTERNA**

A Ouvidoria Interna do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) foi lançada no dia 23 de outubro de 2024, a iniciativa visa promover o bem-estar das servidoras e dos servidores, estagiárias e estagiários, terceirizadas e terceirizados, contribuindo para um ambiente de trabalho mais transparente, ético e colaborativo. A Ouvidoria Interna atua como um canal seguro e confidencial, onde é possível registrar reclamações, sugestões, elogios e denúncias relacionadas ao ambiente profissional.

Esse espaço foi concebido para acolher manifestações sobre atitudes inadequadas, assédio, discriminação ou outros comportamentos que comprometam a integridade do ambiente de trabalho.

O compromisso com a confidencialidade é um pilar essencial, a Ouvidoria assegura o sigilo das informações e protege a identidade de quem utiliza o canal. Dessa forma, a Ouvidoria não apenas contribui para a resolução de problemas, mas também reforça os valores de transparência e responsabilidade que devem guiar a administração pública.

- **REDE ESTADUAL DE OUVIDORIAS PÚBLICAS (REDE OUVIR RN)**

O Projeto da REDE OUVIR RN tem como finalidade a criação e implementação da Rede de Ouvidorias Públicas do Estado do Rio Grande do Norte e tem como objetivos a integração, articulação e fortalecimento das Ouvidorias Públicas dos diversos Poderes, Órgãos e Entidades que atuam no âmbito estadual e municipal. A iniciativa busca promover a cooperação técnica, o intercâmbio de informações, experiências e boas práticas, contribuindo para o aprimoramento dos serviços prestados ao cidadão, o fortalecimento do controle social e a ampliação da transparência

pública, em consonância com os princípios da administração pública e com a Lei nº 13.460/2017.

O Protocolo foi firmado em 12 de setembro de 2025, durante o I Encontro das Ouvidorias Públicas do Rio Grande do Norte, reunindo instituições como o Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Prefeitura e Câmara Municipal de Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional RN. A partir dessa articulação interinstitucional, a Rede Ouvir RN estabelece diretrizes voltadas à realização de ações conjuntas de capacitação, comunicação e divulgação institucional, bem como ao estímulo à padronização de procedimentos e ao uso de tecnologias voltadas ao atendimento ao cidadão, incluindo a adesão à Plataforma Fala.BR e à Rede Nacional de Ouvidorias – RENOUV.

Nesse contexto, o Protocolo de Intenções representa um marco para o fortalecimento das Ouvidorias Públicas no Estado do Rio Grande do Norte, ao fomentar a atuação integrada e colaborativa entre os partícipes. As ações decorrentes da REDE OUVIR RN visam consolidar as ouvidorias como instrumentos essenciais de participação cidadã, prevenção de irregularidades e aprimoramento da gestão pública, com previsão de continuidade e expansão das atividades por meio de reuniões, capacitações e iniciativas conjuntas ao longo de sua vigência.

- **ENCONTRO ANUAL DAS OUVIDORIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

A iniciativa é relevante para o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte por reconhecer a importância da existência de Ouvidorias Municipais ativas e funcionais, bem como da regulamentação da Lei de Acesso à Informação, como instrumentos fundamentais para o fortalecimento do controle social e da transparência na gestão pública.

Nesse contexto, em 12 de setembro de 2025, a Ouvidoria do TCE/RN realizou o I Projeto Sexta de Contas. O evento reuniu cerca de 250 participantes e teve como objetivo promover a articulação institucional para a criação da Rede de Ouvidorias Públicas do Estado do Rio Grande do Norte – REDE OUVIR RN.

O encontro, realizado em parceria com as principais Ouvidorias do Estado, resultou na assinatura do Protocolo de Intenções para a criação da Rede OUVIR RN, que passa a integrar ouvidorias públicas municipais, estaduais e federais atuantes no Rio Grande do Norte. A iniciativa visa fortalecer a atuação das ouvidorias por meio da cooperação interinstitucional, do compartilhamento de experiências e da adoção de boas práticas voltadas ao atendimento ao cidadão.

- **CARTA DE SERVIÇOS DA OUVIDORIA**

O projeto de atualização da Carta de Serviços da Ouvidoria tem como objetivo assegurar que as informações disponibilizadas aos cidadãos estejam permanentemente atualizadas, claras e alinhadas às atividades e serviços efetivamente prestados pela Ouvidoria do Tribunal de Contas

do Estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com os princípios da transparência e do acesso à informação.

No ano de 2025, a Carta de Serviços foi atualizada e encontra-se disponível no hotsite da Ouvidoria, servindo como instrumento para que o cidadão possa localizar, de forma clara e acessível, as informações necessárias sobre os serviços oferecidos.

- **CARTA DE SERVIÇOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO NORTE**

O projeto de atualização da Carta de Serviços do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte culminou no lançamento da 4ª edição da Carta de Serviços ao Cidadão, apresentada em formato mais dinâmico, moderno e acessível, com o objetivo de aprimorar a comunicação institucional e facilitar o acesso da sociedade às informações sobre os serviços oferecidos pelo TCE/RN.

A Carta de Serviços constitui um guia que reúne, de forma clara e organizada, os serviços disponibilizados pelo Tribunal. Nesta edição, o documento passou a ser totalmente dinâmico, possibilitando navegação simples e intuitiva, com serviços agrupados por temas, descrições objetivas, formas de acesso e links diretos, proporcionando maior praticidade ao cidadão.

## 2.2.2.2 PROJETOS INTERNOS

- **MANUAL DE PROCEDIMENTOS INTERNOS**

O projeto de atualização do Manual de Procedimentos Internos da Ouvidoria tem como objetivo padronizar, organizar e aprimorar os fluxos de trabalho e as rotinas administrativas da unidade, assegurando maior eficiência, segurança e uniformidade na execução das atividades relacionadas ao atendimento ao cidadão e ao tratamento das manifestações.

O Manual reúne orientações sobre os procedimentos internos da Ouvidoria, servindo como instrumento de apoio de referência para a execução das atividades, em consonância com a legislação vigente e as diretrizes institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

A atualização do documento permite adequar os procedimentos às mudanças normativas, tecnológicas e operacionais, além de contribuir para a melhoria contínua dos serviços prestados, o fortalecimento da gestão interna e a transparência das ações desenvolvidas pela Ouvidoria.

- **REGULAMENTO DA OUVIDORIA**

O projeto de atualização do Regulamento da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte tem como objetivo revisar e aprimorar as normas que regem o funcionamento da unidade, garantindo maior clareza, eficiência e conformidade com a legislação vigente e as diretrizes institucionais.

A atualização do regulamento permite organizar e padronizar os procedimentos internos, fortalecer a gestão da Ouvidoria, assegurar a correta tramitação das manifestações e aprimorar o atendimento aos cidadãos. Além disso, o documento atualizado contribui para consolidar a transparência e a previsibilidade das ações da Ouvidoria, reforçando o compromisso do TCE/RN com a qualidade dos serviços prestados e com o controle social.

• **ATENDIMENTO TELEFÔNICO POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

O projeto Atendimento por Inteligência Artificial tem como objetivo modernizar o canal de comunicação da Ouvidoria, promovendo atendimento ágil e eficiente por meio do WhatsApp. Em 2025, deu-se início à criação do canal de WhatsApp da Ouvidoria, proporcionando aos cidadãos uma forma prática e acessível de obter informações.

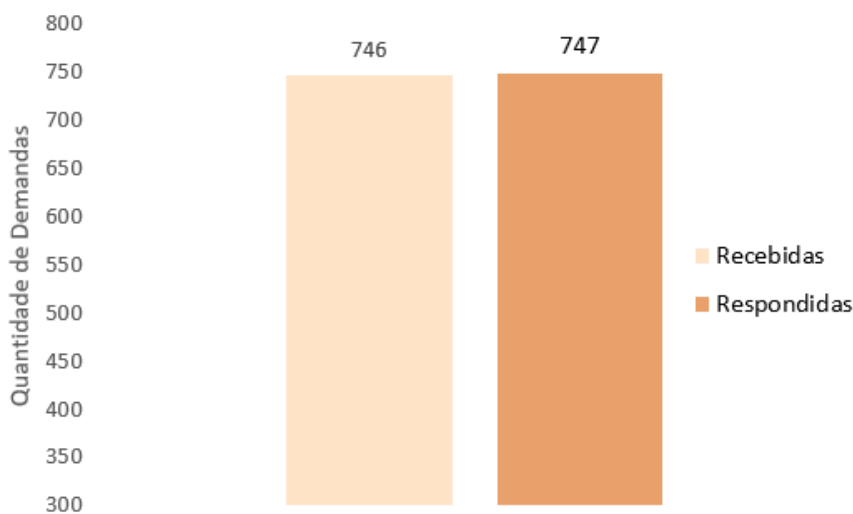
Atualmente, o projeto encontra-se em fase de análise, visando a possibilidade de utilização de inteligência artificial no atendimento, com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. A implementação dessa tecnologia pretende otimizar o fluxo de atendimento, reduzir o tempo de resposta e ampliar a eficiência na gestão das demandas recebidas, consolidando a Ouvidoria do TCE/RN como um canal inovador, acessível e eficiente para o cidadão.

**2.2.2.3 MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS EM 2025**

Além das atividades listadas no item anterior, a Ouvidoria recebeu diversas manifestações e pedidos de acesso a informações neste ano.

O gráfico a seguir apresenta a quantidade de manifestações recebidas e respondidas pela Ouvidoria do Tribunal, no período **01/01/2025 a 31/12/2025**.

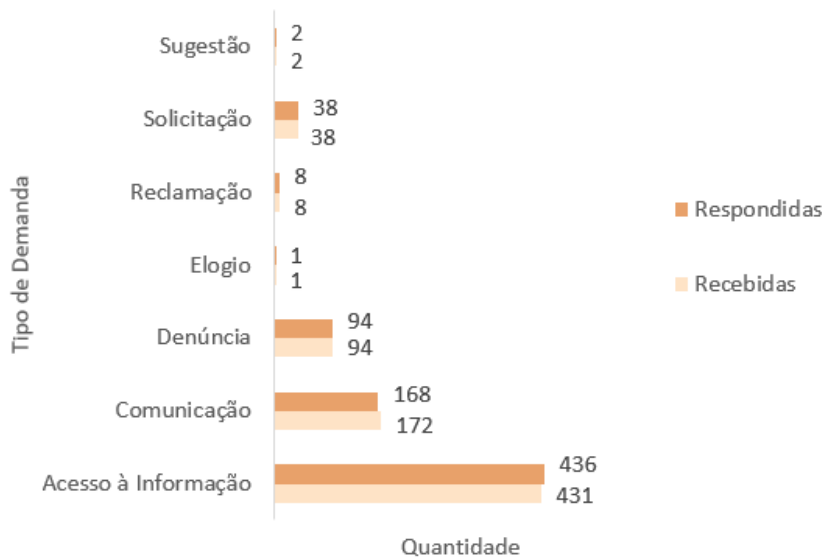
Gráfico 9 Quantidade de Manifestações Recebidas e Respondidas pela Ouvidoria em 2025



Fonte: Painel de BI da Ouvidoria, em 08/01/2025.

Essas mesmas manifestações, classificadas por tipo, apresentaram o seguinte comportamento.

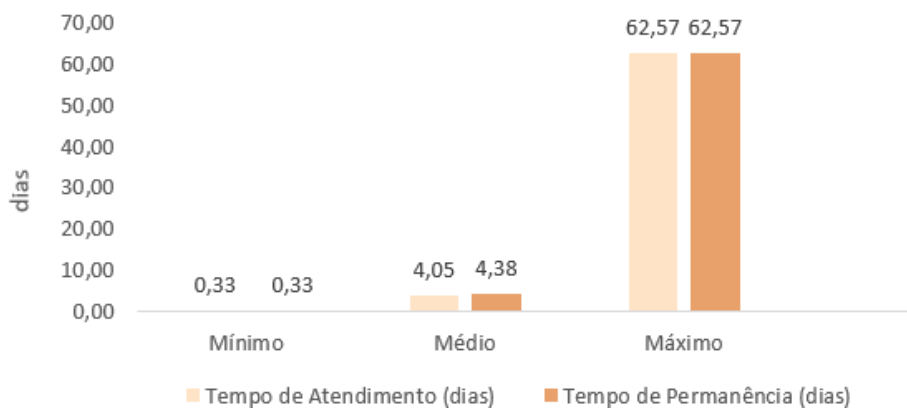
Gráfico 10 Quantidade de Manifestações (por Tipo) Recebidas e Respondidas em 2025



Fonte: Painel de BI da Ouvidoria, em 08/01/2025.

O gráfico a seguir apresenta os tempos de atendimento e de permanência (mínimos, médios e máximos), no ano em análise, das manifestações recebidas pela Ouvidoria. É importante observar que, durante o ano de 2025, o tempo médio de atendimento das manifestações foi de **4,05 dias**. Já o tempo médio de permanência foi de **4,38 dias**.

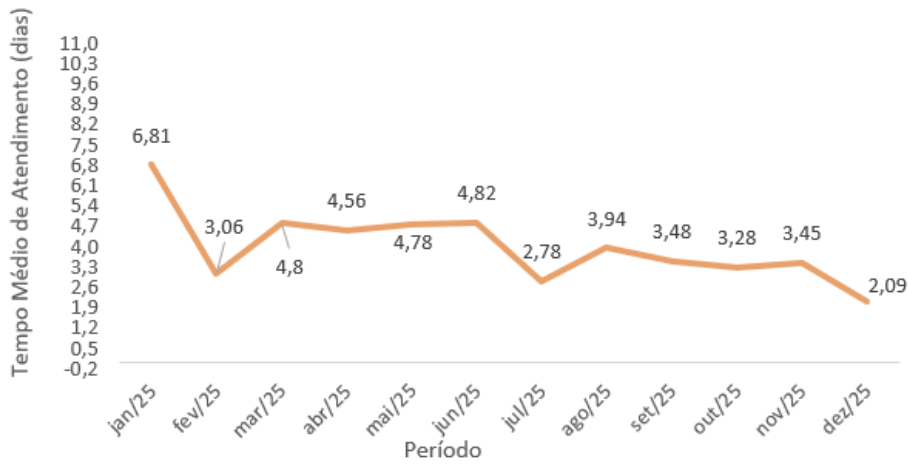
Gráfico 11. Tempo Mínimo, Médio e Máximo de Atendimento e de Permanência das Manifestações em 2025



Fonte: Painel de BI da Ouvidoria, em 08/01/2025.

A evolução do tempo médio mensal de resposta da Ouvidoria, para as manifestações recebidas em 2025, apresentou o seguinte comportamento.

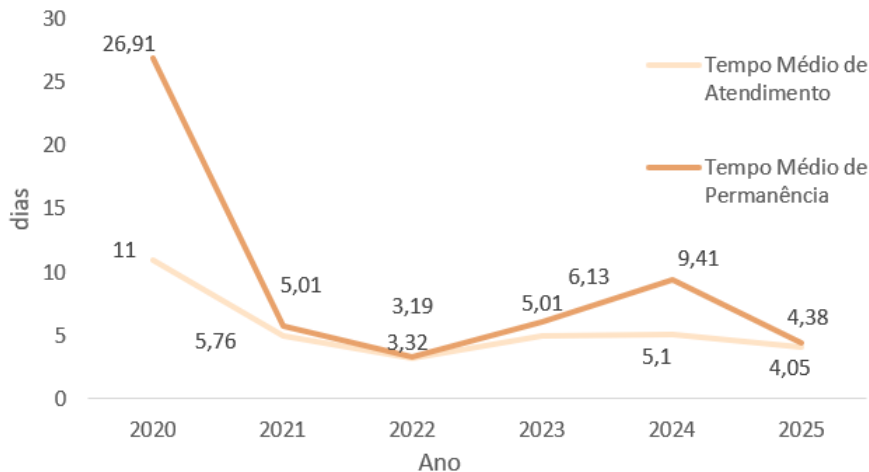
Gráfico 12. Evolução do Tempo Médio de Atendimento da Ouvidoria, por mês, em 2025



Fonte: Painel de BI da Ouvidoria, em 08/01/2025.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos tempos médios de atendimento e de permanência nos últimos anos.

Gráfico 13. Tempos Médios de Atendimento e de Permanência das Manifestações – Período 2020-2025

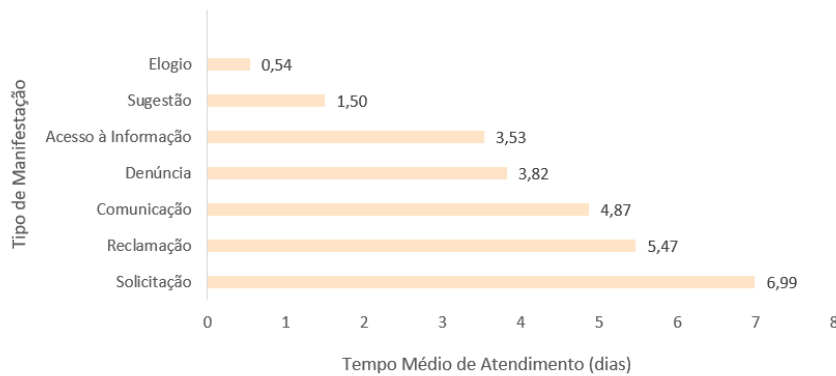


Fonte: Painel de BI da Ouvidoria, em 08/01/2025.

Como se constata nos dois gráficos anteriores, o Tribunal vem trabalhando para reduzir os tempos de resposta das manifestações e pedidos de informações apresentados pelos cidadãos.

Com relação ao tempo médio de atendimento, por tipo de manifestação, observou-se o seguinte comportamento no ano de 2025.

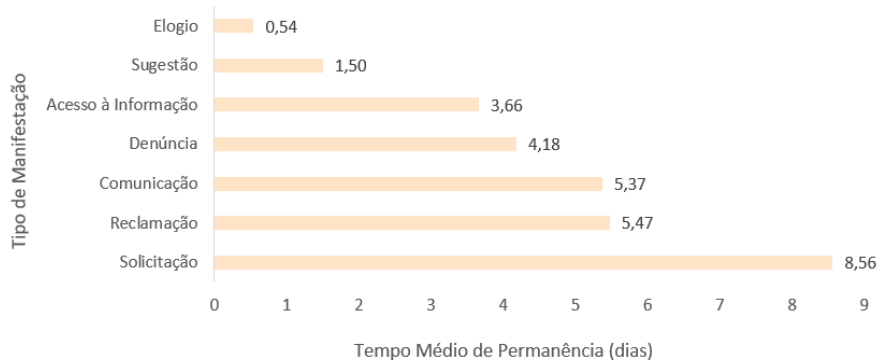
Gráfico 14: Tempo Médio de Atendimento por Tipo de Manifestação em 2025



Fonte: Painel de BI da Ouvidoria, em 08/01/2025.

Quanto ao tempo médio de permanência, por tipo de manifestação, o resultado foi o seguinte.

Gráfico 15: Tempo Médio de Permanência por Tipo de Manifestação em 2025



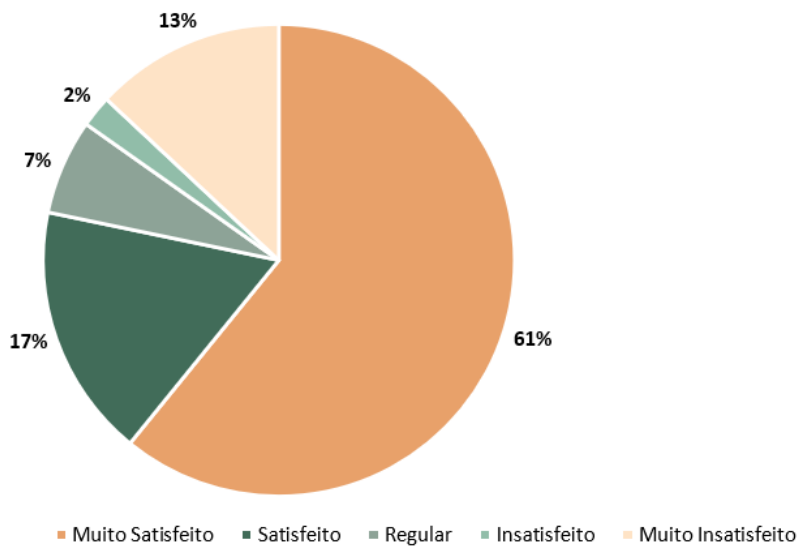
Fonte: Painel de BI da Ouvidoria, em 08/01/2025.

Sob o ponto de vista de avaliação dos serviços prestados pela Ouvidoria no ano de 2025, é relevante assinalar os resultados das pesquisas de satisfação aplicadas aos cidadãos que buscaram esses serviços.

A seguinte situação corresponde às respostas registradas no ano de 2025.

Na plataforma Fala.BR, 67% dos respondentes se disseram muito satisfeitos ou satisfeitos, enquanto 10% consideraram o atendimento regular. Os demais (23%) se mostraram insatisfeitos ou muito insatisfeitos, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 16: Índice de Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria, no Sistema Fala.BR em 2025



Fonte: Painel de BI da Ouvidoria, em 08/01/2025.

### 2.2.2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto ao longo deste relatório, em observância ao art. 30 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao art. 10, parágrafo único, da Resolução nº 015/2012-TCE/RN, a Ouvidoria elegeu como prioridade de atuação para o vigente exercício o aprimoramento das práticas de fomento ao controle social e à transparência da gestão pública, de maneira a desburocratizar e ampliar o acesso dos cidadãos não só a esta Corte de Contas, como também às informações relativas aos demais órgãos públicos do Estado do RN.

Todas as atividades aqui apresentadas foram desempenhadas pela seguinte equipe de trabalho.

Tabela 11: Quantitativo de servidores e estagiários na unidade

SERVIDORES	QUANTIDADE
Atividade de Gestão	01
Outras (especificar):	
Coordenação e Assessoramento	02
<b>TOTAL 1</b>	<b>03</b>
ESTAGIÁRIOS	QUANTIDADE
Curso: Administração	01
<b>TOTAL 2</b>	<b>01</b>
<b>TOTAL (1+2)</b>	<b>04</b>

Fonte: OUVID

Cumpra salientar que o trabalho da Ouvidoria continua sendo executado regularmente, por meio das seguintes opções colocadas à disposição dos cidadãos: Fala.BR, e-mail, presencial, WhatsApp, telefone e via postal.

É importante ressaltar também que a operação regular da ferramenta de inteligência artificial (robô *Kairós*), em todas as manifestações recebidas pela Ouvidoria, segue em fase de avaliação e acompanhamento, passando por ajustes e implantação de novas funcionalidades, sempre que necessário.

Encerra-se, com esses resultados, a apresentação das principais ações e atividades desenvolvidas pela Ouvidoria em 2025, que continuará atuando no sentido de arregimentar ferramentas, ideias, projetos, programas e iniciativas para estimular e fortalecer o controle social, enquanto poderoso instrumento de suporte e auxílio ao Controle Externo a que o Tribunal está constitucionalmente vocacionado.

## 2.3 DIRETORIA DA CORREGEDORIA (CORREG)

A Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, enquanto setor responsável pelo controle da regularidade e da eficiência dos serviços do Tribunal, bem como da disciplina interna, tem por atribuição praticar atos visando à aplicabilidade adequada dos normativos, o controle de prazos, a adoção das boas práticas de gestão da ética, de integridade, compliance e governança, e o aprimoramento dos métodos de trabalho para o avanço na atuação desta Corte de Contas, conforme disciplinado em seu Regimento Interno, instituído pela Resolução nº 013/2025.

Nesse contexto, são apresentados neste relatório os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025.

### 2.3.1 Atividades Realizadas

Ao longo de 2025, a Corregedoria do TCE-RN desenvolveu um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento do controle da regularidade, da eficiência dos serviços do Tribunal e da disciplina interna, em estrita observância às competências institucionais definidas em seu Regimento Interno.

O exercício foi marcado, inicialmente, por um esforço estruturante, próprio do início de uma nova gestão, com foco na organização interna, na atualização do marco normativo, no fortalecimento das equipes e no planejamento estratégico da atuação correicional para o Biênio 2025-2026.

As atividades a seguir descritas foram organizadas em eixos estruturantes, a saber: administrativo, finalístico, gestão da ética e atuação em rede.

Tabela 12: Eixo Administrativo – ano base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
1. Atualização dos instrumentos normativos a) Regimento Interno da Corregedoria b) Resolução que regulamenta as atividades de correição	2	Concluído
2. Atualização das informações da Corregedoria no site do TCE. a) Solicitação de atualização via memorando	4	Concluído
3. Ampliação da estrutura de pessoal da Corregedoria	1	Concluído
4. Inventário do patrimônio da Corregedoria e regularidade dos registros de movimentação de bens na unidade.	1	Concluído
5. Desenvolvimento de competências necessárias à atuação correicional a) Participação em cursos e eventos: - Oficina sobre Assédio Sexual na UFRN - Encontro de Corregedorias e reunião da Rede PROCOR em Recife - Curso de Direito e Processo Administrativo Disciplinar no TCEPE	3	Concluído
6. Elaboração e acompanhamento do Plano de Ações Estratégicas - PAE 2025-2026 a) Cadastramento e atualização do PAE no Sistema Atena – 5 b) Reuniões de acompanhamento do PAE – 2 c) Elaboração de relatórios trimestrais - 4	11	Em Andamento
7. Elaboração de minuta do Plano de Trabalho da Corregedoria - PTC para o biênio 2025-2026, submetido pelo Corregedor e aprovado no Plenário do TCERN.	1	Concluído
8. Mapeamento das demandas de capacitação interna (equipe da Corregedoria e servidores em geral) e externa a) Encaminhamento das demandas via memorando para composição do Plano Anual de Capacitação – PAC 2025 da Escola de Contas.	1	Concluído
9. Estudo sobre a destinação dos processos que estão com a situação de "Arquivo de Processos não localizados" e se encontram em setores que estão ou serão desativados, em função da reestruturação promovida pela Resolução 038/2024-TC.	1	Em Andamento

10. Acompanhamento da suspensão do exercício da advocacia pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/RN		
a) Cadastramento de dados no sistema	34	Concluído
b) Elaboração de minutas de despachos relativos ao registro das sanções de suspensão - 19		
c) Elaboração de minutas de despachos relativos ao registro do cumprimento da penalidade - 15		

FONTE: Corregedoria

Tabela 13: Eixo Finalístico - Acompanhamento da Regularidade dos Serviços – ano base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
1. Monitoramento das correições realizadas em 2024 nos Gabinetes de 03 (três) Conselheiros.		
a) Elaboração de relatórios de monitoramento - 3		
b) Elaboração de relatório de avaliação correicional no gabinete do Conselheiro-Corregedor - 1		
c) Reuniões de apresentação dos resultados - 2 (1 com as equipes dos Gabinetes monitorados e 1 com a equipe do Gabinete do Conselheiro- Corregedor)		
d) Realização de Oficinas para a elaboração do Plano de Ação para atender às recomendações correicionais complementares com as equipes dos Gabinetes correicionados - 3	12	Concluído
e) Reunião com SETIC para tratar de recomendação correicional complementar acerca do aprimoramento das ferramentas tecnológicas existentes - 1		
f) Reunião com DCOM para tratar de recomendação correicional complementar do aprimoramento da comunicação sobre as ferramentas existentes - 1		
g) Reunião com a Escola de Contas para tratar de recomendação correicional complementar acerca da disseminação de conhecimento sobre as ferramentas existentes - 1		
2. Atuação em parceria com a DTI para aprimoramento da ferramenta "Pendências no Setor" com produção de melhoria no Relatório de Alerta de Prazos Processuais, principalmente aqueles relativos aos prazos prescricionais e decadenciais.	3	Concluído
a) Realização de reunião gerencial -1		
b) Encaminhamento de memorando com sugestão de melhorias na ferramenta - 1		
c) Monitoramento das mudanças implementadas - 1		

3. Realização de Correição Ordinária prevista no PTC cujo tema é a instrução processual eficaz e o objetivo é a verificação do cumprimento de prazos processuais	2	Em Andamento
a) Seleção do objeto b) Elaboração de matriz de planejamento		
4. Ação ordenada sobre prescrição, conforme Provimento 001/2024 da Corregedoria	115	Concluído
a) Elaboração de minutas de voto - 100 b) Elaboração de minutas de despacho (processos não alcançados pela prescrição) - 15		
5. Desenvolvimento de ferramenta de acompanhamento de metas e prazos processuais, em parceria com a SETIC	3	Em andamento
a) Elaboração e proposição de indicadores e metas para acompanhamento dos prazos processuais b) Realização de reuniões gerenciais com a SETIC - 2		
6. Plano de Metas e Prazos Processuais	1	Em andamento
a) Elaboração de Minuta de normativo que regulamenta o Plano de Metas e Prazos Processuais para o TCERN, conforme critério do MMD-TC		

Fonte: Corregedoria

Tabela 14:Eixo Finalístico - Atuação Disciplinar - ano base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
1. Averiguações preliminares em curso	2	Em Andamento
a) Realização de oitivas – 6		
2. Atuação preventiva da Comissão de Ética	1	Concluído
a) Mediação de caso concreto de potencial conflito de interesse, com solução consensual.		

Fonte: Corregedoria

Tabela 15: Eixo Gestão da Ética - ano base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
1. Realização do Evento “Corregedoria Day”, voltado ao público interno e às corregedorias do RN, em cumprimento à agenda nacional do IRB, com temática relacionada à saúde mental dos servidores.	1	Concluído
2. Plano de Gestão de Ética: a) Realização de reuniões gerais com a Comissão de Ética dos Servidores para idealização de ações e projetos para composição do plano - 2 b) Elaboração de minuta de Plano de Gestão da Ética e aprovação pelo Corregedor - 1	3	Concluído
3. Plano de Gestão da Ética - Projeto “Ética: uma escolha diária”: a) Ação para o Dia do Servidor, através da distribuição de cards, com bombons, contendo um QR CODE que remete ao Código de Ética dos Servidores - 1 b) Campanha alusiva ao Dia da Consciência Negra executada por meio da produção e veiculação de um banner informativo/educativo exibido na área restrita e nas TVs do Tribunal - 1	2	Em andamento
4. Plano de Gestão da Ética - Projeto “Observatório da Ética”: c) Realização de reunião gerencial com membro da equipe responsável pelo projeto - 1 d) Mapeamento de temas com potencial de enfrentamento - 1	2	Em andamento
5. Plano de Gestão da Ética - Projeto “Caminhos da Ética”: a) Realização de reuniões gerenciais com membro da equipe responsável pelo projeto para identificação de ações e estabelecimento de parceria com DCOM, DGP e Escola de Contas - 3 b) Realização de reunião com representante da DGP - 1 c) Realização de reunião com representante da Escola de Contas - 1 d) Realização de reunião com representante da DCOM - 1	6	Em andamento
6. Plano de Gestão da Ética – Projeto “Clube de Leitura: Ética e Diversidade em Foco”: a) Reuniões de planejamento da ação, seleção da curadoria das obras, definição do arranjo e dinâmica de funcionamento do clube e estabelecimento de parcerias com a Biblioteca de Contas e a Escola de Contas - 6	7	Em andamento

b) Evento de lançamento do Clube na Presidência com palestra da autora do livro “Viúva Machado. A grandeza de uma mulher” seguido de momento de autógrafos - 1		
7. Plano de Gestão da Ética: Projeto “Compromisso ético com a sustentabilidade”		
a) Elaboração e lançamento da Cartilha de Sustentabilidade em parceria com a Coordenadoria de Sustentabilidade, com a inclusão da temática relativa à sustentabilidade social.	1	Concluído
8. Atuação sobre a temática de equidade, diversidade e cidadania		
a) Participação em reuniões do Comitê Técnico de Equidade, Diversidade e Cidadania - 3		
b) Participação em reunião com a Comissão Especial de Concurso Público para Servidor para apresentação do documento de Diretrizes para equidade Racial nos Concursos Públicos dos Tribunais de Contas emitido pela Atricon e pelo IRB - 1	4	Em andamento

Fonte: Corregedoria

Tabela 16: Eixo Atuação em Rede - ano base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
1. Participação de reunião do Programa de Fortalecimento das Corregedorias (PROCOR) e no Encontro de Corregedorias	1	Concluído
2. Coordenação de Grupo de Trabalho Força-Tarefa MMD/Corregedorias para Diagnóstico da situação das Corregedorias dos TCs do país, resultando no Relatório de Levantamento Nacional sobre a situação das Corregedorias dos TCs do Brasil, apresentado pelo Diretor da Corregedoria durante reunião técnica das Corregedorias no ENCCO 2025	1	Concluído
3. Participação no Grupo de Trabalho Tecnologia e Inovação na gestão de processos correicionais dedicada à elaboração de cartilha de boas práticas sobre o tema	1	Concluído
4. Realização de palestra pelo Conselheiro-Corregedor em Painel sobre “Integridade e Ética na Administração” no ENCCO 2025	1	Concluído
5. Participação em reunião técnica do grupo das Corregedorias do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias, Controles Interno e Social do Instituto Rui Barbosa – IRB	1	Concluído
6. Atuação do Diretor da Corregedoria na organização da “Oficina de Equidade Racial na Administração Pública” do Congresso Internacional dos Tribunais de Contas - CITC 2025, na seleção dos trabalhos apresentados e como mediador do evento.	1	Concluído
7. Atuação do Conselheiro-Corregedor e do Diretor da Corregedoria no Projeto Consciência Cidadã, na condição de membros do GT da Atricon, responsável pela execução do projeto.		

Fonte: Corregedoria

Na sequência, apresentaremos as informações produzidas no ano de 2025, distribuídas segundo a tipologia dos produtos e sua respectiva quantidade.

Tabela 17: Informações Produzidas no Período - ano base 2025

TIPO DE INFORMAÇÃO	QUANTIDADE
1. Despachos	49
2. Plano de Trabalho da Corregedoria	01
3. Plano de Ações Estratégicas	01
4. Votos do Conselheiro-Corregedor	100
5. Memorandos do Gabinete do Conselheiro-Corregedor	03
6. Memorandos da Diretoria da Corregedoria	100
<b>TOTAL</b>	<b>254</b>

Fonte: Corregedoria

A Corregedoria atuou ativamente em 9 das 13 ações previstas em seu Plano de Trabalho, o que corresponde a 70% do Plano, com destaque para a estruturação interna, atualização dos normativos e monitoramento das correições de 2024 que foram concluídas. Além disso, naquilo que ainda não foi concluído, a Corregedoria buscou estabelecer bases sólidas para o aprofundamento das atividades no exercício subsequente.

### 2.3.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Durante a fase de monitoramento das correições realizadas em 2024, identificou-se a necessidade de melhoria da ferramenta "PENDÊNCIAS", o que foi discutido com a equipe da SETIC e resultou no aprimoramento dos parâmetros dos alertas emitidos na Área Restrita dos Gabinetes e Unidades Técnicas.

Tabela 18: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
1. Atuação em parceria com a DTI para aprimoramento da ferramenta "Pendências no Setor" com propostas de melhoria nos alertas apresentados, principalmente aqueles relativos aos prazos prescricionais e decadenciais.	Concluído

Fonte: Memorando nº 000075/2025-CORREG.

### 2.3.3 Projetos e Ações Estratégicas

Tabela 19: Projetos e Ações Estratégicas – ano base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
1. Implementar Painel de Indicadores para controle de prazos, de estoque e de produtividade dos processos de controle externo	Em Andamento
2. Desenvolver sistemática de elaboração e avaliação do Plano de Trabalho da Corregedoria	Em Andamento
3. Propor Plano de metas e prazos processuais	Em Andamento
4. Dotar a Corregedoria de estrutura adequada ao desempenho das suas competências	Concluído
5. Propor atualização dos instrumentos normativos da Corregedoria	Concluído

Fonte: Corregedoria/ATENA.

Foram desenvolvidas as metas e indicadores com vista à implementação da ferramenta de acompanhamento de metas e prazos processuais em desenvolvimento em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, além da construção normativa para a proposta do Plano de Metas e Prazos de julgamento de processos de controle externo, ambos com o intuito de contribuir para uma gestão processual mais eficaz.

Por sua vez, tanto a proposta de dotar a Corregedoria de estrutura adequada quanto proposta de atualização dos instrumentos normativos foram desenvolvidas com o objetivo de contribuir para o melhor desempenho da Corregedoria no exercício de suas competências bem como fomentar à normatização das atividades da Corregedoria.

### 2.3.4 Resultados e Indicadores

Apresenta-se na sequência os indicadores atribuídos à Corregedoria.

Tabela 20: Resultados e Indicadores – ano base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
1. Taxa de capacitações promovidas sobre a cultura ética e a integridade na administração pública.		≥ 2%		Meta não cumprida
2. Número de material divulgado sobre ética e integridade.		≥ 2	2	Meta cumprida
3. Número de campanhas de sensibilização sobre ética		≥ 1	1	Meta cumprida

4. Taxa de satisfação dos servidores em relação ao ambiente ético de trabalho	≥ 80%	Meta não quantificada
5. Tempestividade na análise das contas de governo municipais	≥ 98%	Meta não cumprida

Fonte: Corregedoria

Com relação à “taxa de capacitações promovidas sobre a cultura ética e a integridade na administração pública”, importa informar que, para que pudéssemos promover capacitações, havia a necessidade de desenvolvimento de competências da própria equipe da Corregedoria em razão de sua renovação para o biênio em curso, o que só acabou acontecendo ao final de 2025 (Memorando nº 000077/2025 - CORREG), apesar de demanda de capacitação solicitada ainda no início do período (Memorando nº 000013/2025 - CORREG-DIR). Com isso, as capacitações para os demais servidores da Casa foram postergadas para 2026.

Quanto ao “número de material divulgado sobre ética e integridade”, a meta foi atingida por ocasião da realização de ações no Dia do Servidor, com a disseminação do Código de Ética; e no Dia da Consciência Negra, com a produção e veiculação de banner informativo/educativo.

Como campanha de sensibilização sobre ética, tem-se a realização do Corregedoria Day em 09 de maio de 2025, voltado à promoção da saúde mental no ambiente institucional e à reflexão sobre a atuação preventiva da Corregedoria.

No tocante à “taxa de satisfação dos servidores em relação ao ambiente ético de trabalho”, é importante considerar que as ações previstas no Plano de Gestão da Ética estão em fase de implantação, com previsão de entrega dos produtos/resultados para o próximo exercício. Com isso, a Corregedoria entende que realizar a avaliação de satisfação a partir do ano que vem será mais fidedigno em relação ao que foi planejado para o desenvolvimento de um ambiente ético de trabalho.

Por fim, em relação à “tempestividade na análise das contas de governo municipais”, é sabido que verificar o cumprimento dos prazos regimentais está entre as atribuições desta Corregedoria (art. 5º, IV do Anexo Único da Res. 013/2025), competindo-lhe inclusive propor providências nesse intuito (art. 7º, II do Anexo Único da Res. 013/2025), o que abrange não somente os prazos relativos às contas de governo como também os demais tipos de processos de controle externo. Nesse intento, estão em desenvolvimento ações previstas no Plano de Trabalho da Corregedoria 2025-2026 (Implementação de Painel de Indicadores para controle de prazos, estoque e produtividade dos processos de controle externo e Plano de metas e prazos de julgamento dos processos de controle externo, segundo a tipologia processual) a fim de promover maior agilidade no julgamento e gerenciamento de prazos processuais. Assim, somente após

a conclusão dessas ações, será possível estabelecer metas mais aderentes à nossa realidade acompanhadas de propostas de medidas diretas à uma gestão processual mais eficaz.

### 2.3.5 Boas Práticas e Inovações

No tocante às boas práticas, merece destaque a atuação da Corregedoria no contexto da ação de monitoramento das correições realizadas em 2024.

Foi realizada a avaliação correicional no Gabinete do Conselheiro Antônio Gilberto de Oliveira Jales, reproduzindo o trabalho realizado no monitoramento das recomendações expedidas a partir das correições realizadas em 2024. A avaliação no Gabinete do Conselheiro reafirma o compromisso institucional de liderança pelo exemplo, assegurando coerência entre a prática correicional e os valores que norteiam a atuação do Tribunal de Contas como organização modelo, conforme estabelecem os Princípios 8 a 12 da NBASP 12. Assim, no exercício da função de Conselheiro-Corregedor, responsável pela supervisão e orientação dos demais gabinetes, ao submeter-se, igualmente, aos parâmetros de eficiência, efetividade e integridade verificados nos gabinetes correicionados, fortalece a cultura de accountability; e o compromisso ético com a melhoria contínua dos processos institucionais.

Ainda no âmbito dos monitoramentos das correições realizadas em 2024 nos Gabinetes de O3 (três) Conselheiros, com o intuito de assegurar a efetividade das ações correicionais, foram realizadas oficinas com os integrantes das equipes de cada Gabinete para tratar das etapas necessárias à elaboração do Plano de Ação com vistas ao cumprimento das medidas adicionais propostas, nos termos do art. 48 do Anexo único da Res. 013/2025 (RI-CORREG).

Acerca das inovações, merece destaque a atuação em parceria com a DTI para aprimoramento da ferramenta "Pendências no Setor" com propostas de melhoria nos alertas apresentados, principalmente aqueles relativos aos prazos prescricionais e decadenciais.

### 2.3.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

Um dos desafios encontrados diz respeito à necessidade de desenvolvimento de competências da própria equipe da Corregedoria em razão de sua renovação para o biênio em curso, o que só acabou acontecendo ao final de 2025 (Memorando nº 000077/2025 - CORREG), apesar de demanda de capacitação solicitada ainda no início do período (Memorando nº 000013/2025 - CORREG-DIR). Com isso, além de postergar as capacitações para os demais servidores da Casa para 2026, comprometeu o início das atividades do setor, principalmente relacionadas com as atividades disciplinares.

Quanto aos riscos, identificou-se a solução de continuidade na atuação da Corregedoria ocasionada pela renovação total na equipe que compõe o setor por ocasião da mudança de gestão, o que compromete a regularidade, a previsibilidade e a efetividade das funções correicionais.

Além disso, a ausência de mecanismos de transição e de planejamento que assegurem a continuidade dos trabalhos tende a gerar perda de memória organizacional, o que aliada à ausência de registro de parte dos documentos do trabalho desenvolvido pelas gestões anteriores, dificulta a pesquisa e construção de séries históricas, além de comprometer a realização de atividades contínuas.

Para mitigar esses riscos, a equipe da Corregedoria tem buscado registrar e sistematizar todos os documentos relativos ao trabalho desenvolvido pelo setor em todos os seus eixos ao longo de todo o exercício.

### 2.3.7 Participação em curso e eventos

A Corregedoria atuou de forma colaborativa com a rede de Tribunais de Contas em um esforço voltado ao fortalecimento do controle externo e à promoção de boas práticas institucionais. Dentre as atividades realizadas, destacam-se:

1. Participação de reunião do Programa de Fortalecimento das Corregedorias (PROCOR) e no Encontro de Corregedorias, ocorrido em Recife/PE, com o objetivo de agregar conhecimentos e fortalecer as práticas de correição;
2. Coordenação de Grupo de Trabalho Força-Tarefa MMD/Corregedorias para Diagnóstico da situação das Corregedorias dos TCs do país, resultando no Relatório de Levantamento Nacional sobre a situação das Corregedorias dos TCs do Brasil, apresentado pelo Diretor da Corregedoria durante reunião técnica das Corregedorias no ENCCO 2025;
3. Participação no Grupo de Trabalho Tecnologia e Inovação na gestão de processos correicionais dedicada à elaboração de cartilha de boas práticas sobre o tema;
4. Realização de palestra pelo Conselheiro-Corregedor em Painel sobre "Integridade e Ética na Administração" no ENCCO 2025;
5. Participação em reunião técnica do grupo das Corregedorias do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias, Controles Interno e Social do Instituto Rui Barbosa – IRB; e
6. Atuação na organização da "Oficina de Equidade Racial na Administração Pública" do Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC 2025) no Projeto Consciência Cidadã da Atricon.

### 2.3.8 Perspectivas e planos para o próximo ano

Para 2026, merece destaque a prioridade dada à realização das correições ordinárias previstas, bem como a efetiva implementação do painel de indicadores e aprovação do plano de metas e prazos processuais.

No âmbito da atuação em rede, estão previstas ações relativas ao fomento da implantação de corregedorias no âmbito dos jurisdicionados e criação da Rede de Corregedorias do Estado.

O trabalho desenvolvido pela equipe da Corregedoria ao longo de 2025 foi marcado por um esforço consistente de estruturação institucional, atualização normativa e fortalecimento de uma atuação correcional orientada pela legalidade, pela eficiência, pela ética e pela integridade.

As ações realizadas — no campo administrativo, finalístico, da gestão da ética e da atuação em rede — contribuíram de forma concreta para o aprimoramento dos processos internos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, reforçando a função preventiva e pedagógica da Corregedoria, a cultura de *accountability* e o compromisso permanente com a melhoria contínua e com os valores institucionais desta Corte de Contas



**3**

**Atividades dos  
Órgãos de Gestão  
Institucional**

## 3 ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL

### 3.1 Diretoria das Sessões (DSESS)

Conforme a organização interna do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE-RN, estabelecida e regulamentada por meio da Resolução nº 038/2024-TCE/RN, a Diretoria das Sessões - DSESS é órgão de gestão institucional, diretamente vinculada à Presidência, que compõe a estrutura base do Tribunal. Além das atividades administrativas e gerenciais próprias da unidade, a DSESS coordena as sessões de julgamento dos órgãos colegiados, híbridas e virtuais, quais sejam, Tribunal Pleno, Primeira e Segunda Câmaras. Essa atividade de coordenação implica em abertura, acompanhamento e encerramento das sessões nos sistemas eletrônicos; publicação das pautas no Diário Oficial Eletrônico – DOE do TCE-RN; elaboração e publicação das Decisões e Acórdãos, no Diário Oficial Eletrônico – DOE do TCE-RN; elaboração e envio das atas para os Gabinetes dos Membros, bem como a tramitação de processos para as unidades competentes.

Em adição, por meio do Núcleo de Jurisprudência – NJURIS, mantém a legislação atualizada, no site do Tribunal; propõe minutas de normativos internos; elabora e publica, periodicamente, Informativos de Jurisprudência, bem como organiza e atualiza a jurisprudência, no site do Tribunal.

Nesse sentido, este relatório apresenta os principais resultados das atividades desenvolvidas pela Diretoria das Sessões – DSESS, no ano de 2025.

#### 3.1.1 Atividades Realizadas

A Diretoria das Sessões – DSESS busca debater e adotar ideias, iniciativas e ferramentas que contribuam para a contínua melhoria e modernização da atividade administrativa e finalística do Tribunal. Nesse sentido, seguem listadas as principais atividades desenvolvidas pela Diretoria das Sessões – DSESS, no ano de 2025.

Tabela 21: Principais Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Elaboração de relatórios trimestrais e anual, com envio à DPG.	05	Concluída
Gerenciamento da comunicação com os Gabinetes dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores.	*	Em andamento
Coordenação e operacionalização das sessões de julgamento, híbridas e virtuais.	135	Em andamento
Gerenciamento do e-mail e Trello institucionais da DSESS	*	Em andamento
Organização e execução das reuniões da Comissão Permanente do Plenário Virtual (CPPV).	02	Concluída
Visitas aos Gabinetes dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores.	06	Concluída
Seleção Simplificada para estágio de pós-graduação.	02	Concluída
Participação nas RAEs, promovidas pela DPG.	02	Concluída
Participação em reuniões com grupos nacionais.	05	Concluída
Alinhamentos com setores internos quanto a fluxos procedimentais.	*	Em andamento
Aprimoramento contínuo da elaboração de Acórdãos e Decisões.	*	Em andamento

Fonte: DSESS

Em relação às atividades realizadas pela DSESS no ano de 2025, constata-se um claro aprimoramento na comunicação interna e externa, na formatação e linguagem dos resultados dos julgamentos, bem como na integração com as demais Cortes, dentro do Sistema Tribunais de Contas brasileiro. Destaca-se, dentre os desafios encontrados, a compatibilização entre novas ferramentas tecnológicas desenvolvidas - que possibilitam a modernização de fluxos, rotinas e entregas -, e os sistemas atualmente em utilização pelo Tribunal, dificultando, por vezes, a realização de tarefas.

### 3.1.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Objetivando sempre o aperfeiçoamento de fluxos, rotinas, procedimentos e entregas, a DSESS participou – e ainda participa – de projetos que se alinham aos objetivos anteriormente elencados, quais sejam:

Tabela 22: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Alinhamento com a Presidência sobre o fluxo relativo ao envio das propostas de ata das sessões híbridas de julgamento, para os Gabinetes dos Membros.	01	Concluída
Alinhamento com a DTI/SETIC sobre adequações do Plenário Virtual à Resolução Nº 007/2025.	*	Concluída
Alinhamento com o Núcleo de Inteligência Artificial, sobre aperfeiçoamento de procedimentos e ferramentas adotados.	03	Concluída
Participação em ação conjunta SEAD-SECEX- DSESS-DIP-DE-DTI/SETIC, relativa ao cadastro e monitoramento de decisões.	*	Em andamento
Alinhamento com o Gabinete de Dr. Thiago Guterres sobre o novo Boletim de Jurisprudência do Tribunal.	01	Concluída
Participação na Comissão Especial de Modernização do Processo Eletrônico (CEMPRE).	*	Em andamento
Lançamento do novo vídeo institucional da DSESS.	01	Concluída

Divulgação dos resultados dos julgamentos em linguagem acessível, com o auxílio de IA.	*	Concluída
Gravação do <i>Minuto TCE</i> .	02	Concluída
Aprimoramento da ferramenta de pesquisa de jurisprudência.	01	Concluída
Adoção de ferramenta de IA para produção de resumos dos julgamentos, em linguagem acessível.	01	Concluída

Fonte: DSESS

Em relação aos projetos e iniciativas especiais elencados acima, constata-se uma clara intenção de contribuir com o aprimoramento tanto na comunicação interna e externa, quanto no aperfeiçoamento contínuo de ferramentas, como o Plenário Virtual, por exemplo. Apesar dos desafios encontrados, foi possível contribuir com a modernização de fluxos, sistemas e entregas institucionais, com o auxílio de inteligência artificial, por exemplo, para facilitar a compreensão dos resultados dos julgamentos pela sociedade em geral.

### 3.1.3 Projetos e Ações Estratégicas

Entendendo-se a Diretoria das Sessões - DSESS enquanto órgão de gestão institucional, que compõe a estrutura base do Tribunal, possui, portanto, o potencial de colaborar efetivamente para a contínua melhoria e modernização da atividade administrativa e finalística do Tribunal. Neste cenário, quanto ao planejamento estratégico da unidade, a tabela abaixo demonstra a execução do Plano de Ações Estratégicas da DSESS – PAE 2025-2026.

Tabela 23: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
1. Criar a página da DSESS no site do Tribunal, de forma a facilitar o acesso às informações.	Em execução
2. Disponibilizar, na página da DSESS no site do Tribunal, um Glossário de Contas para facilitar o entendimento da linguagem jurídico-administrativa pela sociedade.	Em execução
3. Implementar o projeto <i>Contas em Evidência</i> , por meio do Núcleo de Jurisprudência (NJURIS), para dar destaque a temas e julgamentos de especial relevância.	Em execução
4. Disponibilizar conteúdo sobre a utilização do Plenário Virtual.	Em execução
5. Criar alertas na ferramenta processual (Área Restrita) que auxiliem no monitoramento do cumprimento de prazos regimentais.	Em execução
6. Aprimorar, continuamente, o funcionamento do Plenário Virtual, de modo a aperfeiçoar a dinâmica de julgamento.	Em execução
7. Aperfeiçoar as condições de realização das sessões de julgamento telepresenciais, visando à comodidade dos Membros, o contínuo aperfeiçoamento das transmissões e da qualidade dos vídeos disponibilizados.	Em execução
8. Incentivar o enriquecimento do debate jurídico com os Membros e suas assessorias.	Em execução
9. Implementar e executar o projeto TCEndo o Amanhã, com o objetivo de potencializar o reconhecimento social da atuação do TCE-RN	Em execução

Fonte: DSESS

De modo geral, observa-se que as ações previstas no PAE da DSESS direcionam-se no sentido de contribuir para a modernização de procedimentos, aperfeiçoamento nos julgamentos dos processos, bem como aprimorar a comunicação intersetorial e com a sociedade em geral.

### 3.1.4 Boas Práticas e Inovações

Neste item, merecem destaque duas iniciativas:

- a) A adoção de ferramenta de inteligência artificial para produzir resumos dos resultados dos julgamentos em linguagem mais acessível à sociedade em geral;
- b) A adoção e utilização da ferramenta Trello – apropriada para gerenciamento de projetos e tarefas – no sentido de otimizar a administração de tarefas e/ou projetos a serem executados em parceria com outras unidades do Tribunal.

Entendemos que tais iniciativas podem ser replicadas por outras unidades, especialmente a adoção de ferramentas de gerenciamento de tarefas e/ou projetos, enquanto meio de otimização da comunicação interna compartilhada, além de permitir uma maior colaboração das pessoas envolvidas, uma vez que podem ser acessadas individual ou coletivamente.

### 3.1.5 Dificuldades e Riscos Enfrentados

É inegável que vários são os fatores que podem representar dificuldades e riscos a serem enfrentados e superados. Dentre eles, podemos destacar a compatibilização entre sistemas eletrônicos em uso e versões mais modernas, bem como a priorização orçamentária frente às necessidades das diversas unidades administrativas.

Acreditamos que a constante busca por ideias inovadoras, assim como a troca de experiências com os demais Tribunais de Contas do país contribuem, de maneira efetiva, para o enfrentamento e a superação das possíveis dificuldades e obstáculos.

### 3.1.6 Participação em cursos e eventos

Na busca do contínuo aperfeiçoamento, a equipe da DSESS participou dos seguintes eventos:

- a) Curso - Oratória Persuasiva - 11 a 13/08/2025 - 08h30 às 12h30m - Sala de Treinamentos da Escola de Contas;
- b) Curso - LGPD Fundamentos - 19 e 26/09/2025 - 10h às 13h - Sala de Treinamentos da Escola de Contas;
- c) Curso - Inteligência Artificial Generativa: Uso avançado do Google Gemini - 13 e 17/10/2025 - 8h às 12h - Sala de Treinamentos da Escola de Contas;
- d) Reunião do Comitê Técnico de Jurisprudência, Súmula e Processo (CJSP) - 02/12/2025 - 14h às 16h.

Todos os eventos elencados acima, contribuíram efetivamente para o aprimoramento da equipe, tanto no sentido de ampliar o conhecimento teórico sobre os diversos temas abordados, quanto em relação à aplicabilidade prática deste referido conteúdo. Tais aquisições, portanto, auxiliaram – e auxiliam - no aperfeiçoamento de fluxos, rotinas e procedimentos adotados pela unidade administrativa.

### 3.1.7 Perspectivas e planos para o próximo ano

Pretende-se dar continuidade à execução do PAE – DSESS 2025-2026, objetivando sempre a modernização dos sistemas utilizados para os julgamentos dos processos, o aperfeiçoamento da comunicação interna – especialmente com os gabinetes dos Membros -, bem como a aproximação com a sociedade em geral, por meio da adoção de uma linguagem mais acessível.

Neste cenário, destaca-se a implementação do novo processo eletrônico 2.0 – Módulo Sessões, onde as sessões híbridas de julgamento poderão ser conduzidas e administradas com mais celeridade e modernidade, contribuindo para entregas mais assertivas. No mesmo sentido, também merece destaque o contínuo aperfeiçoamento do Plenário Virtual, como meio de otimizar o julgamento de um volume cada vez maior de processos.

Por fim, reforce-se a missão da Diretoria das Sessões – DSESS que é atuar com assertividade e diligência, ao tempo em que busca alternativas para modernizar e otimizar a atividade administrativa e finalística do TCE-RN.

## 3.2 Consultoria Jurídica (CONJU)

A Consultoria Jurídica (CONJU) é a unidade responsável pelo assessoramento jurídico direto à Presidência, aos Conselheiros, Conselheiros-Substitutos, Secretarias e demais unidades da Corte, com fundamento no art. 3º da LCE nº 411/2010 e na Resolução nº 009/2015-TCE. Suas atribuições abrangem a emissão de pareceres e manifestações sobre questões jurídicas, a representação judicial do Tribunal em ações que envolvam a defesa de suas prerrogativas, bem como o apoio técnico na formulação de entendimentos normativos, elaboração de estudos jurídicos e colaboração com a Procuradoria-Geral do Estado, a fim de subsidiar sua atuação no âmbito do Poder Judiciário.

No exercício de suas funções, a CONJU participa ativamente das sessões do Pleno e das Câmaras, integra comissões e comitês internos voltados à governança, gestão de pessoas, tecnologia da informação e ética institucional.

Nesse contexto, são apresentados neste relatório os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025.

### 3.2.1 Atividades Realizadas

Ao longo de 2025, a Consultoria Jurídica manteve atuação contínua e estratégica junto aos órgãos diretivos do Tribunal, assegurando suporte jurídico permanente às atividades institucionais, notadamente as que seguem abaixo:

Tabela 24: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Assessoramento jurídico à Presidência em reuniões técnicas e administrativas	atividade contínua	Em andamento
Acompanhamento das sessões das Câmaras e do Pleno	atividade contínua	Em andamento
Participação em comissões e comitês internos	atividade contínua	Em andamento
Reuniões com assessorias dos gabinetes	atividade contínua	Em andamento
Despachos institucionais junto ao Tribunal de Justiça	atividade contínua	Em andamento
Produção técnica consolidada em Pareceres	532	Concluído
Produção técnica consolidada em Notas técnicas	93	Concluído
Produção técnica consolidada em Relatórios de Providências	169	Concluído

Fonte: relatório interno da unidade/ registro no ATENA

A produção anual evidencia o papel central da CONJU na promoção da segurança jurídica das decisões institucionais. O elevado volume de manifestações reflete a crescente demanda por assessoramento especializado, bem como o comprometimento da equipe com a entrega de respostas qualificadas, tempestivas e alinhadas às diretrizes estratégicas do Tribunal.

### 3.2.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Durante o exercício, a unidade desenvolveu iniciativas voltadas à modernização da gestão jurídica, com foco em inovação, eficiência e aprimoramento dos fluxos internos, destacando-se ações ligadas à transformação digital e à estruturação de núcleos especializados.

Entre as iniciativas relevantes destacam-se:

Tabela 25: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Criação do Núcleo de Otimização Processual (NOP)	Em andamento
Implantação de soluções baseadas em inteligência artificial	Concluído
Desenvolvimento de ferramentas de controle processual e vinculação entre processos administrativos e judiciais.	Em andamento

Fonte: relatório interno da unidade/ registro no ATENA

Essas iniciativas ampliam a capacidade institucional da CONJU, promovendo maior racionalidade na gestão do acervo processual e fortalecendo a cultura de inovação no âmbito jurídico.

### 3.2.3 Projetos e Ações Estratégicas

As ações estratégicas da CONJU em 2025 estiveram alinhadas ao Plano de Ações Estratégicas (PAE), contemplando nove projetos estruturantes. Ao final do exercício, todas as ações apresentaram evolução acumulada relevante, com destaque para:

Tabela 26: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Contratação de agentes de IA e pacote Office 365	Concluído
Ferramenta de vinculação entre processo judicial e processo originário	Em andamento (86%)
Criação do Núcleo de Otimização Processual	Em andamento (65%)
Programa de capacitação dos Consultores Jurídicos	Em andamento (66%)
Criação de Chatbot jurídico	Em andamento (75%)
Definição de KPIs institucionais	Em andamento (50%)
Núcleo de Jurimetria	Em andamento (50%)
Manual interno da CONJU	Em andamento (50%)
Modernização das ferramentas de controle	Em andamento (70%)

Fonte: registro no ATENA.

O conjunto dessas ações evidencia o avanço consistente da unidade em direção a um modelo de gestão mais eficiente, orientado por dados e suportado por tecnologia. As limitações observadas decorrem, em grande parte, da dependência de articulação com outras unidades do Tribunal, sem prejuízo do acompanhamento permanente pela CONJU.

### 3.2.4 Resultados e Indicadores

Em 2025, a CONJU alcançou os seguintes resultados consolidados:

Tabela 27: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Índice das consultas recebidas e apreciadas em até 30 dias	≥ 60%	30,55%	33,33%	45 consultas recebidas em 2025.
Número de consultas pendentes de apreciação há mais de 70 dias	≤ 2	11	14	45 consultas recebidas em 2025.

Fonte: sistema AREA RESTRITA. Tramitação de processos do tipo CONSULTA nos períodos de 06/01/2025 a 17/11/2025 e 06/01/2025 a 30/12/2025.

Os dados demonstram crescimento progressivo da produção ao longo do ano, especialmente no segundo semestre, indicando amadurecimento dos fluxos internos e maior integração com as áreas demandantes.

### 3.2.5 Boas Práticas e Inovações

Destacam-se como boas práticas, dentre outras, a padronização progressiva das manifestações jurídicas; o uso de ferramentas digitais para controle de prazos e acervo; a incorporação de soluções baseadas em IA para apoio à produção jurídica; e a atuação integrada com áreas estratégicas do Tribunal.

Tais práticas podem ser replicadas por outras unidades, especialmente aquelas voltadas à gestão de processos e produção técnica especializada.

### 3.2.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

Entre os principais desafios observados em 2025 destacam-se o crescimento contínuo da demanda por manifestações jurídicas, bem como a dependência de outras unidades para execução de projetos estruturantes e as limitações operacionais decorrentes da complexidade dos fluxos institucionais.

Como medidas mitigadoras, adotaram-se estratégias de priorização, reorganização interna e fortalecimento da atuação em rede com outras áreas do Tribunal.

### 3.2.7 Participação em Cursos e Eventos

A equipe da CONJU participou de cursos, reuniões técnicas, seminários e eventos institucionais, especialmente nas áreas de direito público, inovação, tecnologia e gestão pública, contribuindo para o aprimoramento contínuo das competências técnicas da unidade.

Imagem 14: Cursos e eventos



Fonte: CONJU

Imagem 15: Cursos e eventos



Fonte: CONJU

Imagem 16: Cursos e eventos



Fonte: CONJU

Imagem 17: Cursos e eventos



Fonte: site TCE

### 3.2.8 Perspectivas e Planos para 2026

Para o exercício seguinte, destacam-se como prioridades:

- i. Consolidação das ferramentas digitais em implantação;
- ii. Finalização dos projetos estratégicos pendentes;
- iii. Ampliação das soluções baseadas em IA;
- iv. Fortalecimento dos núcleos especializados;
- v. Aperfeiçoamento dos indicadores de desempenho.

Essas ações visam consolidar a CONJU como unidade de referência em assessoramento jurídico institucional, alinhada aos objetivos estratégicos do TCE-RN.

### 3.3 Controladoria Interna (CONTROL)

A Controladoria Interna-CONTROL é o órgão central do Sistema de Controle Interno do TCE-RN, vinculada diretamente à Presidência, cabendo-lhe gerir as atividades de controle interno do órgão e o acompanhamento e avaliação da sua gestão, e tem como principais competências:

- avaliar os procedimentos de controle adotados pelas unidades organizacionais do Tribunal e propor medidas corretivas quando se revelarem vulneráveis;
- cientificar, de imediato, à Presidência e à Corregedoria, sobre a existência de falhas ou ilícitos de seu conhecimento que possam ser caracterizados como irregularidade ou ilegalidade;
- orientar os dirigentes das unidades organizacionais do Tribunal no desenvolvimento, na implantação e na correção dos controles internos, monitorando o seu funcionamento;
- propor normatização, sistematização e padronização de procedimentos de controle pelas unidades organizacionais do Tribunal; e
- comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência das gestões orçamentária, financeira, operacional e patrimonial das unidades que compõem a estrutura do Tribunal.

Nesse contexto, são apresentados neste relatório os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025

### 3.3.1 Atividades Realizadas

A Controladoria Interna realizou atividades de natureza da Segunda Linha, assessorando a Alta Administração com consultorias e orientações acerca de procedimentos de trabalho, e de Terceira Linha, executando auditoria interna nos moldes da NBASP.

Tabela 28: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Monitoramento e retificação das informações do módulo das remunerações do Tribunal no Portal da Transparência do TCE/RN.	01	Concluído
Análise de compatibilidade da atuação da Ouvidoria de Contas com os dispostos da Lei Orgânica do TCE-RN, sobretudo no que tange ao controle social através do recebimento e processamento de denúncias.	01	Concluído
Análise do Relatório de Gestão Fiscal do TCE-RN.	03	Concluído
Planejamento de auditoria em medidas de prevenção e o combate a incêndios e pânico.	01	Concluído
Estudos acerca da implantação do Modelo das Três Linhas de Defesa no âmbito do TCE/RN.	01	Concluído
Monitoramento do cumprimento pelo TCE-RN dos requisitos estabelecidos pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).	05	Concluído
Reunião para apresentação de proposta de auditoria de segurança nas medidas de prevenção e o combate a incêndios e pânico no âmbito do TCE-RN.	01	Concluído
Monitoramento dos servidores do TCE/RN que prestaram as informações para o SISPATRI.	03	Concluído
Avaliação do “Controle Aberto nos Tribunais de Contas Brasileiros: proposta para avaliação de desempenho institucional”.	01	Concluído

Fonte: Relatório interno da unidade.

Destacam-se como resultado o monitoramento e medidas de melhoria propostas para o cumprimento dos requisitos do PNTP, que premiou o TCE-RN com o Selo Diamante.

### 3.3.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Os projetos e iniciativas especiais foram eleitos segundo critérios de risco, relevância e capacidade operacional, a partir de análises da unidade de controle, e de demandas apresentadas por outras unidades administrativas.

Tabela 29: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Execução de auditoria de segurança nas medidas de prevenção e o combate a incêndios e pânico no âmbito do TCE-RN.	Em fase final
Elaboração de Fluxograma para o processamento de denúncias e representações no TCE/RN, conforme Resolução nº 016/2020.	Concluído

Fonte: Relatório interno da unidade.

Destaca-se como resultado a realização da auditoria de segurança nas medidas de prevenção e combate a incêndio no âmbito do prédio-sede do TCE-RN, de acordo com a NBASP, e que está em fase final de consolidação e de conclusões.

### 3.3.3 Projetos e Ações Estratégicas

Os Projetos e Ações Estratégicas da Controladoria Interna foram incluídos no Portfólio de Projetos Estratégicos 2025-2026.

Tabela 30: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Avaliação da adequação dos atos normativos do TCE-RN com o novo Organograma do TCE-RN aprovado pela Resolução nº 038/2024.	Concluído
Elaboração do regulamento da Controladoria Interna do TCE/RN.	Concluído

Fonte: Relatório interno da unidade.

Destaca-se como projetos e ações estratégicas a edição do regulamento da Controladoria Interna do TCE-RN observando o Modelo das Três Linhas, resultando na Resolução nº 030/2025 – TCE, que estabelece a prática de controles internos e serve de auxílio na identificação de estruturas e processos que atuam no atingimento dos objetivos da organização.

### 3.3.4 Resultados e Indicadores

O Portfólio de Indicadores Estratégicos e Tático-Operacionais do TCE/RN para o biênio 2025-2026 estabeleceu um rol de 03 indicadores para a Controladoria Interna.

Tabela 31: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Taxa de clareza das informações divulgadas pelo TCE	Percentual (%)	≥ 95%	96,41%	A meta do indicador foi devidamente cumprida.
Índice de conformidade com normas de governança	Percentual (%)	≥ 75%	-	A auditoria interna foi iniciada em 10.06.2025, tendo avaliado 16 requisitos, contudo, o relatório final não foi concluído até 31.12.2025.
Índice de auditorias internas concluídas e recomendações implementadas	Percentual (%)	≥ 50%	-	Não houve recomendações em 2025, tendo em vista que a auditoria interna, iniciada em 10.06.2025 não foi concluída até 31.12.2025.

Fonte: Relatório interno da unidade.

A Controladoria Interna iniciou a realização da auditoria nas medidas de segurança de combate a incêndio e pânico em 10.06.2025, e tinha como prazo previsto para sua conclusão 05.09.2025.

Entretanto, foi necessário realizar um redimensionamento do cronograma da auditoria interna, tendo em vista novos prazos para diligências que foram abertos para complementação de documentação e o atendimento das exigências das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP). Também foi necessária a realização de novas reuniões após entrega da documentação pelos setores auditados e de sua análise, do que resultou a descoberta de novos documentos e de achados de auditoria, ocasionando a necessidade de retificação e readequação do relatório final.

### 3.3.5 Boas Práticas e Inovações

A Controladoria Interna, visando atender a demanda da Diretoria de Instrução Processual e Controle de Decisões – DIP, elaborou proposta de fluxograma para o processamento de denúncias e representações no TCE/RN, conforme Resolução nº 016/2020, tendo em vista problemas que estavam ocorrendo no processamento de processos no âmbito desta Corte de Contas.

O novo fluxograma padroniza a tramitação dos processos de trabalho em todas as unidades administrativas envolvidas, reduzindo o tempo da tramitação processual e otimizando as rotinas de trabalho, estando agora sob análise da Corregedoria.

### 3.3.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

A obtenção de informações sobre procedimentos administrativos do TCE por vezes se mostra dificultosa, com necessidade de reiterar-se os pedidos de localização e envio de documentos.

Percebe-se não somente que há um hiato de descontinuidade entre as administrações, mas também falta da atenção que deveria ser devida com a formalização dos atos e procedimentos administrativos internos.

### 3.3.7 Participação em curso e eventos

O evento mais importante do ano de 2025 foi o Encontro Nacional de Corregedorias, Controles Internos e Ouvidorias dos Tribunal de Contas – ENCCO 2025, ocorrido em Macapá/AP, no mês de setembro.

No evento promoveu-se o intercâmbio de informações entre os órgãos do Sistema de Controle Externo brasileiro, destacando boas práticas nas áreas de ouvidoria, corregedoria e controle interno e, ao final, a entrega das cartas de compromissos e notas técnicas.

Também se participou de encontro das controladorias do RN promovido pelo Governo do Estado e de oficina sobre controle interno realizada pelo Tribunal de Contas.

Imagem 18: participação em curso e eventos



Fonte: CONJU

### 3.3.8 Perspectivas e planos para o próximo ano

A Controladoria Interna tem como prioridades para o exercício de 2026 concluir a auditoria interna nas medidas de prevenção e combate a incêndio em pânico ainda no primeiro semestre de 2026, ao cabo do que se pretende iniciar o monitoramento das recomendações propostas; e realizar nova auditoria interna em área de atuação a ser discutida junto à Presidência, quando será proposta atuação em relação ao procedimento para concessão e prestação de contas das diárias concedidas pelo TCE.

O foco das ações da CONTROL será, sempre, o de olhar para o futuro, contribuindo para que os procedimentos administrativos do TCE/RN sejam realizados com perfeição formal e em níveis cada vez mais elevados de eficácia e eficiência.

### 3.4 Diretoria de Planejamento, Gestão e Governança (DPG)

Diretoria de Planejamento, Gestão e Governança (DPG) constitui o núcleo estratégico do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, sendo o setor responsável por articular, coordenar e aprimorar os mecanismos que sustentam a administração da Corte. Atuando de forma transversal e colaborativa com todas as unidades da instituição, a Diretoria busca fomentar uma cultura de modernização administrativa, garantindo que o Tribunal evolua constantemente em seus modelos de gestão e desempenho institucional.

No âmbito da formulação estratégica, a DPGG lidera a definição de diretrizes, metas e objetivos de longo prazo, consolidando-os em planos estratégicos que servem como bússola para a organização. Mais do que apenas planejar, a unidade atua diretamente na implementação dessas estratégias, assegurando que os recursos e esforços institucionais estejam alinhados à missão de fiscalizar e orientar de forma eficiente e eficaz, gerando valor real para a sociedade potiguar.

O cotidiano operacional da Diretoria abrange um ciclo completo de gestão por resultados. Isso envolve desde o mapeamento e otimização de processos internos até o gerenciamento rigoroso de projetos complexos. Através de um monitoramento sistemático de desempenho e da avaliação criteriosa de resultados, a DPG fornece os subsídios necessários para a tomada de decisão da alta gestão, permitindo correções de rumo ágeis e a manutenção da excelência operacional.

Por fim, a atuação da Diretoria é pautada pelo fortalecimento dos pilares da governança pública. Ao promover a transparência, a integridade e a responsabilidade institucional, a DPG assegura que o sistema de gestão por resultados seja mais do que uma metodologia técnica, tornando-se um compromisso com a entrega de um serviço público de qualidade. Assim, a Diretoria consolida o TCE-RN como uma instituição moderna, resiliente e plenamente capaz de enfrentar os desafios do controle externo contemporâneo

### 3.4.1 Atividades Realizadas

Nesse sentido, a DPG realizou neste exercício diversas atividades e produziu os seguintes resultados:

Tabela 32: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Realização de atividades de apoio institucional à elaboração do planejamento estratégico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN – IDEMA/RN – Acordo de Cooperação Técnica TCE/RN-IDEMA – Reuniões com o diretor técnico do IDEMA e equipe de planejamento para definição das atividades visando a elaboração do Plano de Ações (02 e 10/10); Reuniões dos Grupos de Trabalho para definição e priorização das ações estratégicas e identificação das unidades responsáveis (20, 21 e 23/10); Reuniões Setoriais com as unidades responsáveis pelas ações priorizadas (13, 17 e 27/11, 01, 03, 04 e 10/12), para elaboração do Plano Operacional – Plano de Ações Estratégicas 2025/2026.	Realizado
Realização de Palestra no Evento de Gestão Pública - CRA/RN. Tema: Governança. Em: 06/11/2025.	Realizado
Participação em Seminário Virtual de apresentação do Projeto de Reformulação do MMD-TC. Em: 17/11/2025.	Realizado
Reunião na SECEX - Apresentação do Relatório da CNMQ sobre riscos e qualidade das ações de controle externo. Em: 18/11/2025.	Realizado
Apresentação do Módulo 1 do Curso de Controle Interno – Escola de Contas/TCE-RN. Em: 25/11/2025.	Realizado
Reunião com a CAV-TCE/MMD para análise e resposta à pesquisa sobre sugestões para a reformulação do novo MMD-TC. Em: 04/12/2025.	Realizado
Encaminhamento à Secretaria de Administração do Relatório e dados referente ao Plano de Contratações Anual do TCE/RN – PCA 2026. Em: 15/12/2025.	Realizado
Reuniões do Grupo de Secretários de Gestão e Governança dos TCs (ATRICON).	Realizado
Verificação e entrega à presidência do volume impresso do Relatório de Atividades do TCE/RN - 3º Trimestre de 2025.	Realizado
Acompanhamento e atualização das informações inseridas no Sistema de Gestão de Projetos Estratégicos - ATENA, pelas unidades internas do TCE/RN, das ações estratégicas propostas.	Em andamento
Atualização do site do TCE-RN e da Mesa de Notícias da área restrita (aba Planejamento e Gestão / DPG).	Atividade contínua.
Atualização das informações contidas no ATENA referentes às ações sob a sua responsabilidade.	Atividade contínua.
Participação de reunião de trabalho voltada para as atividades da Comissão de Avaliação dos critérios estabelecidos no MMD-TC.	Concluída.

Elaboração do relatório com os resultados alcançados no ano de 2025 – Plano de Ações Estratégicas (PAE).	Concluída.
Elaboração de orientações aos gestores sobre a preparação para participação das próximas RAEs.	Em andamento.
Atualização do organograma do TCE-RN, em função da criação da SETIC.	Em andamento.
Elaboração de minuta de Resolução que estabelece o Sistema Integrado de Governança, Planejamento e Gestão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.	Em andamento.
Atualização do Relatório de Monitoramento dos Projetos e Ações Estratégicas do TCE-RN, com os números do período.	Em andamento.
Análise/validação do painel de BI desenvolvido para acompanhamento dos planos de ações estratégicas.	Em andamento.
Avaliação dos indicadores estratégicos referentes ao ano de 2025.	Em andamento.
Elaborar calendários da RAE - 2º semestre	Realizado
Encaminhamento de memorando para agendamento da RAE - 2º semestre	Realizado
Realização da RAE - 2º semestre 2025;	Realizado
Compilação dos dados e extração do backup dos resultados das RAE - 2º semestre	Realizado
Melhorias e atualizações no Sistema ATENA;	Realizado

Fonte: Diretoria de Planejamento, Gestão e Governança.

O quadro de atividades da Diretoria de Planejamento revela um forte compromisso com a cooperação interinstitucional e o suporte técnico externo. Um dos principais marcos concluídos foi o apoio ao **IDEMA/RN**, que envolveu uma série de reuniões técnicas e grupos de trabalho entre outubro e dezembro de 2025 para a elaboração de seu Plano de Ações Estratégicas 2025/2026. Essa iniciativa demonstra o papel do Tribunal não apenas como órgão fiscalizador, mas como um agente indutor da boa gestão pública no estado.

No âmbito do fortalecimento institucional e da disseminação de conhecimento, a Diretoria executou com sucesso diversas participações em fóruns estratégicos e eventos de capacitação. Destacam-se a realização de palestras sobre governança no **CRA/RN**, a apresentação de módulos de controle interno na Escola de Contas e a participação ativa em seminários de reformulação do MMD-TC (Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas). Tais ações asseguram que o TCE-RN esteja alinhado às melhores práticas nacionais coordenadas pela ATRICON e pela CNMQ.

Internamente, o fluxo de monitoramento e transparência segue em ritmo avançado. A Diretoria concluiu o ciclo de Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE) do segundo semestre de 2025, abrangendo desde o agendamento até a compilação final dos dados e backup dos resultados. Além disso, foram finalizados produtos essenciais como o Relatório de Atividades

do 3º Trimestre de 2025 e o Plano de Contratações Anual (PCA 2026), consolidando o suporte logístico e operacional necessário para o próximo exercício.

Atualmente, o foco da unidade concentra-se em atividades de natureza contínua e em projetos de normatização que moldarão o futuro da Corte. Estão em fase de andamento a elaboração de uma nova **Resolução para o Sistema Integrado de Governança**, a atualização do organograma institucional face à criação da SETIC e a validação de painéis de **Business Intelligence (BI)** para monitoramento estratégico. Esses esforços, somados à manutenção constante do sistema **ATENA**, garantem que a gestão por resultados seja sustentada por dados precisos e por um arcabouço normativo moderno.

### 3.4.2 Projetos e Ações Estratégicas

O quadro detalhado a seguir apresenta o estágio atual das iniciativas prioritárias da **Diretoria de Planejamento, Gestão e Governança**, refletindo o esforço contínuo do TCE-RN para modernizar sua estrutura administrativa e operacional. Estes projetos não são apenas tarefas isoladas, mas componentes essenciais do ecossistema de governança da Corte, desenhados para assegurar que a tomada de decisão seja fundamentada em dados precisos e que os processos internos alcancem o mais alto nível de eficiência.

A tabela evidencia uma transição importante: a conclusão das bases metodológicas e o avanço para a fase de execução tecnológica e normativa. Enquanto os modelos de planejamento e treinamentos fundamentais no **Sistema ATENA** já foram entregues, a Diretoria agora concentra esforços na implementação de ferramentas de **Business Intelligence (BI)** e na redação de novas políticas institucionais. Este monitoramento rigoroso garante o cumprimento dos requisitos nacionais de desempenho (MMD-TC) e prepara o Tribunal para os desafios do ciclo estratégico 2025/2026.

Tabela 33: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Desenvolver novos modelos para os Relatórios de Atividades do TCE-RN - Trimestrais e Anuais	Em Execução
Desenvolver novo modelo para o informativo interno "TCE EM NÚMEROS" - Trimestral e Anual	Em Execução
Garantir o atendimento aos critérios do MMDTC relacionados com as atribuições da DPG	Em Execução
Treinamento definitivo para os (novos) gestores sobre o Sistema ATENA	Finalizada
Promover capacitação especializada para os integrantes da DPG, conforme Memorando nº 007/2025 - ESCOLA, de 21/01/2025	Não iniciada
Promover melhoramentos do Sistema ATENA	Finalizada
Construir as bases da nova metodologia de operacionalização do Plano Estratégico do TCE-RN	Finalizada
Elaborar novo modelo de Relatório de Monitoramento das Ações/Projetos Estratégicos	Finalizada

<b>Padronizar e normatizar os procedimentos e atividades da DPG</b>	Em Execução
<b>Construir as bases para identificação e avaliação dos riscos inerentes à consecução dos objetivos estratégicos da instituição</b>	Em Execução
<b>Elaboração e implementação de Novo Painel de BI de acompanhamento das ações e atividades estratégicas pela alta gestão e unidades responsáveis do TCE-RN</b>	Em Execução
<b>Desenvolver e implementar painel de BI para acompanhamento de indicadores processuais</b>	Em Execução
<b>Elaborar a Política de Governança Institucional do TCE-RN</b>	Em Execução
<b>Implementação e acompanhamento da Nova Metodologia de Execução do PET - Plano de Ações Estratégicas ? PAE 2025/2026 (antigo Plano Diretor), PSI/TI e PAC</b>	Em Execução

Fonte: Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas.

O atual estágio de trabalho da Diretoria de Planejamento revela um foco robusto na **reestruturação metodológica e tecnológica** do Tribunal. A unidade já finalizou etapas cruciais, como a construção das bases para a nova metodologia de operacionalização do Plano Estratégico e a criação de um novo modelo para o Relatório de Monitoramento de Ações e Projetos. Além disso, o suporte aos usuários foi priorizado com a conclusão do treinamento definitivo para novos gestores sobre o Sistema ATENA, que também recebeu melhorias técnicas significativas para otimizar a experiência do usuário.

No que tange à **transparência e comunicação de dados**, a Diretoria está em pleno desenvolvimento de novos padrões visuais e analíticos. Estão em execução os novos modelos para os Relatórios de Atividades (trimestrais e anuais) e para o informativo interno "TCE EM NÚMEROS". Complementando essa frente, a implementação de novos painéis de Business Intelligence (BI) para o acompanhamento de ações estratégicas pela alta gestão e indicadores processuais está avançando, o que permitirá uma leitura de dados mais ágil e precisa para a tomada de decisão.

A **governança e a gestão de riscos** também ocupam um lugar central nas atividades em curso. A equipe trabalha na elaboração da Política de Governança Institucional do TCE-RN e na construção das bases para identificação e avaliação de riscos que possam impactar os objetivos estratégicos da Corte. Paralelamente, a padronização e normatização dos procedimentos internos da própria Diretoria estão sendo executadas para garantir maior segurança jurídica e eficiência administrativa aos processos de planejamento.

Por fim, a Diretoria assegura o alinhamento com os padrões nacionais ao manter em execução a garantia do atendimento aos critérios do MMD-TC. Um marco importante em desenvolvimento é a implementação da nova metodologia de execução do Plano de Ações Estratégicas (PAE 2025/2026), que integra o antigo Plano Diretor, o PSI/TI e o PAC. Embora a capacitação especializada da equipe ainda não tenha sido iniciada, o cronograma reflete uma gestão comprometida com a entrega de resultados sólidos e com a evolução contínua da maturidade institucional.

### 3.4.3 Resultados e Indicadores

Considerando os indicadores estratégicos e tático-operacionais, alinhados ao Plano Estratégico do TCE-RN, a DPG é responsável diretamente por 12 indicadores. Os indicadores e os valores apurados em 2025 estão apresentados na Tabela abaixo.

Tabela 34: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO
Número de ações de suporte e orientações realizadas nas áreas de governança e gestão pública	dias	≥ 1	1
Tempo Médio de Julgamento dos Processos	dias	≤1100 dias	5.406 dias
Tempo Médio de Tramitação dos Processos de Denúncia	dias	≤ 90 dias	4.795 dias
Tempo Médio de Tramitação dos Processos de Representação	dias	≤ 90 dias	2.223 dias
Tempo Médio de Tramitação dos Processos de Consulta		≤ 70 dias	2.517 dias
Taxa de execução do Plano de Ações Estratégicas (PAE) da gestão	Porcentagem	≥ 65%	57%
Taxa de ações estratégicas no prazo	Porcentagem	≥ 45%	63%
Taxa de ações estratégicas concluídas	Porcentagem	≥ 35%	20%
Número de projetos inovadores iniciados no TCE-RN	quantidade	≥ 1	0
Taxa de sucesso dos projetos inovadores iniciados no TCE-RN	Porcentagem	≥ 20%	0%
Índice de participação dos servidores em projetos inovadores	Porcentagem	≥ 5%	0%
Taxa de satisfação dos usuários com a infraestrutura de TI do TCE	Porcentagem	≥ 85%	

Fonte: Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas.

Tendo em vista a implementação da Diretoria apenas em janeiro de 2025, o que tem demandado o desenvolvimento de padrões de trabalho para que as equipes possam avançar em ações de avaliação de políticas públicas em sentido estrito, apenas dois indicadores puderam ser aferidos ao longo de 2025.

No caso do indicador “Taxa de políticas públicas avaliadas”, o valor alcançado (50%) superou a meta estabelecida para 2025 tendo em vista que as práticas de avaliação de políticas públicas, em sentido amplo, incluindo auditorias operacionais, monitoramentos, acompanhamento e

sínteses de evidências, abrangeram metade das áreas de políticas públicas identificadas no âmbito dos Temas de Maior Significância (TMS) definidos para o Plano de Fiscalização Anual (PFA) 2025-2026.

Por sua vez, no caso do indicador "Número de relatórios ou painéis de monitoramento disponibilizados para acompanhamento das políticas públicas", não foi possível alcançar a meta prevista, pois tanto os painéis temáticos quanto os relatórios de acompanhamento ainda estavam em desenvolvimento ao final de 2025.

### 3.4.4 Boas Práticas e Inovações

O ano de 2025 consolidou a transição do TCE-RN para um modelo de gestão mais tecnológico e colaborativo. As iniciativas da DPG focaram em transformar a metodologia técnica em um compromisso real com a eficiência pública, destacando-se as seguintes frentes:

#### 1. Cooperação e Indução da Boa Gestão Pública

Uma das práticas de maior relevância foi o apoio institucional externo, exemplificado pelo Acordo de Cooperação Técnica com o IDEMA/RN. A DPG não se limitou a fiscalizar, mas atuou como mentora na elaboração do Plano de Ações Estratégicas 2025/2026 daquela autarquia. Essa postura reforça o papel do Tribunal como um agente indutor de melhorias, disseminando metodologias de planejamento para outros órgãos do estado.

#### 2. Modernização Tecnológica e Inteligência de Dados (BI)

A inovação em 2025 foi impulsionada pelo uso de dados para a tomada de decisão. Destacam-se:

- **Aprimoramento do Sistema ATENA:** O sistema de gestão de projetos estratégicos passou por melhorias técnicas significativas e atualizações contínuas para garantir dados precisos e uma melhor experiência ao usuário.
- **Cultura de Business Intelligence (BI):** O desenvolvimento e a validação de novos painéis de BI para o acompanhamento de indicadores processuais e ações estratégicas permitiram uma leitura ágil e visual do desempenho institucional pela alta gestão.

#### 3. Fortalecimento da Governança e Gestão por Resultados

A implementação do ciclo completo de **Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE)** no segundo semestre de 2025 representou uma boa prática fundamental para a manutenção da excelência operacional. Além disso, a elaboração da **Política de Governança Institucional** e a construção de bases para a **gestão de riscos** garantem que o Tribunal esteja preparado para enfrentar desafios de controle externo com segurança jurídica e previsibilidade.

#### 4. Alinhamento a Padrões Nacionais

A DPG manteve o TCE-RN na vanguarda das práticas nacionais ao participar ativamente da reformulação do **MMD-TC** (Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas) e atuar junto à **ATRICON** e **CNMQ**. Esse intercâmbio garante que as inovações locais estejam em sintonia com os melhores padrões de controle e transparência do país.

### • **Dificuldades e Riscos Enfrentados**

Com base no relatório de 2025, as dificuldades e os riscos enfrentados pela Diretoria de Planejamento, Gestão e Governança (DPG) concentram-se principalmente na fase de transição institucional e na complexidade técnica de novas ferramentas.

Aqui estão os principais pontos identificados:

#### **1. Desafios de Implementação e Estruturação**

- **Curva de Aprendizado e Padronização:** Por ter sido implementada em janeiro de 2025, a unidade demandou um esforço considerável para o desenvolvimento de novos padrões de trabalho e metodologias, o que impactou a velocidade de avanço em algumas frentes.
- **Capacitação Pendente:** Um risco identificado é que a capacitação especializada para os integrantes da diretoria, prevista para o início de 2025, ainda consta como "Não iniciada" no cronograma anual.
- **Transição Normativa:** O processo de elaboração da nova Resolução para o Sistema Integrado de Governança e a atualização do organograma (em razão da criação da SETIC) ainda estão em andamento, o que exige um esforço contínuo de adaptação administrativa.

#### **2. Riscos Operacionais e Tecnológicos**

- **Dependência de Ferramentas de BI:** O desenvolvimento de painéis de Business Intelligence (BI) é citado como um ponto crítico. A demora ou falha na definição de padrões para esses painéis é considerada o principal risco ao alcance dos objetivos da unidade.
- **Atraso na Entrega de Produtos de Monitoramento:** Devido ao fato de os painéis temáticos estarem em desenvolvimento, não foi possível atingir a meta prevista para o número de relatórios de monitoramento disponibilizados em 2025.
- **Integração de Planejamentos:** A implementação da nova metodologia do Plano de Ações Estratégicas (PAE 2025/2026), que integra o antigo Plano Diretor, PSI/TI e PAC, representa um desafio de consolidação de diferentes frentes de gestão em uma única lógica operacional.

#### **3. Indicadores com Metas Não Aferidas**

- **Dificuldade de Mensuração:** Alguns indicadores estratégicos não puderam ser aferidos em 2025 devido à fase de desenvolvimento das ações, como o tempo médio para realizar avaliações e o índice de desempenho das políticas acompanhadas

### 3.4.5 Perspectivas e planos para o próximo ano

Com base no relatório anual da Diretoria de Planejamento, Gestão e Governança (DPG) de 2025, as perspectivas e planos para o futuro concentram-se na consolidação da infraestrutura tecnológica, no fortalecimento do arcabouço normativo e na maturação da gestão por resultados.

Aqui estão os principais pontos de projeção extraídos do documento:

#### 1. Evolução Tecnológica e Inteligência de Dados

O foco central para o próximo período é a transição da fase de desenvolvimento para a fase de **plena execução das ferramentas de dados**. Isso inclui:

- **Implementação de Business Intelligence (BI):** Finalização e uso efetivo dos painéis de acompanhamento de ações estratégicas pela alta gestão e dos indicadores processuais.
- **Otimização do Sistema ATENA:** Continuidade das melhorias técnicas para garantir que a gestão de projetos seja pautada por dados precisos e uma experiência de usuário aprimorada.

#### 2. Fortalecimento da Governança e Normatização

A unidade planeja solidificar a estrutura administrativa da Corte através de novos instrumentos legais e organizacionais:

- **Novo Sistema de Governança:** Conclusão e implementação da minuta de Resolução que estabelece o Sistema Integrado de Governança, Planejamento e Gestão.
- **Gestão de Riscos:** Institucionalização da Política de Governança Institucional e das bases para identificação e avaliação de riscos que afetam os objetivos estratégicos.
- **Atualização Estrutural:** Finalização do novo organograma institucional, adequando-o à criação da SETIC.

#### 3. Execução do Ciclo Estratégico 2025/2026

A DPG direcionará esforços para a operacionalização completa da nova metodologia de planejamento:

- **Plano de Ações Estratégicas (PAE):** Implementação da nova metodologia que integra o antigo Plano Diretor, o PSI/TI e o PAC em uma lógica operacional única.
- **Monitoramento de Resultados:** Padronização dos novos modelos de Relatórios de Atividades (trimestrais e anuais) e do informativo "TCE EM NÚMEROS" para melhorar a transparência e a comunicação institucional.

#### 4. Capacitação e Desempenho Institucional

Para superar as dificuldades identificadas em 2025, o planejamento futuro deve contemplar:

- **Treinamento da Equipe:** Iniciar a capacitação especializada para os integrantes da DPG, ação que ficou pendente no exercício anterior.

- Melhoria nos Indicadores: Reverter os baixos índices em áreas como projetos inovadores (que registraram taxa zero em 2025) e elevar a taxa de conclusão de ações estratégicas.

### 3.5 Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte atua como o órgão estratégico responsável por viabilizar um ambiente seguro e resiliente para o pleno exercício das funções de controle externo. Suas frentes de atuação abrangem a segurança orgânica, zelando pela integridade física de membros, servidores e visitantes, além da proteção do patrimônio e das instalações da Corte.

Adicionalmente, o GSI coordena as atividades de inteligência em segurança institucional, fundamentais para a antecipação de riscos e suporte à tomada de decisão superior. A unidade também desempenha um papel central na governança de segurança da informação e na gestão de crises, promovendo uma cultura de prevenção e resposta rápida a incidentes que possam comprometer a continuidade do serviço público ou a imagem do Tribunal.

Nesse contexto, são apresentados neste relatório os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025.

#### 3.5.1 Atividades Realizadas

Ao longo do exercício de 2025, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) consolidou sua atuação pautada no binômio prevenção e capacitação. As atividades concentraram-se na modernização da infraestrutura tecnológica de monitoramento, na segurança aproximada de autoridades em eventos de relevância estratégica para o TCE-RN e no constante aperfeiçoamento técnico do efetivo, assegurando a continuidade das operações institucionais com eficiência e baixo índice de intercorrências.

Tabela 35: Atividades Realizadas – ano-base 2025

ATIVIDADE	SITUAÇÃO / FASE ATUAL
Participação na Instrução e atualização sobre o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), na Escola de Governo do RN.	Concluído
Participação no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMRN.	Em andamento
Participação no Curso de Sobrevivência Policial, no Quartel do Comando Geral da PMRN.	Concluído
Realização do serviço de Segurança Orgânica e Monitoramento 24h da sede do TCERN e das adjacências.	Contínuo
Execução de atividades de segurança orgânica e aproximada, compreendendo a escolta e proteção pessoal de Conselheiros, Procuradores e demais servidores do TCERN, bem como de autoridades convidadas, em eventos oficiais, sessões solenes e deslocamentos externos, visando a salvaguarda da integridade física dos agentes e a proteção do patrimônio institucional.	Concluído
Policiamento ostensivo nas instalações do TCERN (24 horas por dia).	Contínuo

Realização do serviço de Segurança Orgânica e Monitoramento 24h da sede do TCERN e das adjacências.	Contínuo
Segurança durante as sessões plenárias realizadas no plenário do TCERN	Contínuo
Participação no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMRN.	Em andamento
Vistoria técnica nos locais onde serão realizados os Encontros Regionais (ASSU, JOÃO CÂMARA E MOSSORÓ) nos dias 09 e 10 de abril de 2025.	Concluído
Apoio à equipe do TCERN no encontro regional (Polo I – ASSU) nos dias 15 e 16 de abril de 2025.	Concluído
Apoiar, nas questões de segurança, a realização dos trabalhos da Corregedoria do TCERN em conjunto com a Escola de Contas no dia 09 de maio.	Concluído
Apoio à equipe do TCERN no encontro regional (Polo III – MOSSORÓ) nos dias 27 e 28 de maio.	Concluído
Apoiar, nas questões de segurança, a realização dos trabalhos da Ouvidoria do TCERN em conjunto com a Escola de Contas no evento “Sexta de Contas” no dia 06 de junho de 2025.	Concluído
Apoio à equipe do TCERN no encontro regional (Polo IV – Caicó) nos dias 16 a 18 de junho de 2025.	Concluído
Escolta do conselheiro presidente durante posse do novo PGJ/MPRN	Concluído
Apoio à equipe do TCE/RN no Encontro Regional (Polo V – Pau dos Ferros) nos dias 30 de junho a 02 de julho de 2025.	Concluído
Segurança orgânica durante o I Seminário Potiguar de Previdência, promovido pelo Conselho Estadual de Contabilidade no auditório do TCERN.	Concluído
Participação no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMRN.	Concluído
Atuação do GSI no apoio institucional à realização da XXII edição do evento Sexta de Contas, garantindo as condições de segurança e o pleno andamento das atividades.	Concluído
Execução de vistoria técnica nos locais previstos para os Encontros de Gestores Municipais 2025 do TCE-RN, visando à verificação das condições de segurança, infraestrutura e adequação dos espaços às exigências do evento.	Concluído
Atuação do GSI no apoio institucional à realização do Encontro de Gestores Municipais 2025, no município de Pau dos Ferros/RN, com vistas a assegurar as condições de segurança e o regular desenvolvimento das atividades do evento.	Concluído
Atuação do GSI no apoio institucional à realização do Encontro de Gestores Municipais 2025 – Polo VI, no município de Natal/RN, assegurando as condições de segurança e o bom andamento das atividades do evento.	Concluído
Atuação do GSI no acompanhamento institucional aos Auditores de Controle Externo do TCE-RN que participaram do 8º Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado no município de Maceió/AL, garantindo o suporte necessário e a segurança dos representantes desta Corte de Contas.	Concluído
Atuação do GSI na prestação de segurança pessoal ao Conselheiro George Soares, durante o deslocamento terrestre até o aeroporto, visando à proteção e integridade do referido membro desta Corte de Contas.	Concluído
Atuação do GSI na prestação de segurança pessoal ao Conselheiro Presidente Carlos Thompson, durante o deslocamento terrestre até o aeroporto, visando à proteção e integridade do referido membro desta Corte de Contas.	Concluído
Atuação do GSI na prestação de segurança pessoal ao Conselheiro Gilberto Jales, durante o deslocamento terrestre até o aeroporto, visando à proteção e integridade do referido membro desta Corte de Contas.	Concluído
Participação em curso sobre Inteligência Artificial Generativa, com vistas ao aprimoramento de competências técnicas e à aplicação de conhecimentos na rotina institucional.	Concluído
Participação do GSI no V Seminário de Inteligência das <u>Policias</u> Militares do Nordeste realizada na cidade de Natal/RN.	Concluído

Participação do GSI na 2ª Reunião ordinária do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das <u>Polícias Militares</u> .	Concluído
Participação em curso sobre Licitações e Contratos Administrativos, visando ao aprimoramento de competências técnicas e à aplicação de boas práticas na gestão pública.	Concluído
Atuação do Gabinete de Segurança Institucional na prestação de segurança durante o Primeiro Encontro "Ouvidoria Day", assegurando a proteção das autoridades presentes e a manutenção da ordem no evento.	Concluído
Participação da 3ª Edição CPSA/2025 - Curso de Proteção E Segurança De Autoridades	Concluído
Atuação do GSI na prestação de segurança pessoal de autoridades durante o deslocamento terrestre até o aeroporto, visando à proteção e integridade dos membros desta Corte de Contas.	Concluído
Atuação do GSI no apoio institucional à realização do Processo Seletivo de Estágio de Pós-Graduação, garantindo as condições de segurança e o pleno andamento das atividades.	Concluído
Atuação do Gabinete de Segurança Institucional na prestação de segurança durante o evento "Encerramento do Projuris", assegurando a proteção das autoridades presentes e a manutenção da ordem no evento.	Concluído
Atuação do Gabinete de Segurança Institucional na prestação de segurança durante o evento "24ª edição do projeto Sexta de Contas", assegurando a proteção das autoridades presentes e a manutenção da ordem no evento.	Concluído
Garantir a segurança institucional dos Conselheiros, membros, autoridades convidadas, representantes dos Poderes constituídos, jurisdicionados, servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) , promovida pelo TCE/RN no âmbito do Projeto Sexta de Contas.	Concluído
Execução contínua das atividades de controle de acesso de pessoas às dependências do Tribunal, abrangendo tanto os serviços e rotinas administrativas quanto eventos e demandas extraordinárias, inclusive fora do horário regular de expediente institucional.	Contínuo
Garantia da segurança orgânica das instalações e das pessoas da Corte, por meio da presença permanente de policiais militares em pontos estratégicos do edifício, tais como recepção, subsolo e demais pavimentos, em consonância com a dinâmica operacional diária e a Política de Segurança Institucional vigente.	Contínuo
Manutenção ininterrupta (24 horas e sete dias da semana) do sistema de monitoramento eletrônico, assegurando a cobertura integral dos pavimentos, áreas de recepção e estacionamento, bem como a pronta resposta do aparato de segurança sempre que necessário.	Contínuo
Desenvolvimento e implementação de projetos voltados ao aprimoramento da estrutura de segurança orgânica institucional, em articulação com os demais setores do Tribunal de Contas do Estado, incluindo a aquisição de equipamentos de monitoramento eletrônico, catracas de controle de acesso e outras soluções correlatas.	Concluído
Reestruturação dos dispositivos de segurança eletrônica em função da reforma das instalações do Tribunal de Contas do Estado, assegurando a continuidade das atividades institucionais por meio da definição de novos fluxos de acesso e da ampliação da segurança predial, com a instalação de novos pontos de controle, a exemplo do acesso pelo estacionamento anexo ao edifício.	Em andamento
Realização de patrulhamento ostensivo externo, com vistas a garantir a segurança dos servidores e do público que circula nas imediações do Tribunal, contribuindo para o incremento da segurança pública local.	Contínuo
Aquisição de novos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), decorrente da cooperação institucional com a Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), tais como dispositivos de incapacitação elétrica, coletes balísticos, entre outros, visando ao reforço da segurança dos operadores.	Concluído
Celebração de Termo de Cooperação Técnica com o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, destinado à seleção de Bombeiros Militares para a formação da Brigada de Incêndio, bem como à gestão dos dispositivos de combate a incêndio e à segurança das instalações da Corte.	Concluído
Participação em curso especializado de segurança, promovido pela empresa Intelbras, realizado em Recife/PE, com foco no aprimoramento técnico das capacidades operacionais.	Concluído

Ampliação do sistema de videomonitoramento, com vistas ao aumento da cobertura e da capacidade de armazenamento, mediante a instalação de novas câmeras, bem como a aquisição de dispositivos de armazenamento (storages e discos rígidos).	Em andamento
Aprimoramento da comunicação interna no âmbito da Segurança Institucional, por meio da aquisição de rádios comunicadores, visando maior eficiência e integração das equipes operacionais.	Concluído
Realização de inspeção técnica dos extintores de incêndio em todas as dependências do edifício, contemplando aspectos relacionados à qualidade, validade e adequado posicionamento dos equipamentos.	Contínuo
Inauguração da nova Sala do Comando do GSI e da nova Sala da Central Integrada de Monitoramento (CIM), integrando e fortalecendo as atividades de comando, controle e monitoramento da segurança institucional, com vistas a assegurar maior celeridade, eficiência e capacidade de resposta às demandas de natureza orgânica.	Concluído

Fonte: Gabinete de Segurança Institucional

O desempenho do GSI em 2025 demonstra um avanço significativo na maturidade da segurança institucional. A inauguração da Central Integrada de Monitoramento - CIM e a renovação dos equipamentos de proteção individual representam marcos na modernização da unidade, permitindo uma resposta mais célere a incidentes. O principal impacto percebido foi a manutenção da ordem e da integridade física de membros e servidores, mesmo em um ano de intensa agenda externa e reformas estruturais no edifício sede, que exigiram a readequação constante dos fluxos de acesso.

As metas de capacitação foram plenamente atingidas devido à estreita cooperação com a PMRN e o Corpo de Bombeiros. Como desafio, a execução das reformas prediais demandou um esforço adicional do efetivo para garantir a segurança em áreas de canteiro de obras. Para 2026, as ações de melhoria preveem a conclusão da expansão do sistema de segurança eletrônica e o fortalecimento das rotinas de inteligência, contribuindo diretamente para o objetivo estratégico de garantir a eficiência operacional e a preservação do patrimônio público.

### 3.5.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Além das atividades regimentais e do planejamento estratégico, o Gabinete de Segurança Institucional desenvolveu iniciativas extraordinárias voltadas à modernização tecnológica e à inovação operacional. Tais projetos surgiram da necessidade de adaptação às novas ameaças e da busca por eficiência na proteção dos ativos do Tribunal de Contas, promovendo a vanguarda em segurança institucional.

Tabela 36: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Reestruturação física e tecnológica da Central Integrada de Monitoramento (CIM)	Em andamento
Implementação de sistema de biometria facial para controle de acessos	Em andamento
Análise de viabilidade e planejamento de segurança orgânica para eventos externos	Contínuo
Instituição de protocolos de segurança e operação para períodos de recesso	Concluído
Capacitação técnica em segurança de dignitários e autoridades	Concluído
Treinamento em segurança orgânica e inteligência policial	Concluído
Alinhamento de processos institucionais aos padrões de segurança orgânica	Contínuo
Especialização em operação de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAS)	Concluído

Fonte: Gabinete de Segurança Institucional.

As iniciativas especiais de 2025 elevaram o patamar tecnológico do GSI, com destaque para o início da implementação da biometria facial e a especialização em operação de drones (RPAS), ferramentas que conferem maior precisão ao monitoramento e à segurança de dignitários. A consolidação dos protocolos de recesso e o contínuo planejamento para eventos externos garantiram a integridade do Tribunal em cenários de maior vulnerabilidade. O principal avanço reside na convergência entre a inteligência policial e a segurança orgânica, permitindo uma atuação preventiva e técnica.

Os desafios principais envolveram a integração de novos sistemas tecnológicos à infraestrutura legada e a necessidade de treinamento especializado constante. O sucesso das metas alcançadas atribui-se ao engajamento do efetivo e ao suporte da alta administração no investimento em inovações. Como impacto, percebeu-se uma redução de riscos operacionais e maior agilidade na resposta a incidentes. Para o próximo exercício, as ações de melhoria focarão na conclusão da reestruturação da CIM e na expansão do uso de tecnologia embarcada nas operações de campo.

### 3.5.3 Projetos e Ações Estratégicas

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) fundamenta o seu planeamento estratégico nas diretrizes estabelecidas pelo Plano de Ações Estratégicas (PAE) para o biênio 2025/2026. As iniciativas do período visaram a consolidação de uma estrutura de segurança resiliente, focada no aperfeiçoamento normativo e na especialização técnica das equipas, em estrito alinhamento com os objetivos institucionais da Corte de Contas.

Tabela 37: Projetos e Ações Estratégicas– ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Capacitação continuada dos policiais do GSI	Em andamento
Estabelecer a Política Geral de Segurança Institucional	Em andamento
Estruturação da Unidade de Prevenção e Combate a Incêndio do GSI/TCERN - UPCIN	Em andamento

Fonte: registro no ATENA.

No exercício de 2025, o GSI registrou avanços significativos na estruturação da UPCIN, destacando-se a conclusão das tratativas técnicas com o Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do RN (CBMRN). A elaboração da minuta do Acordo de Cooperação Técnica alcançou 90% de execução, tendo sido formalmente encaminhada à Presidência deste Tribunal para análise final.

No âmbito da Segurança Normativa, os esforços concentraram-se na elaboração do Plano de Segurança Orgânica, que conta atualmente com uma comissão técnica dedicada à coordenação dos trabalhos. Simultaneamente, o projeto de Capacitação Continuada atingiu 50% das metas previstas para o ciclo, com a definição de diretrizes prioritárias e o planeamento anual de formação em cooperação com a Escola de Contas.

O cumprimento integral de determinadas metas foi condicionado pela complexidade dos processos de concertação interinstitucional e pelas exigências de conformidade jurídica, fatores que prolongaram a fase de instrução dos acordos externos. Embora tais elementos tenham impedido a finalização de entregas como o Plano de Evacuação, o progresso nas etapas de planeamento e diagnóstico assegura uma base sólida para a conclusão destas atividades no próximo exercício.

Ações de Melhoria Previstas Para o ciclo subsequente, o GSI priorizará a formalização dos protocolos de gestão de incidentes e a implementação prática das medidas de prevenção previstas no novo acordo com o CBMRN. Pretende-se, ainda, intensificar o cronograma de treinamentos táticos, visando a transição completa dos planos estratégicos para a fase de operação plena, fortalecendo a proteção integral do património e dos membros desta Instituição.

### 3.5.4 Resultados e Indicadores

A mensuração do desempenho do Gabinete de Segurança Institucional - GSI é realizada por meio de indicadores estratégicos que monitoram a eficácia das ações de prevenção, resposta e capacitação. Este acompanhamento assegura o alinhamento das atividades operacionais às metas do Plano Estratégico do Tribunal, permitindo uma gestão baseada em evidências e voltada para a mitigação proativa de riscos.

Tabela 38: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Fomento de capacitação das equipes de segurança institucional em práticas de segurança e uso eficiente de recursos para otimizar a resposta e a gestão de incidentes	Número total de capacitações realizadas no período	≥ 2	10	Foram realizadas 10 (dez) capacitações, superando a meta estabelecida.
Taxa de participação nas capacitações ofertadas	(Número de participantes / Número total do público-alvo) x 100	100%	100%	A taxa de participação registrada foi de 100% (cem por cento), atendendo integralmente à meta.
Taxa de equipamentos contra incêndio com manutenção preventiva realizada no prazo	Percentual (%)	100%	100%	Foi alcançado o percentual de 100% (cem por cento) de equipamentos com manutenção preventiva realizada no prazo, cumprindo integralmente a meta.
Número de inspeções realizadas mensalmente	Inspeções realizadas mensalmente	≥ 2	2	Foram realizadas 04 (quatro) inspeções mensais, superando a meta definida para o exercício.

Fonte: Indicadores Estratégicos.

Os resultados obtidos no exercício de 2025 evidenciam a maturidade operacional alcançada pelo GSI. Observou-se um desempenho superior às metas estabelecidas, especialmente no que tange à capacitação técnica e à prevenção de sinistros. A realização de 10 capacitações, frente à meta inicial de 2, demonstra um investimento extraordinário no aperfeiçoamento dos policiais, refletindo diretamente na qualidade do suporte prestado às autoridades e servidores do Tribunal. Quanto à segurança orgânica e prevenção de incêndios, o cumprimento de 100% do cronograma de manutenção preventiva e o dobro do número de inspeções mensais previstas indicam um rigoroso controle sobre a infraestrutura predial.

Não foram registrados desvios negativos ou metas não atingidas. O "desvio positivo" (superação de metas) deve-se à otimização dos fluxos de trabalho internos e à celebração de parcerias estratégicas com outras forças de segurança. O impacto direto desses resultados é a consolidação de um ambiente institucional seguro e resiliente. Como ação de melhoria contínua, o GSI prevê para o próximo ciclo a revisão dos indicadores de inspeção, visando elevar os padrões de conformidade e antecipar-se a possíveis obsolescências tecnológicas nos sistemas de monitoramento.

### 3.5.5 Boas Práticas e Inovações

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) implementou, ao longo de 2025, um conjunto de soluções integradas que visam a modernização da vigilância e a eficiência administrativa. Tais práticas fundamentam-se na convergência entre tecnologia de ponta e cooperação interinstitucional, estabelecendo novos padrões de proteção orgânica e prontidão operacional para o Tribunal de Contas.

### 3.5.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

A execução das atividades do GSI em 2025 foi marcada pela necessidade de conciliar a segurança orgânica com as reformas estruturais do edifício-sede e a complexidade das pactuações interinstitucionais. A identificação proativa de obstáculos permitiu a implementação de medidas mitigadoras que preservaram a integridade institucional e a continuidade dos serviços. Este gerenciamento de riscos é essencial para garantir que as vulnerabilidades sejam convertidas em oportunidades de melhoria tecnológica e normativa.

### 3.5.7 Participação em curso e eventos

Durante o exercício de 2025, o Gabinete de Segurança Institucional - GSI manteve uma presença ativa em eventos institucionais e programas de capacitação, visando o aprimoramento operacional e a garantia da ordem em cerimônias de alta relevância. A participação da equipe nestas frentes permitiu a aplicação prática de protocolos de segurança de autoridades e o fortalecimento do suporte logístico às atividades finalísticas do Tribunal de Contas, consolidando a integração do gabinete com os jurisdicionados e a sociedade civil.

A atuação do GSI iniciou-se com o suporte à segurança durante a solenidade de Posse do Prefeito do município de Natal, evento que exigiu planejamento rigoroso de escolta e proteção de dignitários. No âmbito técnico e de integração, a equipe participou do Ouvidoria Day, realizado no Centro de Operações da Justiça Eleitoral (COJE) em Natal/RN, e do Corregedoria Day, no auditório do TCERN, ocasiões em que foram reforçados os conhecimentos em gestão de fluxos de público e segurança de eventos corporativos de grande porte.

O cronograma de apoio regional foi um dos pilares do ano, com a presença do GSI em todas as etapas do Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025. A equipe realizou vistorias prévias e garantiu a segurança orgânica nos polos de Assu (Polo I), João Câmara (Polo II), Mossoró (Polo III), Caicó (Polo IV), Pau dos Ferros (Polo V) e Natal (Polo VI). Essas participações foram fundamentais para assegurar a integridade de conselheiros e gestores municipais em deslocamentos e ambientes externos à sede.

Adicionalmente, o gabinete prestou suporte essencial à realização do Processo Seletivo de Estágio de Pós-Graduação para o TCERN, em Natal/RN, garantindo a lisura e a segurança das instalações durante os exames.

A unidade também marcou presença na 24ª edição do projeto Sexta de Contas, realizada no CEMURE, reforçando protocolos de policiamento ostensivo em eventos de capacitação externa. Tais participações, além de garantirem a proteção do patrimônio humano e físico da Corte, serviram como oportunidades de intercâmbio de conhecimentos e alinhamento tático entre os agentes de segurança e as diversas unidades administrativas do Tribunal.

Apresentam-se, abaixo, os registros fotográficos que ilustram a atuação e o suporte operacional do GSI nos referidos eventos.

Imagem 19: Posse do Prefeito do município de Natal



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Imagem 20: Ouvidoria Day – COJE - Natal/RN



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Imagem 21: Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo I – Assu/RN



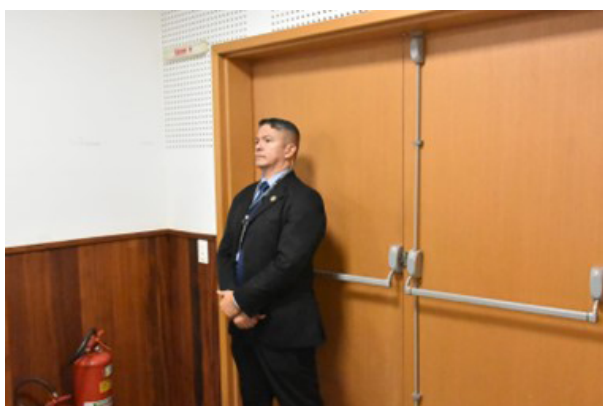
Fonte: Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Imagem 22: Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo II – João Câmara/RN



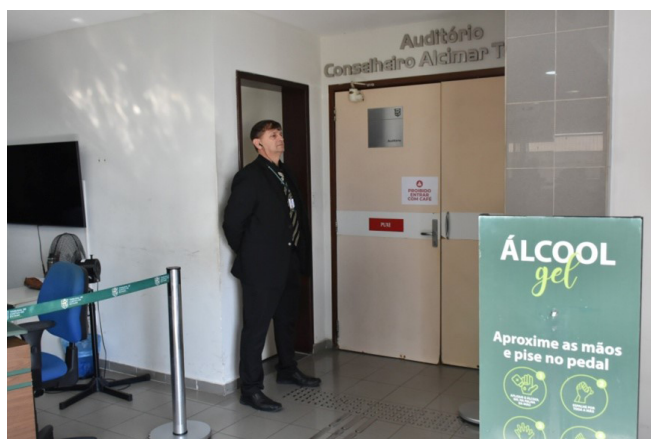
Fonte: Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Imagem 23: Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo III – Mossoró /RN



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Imagem 24: Corregedoria Day – Auditório TCERN - Natal/RN



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Imagem 25: Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo IV – Caicó/RN



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Imagem 26: Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo V – Pau dos Ferros/RN



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Imagem 27: Encontro Regional com Gestores Públicos Municipais de 2025, no Polo VI – Natal/RN



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Imagem 28: Processo Seletivo de Estágio de Pós Graduação para o TCERN - Natal/RN



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Imagem 29: 24ª edição do projeto Sexta de Contas – CEMURE - Natal/RN



Fonte: Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

### 3.5.8 Perspectivas e planos para o próximo ano

O Gabinete de Segurança Institucional do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte atua como o órgão estratégico responsável por viabilizar um ambiente seguro e resiliente para o pleno exercício das funções de controle externo. Suas frentes de atuação abrangem a segurança orgânica, zelando pela integridade física de membros, servidores e visitantes, além da proteção do patrimônio e das instalações da Corte. Adicionalmente, o GSI coordena as atividades de inteligência institucional, fundamentais para a antecipação de riscos e suporte à tomada de decisão superior. A unidade também desempenha um papel central na governança de segurança da informação e na gestão de crises, promovendo uma cultura de prevenção e resposta rápida a incidentes que possam comprometer a continuidade do serviço público ou a imagem do Tribunal. Nesse contexto, são apresentados neste relatório os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025.

Ao longo do exercício, o GSI fundamentou o seu planejamento estratégico nas diretrizes estabelecidas pelo Plano de Ações Estratégicas (PAE) para o biênio 2025/2026. As iniciativas do período visaram a consolidação de uma estrutura de segurança resiliente, focada no aperfeiçoamento normativo e na especialização técnica das equipes, em estrito alinhamento com os objetivos institucionais da Corte de Contas. No âmbito da segurança de autoridades, o gabinete executou com êxito a escolta e segurança pessoal da Presidência e dos Conselheiros em diversas solenidades, incluindo posses de magistrados, prefeitos e dirigentes de ordens de classe, além de assegurar o policiamento ostensivo e o monitoramento eletrônico ininterrupto das dependências do Tribunal.

Em termos de resultados estratégicos, o GSI registrou avanços significativos na estruturação da Unidade de Prevenção e Combate a Incêndio (UPCIN). As tratativas técnicas com o Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do RN (CBMRN) foram concluídas, resultando em uma minuta de Acordo de Cooperação Técnica que alcançou 90% de execução. Paralelamente, os indicadores de desempenho demonstraram uma maturidade operacional elevada: o fomento à capacitação superou a meta estabelecida, com a realização de 10 treinamentos técnicos em áreas como inteligência artificial, segurança de dignitários e operação de drones (RPAS). A taxa de participação nesses eventos e a manutenção preventiva dos equipamentos contra incêndio atingiram o índice de 100%, enquanto o número de inspeções mensais dobrou em relação ao previsto originalmente.

Não obstante os resultados positivos, a execução das atividades enfrentou obstáculos inerentes à complexidade administrativa das parcerias externas e às interferências causadas pelas reformas físicas no edifício-sede. Tais desafios exigiram medidas de mitigação imediatas, como a reestruturação dos fluxos de acesso e a ampliação do videomonitoramento em áreas de obra para prevenir vulnerabilidades. Para superar a obsolescência tecnológica, o GSI implementou inovações como a biometria facial para controle de acessos e a inauguração da nova Central Integrada de Monitoramento (CIM), ferramentas que modernizaram a vigilância e podem ser replicadas em outras unidades do Tribunal.

As perspectivas para o exercício de 2026 orientam-se pela consolidação definitiva desses projetos. As prioridades contemplam a formalização da Brigada de Incêndio, a publicação do Plano de Segurança Orgânica e a realização de simulações de evacuação predial. O Gabinete de Segurança Institucional reafirma o seu compromisso com a excelência, garantindo que o avanço tecnológico e a especialização do efetivo policial continuem a prover um ambiente estável para o exercício da missão constitucional do TCE-RN. Agradecemos o suporte da alta gestão e o empenho contínuo da equipe na preservação da integridade desta Instituição.

### 3.6 Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

A Coordenadoria de sustentabilidade do Tribunal de Contas atua na promoção de práticas ambientais responsáveis e na implementação de ações que visam à eficiência no uso de recursos naturais e a gestão adequada dos resíduos. Desenvolve iniciativas de educação ambiental, monitoramento do consumo e do impacto ambiental das atividades administrativas, contribuindo para a melhoria dos processos internos e o cumprimento das normas ambientais vigentes.

Além disso, esse setor desempenha um papel estratégico na articulação de parcerias com outros órgãos e entidades, incentivando a adoção de políticas de economia circular e a integração de práticas sustentáveis na gestão pública. Sua principal finalidade é fomentar uma cultura de responsabilidade socioambiental, promovendo a transparência e a eficiência na utilização dos recursos públicos e fortalecendo a imagem institucional do Tribunal.

Nesse contexto, são apresentados neste relatório os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025.

#### 3.6.1 Atividades Realizadas

Durante o período, foram realizadas atividades de rotina, tanto de caráter contínuo quanto pontual, envolvendo monitoramento, campanhas educativas, coleta seletiva, apoio a iniciativas socioambientais e disseminação de informações ambientais. A Tabela 1 apresenta a síntese das atividades desenvolvidas, suas respectivas quantidades e situação atual.

Tabela 39: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Monitoramento das ações realizadas no ano de 2025 e envio dos dados para o MMA através do questionário RESSOA	12	Concluído
Atualização dos relatórios anuais e do PLS no site do TCE	Anual	Concluído
Monitoramento das ações do Plano de Logística Sustentável	Trimestral	Concluído
Execução de Campanhas de Conscientização	5	Concluído
Recolhimento e Doação de lixo eletrônico	4	Concluído
Recolhimento e Doação de tampinhas plásticas	4	Concluído
Divulgação de material do Salas Verdes	Semanalmente	Concluído
Realização de duas Feiras de Artesanatos	Semestral	Concluído

Fonte: Relatório interno da unidade.

De modo geral, as ações desenvolvidas em 2025 resultaram em avanços significativos no fortalecimento da cultura de sustentabilidade, com destaque para o monitoramento sistemático das ações do PLS, a consolidação do envio de informações ao MMA por meio do questionário RESSOA e a ampliação das campanhas de conscientização ambiental.

Entre os principais desafios observados, destacam-se a necessidade de maior engajamento de servidores e colaboradores em ações de uso consciente de insumos. As principais causas para o alcance das metas estabelecidas foram o planejamento prévio das ações, a integração entre setores e o acompanhamento periódico dos indicadores.

Imagem 30: Consumo Consciente



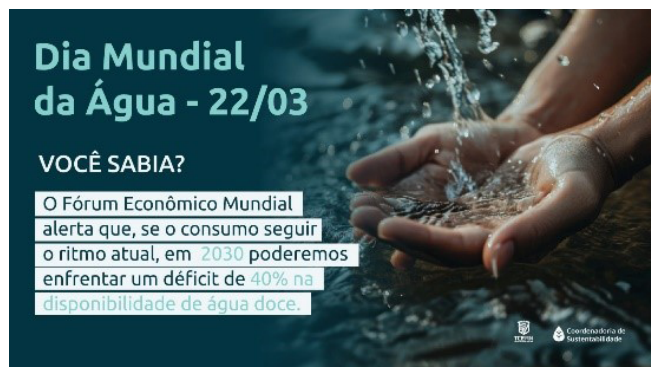
Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

Imagem 31: Dia da Árvore



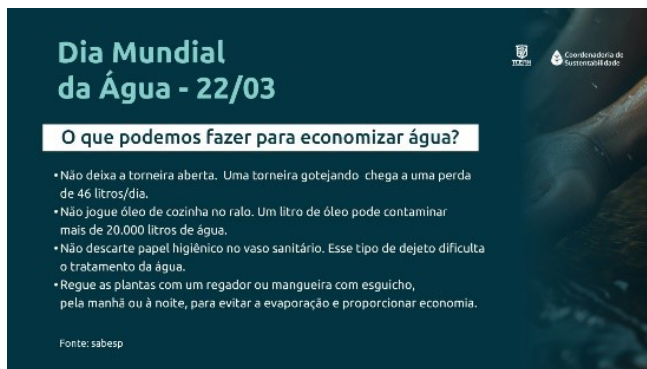
Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

Imagem 32: Dia da Água 1



Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

Imagem 33: Dia da Água 2



Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

Imagem 34: Feira de Artesanato



Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

Imagem 35: Dia do Meio Ambiente



Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

### 3.6.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Em 2025, a unidade desenvolveu e participou de projetos e iniciativas especiais que extrapolaram aquelas previamente previstas no planejamento estratégico. Essas ações tiveram como foco a inovação, a disseminação de boas práticas socioambientais, o fortalecimento institucional e a ampliação do diálogo com parceiros internos e externos, contribuindo para o aprimoramento da gestão sustentável no âmbito do TCE/RN.

Tabela 40: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Elaboração e divulgação da Cartilha de Sustentabilidade do TCE/RN	Concluído
Divulgação dos dados do Relatório de Acompanhamento do PLS	Concluído
Parceira com o Arboriza Natal para doação de borra de café	Concluído
Palestra no LabTCs	Concluído
Palestra no Rede Legislativo Sustentável	Concluído
Palestra Salas Verdes	Concluído
Visita Assembleia Legislativa e IFRN para conhecer iniciativas do TCE	Concluído
Conquista do 1º lugar no IASA dentre os Tribunais de Contas	Concluído

Fonte: Relatório interno da unidade.

Imagem 36: Relatório 2024-1



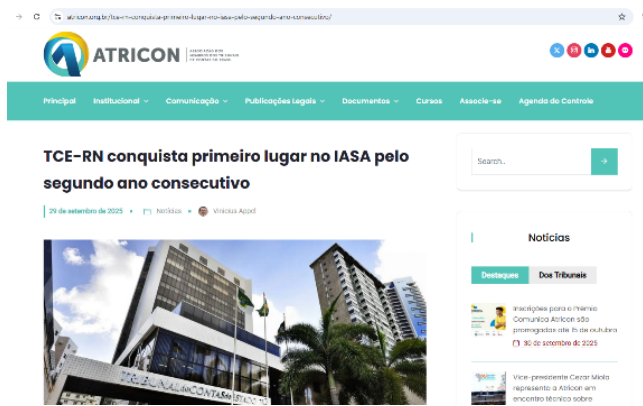
Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

Imagem 37: Relatório 2024-2



Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

Imagem 38: IASA



Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

Imagem 39: Visita ALRN e IFRN



Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

As iniciativas especiais contribuíram para o fortalecimento da sustentabilidade institucional, com destaque para a produção e divulgação de materiais educativos, a disseminação de informações estratégicas do PLS e a participação em eventos técnicos, que ampliaram a visibilidade e o alcance das ações do TCE/RN. As parcerias estabelecidas reforçaram a articulação interinstitucional e possibilitaram a adoção de práticas ambientalmente responsáveis.

Entre os principais desafios, destacam-se a necessidade de maior sistematização no acompanhamento dos resultados e a ampliação da participação em ações externas. O alcance das metas esteve associado ao engajamento e apoio da gestão, enquanto as limitações observadas relacionaram-se a restrições de agenda e priorização de demandas.

### 3.6.3 Projetos e Ações Estratégicas

A coordenadoria executou projetos e ações estratégicas registrados no Plano Anual de Execução (PAE), alinhados aos objetivos estratégicos do Tribunal e voltados ao fortalecimento da sustentabilidade institucional. As ações priorizaram o monitoramento de indicadores, a normatização de instrumentos de gestão, a promoção de práticas ESG e a melhoria da infraestrutura e dos processos internos.

Tabela 41: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Medir o uso consciente de insumos	Concluído
Medir a proatividade da unidade em ações sustentáveis	Concluído
Aquisição de energia limpa através da construção de usina solar ou compra de energia com geradores ou comercializadores (Mercado Livre de Energia elétrica)	Removido
Constituir comissão para aprovação de mudanças físicas e estruturais no prédio.	Em andamento
Aquisição de carros híbridos e instalação de tomadas para carregar veículos elétricos.	Em andamento
Instalação de secadores de mãos nos banheiros.	Removido
Destinação de dois terceirizados com Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados para coleta e gerenciamento de resíduos sólidos produzidos na instituição.	Em andamento
Fechar parcerias para destinação de pilhas e baterias.	Concluído
Curso para capacitação de servidores sobre práticas de ESG.	Em andamento
Implantar ações referentes ao programa de Equidade, Diversidade e Cidadania.	Concluído
Normatização do Plano de Logística Sustentável (PLS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).	Concluído

Fonte: Registro no ATENA.

As ações estratégicas implementadas em 2025 resultaram em avanços relevantes na consolidação da gestão sustentável, com destaque para a normatização do PLS e do PGRS, a implantação de ações voltadas à equidade, diversidade e cidadania, e o monitoramento do uso consciente de insumos e da proatividade da unidade em práticas sustentáveis.

O encerramento de algumas ações (aquisição de energia limpa e instalação de secadores para mãos) decorreu de reavaliações técnicas e de viabilidade institucional, enquanto as ações em andamento refletem processos estruturantes de médio e longo prazo, como melhorias na infraestrutura e capacitação de servidores.

Os principais fatores para o alcance das metas foram o alinhamento ao planejamento estratégico, o engajamento da equipe e o apoio da gestão. Entre os desafios, destacam-se dependência de decisões administrativas e necessidade de articulação intersetorial. Como ações de melhoria, prevê-se o fortalecimento do acompanhamento dos indicadores, a priorização de ações com maior impacto institucional e a ampliação de parcerias e capacitações, visando à continuidade e ao aprimoramento das iniciativas estratégicas do Tribunal.

### 3.6.4 Resultados e Indicadores

Os resultados e indicadores apresentados a seguir permitem avaliar o desempenho da unidade no ano-base de 2025, a partir de métricas alinhadas ao Plano Estratégico do Tribunal. Esses indicadores possibilitam o acompanhamento sistemático das ações socioambientais, a mensuração da efetividade das práticas sustentáveis implementadas e a análise do alcance das metas estabelecidas.

Tabela 42: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Consumo médio de papel por servidor	Quantidade de folhas por servidor	≤500 folhas/servidor	542	O consumo alcançado apresentou valor superior ao previsto. Esse aumento pode estar relacionado a coexistência de fluxos híbridos (digital e físico) e a adaptação gradual às ferramentas eletrônicas de gestão documental também podem ter contribuído para o maior uso de papel, indicando a necessidade de reforço das ações de sensibilização e de ampliação do uso de meios digitais.
Índice de ações socioambientais realizadas	Ações realizadas	≥ 4 ações	5 ações	A meta foi superada, com a execução de 5 ações, evidenciando efetividade no planejamento e na implementação das iniciativas socioambientais.
Índice de implementação de práticas sustentáveis	Percentual (%)	≥ 70%	100%	O resultado de 100% ultrapassou o valor mínimo estabelecido, demonstrando consolidação das práticas sustentáveis na rotina da unidade.

Fonte: Registro no ATENA.

No período analisado, observou-se desempenho positivo em relação aos indicadores estratégicos acompanhados. O índice de ações socioambientais realizadas superou a meta prevista, com a execução de cinco ações, refletindo o engajamento da unidade e a efetividade do planejamento das atividades. Da mesma forma, o índice de implementação de práticas sustentáveis atingiu 100%, ultrapassando o valor mínimo estabelecido, evidenciando a consolidação das diretrizes de sustentabilidade no âmbito institucional.

### 3.6.5 Boas Práticas e Inovações

No ano-base de 2025, a unidade adotou boas práticas e iniciativas inovadoras que contribuíram para o aprimoramento da gestão socioambiental e para a melhoria dos processos internos. Essas ações favoreceram o uso mais eficiente de recursos, o engajamento institucional e a disseminação de práticas sustentáveis, podendo ser replicadas por outras unidades do Tribunal.

Entre as principais boas práticas, destacam-se a realização de campanhas internas de conscientização ambiental, o monitoramento sistemático de indicadores socioambientais por meio de sistemas institucionais, a produção e divulgação de materiais educativos, como a Cartilha de Sustentabilidade, e o estabelecimento de parcerias com instituições externas para a destinação ambientalmente adequada de resíduos. Tais iniciativas demonstraram potencial de replicabilidade, por apresentarem baixo custo, fácil implementação e impactos positivos na rotina administrativa.

### 3.6.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

No exercício de 2025, a unidade enfrentou desafios relacionados à complexidade operacional de algumas ações e à necessidade de conciliar iniciativas sustentáveis com rotinas administrativas consolidadas. A implementação de práticas inovadoras demandou processos de adaptação gradual, especialmente no que se refere à mudança de hábitos e à incorporação de novas rotinas pelos diferentes públicos internos.

Entre os principais riscos identificados, destacam-se a descontinuidade de boas práticas em função de rotatividade de colaboradores, a dificuldade de mensuração imediata de alguns resultados e a dependência de articulações intersetoriais para a efetivação de determinadas ações. Como medidas de mitigação, foram adotadas estratégias de padronização de procedimentos, fortalecimento da comunicação interna e registro sistemático das ações desenvolvidas. Como forma de prevenção, prevê-se o aprimoramento dos indicadores de acompanhamento, a ampliação das ações de sensibilização e a consolidação de parcerias, de modo a assegurar a continuidade e a efetividade das iniciativas socioambientais no âmbito do TCE/RN.

### 3.6.7 Participação em curso e eventos

Ao longo de 2025, a equipe da unidade participou de cursos, reuniões técnicas, seminários e eventos voltados à temática da sustentabilidade, gestão pública e práticas ESG. Essas participações contribuíram para a atualização técnica, o intercâmbio de experiências e o fortalecimento das competências necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais.

Dentre as participações, destacam-se palestras, encontros interinstitucionais e eventos promovidos por redes e iniciativas voltadas à sustentabilidade no setor público, possibilitando a incorporação de novos conhecimentos e a disseminação de boas práticas no âmbito do TCE/RN. Recomenda-se o registro fotográfico e documental dessas participações como forma de comprovação e memória institucional.

Imagem 40: Palestra LabTCs



Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

Imagem 41: Palestra ALRN/IFRN



Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

Imagem 42: V Conferência Nacional do Meio Ambiente



Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

Imagem 43: Palestra V Conferência Nacional do Meio Ambiente



Fonte: Coordenadoria de Sustentabilidade (SUSTENTAB)

### 3.6.8 Perspectivas e planos para o próximo ano

Para o próximo exercício, a unidade definiu como prioridades a consolidação das ações em andamento, o fortalecimento do monitoramento de indicadores socioambientais, a ampliação das capacitações em práticas ESG e a intensificação das parcerias institucionais. Essas ações estão diretamente relacionadas aos desafios identificados ao longo deste relatório e visam garantir a continuidade e o aprimoramento da gestão sustentável no Tribunal.

Adicionalmente, pretende-se ampliar as ações de conscientização, aprimorar os instrumentos normativos e fortalecer a cultura organizacional voltada à sustentabilidade. A unidade reforça seu compromisso com os objetivos estratégicos do TCE/RN e agradece o apoio da gestão e dos servidores, destacando a importância das ações desenvolvidas para a promoção de uma administração pública mais eficiente, responsável e sustentável.

### 3.7 Núcleo de Relações Públicas e Institucionais (NRPI)

O recém-criado Núcleo de Relações Públicas e Institucionais é o setor do Tribunal de Contas do Estado responsável por assessorar diretamente a Presidência ou qualquer unidade administrativa indicada por esse órgão superior, em atividades e assuntos relacionados à organização e assessoria de cerimonial em eventos, cerimônias e solenidades, com vista a garantir o melhor desempenho das ferramentas de comunicação, protocolo e imagem institucional do TCE/RN.

O NRPI também é responsável por providenciar correspondências protocolares e sociais, tais como convites, congratulações, felicitações, pêsames, confirmações, agradecimentos, entre outros, de iniciativa da Presidência; organizar a composição das mesas de honra nas cerimônias, solenidades e reuniões de trabalho no Tribunal de Contas, com a presença do Presidente ou de seu representante legal; manter articulação com os cerimoniais de outros órgãos e Poderes, realizando contatos e visitas prévias e acompanhar o Presidente, ou o representante por ele indicado, nas diversas cerimônias, solenidades, atos oficiais e protocolares, visitas, audiências externas e eventos internos e externos, quando necessário.

Nesse contexto, são apresentados neste relatório os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025.

#### 3.7.1 Atividades Realizadas

No exercício de 2025, o Núcleo de Relações Públicas e Institucionais concentrou seus esforços na consolidação de fluxos operacionais essenciais para a governança da imagem e do cerimonial do Tribunal de Contas. As atividades de rotina focaram na gestão estratégica de relacionamentos e na organização de eventos, assegurando a precisão no diálogo com autoridades e o cumprimento rigoroso dos protocolos institucionais.

A execução dessas tarefas, detalhada na tabela a seguir, demonstra a produtividade do setor na manutenção de bases de dados atualizadas e no suporte a eventos presenciais, fundamentais para a transparência e para boa comunicação institucional.

Tabela 43: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Atualização do cadastro/ mailing de autoridades do Rio Grande do Norte	97	Concluído
Atualização do cadastro/ mailing da composição do Sistema Tribunais de Contas	34 entidades	Concluído
Organização de eventos presenciais	18	Concluído
Organização Eventos Online	02	Concluído
Assessoramento em Cerimonial/eventos internos	21	Concluído
Assessoramento em Cerimonial/eventos externos	22	Concluído
Elaboração de roteiros e nominatas	17	Concluído
Expedição de ofício/convite	104	Concluído
Convites recebidos e respondidos	142	Concluído
Solicitação e acompanhamento de receptivo (transfer) para membros	33	Concluído
Assessoramento e agendamentos de reuniões interinstitucionais	13	Concluído

Fonte: Relatórios internos

Em 2025, o Núcleo de Relações Públicas e Institucionais consolidou a imagem do TCE/RN como uma instituição técnica e transparente. Mesmo diante do desafio crítico do reduzido quadro de servidores, o setor alcançou altos índices de produtividade, pautados em três eixos:

- **Inteligência e Conectividade:** Atualização de 131 bases de contatos estratégicos, garantindo a precisão no diálogo com autoridades e Tribunais.
- **Protocolo e Autoridade:** Execução de mais de vinte eventos institucionais e o assessoramento em outros 22 eventos externos, preservando o protocolo e o rito exigidos pelas normas de cerimonial público.
- **Gestão de Relacionamento:** Processamento de 279 informações entre comunicações oficiais e receptivos, fortalecendo o vínculo com os stakeholders.

Os resultados demonstram a eficiência e o compromisso da equipe, que aprimorou os fluxos de trabalho para garantir uma comunicação ágil e padronizada.

Imagem 44: fotos eventos



Fonte: NRPI

### 3.7.2 Projetos e Iniciativas Especiais

No período em análise, cumpre destacar uma iniciativa de elevada relevância estratégica, voltada ao fortalecimento da imagem institucional e à interiorização das ações do Tribunal. Trata-se da articulação e parceria direta estabelecida entre o Núcleo de Relações Públicas e Institucionais e os cerimoniais das prefeituras municipais que sediaram os seis Encontros Regionais promovidos pelo TCE/RN ao longo de 2025.

Tabela 44: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Parcerias com os setores de Comunicação/Cerimonial em cidades do interior nos Encontros Regionais	Concluído

Fonte: Relatório Interno da unidade

Essa cooperação interinstitucional serviu para suprir a insuficiência de profissionais especializados necessários nas fases de planejamento, produção e condução de eventos de grande porte no interior do estado, permitindo a integração de protocolos e a otimização de recursos logísticos.

Imagem 45: projetos e iniciativas especiais



Fonte: NRPI

### 3.7.3 Projetos e Ações Estratégicas

A Tabela – Projetos e Ações Estratégicas (ano-base 2025) apresenta as iniciativas planejadas e executadas no âmbito da gestão institucional, com foco no aprimoramento da comunicação institucional do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Tabela 45: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
PADRONIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	Em fase final
CRIAÇÃO DE MINIBIOS DOS MEMBROS DA CORTE DE CONTAS NO SITE DO TCE/RN	Em andamento

Fonte: Relatório Interno da unidade

A padronização das comunicações expedidas pelo Núcleo de Relações Públicas e Institucionais não é apenas uma questão estética, mas uma estratégia de fortalecimento da imagem pública do Tribunal. Ao alinhar ofícios, convites, e-mails e mensagens de WhatsApp, o TCE projeta uma imagem de organização, transparência e profissionalismo técnico. A unidade já avançou bastante nesta ação que está em sua última fase de execução.

Outro projeto prioritário é a publicação de minicurrículos e fotografias em alta resolução dos membros no portal institucional. A iniciativa atende aos princípios da Lei de Acesso à Informação (LAI) e supre necessidades protocolares do cerimonial público. Trata-se de uma ação de transparência ativa que fortalece a imagem técnica do TCE/RN, eleva a confiança do cidadão e otimiza o tempo de resposta das equipes de comunicação e cerimonial ao centralizar o acesso a dados biográficos oficiais.

### 3.7.4 Resultados e Indicadores

A avaliação do desempenho do Núcleo de Relações Públicas e Institucionais no exercício de 2025 é pautada pelo cumprimento das diretrizes estratégicas de fortalecimento da imagem institucional, transparência ativa e excelência protocolar. Os indicadores apresentados na Tabela 4 refletem o compromisso da unidade com a eficiência administrativa e a capacidade de entrega, mesmo diante de limitações operacionais.

Os resultados demonstram o progresso em projetos estruturantes de longo prazo, que visam a padronização e a modernização dos fluxos de comunicação do Tribunal. A análise a seguir detalha o alcance desses índices e os fatores que contribuíram para a consolidação do NRPI como uma unidade estratégica de suporte à Presidência e de relacionamento com a sociedade e demais instituições.

Tabela 46: Resultados do Plano de Ações Estratégicas (PAE)

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
<b>Padronização da Comunicação Institucional</b>	Percentual de conclusão do projeto	100%	90%	A ação encontra-se em fase final, com a estrutura dos modelos e <a href="#">conteúdos</a> definidos, aguardando a validação da Presidência.
<b>Índice de presença das autoridades convidadas nos eventos promovidos pelo TCE/RN</b>	Percentual previsto	100%	95,57%	O índice comprova que a comunicação interinstitucional vem gerando resultados positivos.
<b>Articulação com cerimoniais das prefeituras que sediaram os Encontros Regionais e de órgãos e entidades parceiras</b>	Quantidade de Eventos	08	08	A meta foi integralmente atingida, resultando em uma condução protocolar eficiente e integrada com as equipes de cerimonial parceiras
<b>Fortalecimento da Imagem Institucional</b>	Quantidade de conexões interinstitucionais	50	42	A cooperação entre os órgãos do Sistema Tribunais de Contas e entidades parceiras ampliam a capilaridade das ações do Tribunal.

Fonte: Relatório interno da unidade.

O alcance expressivo desses indicadores decorreu da reorganização dos fluxos internos e do comprometimento da equipe com os novos processos.

### 3.7.5 Boas Práticas e Inovações

No exercício de 2025, o Núcleo de Relações Públicas e Institucionais (NRPI) adotou estratégias e soluções voltadas à otimização da comunicação e ao fortalecimento da imagem da Corte de Contas. Tais iniciativas permitiram elevar o padrão de excelência no atendimento às demandas da Presidência e no relacionamento com os demais órgãos e poderes. Dentre as principais práticas e inovações implementadas, destacam-se:

- Reorganização do fluxo de comunicação interna para acionamento da equipe de cerimonial do TCE/RN. O novo fluxo facilita a articulação com outros setores e permite que a equipe de cerimonial atue de forma estratégica desde o planejamento, e não apenas no dia do evento, otimizando o uso de recursos.
- Rede de Cooperação Logística: Desenvolvimento de um modelo de articulação interinstitucional para eventos de grande porte, que permite o compartilhamento de expertise protocolar e a otimização de infraestrutura em missões externas.

### 3.7.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

Entre os desafios encontrados estão o reduzido quadro de servidores no setor, a necessidade de constante interlocução intersetorial e o rigoroso trâmite de validação institucional para a publicação de manuais e normas que resultaram na conclusão parcial de alguns projetos de padronização. A priorização de demandas urgentes da Presidência demandaram uma gestão de tempo altamente criteriosa para não comprometer as rotinas de trabalho.

### 3.7.7 Participações em Cursos e Eventos

A participação em capacitações e congressos permitiu não apenas a absorção de novos conhecimentos, mas também o fortalecimento da rede de interlocução com outros órgãos do Sistema Tribunais de Contas e instituições parceiras. Essa qualificação se reflete diretamente na melhoria dos processos internos, na segurança protocolar das solenidades e na eficácia da imagem projetada pelo Tribunal perante a sociedade.

Abaixo, são listadas as principais atividades formativas e eventos que contaram com a presença da equipe no ano-base:

15 e 16 de maio – Encontro Nacional de Cerimonialistas

19 a 21 de maio – Cerimonial Público – Escola da Assembleia

03 a 04 de junho – Redação Oficial – Escola da Assembleia

05 a 07 de agosto – Inteligência Artificial - Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira

04 e 05 de setembro – Workshop de Cerimonial, Protocolo e Organização de Eventos Públicos

Imagem 46: cursos e eventos



Fonte: NRPI

### 3.7.8 Perspectivas e Planos para o Próximo Ano

Para o exercício de 2026, o Núcleo de Relações Públicas e Institucionais (NRPI) priorizará a consolidação dos instrumentos normativos e a expansão da sua capacidade de articulação, visando superar as limitações operacionais observadas no período anterior. As ações planejadas estão alinhadas aos objetivos estratégicos do Tribunal e buscam elevar o patamar de profissionalismo e transparência da instituição. Dentre as prioridades estabelecidas, destacam-se:

- A expansão da transparência no portal oficial: Finalização do projeto de criação de minibiós e fotografias dos membros da Corte de Contas, promovendo a transparência ativa e facilitando o acesso à trajetória dos gestores pelo cidadão.
- Implementação do calendário anual de eventos que irá garantir uma maior previsibilidade, otimizando a gestão de tempo e o planejamento do setor.

Expressamos nossos agradecimentos à Presidência pelo apoio contínuo e a todas as unidades parceiras, em especial aos cerimoniais municipais e órgãos do Sistema Tribunais de Contas, cuja colaboração foi fundamental para superar as limitações operacionais e alcançar as metas propostas.

## 3.8 Diretoria de Comunicação (DCOM)

A Diretoria de Comunicação é o setor responsável pela comunicação interna e externa do Tribunal de Contas, informando a sociedade e demais públicos de interesse sobre as ações e o trabalho da Corte, de forma que os dados divulgados sobre o Controle Externo da gestão de recursos públicos sejam úteis ao cidadão, estimulando assim o Controle Social e a construção da Cidadania.

O setor presta acompanhamento sistemático das sessões para divulgação das decisões das Câmaras de Contas e do Pleno; assessoramento aos veículos de jornalismo que buscam informações neste Tribunal, assim como acompanhamento à imprensa, aos conselheiros e dirigentes em matérias e entrevistas de interesse mídia ou do próprio Tribunal.

Também produz informativo diário (online – área restrita), notícias em forma de releases postadas no site do TCE e encaminhadas à imprensa local e interior, cartazes, cartilha, jornal interno, plaquete, revista anual, conteúdo para TV interna e programa de TV exibido pela TV Assembleia e TV Câmara. Além disso, realiza atualização de conteúdo diariamente para página oficial do TCE no espaço destinado às notícias, monitoramento do perfil do Tribunal e postagem de notícias nos perfis de redes sociais do TCE. Nesse contexto, são apresentados, neste relatório, os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025.

### 3.8.1 Atividades Realizadas

No período em análise, a Diretoria de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte desenvolveu diversas atividades em sua área de atuação, abrangendo ações de comunicação interna e externa. As iniciativas estiveram voltadas ao fortalecimento da transparência institucional, à divulgação das ações do Tribunal e ao aprimoramento do relacionamento com a sociedade e os públicos internos. Ao longo de 2025, foram adotadas estratégias e ferramentas que contribuíram para ampliar o alcance, a clareza e a efetividade da comunicação institucional.

Tabela 47: Atividades Realizadas – ano-base 2025

PRINCIPAIS ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
▪ Releases enviados à imprensa	274	CONCLUÍDO
▪ Produção de vídeo	71	CONCLUÍDO
▪ Produção do Programa “Com a Palavra TCE”	04	CONCLUÍDO
▪ Produção do jornal “TCE em Pauta” (edições)	04	CONCLUÍDO
▪ Produção do Programa “Minuto TCE”	21	CONCLUÍDO
▪ Produção e publicação da Revista do TCE	01	CONCLUÍDO
▪ Notícias inseridas no Portal TCE-RN	274	CONCLUÍDO
▪ Fotos/imagens inseridas no Portal TCE-RN	274	CONCLUÍDO
▪ Clipagem das matérias publicadas	1.108	CONCLUÍDO
▪ Eventos fotografados	99	CONCLUÍDO
▪ Elaboração de logotipos	02	CONCLUÍDO
▪ Postagens no Instagram		
⇒ Visualizações	2.084,565 milhões	CONCLUÍDO
⇒ Interações	54,208 mil	CONCLUÍDO
⇒ Seguidores	5.390	CONCLUÍDO
▪ Postagens no YouTube do TCE-RN		
⇒ Visualizações	23,427 mil	CONCLUÍDO
⇒ Impressões	363,76 mil	CONCLUÍDO
⇒ Novos Inscritos	461	CONCLUÍDO
▪ Campanhas internas realizadas	05	CONCLUÍDO
▪ Peças gráficas produzidas (para todas as mídias/publicações)	205	CONCLUÍDO
▪ Outras (especificar):	-----	-----
a)		
b)		

Fonte: relatório interno da unidade

Em 2025, a Diretoria de Comunicação do TCERN apresentou resultados expressivos, com a execução integral das principais ações previstas, destacando-se a ampla produção de conteúdos jornalísticos, audiovisuais e institucionais. Foram mais de 270 releases e notícias, 71 vídeos, além de forte presença nas mídias digitais, alcançando mais de **2 milhões de visualizações no Instagram** e relevante engajamento no YouTube. Os avanços refletem o fortalecimento da comunicação institucional e da transparência pública, ampliando o alcance das ações do Tribunal junto à sociedade.

As principais causas para o alcance das metas foram o planejamento integrado, a dedicação da equipe e o uso estratégico das redes sociais, bem como a inclusão da contratação da Plataforma de comunicação em redes sociais para o setor público - SocialMediagov; por outro lado, a não execução de algumas ações decorreu de restrições técnicas e de priorização de demandas emergenciais. Como ações de melhoria, prevê-se a ampliação das plataformas digitais, modernização de processos e fortalecimento da comunicação interna, contribuindo diretamente para os objetivos institucionais de transparência, eficiência e aproximação com o cidadão.

### 3.8.2 Projetos e Ações Estratégicas

No ano de 2025, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Plano de Ações Estratégicas (PAE), promoveu importantes iniciativas voltadas ao fortalecimento da comunicação institucional. Os projetos e ações executados estiveram alinhados aos objetivos estratégicos do Tribunal, contribuindo para a modernização dos processos, a ampliação da transparência e o aprimoramento do relacionamento com a sociedade. Podemos listar os seguintes projetos e ações estratégicas registrados no PAE: Atualização da Resolução 22/2018 – Política de Comunicação; Criação do Plano de Comunicação; Criação do Podcast do TCE-RN; Implantação do novo sistema de monitoramento e análise de mídia (clipagem eletrônica); Elaboração de guia para jornalistas e Reestruturação visual das publicações nas redes sociais (WEBMEDIAGOV). Os resultados demonstram o compromisso contínuo com a inovação e a eficiência na gestão pública.

Tabela 48: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

PROJETO/AÇÃO	% REALIZADO NO PERÍODO	% ACUMULADO	SITUAÇÃO
7.1.1 Atualizar a Resolução 22/2018 – Política de Comunicação	66%	66%	Em andamento
7.1.2. Criação do Plano de Comunicação	0%	0%	Não iniciada
7.1.3. Criação do PODCAST do TCE-RN	50%	50%	Em andamento
7.1.4. Implantação do novo sistema de monitoramento e análise de mídia (contratação de clipagem eletrônica)	66%	66%	Em andamento
7.1.5. Elaboração de guia para jornalistas	73%	73%	Em andamento
7.1.6. Reestruturação visual das publicações nas redes sociais (aquisição de programas e contratação do WEBMEDIAGOV)	41%	41%	Em andamento

Fonte: Diretoria de Comunicação / ATENA

Em 2025, o TCE/RN, por meio do Plano de Ações Estratégicas (PAE), avançou na modernização da comunicação institucional, com ações voltadas à transparência, inovação e fortalecimento do relacionamento com a sociedade.

Entre os principais avanços, destacam-se a atualização da Política de Comunicação (66%), a implantação do sistema de monitoramento de mídia (66%), a criação do Podcast do TCE-RN (50%), a elaboração do Guia para Jornalistas (73%) e a reestruturação visual das redes sociais (41%). Essas iniciativas contribuíram para ampliar a visibilidade e a profissionalização da comunicação do Tribunal.

O principal desafio foi a não execução do Plano de Comunicação (0%), essencial para integrar e orientar as demais ações. As limitações observadas decorreram, principalmente, de entraves técnicos e necessidade de alinhamento institucional.

Como ações de melhoria, prevê-se a priorização do Plano de Comunicação, a conclusão das iniciativas em andamento e o fortalecimento do monitoramento e da integração dos canais institucionais.

### 3.8.3 Resultados e Indicadores

No exercício de 2025, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte-TCERN consolidou importantes avanços por meio do acompanhamento sistemático de seus Resultados e Indicadores Estratégicos. As ações desenvolvidas permitiram avaliar o desempenho institucional, aprimorar processos internos e fortalecer a transparência e a eficiência na gestão pública. Esses indicadores refletem o compromisso do Tribunal com a excelência, a inovação e a entrega de valor à sociedade.

## INDICADORES ESTRATÉGICOS DO TCE-RN Dezembro/2025

### DCOM

c) Índice de crescimento do alcance e das impressões nas redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter e YouTube) das ações relevantes desenvolvidas pelo TCE-RN:

Tabela 49: redes sociais

Fórmula	((Quantidade de alcance e de impressões nas redes sociais das ações relevantes desenvolvidas pelo TCE-RN no período/ Quantidade de alcance e de impressões nas redes sociais das ações relevantes desenvolvidas pelo TCE-RN no período anterior) – 1) x 100				
Quantidade de alcance e de impressões nas redes sociais das ações relevantes desenvolvidas pelo TCE-RN no período	1º trim./2025	2º trim./2025	3º trim./2025	4º trim./2025	2025
	188,8 mil	277mil( dados até maio de 2025)	541,6 mil	886,2 mil	1.893,6 mil
Quantidade de alcance e de impressões nas redes sociais das ações relevantes desenvolvidas pelo TCE-RN no período anterior	1º trim./2024	2º trim./2024	3º trim./2024	4º trim./2024	2024
	102,5 mil	154,5 mil	201,9 mil	117,9 mil	608,4 mil
Meta para 2025	%				
Resultados alcançados	1º trim./2025	2º trim./2025	3º trim./2025	4º trim./2025	2025
	84,3%	79%	268%	751%	311%

Fonte: relatórios internos

Índice de crescimento das publicações das ações relevantes desenvolvidas pelo TCE-RN:

Tabela 50: crescimento das publicações

Fórmula	((Quantidade de notícias sobre trabalhos relevantes publicadas no período/Quantidade de notícias sobre trabalhos relevantes publicadas no período anterior) – 1) x 100				
Quantidade de notícias sobre trabalhos relevantes publicadas no período anterior	1º trim./2024	2º trim./2024	3º trim./2024	4º trim./2024	2024
	35	55	67	37	192
Quantidade de notícias sobre trabalhos relevantes publicadas no período	1º trim./2025	2º trim./2025	3º trim./2025	4º trim./2025	2025
	47	44 (até maio)	75	82	248
Meta para 2025	%				

Fonte: relatórios internos da unidade

Índice de crescimento de matérias positivas na mídia sobre o TCE-RN:

Tabela 51: matérias positivas sobre o TCE-RN

Fórmula	((Quantidade total de matérias positivas no período / Quantidade total de matérias positivas no período anterior) – 1) x 100				
Quantidade total de matérias positivas no período	1º trim./2024	2º trim./2024	3º trim./2024	4º trim./2024	2024
	62	118	105	42	
Quantidade total de matérias positivas no período anterior	1º trim./2025	2º trim./2025	3º trim./2025	4º trim./2025	2025
	140	87 (até 30 maio)	343(a partir de agosto)	335	
Meta para 2025	3%				
Resultados alcançados	1º trim./2025	2º trim./2025	3º trim./2025	4º trim./2025	2025
	125%	26%	326%	797%	

Fonte: relatório interno da unidade / registro no ATENA .

Os indicadores estratégicos da Diretoria de Comunicação do TCE-RN em 2025 demonstram desempenho amplamente positivo, com avanços relevantes na visibilidade institucional, no fortalecimento da imagem do Tribunal e na ampliação da comunicação com a sociedade.

O **Índice de Crescimento do Alcance e das Impressões nas Redes Sociais** atingiu **311%**, superando de forma expressiva a meta de 84,3%. O crescimento mais intenso ocorreu no segundo semestre, refletindo o fortalecimento das estratégias digitais e da produção de conteúdos institucionais.

O **Índice de Crescimento das Publicações de Ações Relevantes** apresentou aumento anual de **29%**, passando de 192 para 248 publicações.

Já o **Índice de Crescimento de Matérias Positivas na Mídia** alcançou crescimento de **797%**, frente à meta de 3%, demonstrando a consolidação de uma imagem institucional mais reconhecida e valorizada pela imprensa, especialmente no segundo semestre.

O crescimento expressivo do Índice de Matérias Positivas na Mídia, que alcançou **797% em 2025**, frente à meta de **3%**, decorre, em grande parte, da contratação de uma ferramenta de diagnóstico e monitoramento de mídia pelo TCERN. A plataforma possibilitou maior alcance, agilidade e precisão na identificação e no acompanhamento das menções institucionais. Esse avanço qualificou a análise dos dados e potencializou a estratégia de comunicação, contribuindo para a consolidação de uma imagem mais reconhecida e valorizada junto à imprensa, especialmente no segundo semestre.

De forma integrada, os resultados confirmam o alinhamento das ações da DCOM ao Plano Estratégico do TCE-RN, com superação das metas e fortalecimento da comunicação como eixo estratégico institucional.

#### 3.8.4 Boas Práticas e Inovações

No contexto da modernização da gestão pública, a adoção de boas práticas e inovações tem sido fundamental para aprimorar a eficiência, a transparência e a qualidade dos serviços prestados. As iniciativas implementadas refletem o compromisso da unidade com a melhoria contínua, o uso estratégico da tecnologia e o fortalecimento da comunicação com a sociedade. Essas ações contribuem para tornar os processos mais ágeis, acessíveis e alinhados às demandas institucionais. Além disso, demonstram o potencial de soluções criativas e tecnológicas como instrumentos de transformação organizacional.

A Diretoria de Comunicação promoveu, neste ano, mudanças significativas na estratégia de comunicação nas redes sociais, especialmente no Instagram. Foram estabelecidos critérios técnicos para a definição do estilo das publicações e para a escolha do formato mais adequado a cada conteúdo. Nesse contexto, destacam-se as séries TCE 360 e No fim das Contas. O TCE 360 é um boletim quinzenal que reúne as principais realizações do Tribunal de Contas. Já o No fim das Contas responde às perguntas mais comumente pesquisadas em ferramentas de busca sobre o TCE, sempre com o uso de linguagem simples.

#### 3.8.5 Dificuldades e Riscos Enfrentados

Após as recentes mudanças implementadas no setor — especialmente a transformação de coordenadoria em diretoria, acompanhada do redesenho na distribuição de cargos —, os resultados apresentaram avanço significativo em todos os níveis, desde o alcance das publicações nas redes sociais do TCE até a ampliação da presença na mídia. O principal obstáculo ao desempenho permanece sendo a limitação no número de servidores. A redução do tamanho da equipe, que, embora tenha sido recentemente ampliada, ainda se mantém enxuta, representaria um risco à continuidade e à qualidade dos resultados alcançados. Soma-se a esse cenário a precariedade dos vínculos de parte do pessoal de design.

### 3.8.6 Participação em cursos e eventos

Em 2025, a equipe da Diretoria de Comunicação do TCE/RN participou de cursos e eventos estratégicos voltados ao aprimoramento técnico, à inovação e ao fortalecimento da gestão pública. As capacitações contribuíram para o desenvolvimento de competências em planejamento de contratações, uso de tecnologias emergentes e qualificação de atendimento as demandas oriundas dos diversos setores deste Tribunal, refletindo diretamente na melhoria das rotinas e na eficiência das ações da unidade.

#### Participações em cursos e eventos:

- **Planejamento das Contratações: Abordagem dos Artefatos DFD, ETP e TR à Luz da Lei nº 14.133/2021**

→ Aperfeiçoamento dos conhecimentos sobre as etapas e documentos essenciais para contratações públicas, garantindo maior segurança jurídica e eficiência processual.

- **Inteligência Artificial Generativa: Uso Avançado do Google Gemini**

→ Ampliação das competências no uso de ferramentas de IA para otimização da produção de conteúdo, análise de dados e automação de rotinas.

- **Curso Básico de Licitações e Contratos Administrativos**

→ Fortalecimento da compreensão das normas e procedimentos que regem as contratações públicas.

- **Como Instruir o Processo de Contratação Direta e Como Fazer Orçamento Estimativo**

→ Melhoria na elaboração de processos mais ágeis, técnicos e alinhados à legislação vigente.

- **3º Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas**

→ Atualização sobre tendências, boas práticas e inovação na comunicação pública, além do intercâmbio de experiências entre instituições.

Essas participações reforçaram a qualificação da equipe e contribuíram para a modernização das práticas da Diretoria de Comunicação, impactando positivamente a atuação institucional do Tribunal.

### 3.8.7 Perspectivas e planos para o próximo ano

Para 2026, a principal prioridade é a implementação do Plano de Comunicação, essencial para integrar e orientar as ações da Diretoria. A não execução em 2025 evidenciou a necessidade de superar entraves técnicos e fortalecer o alinhamento institucional, que passam a nortear o novo planejamento.

As ações previstas concentram-se na execução do Plano de Comunicação, na conclusão das iniciativas em andamento, no fortalecimento do monitoramento por meio de indicadores e na integração dos canais institucionais, promovendo maior coesão e alcance das informações.

Essas medidas são fundamentais para fortalecer a transparência, a eficiência e a imagem institucional do TCE-RN, contribuindo para uma comunicação mais estratégica e acessível.

Reafirma-se, por fim, o compromisso da Diretoria de Comunicação com a melhoria contínua, agradecendo à Administração Superior pelo apoio e confiança.



# 4

## Atividades dos Órgãos Técnico-Administrativos

## 4 ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

### 4.1 Secretaria de Controle Externo (SECEX)

#### 4.1.1 Coordenadoria de Informações Estratégicas e Inteligência para o Controle Externo (CIEX)

A CIEX é a unidade administrativa responsável por adotar métodos e técnicas inerentes à atividade de Inteligência de Controle Externo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Seu surgimento decorreu da adesão do TCE/RN à Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (InfoContas).

A natureza da coordenadoria é definida pela Resolução nº 006/2016-TCE, posteriormente modificada pela Resolução nº 020/2019-TCE. O instrumento legal foi elaborado a partir das diretrizes materializadas no Regimento Interno da Rede InfoContas.

O Art. 12º da Resolução 006/2016, em seus incisos II e IV, indica que os servidores que compõem a Coordenadoria de Informações Estratégicas devem, quando procurados, atender a providências relacionadas a atividades diversas de controle externo. Nesse sentido, a CIEX busca auxiliar outras unidades técnicas do TCE/RN e outros órgãos de controle em demandas relacionadas à sua missão institucional.

Nesse contexto, são apresentadas, a seguir, as atividades conduzidas por esta unidade durante o ano de 2025.

##### 4.1.1.1 Atividades Realizadas

A tabela a seguir detalha a quantidade e o status das atividades executadas em 2025, de acordo com os segmentos acima destacados:

Tabela 52: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Produção e difusão de Relatórios de Informações Estratégicas entre unidades de controle externo	4	Concluída
Atividade de coleta, tratamento, guarda e gerenciamento de bases de dados compartilhadas via acordos de cooperação técnica com outros órgãos e instituições de controle.	6	Concluída
Análise, pesquisa, obtenção, identificação e monitoramento de dados e evidências reveladores de fatos ou situações de interesse do Tribunal de Contas	3	Concluída
Auxiliar na celebração, execução e acompanhamento de convênios e acordos de cooperação técnica, ou instrumentos congêneres, a serem firmados pelo Tribunal com órgãos e entidades relacionados ao controle da gestão pública	1	Concluída
Elaborar e validar tipologias visando identificar indícios de irregularidades administrativas com vistas à prevenção e ao combate à corrupção;	8	Concluída

Fonte: CIEX

### 4.1.1.2 Projetos e Ações Estratégicas

Com o fito de cumprir o objetivo dos incisos X e XI do Art. 4º de sua norma criadora, a CIEX participa de importante projeto no Plano de Ações Estratégicas (PAE), em parceria com outras unidades, que tem como objetivo desenvolver e implantar ferramenta que auxiliará a atuação concomitante por parte das unidades técnicas de controle externo do TCE/RN. A situação atual do projeto pode ser observada na tabela abaixo.

Tabela 53: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Construção de repositório de conhecimento para apoiar análise preditiva de tipologias e identificação de sinais de alerta de fraude em licitações, contratos, atos de pessoal e despesa com pessoal.	Concluído (100%)
Construção de sistema integrado de monitoramento e geração de alertas de inícios de fraude por critérios pré-definidos.	Concluído (100%)
Elaboração de normativo que irá instituir ferramenta, métodos e procedimentos para a atuação concomitante do Tribunal de Contas, por meio de uma interlocução eletrônica ágil e organizada.	Em andamento (50%)

Fonte: Sistema Atena

### 4.1.1.3 Dificuldades e Riscos Enfrentados

As principais dificuldades e riscos identificados atualmente estão associados à falta de capacidade operacional para execução das atividades do setor. Visando contornar tal dificuldade, os esforços despendidos na execução de ações de alta complexidade - como a produção de relatórios de inteligência, análise, pesquisa e monitoramento de informações para identificar indícios de irregularidades administrativas, com vistas à prevenção e ao combate à corrupção - foram redirecionados para o desenvolvimento e implantação de ferramenta de detecção automática de indícios de fraude que auxiliará a atuação concomitante das unidades técnicas de controle externo.

### 4.1.1.4 Participação em cursos e eventos

- Curso avançado sobre aplicação de ferramentas de IA (1º sem 2025);
- Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas (LabTCs) (maio/2025);
- Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo (agosto/2025);
- Doutrina de Inteligência para o Controle Externo e Referencial de Produção de Conhecimento (novembro/2025);
- IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC) (dezembro/2025)

#### 4.1.1.5 Perspectivas e planos para o próximo ano

Prioridades para 2026:

- i. Consolidação da ferramenta de detecção automática de indícios de fraude (Argos);
- ii. Implantação de nova infraestrutura de TI com suporte ao uso de modelos de Inteligência Artificial;
- iii. Implantação de metodologia de produção de conhecimento e elaboração de Relatórios de Inteligência segundo Doutrina de Inteligência para o Controle Externo (padrão nacional entre os Tribunais de Contas);

#### 4.1.2 Coordenadoria de Planejamento e Acompanhamento para o Controle Externo (CPACE)

A Coordenadoria de Planejamento e Acompanhamento para o Controle Externo (CPACE) é uma unidade organizacional de nível tático do TCE-RN, vinculada diretamente à SECEX. Ela tem por função gerenciar a elaboração, execução global, alteração e relatório do Plano Anual de Fiscalização (PFA), assim como acompanhar seu desempenho. Essa sequência de atividades é também chamada de Gerenciamento do PFA e se apresenta como um ciclo anual de trabalho.

O PFA é um dos principais instrumentos de realização dos objetivos estratégicos do TCE-RN, compreendendo os trabalhos ligados à atuação finalística de realização de auditorias e fiscalizações do controle externo.

Esta coordenadoria também reporta às instâncias competentes sobre o estado e a necessidade de evolução e desenvolvimento dos métodos e das ferramentas tecnológicas ligadas ao planejamento global e operacional das auditorias e fiscalizações. Nesta função, a CPACE atua como usuário administrador dos sistemas de informação envolvidos nos trabalhos.

Ademais, informa-se que a CPACE atua em consonância com as outras coordenadorias que compõem a SECEX (CNMQ, COEX e CIEX), compondo um corpo tático-operacional e de assessoramento das altas atribuições da SECEX, em prol da qualidade, efetividade e pleno desenvolvimento institucional dos serviços técnicos do TCE-RN.

Um norte estratégico seguido pela CPACE é alinhar, tecnicamente, os trabalhos de auditoria e fiscalização do TCE-RN aos padrões internacionais de controle e avaliação da administração pública. As normas internacionais de auditoria do setor público são emitidas pela INTOSAI e conhecidas como ISSAI. O TCE-RN recebeu esses parâmetros de trabalho por meio da Resolução nº 010/2020-TC e desde então vem implementando melhorias organizacionais em prol da convergência normativa e aderência às boas práticas aplicáveis à governança e gestão de uma Instituição Superior de Controle.

Para desenvolver bem essas atividades, de acordo com o contexto organizacional do TCE, as atribuições da CPACE estão distribuídas

entre quatro níveis de atuação: i. coordenação do planejamento anual do controle externo (trabalhos técnicos de auditorias e fiscalizações); ii. apoio a coordenadoria de métodos, normas e qualidade na ação de garantia da qualidade e avaliação institucional; iii. apoio a COEX e a CIEX no aperfeiçoamento das soluções tecnológicas e trabalhos de inteligência para o controle externo; e iv. apoio a SECEX e a DSECEX nas atribuições correlatas a planejamento do controle externo.

Nesse contexto, são apresentadas, a seguir, as macro-atividades conduzidas por esta unidade durante o ano de 2025, todas elas inseridas em seis categorias:

- Gestão do Plano de Fiscalização Anual do Controle Externo do TCE-RN;
- Aperfeiçoamento dos métodos de planejamento das ações de controle externo (auditorias e fiscalizações), especificamente nas linhas de i. controle baseado em risco, ii. priorização de objetos e ações baseada em eficiência de custo, e iii. melhoria na alocação da capacidade operacional;
- Gestão, atualização, aperfeiçoamento e integração entre as soluções tecnológicas de planejamento e gestão dos trabalhos técnicos de controle externo;
- Ação de garantia da qualidade, como unidade parceira da CNMQ, neste trabalho, efetuando avaliação sobre o sistema de qualidade das auditorias e fiscalização;
- Realização de duas edições da Consulta Pública sobre temas prioritários para controle pela ótica da população, com uso de soluções de tecnologia da informação próprias do TCE-RN.
- Pesquisa sobre competências e elaboração da proposta do segundo ciclo do Programa de Formação Continuada em Auditoria e Controle Externo do TCE-RN (2º ciclo).

#### 4.1.2.1 Atividades Realizadas

A tabela a seguir detalha a quantidade e o status das atividades executadas em 2025, de acordo com os segmentos acima destacados:

Tabela 54: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Aperfeiçoamento dos métodos de planejamento das ações de controle externo	1	Concluída
Gestão, atualização, aperfeiçoamento e integração entre as soluções tecnológicas de planejamento e gestão dos trabalhos técnicos de controle externo	1	Concluída
Ação de garantia da qualidade	1	Concluída
Consulta Pública sobre temas prioritários para controle pela ótica da população	2	Concluída
Representar a SECEX na banca examinadora do Processo Seletivo Estagiário do TCE-RN	1	Concluída
Representar a SECEX na Comissão de Avaliação (CAV) MMD.	1	Concluída
Pesquisa sobre competências e elaboração da proposta para o segundo ciclo do Programa de Formação Continuada em Auditoria e Controle Externo	1	Em andamento 60%

Fonte: CPACE

### 4.1.2.2 Projetos e Ações Estratégicas

O Plano de Ações Estratégicas (PAE) da CPACE conta com o projeto de promover a convergência dos trabalhos técnicos de controle externo exercidos pelo TCE-RN (objetos) com as ISSAI, os Manuais do IDI, as NBASP e o MMD-TC (critérios). O universo desses trabalhos compreende todas as ações e atividades de controle externo, e, pela posição tática da CPACE, essa convergência está adstrita ao campo da SECEX e das unidades técnicas a ela vinculadas, sem prejuízo da colaboração que eventualmente possa existir com a instância jurisdicional e as unidades da área meio do Tribunal.

Tabela 55: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Projeto: Convergência dos trabalhos técnicos de controle externo exercidos pelo TCE/RN com as ISSAI, os Manuais do IDI, as NBASP e o MMD-TC	Em andamento (68%)
<i>Linhas de trabalho que compõem o projeto</i>	
Grupo de Estudos ISSAI/NBASP no TCE/RN (produto: Programa de Formação Continuada em Auditoria e Controle Externo)	60%
Nova regulamentação do Plano de Fiscalização do TCE/RN	57%
Ciclo 2026/2027 do Plano de Fiscalização sob a nova regulamentação	A iniciar

Fonte: Sistema Atena

O projeto de **Convergência dos trabalhos técnicos de controle externo com as ISSAI** é composto por 3 linhas principais de desdobramento: o grupo de estudos para formatar um programa de formação continuada, realizar estudos, produzir conhecimento, bem como escrever e publicar artigos; a nova regulamentação do plano de controle externo (auditorias e fiscalizações); e elaborar e executar o plano de 2026 com as atualizações trazidas pela nova regulamentação.

### 4.1.2.3 Resultados e Indicadores

O trabalho de gestão do PFA 2025 realizado pela CPACE permite informar os seguintes indicadores estratégicos:

Tabela 56: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Taxa de ações de controle externo concomitantes	%	≥ 35%	27,7%	Aferido pelo <u>SisPFA</u>
Cumprimento do Plano de Fiscalização Anual	%	≥ 90%	60%	Aferido pelo Painel BI de Acompanhamento do PFA, a partir da alimentação dos sistemas pelas equipes de auditoria

Fonte: SisPFA e Painel de BI do PFA

Uma observação importante sobre estes dados é que o PFA tem prazo de início em abril e é concluído em março do ano seguinte, não coincidindo com o ano civil que é a temporalidade deste Relatório. Além disso, a síntese dos resultados do PFA é veiculada no Relatório de Gestão do plano, entregue pela SECEX à alta administração após o encerramento do PFA.

#### 4.1.2.4 Boas Práticas e Inovações

A linha que mais promissora para entregas de inovações e resultados para o longo prazo é o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento das ações de controle externo (auditorias e fiscalizações), especificamente nas linhas de i. controle baseado em risco, ii. priorização de objetos e ações baseada em eficiência de custo, e iii. melhoria na alocação de capacidade operacional. Essa frente de trabalho é imbricada com a nova regulamentação do planejamento do controle externo. Já foram realizados pilotos nos artefatos para operar essas inovações e acelerar a incorporação delas às práticas institucionais.

#### 4.1.2.5 Dificuldades e Riscos Enfrentados

Nas duas linhas descritas a seguir a CPACE identificou que sobreveio eventos concorrentes ou contextos que não permitiram o avanço inicialmente planejado:

- Gestão, atualização, aperfeiçoamento e integração entre as soluções tecnológicas de planejamento e gestão dos trabalhos técnicos de controle externo:

Nessa linha de trabalho, a CPACE entregou, no primeiro semestre de 2025, a versão 3.0 do SisPFA e o Painel de BI versão aprimorada, numa parceria estreita com a unidade de tecnologia da informação (SETIC) e com o apoio da SECEX. Ao concluir essa versão, o coordenador encontrou novas oportunidades de melhoria, muitas delas baseadas nos depoimentos de usuários, sobre a usabilidade e falta de integração do SisPFA com os demais sistemas do Tribunal, gerando uma carga excessiva de retrabalho e desestimulando a adesão as ferramentas e tempestividade na alimentação dos dados e informações sobre os trabalhos realizados. Esse cenário, fez com que a CPACE olhasse para os outros sistemas correlatos ao SisPFA e fomentasse entre os gestores e patrocinadores a reflexão sobre a necessidade de mais um avanço: aumentar a integração e a automação dos sistemas e reduzir a burocracia que muitas vezes é traduzida nas operações. Foi elaborado um novo projeto denominado SisControleExterno, com horizonte de 5 (cinco) anos, visando ser iniciado no segundo semestre de 2025. Considerando os projetos em andamento pelas outras unidades, no Plano da SETIC, em especial o desenvolvimento das ferramentas para coleta de dados sobre desestatizações e para acompanhamento de emendas parlamentares (temas e objetos mais urgentes e com prazo para entrar em operação), o projeto SisControleExterno ficou adiado para 2026.

- Nova regulamentação do Plano de Fiscalização do TCE/RN

Esta linha do plano da CPACE encerrou 2025 com 57% realizada, quando se esperava concluí-la 100% e iniciar 2026 com a Resolução vigente. O desafio nessa linha de trabalho residiu na priorização de outras atualizações normativas por parte da alta administração, que concorriam, na agenda de discussões. No quarto trimestre de 2025, o foco voltou a ser dado este tema, visto seu avanço na área técnica, e a minuta ficou pronta para envio e apreciação da Presidência e do Pleno.

#### 4.1.2.6 Participação em cursos e eventos

Os componentes da CPACE participaram dos seguintes eventos:

Evento de alinhamento para elaboração do PFA (janeiro de 2025);  
*Professional Education for SAI Auditors* (PESA IDI-INTOSAI) (2025-2026)  
 Curso avançado sobre aplicação de ferramentas de IA (1º sem 2025);  
 Palestra sobre ética profissional e saúde mental (1º sem 2025);  
 Curso sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (julho de 2025);  
 Evento de apresentação do MMD no Atena para os gestores do TCE (agosto de 2025);  
 Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo (agosto de 2025);  
 Evento sobre ética, humanidades e a fronteira de conhecimento em IA (2º sem 2025).

#### 4.1.2.7 Perspectivas e planos para o próximo ano

Prioridades para 2026:

- iv. Nova regulamentação do plano de controle externo;
- v. Atualização a Instrução Técnica conforme a nova Resolução;
- vi. Programa de Formação Continuada em Auditoria e Controle Externo;
- vii. SisControleExterno;
- viii. SisPFA 4.0;
- ix. MMD (nova estrutura metodológica) junto à Comissão de Avaliação (CAV).
- x. Apoio a CNMQ na ação de garantia da qualidade 2026.
- xi. Certificação no programa internacional de formação da IDI-INTOSAI, denominada *Professional Education for SAI Auditors* (PESA).

Todas estas proposições já estão inseridas no contexto das ações planejadas para o próximo ano, e são necessárias para a consecução dos objetivos estratégicos, como: i. garantir a efetividade das ações de controle externo; ii. aprimorar a gestão do controle externo, visando resultados; iii. aprimorar a comunicação institucional; e iv fortalecer a imagem do TCE perante a sociedade.

#### 4.1.3 Coordenadoria de Normas, Métodos e Qualidade para o Controle Externo (CNMQ)

A Coordenadoria de Normas, Métodos e Qualidade para o Controle Externo (CNMQ) constitui Unidade de Coordenação do Controle Externo, integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Controle Externo, e tem por atribuições, dentre outras correlatas, a disseminação de boas práticas, métodos, técnicas e normas aplicáveis às ações de controle externo, o suporte às Unidades Técnicas de Controle Externo e a coordenação dos trabalhos de garantia da qualidade das fiscalizações.

As ações planejadas e desenvolvidas têm por finalidade alinhar as demandas encaminhadas e as iniciativas desta Coordenadoria com a execução do Plano Estratégico do Tribunal de Contas para o período 2023-2030, assim como dar cumprimento aos objetivos estratégicos estabelecidos através da Resolução nº 028/2022 – TCE, tendo como instrumento o Plano de Ações

Estratégicas aprovado pela Portaria nº 079/2025 – GP/TCE, para o biênio 2025-2026.

Nesse contexto, são apresentadas, a seguir, as atividades conduzidas por esta unidade durante o ano de 2025, todas elas inseridas em cinco categorias de macroprocessos indispensáveis ao cumprimento dos objetivos estratégicos mais diretamente relacionados às atribuições da CNMQ, quais sejam:

- Atualização das normas e métodos aplicáveis às ações de controle externo;
- Gestão, atualização, aperfeiçoamento e integração entre os aplicativos, portais, programas e sistemas de planejamento, documentação, cadastro e divulgação das fiscalizações;
- Avaliação sobre a adequação dos controles aplicados aos procedimentos de fiscalização;
- Ações de fomento à utilização eficaz dos aplicativos, portais, programas e sistemas de planejamento, documentação, cadastro, divulgação e gerenciamento de riscos, mais a avaliação contínua dos sistemas de controle interno; e
- Aplicação de soluções de tecnologia da informação para consulta pública e divulgação do valor dos benefícios alcançados em razão da atuação do TCE.

#### 4.1.3.1 Atividades Realizadas

As atividades desenvolvidas pela CNMQ, durante o ano de 2025, estiveram distribuídas por seis eixos: (i) elaboração de minutas de regulamentos estratégicos para o aperfeiçoamento das ações finalísticas; (ii) revisão de minutas de atos normativos, notas e instruções técnicas, sob demanda; (iii) elaboração de manuais para difusão de métodos e técnicas aplicados ao gerenciamento de riscos e implementação de controles; (iv) aperfeiçoamento de sistemas de informações e coleta de dados; (v) cadastramento, atribuição e acompanhamento das atividades de controle de qualidade das ações finalísticas, no SisDGF; e (vi) coordenação da equipe de avaliação de qualidade das ações finalísticas.

A tabela a seguir detalha a quantidade e o status das atividades executadas em 2025, de acordo com os segmentos acima destacados:

Tabela 57: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Elaboração de minutas de regulamentos estratégicos para o aperfeiçoamento das ações finalísticas	7	Concluída
Revisão de minutas de atos normativos, notas e instruções técnicas, sob demanda	16	Concluída
Elaboração de manuais para difusão de métodos e técnicas aplicados ao gerenciamento de riscos e implementação de controles	2	Em andamento (75%)
Aperfeiçoamento de sistemas de informações e coleta de dados	3	Concluída
Cadastramento, atribuição e acompanhamento das atividades de controle de qualidade das ações finalísticas, no SisDGF	1	Em andamento (85%)
Coordenação da equipe de avaliação de qualidade das ações finalísticas	1	Concluída

Fonte: Sistema Atena

As atribuições da CNMQ estão diretamente relacionadas a duas categorias de macroprocessos previstos no Plano Estratégico do TCE: processos finalísticos (gerenciamento do risco de auditoria) e resultados institucionais (agregação de valor aos jurisdicionados e demonstração de relevância social). De acordo com estas perspectivas, a execução das ações estratégicas a cargo desta Coordenadoria obteve os seguintes avanços:

- Atualização de padrões e métodos aplicáveis a instrumentos de fiscalização e procedimentos de controle externo (gerenciamento do risco de auditoria);
- Aperfeiçoamento de sistemas de cadastro e gerenciamento de dados (gerenciamento do risco de auditoria);
- Avaliação e revisão dos controles de qualidade (gerenciamento do risco de auditoria);
- Difusão de orientações e métodos aplicáveis às avaliações de conformidade (agregação de valor aos jurisdicionados);
- Conclusão do desenvolvimento do SisBenefícios (divulgação de resultados institucionais).

#### 4.1.3.2 Projetos e Ações Estratégicas

O PAE da SECEX/CNMQ trabalha duas iniciativas estratégicas: (i) modernização da estrutura organizacional e das diretrizes do controle externo, compatibilizando-as com as orientações do MMD – TC (3.3); e (ii) monitoramento e avaliação de impacto das ações de controle externo, com a divulgação dos respectivos benefícios (6.5).

A iniciativa estratégica 3.3 contempla dois indicadores estratégicos (cumprimento do projeto de modernização do controle externo e produção de relatórios compatíveis com os requisitos do MMD – TC).

O cronograma estabelecido para tratar o indicador estratégico próprio da iniciativa 6.5 está com o seu início definido para o primeiro trimestre de 2026.

Tabela 58: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Atualização das normas e métodos aplicáveis às ações de controle externo	Em andamento (56%)
Garantia da qualidade das fiscalizações – ciclo 2025-2026	Concluído

Fonte: Sistema Atena

O projeto de atualização das normas e métodos aplicáveis às ações finalísticas é o único dos quatro encarregados à CNMQ, com abrangência bienal. Em 2025, foi alcançado um percentual 8,5% superior à meta estabelecida para o ano.

A avaliação de qualidade sobre os controles aplicados às ações finalísticas foi, pela primeira vez, concluída. Esta ação, juntamente com a atualização das normas e o aperfeiçoamento dos métodos relacionados, proporcionou uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento de medidas de asseguarção da qualidade dos relatórios e informações técnicas produzidos no âmbito do TCE.

Como registro importante, destaca-se a necessidade de aperfeiçoar os critérios para avaliação do cumprimento às metas estabelecidas para o indicador estratégico vinculado à taxa de adequação dos relatórios produzidos a partir da execução das ações finalísticas, isto porque, como restou demonstrado a partir da conclusão da avaliação de qualidade, algumas providências essenciais ao gerenciamento do risco de auditoria (RA) e, conseqüentemente, à adequação aos parâmetros definidos pelo MMD – TC, dependem de decisões e iniciativas a cargo da governança e alta administração.

### 4.1.3.3 Resultados e Indicadores

Os indicadores estratégicos relacionados às atividades realizadas durante o ano de 2025 são os apresentados na tabela a seguir, com os respectivos aspectos:

Tabela 59: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Taxa de cumprimento do projeto de modernização do controle externo	%	≥ 47,5%	56%	8,5% além da meta
Taxa de relatórios de ações de controle externo realizados em conformidade com as exigências do MMD-TC	%	100%	0	Necessidade de revisão dos critérios de aferição

Fonte: Sistema Atena

O valor alcançado no período, para a adequação dos relatórios produzidos a partir das ações finalísticas (0), não corresponde à abrangência do trabalho de avaliação sobre a qualidade destas ações, concluído dentro do cronograma estabelecido. Identifica-se neste ponto uma oportunidade de aperfeiçoamento dos critérios de aferição relativos a este indicador estratégico, cujo cumprimento depende de iniciativas a cargo dos níveis mais elevados de gestão.

Também é necessário considerar que as ações de caráter finalístico configuram-se como atividades de asseguarção, quando muito em nível razoável. A asseguarção absoluta (100% dos relatórios adequados ao MMD – TC) constitui uma meta incompatível com a agilidade, utilidade, tempestividade, oportunidade e eficácia dos resultados, exigidas a partir do planejamento e execução das ações do controle externo.

#### 4.1.3.4 Dificuldades e Riscos Enfrentados

De acordo com o contexto organizacional do TCE, as atribuições da CNMQ estão distribuídas entre três níveis de atuação: (i) coordenação do sistema de controle e assecuração da qualidade das ações finalísticas; (ii) supervisão dos controles aplicados ao Sistema de Quantificação de Benefícios das Ações de Controle Externo (SisBenefícios); e (iii) difusão dos benefícios provenientes das ações finalísticas.

A falta de capacidade operacional no âmbito da SECEX compromete a necessária segregação de funções, levando ao acúmulo da atribuição de coordenação do sistema de qualidade das ações finalísticas com a responsabilidade pela autoavaliação dos controles aplicados.

Outro desafio importante para 2026 é a consolidação do relatório anual de divulgação dos resultados do controle externo e dos benefícios decorrentes da atuação do Tribunal de Contas, a partir do desenvolvimento do painel de informações acessível ao controle social.

#### 4.1.3.5 Participação em cursos e eventos

A CNMQ esteve representada em evento regional de capacitação sobre quantificação, registro e divulgação dos benefícios decorrentes da atuação dos tribunais de contas, realizado de forma presencial na cidade de Fortaleza/CE, entre os dias 1º e 4 de setembro de 2025, com carga horária total de 17 horas.

As informações obtidas foram de grande relevância para finalizar o desenvolvimento do Sistema de Quantificação de Benefícios das Ações de Controle Externo (SisBenefícios) e para a elaboração de diretrizes sobre a produção de relatórios anuais de divulgação das informações pertinentes, como também para o desenvolvimento do painel de benefícios das ações de controle externo.

Imagem 47: quantificação de benefícios

# QUANTIFICAÇÃO DE BENEFÍCIOS

**Você já conhece o Manual de Quantificação de Benefícios (MQB) da ATRICON?**

Acesse o QR code ao lado e confira.

Este manual orienta os TCs na quantificação e no registro dos benefícios gerados pelo controle externo.



**Último levantamento**



**33 Tribunais de Contas**

26 responderam à pesquisa

**12 afirmaram registrar os benefícios de suas ações** de maneira detalhada e estruturada, conforme os critérios de valoração do Manual de Quantificação de Benefícios

**Benefícios gerados**

**R\$ 400 bilhões**



Este é o valor que se estima que o Sistema dos Tribunais de Contas tenha gerado em benefícios para a população no ano de 2023.

**Quais são as vantagens de se ter uma sistemática de quantificação de benefícios implantada no tribunal?**

- Contabilizar os benefícios financeiros e registrar os resultados que não podem ser expressos em valores monetários.
- Facilitar a tomada de decisões estratégicas e auxiliar na escolha de áreas prioritárias para fiscalização.
- Ajudar a tornar o tribunal mais conhecido pela população e estimular o controle social.
- Contribuir para o engajamento dos servidores ao permitir que o resultado do seu trabalho seja mensurado.

**Plano de Gestão da Atricon 2024-2025**

O "Projeto Benefícios dos TCs - MQB" integra o atual plano de gestão da Atricon e tem por objetivo fomentar a implementação da metodologia de mensuração de benefícios das ações de controle.

**Entregas previstas no projeto**

- Divulgação do MQB.
- Realização de trabalho de mentoria com os TCs, objetivando a implementação da quantificação dos benefícios de acordo com o MQB.
- Formação de acordos de cooperação entre o setor de TI do TCMRio e os TCs interessados para compartilhamento de conhecimentos acerca do desenvolvimento e da operacionalização de ferramenta/sistema de quantificação de benefícios e de painéis gerenciais.
- Consolidação dos benefícios quantitativos financeiros (tipologias mais relevantes) gerados pelos TCs em 2025.

**Quantificação de Benefícios no TCMRio**

O Programa de Quantificação de Benefícios do TCMRio foi reconhecido como uma boa prática pela Atricon e a Corte presta apoio, por meio de capacitações, mentorias e outras atividades, a tribunais que busquem a implementação da metodologia

Se houver interesse, fale conosco.

(21) 3824-3600  
capi@tcmrio.tc.br




Fonte: CNMQ



### 4.1.3.6 Perspectivas e planos para o próximo ano

Prioridades para 2026: (i) atualizar os controles de qualidade constantes no SisPFA e no SisDGF, adequando-os aos objetivos estratégicos definidos para o período 2023-2030; (ii) aperfeiçoar a aplicação sistemática da quantificação, registro e ampla divulgação dos benefícios decorrentes da atuação do TCE; e (iii) atualizar os métodos para a utilização de instrumentos de fiscalização.

Todas estas proposições já estão inseridas no contexto das ações planejadas para o próximo ano, e são necessárias para a consecução de objetivos estratégicos como: (i) garantir a efetividade das ações de controle externo; (ii) aprimorar a gestão do controle externo, visando resultados; (iii) aprimorar a comunicação institucional; e (iv) fortalecer a imagem do TCE perante a sociedade.

## 4.2 Diretoria de Controle de Contas de Governo e Gestão Fiscal (DCC)

A Diretoria de Controle de Contas de Governo e Gestão Fiscal, cuja notação para a área restrita é DCC, é responsável por fiscalizar as contas de governo dos municípios e do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo as atividades de fiscalização dos relatórios anuais das contas do chefe do executivo municipal e estadual para efeitos de emissão de parecer prévio, bem como de fiscalização da gestão fiscal dos Poderes municipais e estadual.

A Diretoria conta com duas Coordenadorias, sendo a Coordenadoria de Fiscalização das Contas Municipais - CCM e Coordenadoria das Contas Estaduais - CCE.

Nesse contexto, são apresentados neste relatório os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025.

### 4.2.1 Atividades Realizadas

No exercício de 2025, a Diretoria de Controle de Contas de Governo e Gestão Fiscal desenvolveu suas atividades de rotina com foco na análise das Contas de Governo (municipal e estadual), na atuação concomitante da gestão fiscal e na produção de informações técnicas, com vistas a redução do estoque de defesas, priorizando a tempestividade, a qualidade das análises e o fortalecimento do controle preventivo.

Nesse sentido, segue o resumo das principais atividades realizadas no ano (concluídas ou em andamento) e suas respectivas quantidades.

Tabela 60: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Análise de processos de Contas do Chefe do Executivo (análises iniciais e defesas)	493 processos	Concluído
Análise de processos de Apuração de Responsabilidade	15 processos	Concluído
Análise de processos de Prestação de Contas – LRF	16 processos	Concluído
Análise de Representações e Denúncias	23 processos	Concluído
Auditorias e outros processos de controle externo	13 processos	Concluído
Emissão de Termos de Alerta de Responsabilidade Fiscal (Despesa com Pessoal)	114 alertas	Concluído
Elaboração de informações técnicas em ofícios requisitórios	27 informações	Concluído
Elaboração de despachos de encaminhamento genéricos	593 despachos	Concluído
Atendimento institucional e resposta a demandas externas e internas	31 atendimentos	Concluído

Fonte: Relatórios Trimestrais de Atividades da DCC – Exercício 2025 / Área Restrita

Ao longo do exercício, a Diretoria de Controle de Contas de Governo e Gestão Fiscal apresentou desempenho crescente, especialmente no segundo semestre, com aumento expressivo da produtividade e da complexidade das análises realizadas. Destaca-se a **regularização da tempestividade das Contas Anuais de Governo**, aliada à consolidação da atuação concomitante e preventiva na gestão fiscal dos municípios, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal. A produção técnica alcançou patamar elevado, refletindo maior densidade analítica e amadurecimento institucional dos processos de trabalho. Como principais desafios, permanecem o elevado volume de defesas em estoque e a limitação da capacidade operacional frente à ampliação das atribuições do controle externo. As ações de melhoria concentraram-se na padronização de procedimentos, uso de ferramentas de inteligência artificial, reorganização do fluxo de análise de defesas e aprimoramento dos sistemas de apoio, contribuindo diretamente para os objetivos institucionais de eficiência, tempestividade, qualidade técnica e fortalecimento do controle preventivo.

O alcance das metas definidas no início do exercício decorreu, principalmente, da reorganização interna dos fluxos de trabalho, da priorização estratégica das Contas de Governo e da adoção de soluções tecnológicas de apoio à análise técnica. Por outro lado, as metas relacionadas à redução integral do estoque de defesas foram parcialmente impactadas pelo volume elevado de demandas represadas de exercícios anteriores e pela limitação da força de trabalho disponível. Como ações de melhoria previstas, destacam-se a continuidade do aprimoramento dos sistemas informatizados, a implementação de modelo eletrônico estruturado para apresentação e análise de defesas, o fortalecimento da atuação concomitante e a busca por maior integração entre planejamento, tecnologia e capacidade operacional.

### 4.2.2 Projetos e Iniciativas Especiais - não precisa preencher

No exercício de 2025, a Diretoria desenvolveu projetos e iniciativas especiais voltados ao aprimoramento estrutural de seus processos de trabalho, com foco na modernização dos sistemas, na gestão estratégica do estoque de processos e na padronização técnica das análises, visando maior eficiência, qualidade e segurança jurídica, conforme tabela abaixo:

Tabela 61: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Aprimoramento do sistema SisAnálise	Atividade contínua – Em andamento
Gestão do estoque de Contas de Governo Municipais (Criação do Núcleo de defesas)	Atividade contínua – Em andamento
Roteiro de padronização dos procedimentos aplicáveis as Contas de Governo do Estado	Atividade contínua – Em andamento

Fonte: Relatórios Trimestrais de Atividades da DCC – Exercício 2025 / Registros internos da Diretoria.

Os projetos e iniciativas especiais em desenvolvimento ao longo de 2025 representam avanços estruturantes na atuação da Diretoria, ao endereçar gargalos históricos relacionados à análise das Contas de Governo e à gestão do elevado volume de defesas. O aprimoramento do sistema SisAnálise contribui para maior padronização, rastreabilidade e suporte tecnológico às análises técnicas, enquanto a gestão do estoque de Contas de Governo Municipais, por meio do Núcleo de Defesas, promove racionalização do fluxo de trabalho, redução de retrabalho e aumento da previsibilidade das entregas. O desenvolvimento de um roteiro padronizado para as Contas de Governo do Estado fortalece a uniformidade dos procedimentos, a segurança técnica e a coerência institucional das manifestações. Embora ainda em andamento, tais iniciativas já produzem impactos positivos na organização do trabalho e constituem bases essenciais para o alcance dos objetivos institucionais de eficiência, tempestividade, qualidade técnica e fortalecimento do controle externo.

### 4.2.3 Projetos e Ações Estratégicas

No período, a Diretoria de Controle de Contas de Governo e Gestão Fiscal executou projetos e ações estratégicas alinhados ao Plano Anual Estratégico (PAE), com foco na modernização do controle externo, no fortalecimento da análise das Contas de Governo e no aprimoramento da atuação preventiva e concomitante.

Tabela 62: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Estruturar um modelo de inteligência artificial aplicável às defesas apresentadas em processos de Contas de Governo Municipal	Concluído
Estruturar o processo de recebimento de defesas nas Contas de Governo Municipal	Em andamento
Aperfeiçoar a comunicação da DCC com a população	Em andamento
Aperfeiçoar o processo de Auditoria Financeira nas Contas de Governo	Em andamento
Estruturar evidências para o MMD-TC – Dimensão Auditoria Financeira	cancelada

Fonte: Sistema ATENA / Relatórios Trimestrais de Atividades da DCC – Exercício 2025

Os projetos e ações estratégicas desenvolvidos em 2025 evidenciam avanços relevantes na modernização dos processos de trabalho da Diretoria, com destaque para a conclusão do modelo de inteligência artificial aplicado à análise de defesas, que já contribui para maior padronização, eficiência e qualidade técnica das manifestações. A evolução contínua do processo de recebimento de defesas e o aperfeiçoamento da auditoria financeira reforçam a atuação estruturante da unidade sobre as Contas de Governo, com impactos positivos na tempestividade e na segurança das análises. Como desafios, permanecem a limitação da capacidade operacional frente ao volume de demandas e a necessidade de consolidação plena das soluções tecnológicas em desenvolvimento.

O não avanço de uma das ações estratégicas decorreu de reavaliação institucional de prioridades, sem prejuízo aos objetivos centrais da Diretoria. Como ações de melhoria previstas, destacam-se a continuidade da integração entre tecnologia e processos, o fortalecimento da atuação concomitante e a consolidação dos projetos em andamento, contribuindo diretamente para os objetivos estratégicos do Tribunal e para o aprimoramento do controle externo.

### 4.2.4 Resultados e Indicadores

Em atendimento ao Memorando Circular nº 000059/2025-DPG, que dispõe sobre a análise e validação dos indicadores estratégicos e tático-operacionais atribuídos às unidades do TCE-RN, a Diretoria de Controle de Contas de Governo e Gestão Fiscal (DCC) procedeu à avaliação do indicador sob sua responsabilidade, com vistas a assegurar a compatibilidade entre a métrica estabelecida e a natureza dos serviços efetivamente prestados.

Nesse contexto, são apresentados a seguir os resultados alcançados no exercício de 2025, considerando as atividades executadas e seu alinhamento ao Plano Estratégico institucional.

Tabela 63: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Percentual de processos com parecer pela regularidade (contas dos municípios e estado)	Percentual (%)	≥ 60%	16%	O resultado apurado (16%) ficou abaixo da meta estabelecida (≥ 60%), em razão, principalmente, da priorização institucional da análise de processos antigos, relativos a exercícios a partir de 2012, integrantes de estoques represados. Esses processos apresentam, em geral, maior complexidade, com defesas extensas, reanálises sucessivas e constatações de irregularidades aferidas sob marcos normativos e contextos distintos dos atualmente vigentes. Tal cenário impacta diretamente a proporção de pareceres pela regularidade, sem que isso represente redução na qualidade técnica das análises ou alteração negativa no desempenho da unidade.

Fonte:Relatórios Trimestrais de Atividades da DCC / Sistemas corporativos do TCE-RN.

O resultado apurado no indicador permanece abaixo da meta anual estabelecida; contudo, sua análise deve considerar o contexto histórico e institucional da atuação da unidade. Historicamente, o percentual de pareceres pela regularidade das Contas de Governo apresenta-se significativamente baixo, situando-se em torno de **2%**, tomando-se como referência o exercício de 2015, o que evidencia que o patamar alcançado em 2025 (**16%**) representa avanço relevante, ainda que insuficiente para o atendimento da meta formalmente fixada. Esse cenário decorre, em grande medida, de **uma barreira cultural consolidada de desaprovação de contas**, associada ao elevado grau de desconformidades recorrentes identificadas nas análises, bem como da inexistência, até recentemente, de **padronização dos critérios decisórios**, acórdãos e pareceres prévios.

Ao longo de 2025, a Diretoria concentrou esforços na superação dessas limitações estruturais, por meio da construção de rotinas padronizadas, do uso de ferramentas tecnológicas e da qualificação das análises técnicas.

Como ações corretivas e de melhoria, destacam-se a continuidade do processo de padronização dos pareceres e acórdãos, a revisão da adequação do indicador à realidade operacional da unidade e o fortalecimento da atuação concomitante e preventiva, medidas que tendem a produzir impactos positivos e sustentáveis nos resultados dos próximos exercícios.

#### 4.2.5 Boas Práticas e Inovações

A adoção de boas práticas e iniciativas inovadoras constitui elemento essencial para o fortalecimento da atuação institucional, promovendo maior eficiência, padronização e qualidade técnica nos trabalhos desenvolvidos. Nesse contexto, a unidade tem buscado incorporar soluções que aprimoram processos, estimulam a integração das equipes e ampliam a capacidade de geração de valor para a sociedade, sempre com foco na transparência, no controle e no aprimoramento da gestão pública.

Práticas, ferramentas e soluções implementadas:

##### **Boa Prática: Análise de Defesas com Uso do Trello**

###### **Descrição da prática**

No âmbito da padronização de procedimentos e fluxos de trabalho, a Diretoria estruturou uma linha de produção colaborativa para análise de defesas, organizada em ambiente digital (Trello), com etapas definidas, responsabilidades segmentadas e uso de ferramentas de inteligência artificial. A iniciativa visa assegurar maior uniformidade, previsibilidade, rastreabilidade e qualidade técnica das análises, além de otimizar o uso dos recursos humanos disponíveis, especialmente no apoio técnico-operacional.

Etapas do fluxo de trabalho:

- 1. Introdução e triagem dos processos:** Inclusão, no ambiente do Trello, dos processos de defesa previamente selecionados, com organização inicial das informações essenciais, identificação do responsável e enquadramento no fluxo padronizado de análise.
- 2. Análise preliminar estruturada (equipe de estagiários):** Realização de análise inicial das defesas por equipe de estagiários, com apoio de ferramenta de inteligência artificial, mediante utilização de construtor e template padronizado. Nessa fase, são identificados os principais argumentos da defesa, os achados técnicos relacionados e os dispositivos normativos aplicáveis, garantindo uniformidade e aderência aos padrões institucionais.
- 3. Refinamento técnico e revisão aprofundada (segunda equipe de estagiários):** Um segundo grupo de estagiários procede ao refinamento da análise anterior, promovendo revisão mais aprofundada de cada achado, verificação da coerência técnica, complementação de fundamentos e manifestação específica sobre os pontos apresentados pela defesa, elevando o nível de consistência e qualidade do produto intermediário.
- 4. Análise técnica conclusiva (auditor):** O auditor responsável realiza a análise crítica final, avaliando a suficiência dos argumentos da defesa, a consistência dos achados e a adequação dos fundamentos apresentados, com vistas à formulação da proposição de parecer, pela aprovação ou desaprovação das contas, conforme o caso.

**5. Revisão final e registro no sistema do TCE/RN:** Realização de revisão final do trabalho, consolidação das manifestações técnicas e inclusão formal da análise da defesa no sistema corporativo, assegurando integridade, rastreabilidade e conformidade processual.

#### **Resultados e potencial de replicação**

A prática tem contribuído para ganhos relevantes de produtividade, padronização das análises, redução de retrabalho e fortalecimento do controle de qualidade, além de promover aprendizado estruturado e integração das equipes. Trata-se de iniciativa plenamente replicável por outras unidades, mediante adaptação às respectivas realidades organizacionais e fluxos processuais.

#### **Boa Prática: Sistema Eletrônico Parametrizado para Apresentação e Análise de Defesas dos Jurisdicionados**

##### **Descrição da prática**

Com base na experiência bem-sucedida da linha de produção colaborativa para análise de defesas com uso do Trello, a Diretoria iniciou o desenvolvimento de um **sistema informatizado, automatizado e parametrizado** para apresentação e análise das defesas dos jurisdicionados, integrado ao ambiente institucional do Tribunal (e-TCE). A iniciativa visa promover maior padronização, transparência, eficiência e qualidade técnica, ao mesmo tempo em que orienta o jurisdicionado na formulação da defesa e otimiza o trabalho do corpo instrutivo, mediante uso de tecnologia e inteligência artificial.

##### **Etapas do fluxo do sistema:**

- 1. Disponibilização do relatório e habilitação do ambiente de defesa:** Disponibilização eletrônica do relatório ao jurisdicionado e, de forma concomitante, ativação automática de ícone específico no ambiente e-TCE e notificação da comunicação no portal do gestor, sinalizando a abertura do prazo e o acesso ao módulo eletrônico para apresentação da defesa.
- 2. Estruturação orientada da defesa pelo jurisdicionado:** Apresentação da defesa por meio de ambiente guiado e parametrizado, com campos estruturados, orientações objetivas e vinculação direta aos achados apontados no relatório, promovendo maior clareza, objetividade e aderência às exigências técnicas.
- 3. Envio eletrônico e consolidação das informações da defesa:** Encaminhamento automático das informações e documentos apresentados pelo jurisdicionado ao Tribunal, com validações sistêmicas, organização dos dados em base estruturada e registro formal do recebimento, juntamente com o protocolo das informações de forma centralizada, por situação encontrada, no processo de contas de governo.
- 4. Recebimento pelo Relator e encaminhamento à unidade técnica competente:** Ciência eletrônica da defesa pelo Relator e posterior encaminhamento automatizado à diretoria responsável pela instrução, assegurando celeridade, rastreabilidade e controle do fluxo processual.
- 5. Análise técnica integrada com uso de inteligência artificial:** Realização da análise da defesa pelo corpo técnico diretamente no sistema, com apoio

de ferramenta integrada de inteligência artificial, destinada à organização dos argumentos, correlação com achados, verificação normativa e suporte à fundamentação técnica.

**6. Geração automática de relatório técnico padronizado:** Emissão automática de relatório de análise da defesa, estruturado de forma padronizada, contendo introdução, exame técnico e conclusão, apto à validação pelo auditor responsável e à imediata inclusão no sistema corporativo.

**7. Registro final e inclusão nos sistemas institucionais:** Inclusão definitiva do relatório no sistema do Tribunal, com consolidação das manifestações técnicas, preservação da integridade das informações e garantia de rastreabilidade para fins de controle e deliberação.

#### Resultados esperados e potencial de replicação

A prática contribui para a redução de retrabalho, melhoria da qualidade das defesas apresentadas, padronização das análises técnicas e aceleração do ciclo processual, além de fortalecer a transparência e a interação institucional com os jurisdicionados. Trata-se de iniciativa altamente replicável, alinhada às diretrizes de governança digital, inovação e modernização do controle externo.

### 4.2.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

No exercício de 2025, a atuação da Diretoria de Controle de Contas de Governo e Gestão Fiscal foi desenvolvida em um contexto de elevada complexidade operacional, marcado pelo aumento do volume e da densidade técnica das demandas, pela necessidade de enfrentamento de estoques históricos de processos e pela ampliação das atribuições do controle externo. Tais fatores impuseram desafios relevantes à gestão do trabalho, exigindo adoção de estratégias de mitigação e reorganização contínua dos fluxos internos.

#### Principais dificuldades, impactos, riscos e medidas de mitigação

##### 1. Elevado estoque de defesas represadas de Contas de Governo Municipais

- **Impactos:** pressão sobre prazos, concentração de esforços em atividades reativas e redução da capacidade de atuação preventiva.
- **Medidas adotadas:** criação de núcleo específico para gestão de defesas, reorganização do fluxo de trabalho e uso de ferramentas de apoio tecnológico.
- **Riscos futuros:** recrudescimento do estoque e comprometimento da tempestividade.
- **Prevenção:** consolidação do sistema eletrônico estruturado para apresentação e análise de defesas e atuação concomitante contínua.

##### 2. Limitação da capacidade operacional frente ao volume de demandas

- **Impactos:** sobrecarga das equipes e risco de perda de eficiência operacional.
- **Medidas adotadas:** priorização estratégica das Contas de Governo, padronização de procedimentos e uso de inteligência artificial como ferramenta de apoio.
- **Riscos futuros:** desgaste institucional e aumento do tempo médio de análise.
- **Prevenção:** fortalecimento da automação dos processos, racionalização das atividades e planejamento baseado em risco.

### 3. Ausência histórica de padronização dos pareceres e acordãos

- **Impactos:** heterogeneidade nas manifestações técnicas e dificuldade de consolidação de entendimento institucional.
- **Medidas adotadas:** desenvolvimento de roteiros padronizados e revisão dos fluxos decisórios.
- **Riscos futuros:** insegurança jurídica e questionamentos quanto à uniformidade das decisões.
- **Prevenção:** conclusão e institucionalização dos roteiros de padronização e capacitação continuada das equipes.

### 4. Dependência crescente de soluções tecnológicas em fase de consolidação

- **Impactos:** necessidade de adaptação contínua das equipes e ajustes nos processos de trabalho.
- **Medidas adotadas:** implantação gradual de sistemas, testes controlados e acompanhamento técnico.
- **Riscos futuros:** descontinuidade ou subutilização das ferramentas.
- **Prevenção:** governança tecnológica, integração sistêmica e capacitação permanente.

#### 4.2.7 Participação em curso e eventos

Ao longo de 2025, a Diretoria de Controle de Contas de Governo e Gestão Fiscal incentivou a participação de seus servidores em cursos, eventos e fóruns técnicos, como forma de fortalecer a capacitação contínua, a atualização normativa e o alinhamento às boas práticas nacionais do controle externo. As participações estiveram diretamente relacionadas às atribuições da unidade, contribuindo para o aprimoramento técnico, a inovação nos processos de trabalho e a qualidade das análises realizadas.

#### Participações em cursos, reuniões e eventos institucionais

- **Curso "Inteligência Artificial Generativa: Uso Avançado do Google Gemini":**

Participação de todos os servidores da Diretoria, realizado nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2025. O curso contribuiu para a incorporação de soluções de inteligência artificial no apoio à análise de defesas, padronização de procedimentos e aumento da produtividade.

- **Reuniões do Grupo Nacional sobre Contas de Governo e Gestão Fiscal – ATRICON:** Participação da Diretoria em reuniões virtuais realizadas em março, maio e junho de 2025, possibilitando intercâmbio de experiências, alinhamento de entendimentos técnicos e atualização quanto às diretrizes nacionais aplicáveis às Contas de Governo.

- **Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios – SECOFEM:**

Participação de auditores da Diretoria no evento realizado em São Paulo, no período de 24 a 28 de março de 2025, com foco no aprofundamento de temas contábeis, fiscais e de responsabilidade fiscal aplicáveis à atuação do controle externo.

- **Atuação como instrutores em eventos da Escola de Contas do TCE-RN:**

Participação de auditores da Diretoria como instrutores em ações de capacitação promovidas nos polos de Assú, João Câmara, Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros, nos meses de abril a julho de 2025, contribuindo para a disseminação de conhecimento técnico e orientação aos jurisdicionados.

**• Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo – CONACON:**

Participação de auditores da Diretoria no congresso realizado em agosto de 2025, proporcionando atualização sobre práticas inovadoras, auditorias e temas estratégicos do controle externo.

**• Curso "Auditoria Financeira no Setor Público: Teoria e Prática":**

Participação de auditores no curso realizado na cidade de Recife, no início do mês de dezembro de 2025, com foco no fortalecimento das competências técnicas relacionadas à auditoria financeira aplicada às Contas de Governo.

#### 4.2.8 Perspectivas e planos para o próximo ano

O próximo exercício apresenta-se como uma oportunidade estratégica para consolidar os avanços obtidos e enfrentar, de forma estruturada, os desafios identificados ao longo deste relatório anual. As perspectivas estão orientadas pelo fortalecimento da atuação preventiva, pelo aprimoramento dos processos de fiscalização e pela incorporação de soluções inovadoras que ampliem a eficiência e a efetividade do controle externo.

Entre as prioridades definidas, destacam-se o aperfeiçoamento do uso de sistemas informatizados e ferramentas analíticas, a ampliação da atuação orientativa junto aos jurisdicionados, a qualificação contínua das equipes técnicas e o fortalecimento da integração entre as unidades do Tribunal. Essas ações dialogam diretamente com os desafios apontados, especialmente no que se refere à necessidade de maior tempestividade, padronização de procedimentos e foco em resultados para a sociedade.

A implementação dessas iniciativas é essencial para o contínuo fortalecimento institucional do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, contribuindo para uma atuação cada vez mais moderna, transparente e alinhada às boas práticas de governança pública.

Por fim, registra-se o agradecimento a todos os servidores e colaboradores pelo comprometimento demonstrado, reforçando-se a importância do engajamento coletivo para o sucesso das ações planejadas e para o cumprimento da missão constitucional do TCE-RN.

### 4.3 Diretoria de Controle de Contas de Gestão e Execução da Despesa Pública (DCD)

A Diretoria de Controle de Contas de Gestão e Execução da Despesa Pública (DCD) é uma unidade técnica especializada, vinculada à Secretaria de Controle Externo (SECEX) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), voltada à realização de ações de controle externo sobre a Administração Pública estadual e municipal. Sua atuação é estruturada em duas coordenadorias — a Coordenadoria de Fiscalização de Contas de Gestão (CCG) e a Coordenadoria de Fiscalização de Atos e Contratos (CAC) — que trabalham de forma integrada para avaliar a conformidade da gestão, a qualidade da informação contábil e a adequada aplicação dos recursos públicos, com atenção aos resultados entregues à sociedade.

No conjunto de suas atribuições, a Diretoria atua principalmente na análise e instrução de processos relacionados à prestação de contas de gestores, incluindo procedimentos destinados à apuração e ao ressarcimento de danos ao erário, quando cabível, além de acompanhar operações de crédito externo contratadas por entes estaduais e municipais. Também desenvolve fiscalizações sobre a gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial dos jurisdicionados, bem como avaliações relacionadas ao desempenho da receita pública. Soma-se a isso a análise de arranjos de transferência da exploração de bens ou da prestação de serviços públicos à iniciativa privada (quando não enquadrados nas áreas técnicas de infraestrutura, meio ambiente e saneamento), além da fiscalização de atos administrativos e instrumentos negociais — como contratos, convênios, acordos e ajustes — que não estejam afetos a outras unidades técnicas do Tribunal.

Nesse contexto, são apresentados neste relatório os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025.

#### 4.3.1 Atividades Realizadas

No exercício de 2025, as atividades da DCD concentraram-se na rotina instrutória (processos e documentos), no desenvolvimento de ações de fiscalização (auditorias e fiscalizações temáticas) e na atuação concomitante em demandas sensíveis, com ênfase em respostas tempestivas e mitigação de riscos. Esse conjunto de entregas evidencia a manutenção de uma agenda de trabalho intensa, combinando produção técnica e capacidade de reação rápida diante de situações com potencial impacto relevante.

Quanto às rotinas de instrução, observa-se que a movimentação do acervo e do fluxo de trabalho foi expressiva. Conforme a Tabela 1, o exercício iniciou com saldo de 17 processos, registrou 517 entradas de processos, 1 desapensamento e 7 apensamentos, além de 331 saídas de processos, encerrando o período com saldo de 360 processos. No mesmo recorte, a Tabela 1 indica 765 entradas de documentos, 32 apensamentos e 570 saídas de documentos. Considerando as saídas registradas (331 processos e 570 documentos), tem-se um total de 901 instruções finalizadas no período, o que traduz elevada produtividade instrutória e significativa capacidade de tramitação e entrega.

Tabela 64: Resumo da Movimentação de Processos e Documentos no exercício de 2025

TIPO	QUANTIDADE
SALDO EM 01/01/2025	17
ENTRADAS DE PROCESSOS (+)	517
DESAPENSAMENTOS DE PROCESSOS (+)	1
APENSAMENTOS DE PROCESSOS (-)	(7)
SAÍDAS DE PROCESSOS (-)	(331)
ENTRADAS DE DOCUMENTOS (+)	765
APENSAMENTOS DE DOCUMENTOS (-)	(32)
SAÍDAS DE DOCUMENTOS (-)	(570)
SALDO EM 31/12/2025	360

Fonte: Área Restrita (Relatórios / Resumos Gerenciais / Movimentação de processos no setor).

No campo das auditorias, a **Tabela** registra a execução de auditoria financeira, em fase “em andamento”, voltada à avaliação de prestação de contas relacionada a recursos de programa financiado pelo FONPLATA. A natureza do trabalho, conforme o escopo sintetizado, envolve verificar a consistência das informações e o atendimento a requisitos relevantes, incluindo controles internos e cumprimento de cláusulas aplicáveis, o que reforça uma atuação que ultrapassa a mera formalidade e busca garantir confiabilidade e conformidade na aplicação dos recursos.

Tabela 65: Auditorias Realizadas no Período

TIPO	OBJETO/ASSUNTO	FASE ATUAL <sup>2</sup>	BENEFÍCIOS ESPERADOS (QUANTITATIVOS E/OU QUALITATIVOS)
Auditoria Financeira	Auditoria financeira na prestação de contas do Programa de Ações Estruturantes de São Gonçalo do Amarante (PAES), financiado pelo FONPLATA (referente ao exercício de 2025)	Em andamento	Avaliar a prestação de contas referente aos recursos decorrentes do Contrato de Empréstimo BRA-25/2020 obtidos junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) no sentido de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, incluindo avaliação e teste da estrutura e sistemas de controle internos e a avaliação do cumprimento de cláusulas contratuais.

Fonte: Diretoria de Controle de Contas de Gestão e Execução da Despesa Pública.

Além disso, a atuação por fiscalizações temáticas apresentou resultados relevantes. De acordo com a Tabela 3, foram conduzidas quatro fiscalizações dessa natureza: duas concluídas (levantamento de portais de transparência no âmbito do PNTP/4º ciclo e auditoria coordenada sobre transferências especiais) e duas em andamento (levantamento sobre transparência de emendas parlamentares estaduais e municipais e levantamento voltado ao diagnóstico das estruturas das administrações tributárias municipais frente à transição da reforma tributária). Esse conjunto evidencia priorização de temas estruturantes e de alta repercussão institucional, articulando transparência, rastreabilidade, redução de riscos e diagnóstico de capacidades institucionais.

<sup>2</sup> Iniciada / Em andamento / Concluída

Tabela 66: Fiscalizações Temáticas Realizadas no Período

OBJETO/ASSUNTO	UNIDADES ENVOLVIDAS	FASE ATUAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS (QUANTITATIVOS E/OU QUALITATIVOS)
Levantamento dos Portais de Transparência dos jurisdicionados do Tribunal de Contas, conforme o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) em 2025 (Atividade em Rede de Controle Externo) – 4º CICLO	DCD	Concluído	Avaliar a transparência ativa dos jurisdicionados do Tribunal de Contas, mediante a coleta de dados e informações sobre os Portais de Transparência, verificando as informações divulgadas, o atendimento à legislação da transparência da gestão pública e a qualidade das informações, atuando no sentido de propor as medidas corretivas necessárias à melhoria dos aspectos mencionados.
Auditoria de conformidade coordenada sobre transferências especiais	DCD	Concluído	Redução dos riscos na execução das Transferências Especiais - todos os níveis federativos; aprimoramentos quanto à regularidade, à rastreabilidade e à transparência. Visão abrangente da aplicação desses recursos - boas práticas, áreas de risco, irregularidades sistêmicas ou crônicas. Reforço da legitimidade e da efetividade da atuação dos órgãos de controle - tema de elevada visibilidade pública, sensibilidade política e impacto social.
Levantamento acerca da transparência das emendas parlamentares estaduais e municipais	DCD	Em andamento	Avaliar o nível de conformidade das plataformas de transparência do Governo Estadual e das 167 Prefeituras Municipais frente aos novos paradigmas constitucionais de execução orçamentária de emendas parlamentares e contribuir para a adequação dos portais de transparência às determinações do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 854 e às diretrizes da Resolução nº 034/2025-TCE/RN, que condicionam a execução de emendas parlamentares a partir do exercício de 2026 ao cumprimento dos requisitos de transparência e rastreabilidade dos recursos.
Levantamento de dados e informações sobre as estruturas das administrações tributárias municipais do Rio Grande do Norte frente à transição da reforma tributária	DCD	Em andamento	Realizar diagnóstico sobre as estruturas das administrações tributárias dos municípios do Rio Grande do Norte (RN), abordando os aspectos de legislação, recursos humanos, infraestrutura física e de TI, procedimentos de fiscalização e cobrança administrativa e judicial dos créditos tributários, diante da reforma tributária promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023.

Fonte: Diretoria de Controle de Contas de Gestão e Execução da Despesa Pública.

Concluindo, o ano de 2025 revela resultados consistentes em produtividade e em amplitude de frentes de atuação, com entregas que dialogam diretamente com prevenção de riscos, aperfeiçoamento de controles e indução de melhorias. A movimentação e a produção instrutória destacadas na Tabela 1, somadas às ações registradas nas Tabelas 2 e 3, mostram avanço técnico e presença em agendas relevantes. Ao mesmo tempo, o saldo final de processos (Tabela 1) sugere desafios de capacidade e de gestão do estoque, exigindo monitoramento, priorização por risco e aprimoramento contínuo de fluxos. As principais causas que tendem a influenciar o alcance (ou não) de metas nesse contexto costumam estar ligadas à intensidade de entradas, ao perfil das demandas (complexidade e urgência), à dependência de informações externas e à necessidade de consolidar rotinas e ferramentas; como resposta, despontam como ações de melhoria o reforço de planejamento de carteira, o uso de critérios de priorização e o fortalecimento de instrumentos de acompanhamento gerencial.

### 4.3.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Ao longo de 2025, registrou-se a adoção de iniciativas com caráter fortemente preventivo e orientadas a resposta rápida, destacando-se a atuação concomitante em demandas de maior sensibilidade. Esse tipo de iniciativa, embora conectada ao núcleo de rotinas de controle, opera como mecanismo de “pronto emprego” institucional, ao permitir intervenções tempestivas para evitar agravamento de riscos, interrupção de irregularidades e potenciais danos ao erário.

Conforme a Tabela, foram registradas 10 atuações concomitantes, com medidas e encaminhamentos associados à apuração de denúncias e representações. O conjunto das providências descritas abrange, de forma sintética, ações como citações para esclarecimentos, expedição de determinações para adequações e adoção de medidas cautelares envolvendo procedimentos de contratação, refletindo um padrão de atuação orientado à mitigação de risco e à correção imediata de rumos quando necessário.

Tabela 67: Atuação Concomitante Realizadas no Período

OBJETO/ASSUNTO	UNIDADES ENVOLVIDAS	FASE ATUAL	BENEFÍCIOS ESPERADOS (QUANTITATIVOS E/OU QUALITATIVOS)
Apuração de denúncias e representações relacionadas a atos dos jurisdicionados (Núcleo de Atuação Concomitante)	DCD	CONCLUÍDA	Processo nº 000924/2025-TCE: Citação do gestor para apresentação de defesa, em razão da violação do limite legal de adesão à ata de registro de preços.
			Processo nº 301749/2025-TCE: Expedição de determinação para adequação do procedimento licitatório.
			Processo nº 000680/2024-TCE: Citação do gestor para apresentação de defesa, em razão de irregularidades na locação de imóvel.
			Processo nº 301906/2025-TCE: Adoção de medida cautelar para suspensão do Pregão Eletrônico nº 018/2025 – PM de Pedro Velho/RN.
			Processo nº 303262/2025-TCE: Adoção de medida cautelar para suspender imediatamente a habilitação de empresa no Pregão Eletrônico nº 015/2025, promovido pelo Fundo Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN.
			Processo nº 303280/2025-TCE: Citação do gestor para apresentação de defesa, em razão da indisponibilidade recorrente do site oficial da Prefeitura de Poço Branco e do Portal da Transparência municipal.
			Processo nº 303351/2025-TCE: Adoção de medida cautelar para suspensão do Pregão Eletrônico nº 14/2025 - Município de Grossos/RN.
			Processo nº 2917/2025-TCE: Determinação de anulação do ato que inabilitou licitante no Pregão Eletrônico nº 12/2025, da Prefeitura Municipal de Bodó, nos termos do art. 90, inciso II, da Lei aplicável.
			Processo nº 162/2025-TCE: Adoção de medida cautelar para suspensão do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 005/2024 realizado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Natal/RN (SEMAD).

			Processo nº 3508/2025-TCE: Adoção de medida cautelar para suspensão de qualquer ato relativo à continuidade da Dispensa Eletrônica nº 038/2025, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Natal.
--	--	--	--

Fonte: Diretoria de Controle de Contas de Gestão e Execução da Despesa Pública.

Em síntese, a atuação concomitante (Tabela) consolidou-se como eixo relevante de intervenção preventiva e de proteção institucional, produzindo resultados ao induzir correções e conter riscos em tempo oportuno. O principal desafio associado a esse tipo de iniciativa é manter a agilidade sem comprometer consistência técnica, o que depende de triagem eficiente, padronização de procedimentos, disponibilidade de equipe e integração com sistemas e bases de informação. Como melhoria prevista, a tendência é fortalecer critérios de seleção por materialidade e risco, aprimorar fluxos internos de instrução sumária e ampliar o uso de instrumentos e repositórios de conhecimento, a fim de qualificar ainda mais a tomada de decisão em situações urgentes.

### 4.3.3 Projetos e Ações Estratégicas

No eixo estratégico, a unidade acompanhou ações vinculadas ao Plano de Ações Estratégicas, voltadas ao aprimoramento metodológico e ao fortalecimento da capacidade de identificação de riscos, além do acompanhamento de evolução de ferramenta institucional. Trata-se de um conjunto de iniciativas que busca elevar maturidade organizacional, padronizar práticas e ampliar o potencial de atuação analítica e preventiva.

Conforme a Tabela, no período houve evolução de 40% (no período e acumulado) no projeto de elaboração de metodologia de análise de contas de gestão, com situação "em dia"; houve também 100% (no período e acumulado) na construção de repositório de conhecimento para apoiar análise preditiva e sinais de alerta, igualmente "em dia"; por outro lado, o acompanhamento do desenvolvimento do SIAI – Tomada de Contas consta como "não iniciado". O conjunto indica entregas importantes já consolidadas e, simultaneamente, aponta um ponto de atenção em iniciativa ainda não ativada.

Tabela 68: Resultados do Plano de Ações Estratégicas (PAE)

PROJETO/AÇÃO	% REALIZADO NO PERÍODO	% ACUMULADO	SITUAÇÃO <sup>3</sup>
1. Elaborar metodologia de análise de contas de Gestão no âmbito do TCE/RN a ser aplicada nas esferas estadual e municipal, e na administração Direta e Indireta. (Impacto QATC)	40%	40%	EM DIA
2. Construir repositório de conhecimento para apoiar análise preditiva de tipologias e identificação de sinais de alerta de fraude em licitações, contratos, atos de pessoal e despesa com pessoal.	100%	100%	EM DIA
3. Acompanhar o desenvolvimento do SIAI - Tomada de Contas	-	-	NÃO INICIADO

Fonte: Diretoria de Controle de Contas de Gestão e Execução da Despesa Pública/ ATENA

<sup>3</sup> Em dia / Atrasado / Paralisado / Em planejamento / Cancelado / Não iniciado

Como síntese, os resultados da Tabela 5 demonstram avanços relevantes em padronização e inteligência aplicada, com potencial de ampliar qualidade, consistência e efetividade das análises. O principal desafio está em alinhar a implementação/retomada da ação não iniciada a uma agenda factível, considerando capacidade operacional, dependências técnicas e priorização institucional. Como ações de melhoria, destacam-se a necessidade de planejamento de execução por etapas, definição clara de responsabilidades, integração com áreas correlatas e criação de marcos de entrega e monitoramento, para reduzir riscos de atraso e maximizar impacto.

#### 4.3.4 Resultados e Indicadores

Os resultados de 2025 permitem evidenciar indicadores operacionais e de desempenho vinculados à produtividade instrutória, ao fluxo de entradas/saídas e ao andamento de projetos estratégicos. Embora não haja, no recorte disponível, uma série histórica completa, o conjunto de dados do próprio exercício já oferece parâmetros claros para leitura de volume, tendência e desafios de capacidade.

Como indicadores centrais, destacam-se a movimentação processual e documental e o desempenho das ações estratégicas. A Tabela 1 registra, para processos, entradas relevantes (517) e saídas expressivas (331), além do saldo final de 360 processos; para documentos, 765 entradas e 570 saídas. Esses números sinalizam forte demanda e necessidade contínua de priorização e gestão do estoque. Já a Tabela 5 demonstra a situação de execução de projetos: dois com avanço consistente (40% e 100%, ambos "em dia") e um classificado como "não iniciado".

Quanto ao comentário dos resultados, os principais desvios ou pontos de atenção costumam se materializar quando o volume de entradas supera a capacidade de processamento no mesmo ritmo, elevando o estoque e pressionando prazos e prioridades (Tabela 1). Impactos comuns desse cenário incluem necessidade de replanejamento de carteira, reordenação de prioridades por risco/materialidade e maior dependência de instrumentos de gestão e automação. Como ações corretivas e preventivas, a leitura dos indicadores recomenda intensificar monitoramento do fluxo (entradas/saídas), aperfeiçoar critérios de priorização e fortalecer projetos estruturantes que ampliem capacidade analítica e produtividade (Tabela), sobretudo aqueles ligados a repositórios e metodologias que reduzam retrabalho e aumentem padronização.

#### 4.3.5 Boas Práticas e Inovações

Em 2025, evidenciam-se práticas com potencial de fortalecimento institucional por combinar prevenção, foco temático e apoio à inteligência aplicada. Essas práticas contribuem para reduzir vulnerabilidades, qualificar triagem e acelerar respostas em cenários de risco elevado, com possibilidade de replicação em outras unidades mediante adaptação ao respectivo escopo.

A atuação concomitante, descrita na Tabela 4, destaca-se como boa prática por permitir resposta ágil e intervenções preventivas (citações, determinações e cautelares) antes que riscos se consolidem em danos. As fiscalizações temáticas da Tabela 3 configuram outra boa prática, ao

organizar o controle externo por temas estruturantes (transparência, transferências especiais, emendas e transição tributária), facilitando atuação orientada a problema público e indução de melhoria sistêmica. Soma-se a isso o avanço estratégico do repositório de conhecimento indicado na Tabela 5 (100% e "em dia"), que tende a ampliar a capacidade de análise preditiva e de geração de alertas, contribuindo para identificação de padrões de risco e qualificação das decisões técnicas. Em conjunto, são práticas replicáveis: a atuação concomitante como método de resposta rápida e gestão de risco; a agenda temática como forma de planejamento por prioridade pública; e o repositório como ferramenta de padronização e inteligência.

#### 4.3.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

O contexto de 2025 evidencia desafios típicos de unidades com elevada demanda e necessidade de consolidação de fluxos, com impacto direto sobre capacidade de absorção de entradas, gestão de estoque e manutenção de tempestividade. Nessa moldura, riscos futuros tendem a se relacionar ao aumento do passivo processual, à sobrecarga de equipe e à dependência de sistemas/ferramentas plenamente aderentes ao escopo de atuação.

Entre as dificuldades mais relevantes, destaca-se a pressão do volume de entradas em contraste com a capacidade de processamento, observável pela dinâmica de entradas, saídas e saldo final de processos (Tabela 1). Outro risco associado é a manutenção da efetividade sem perda de consistência técnica em frentes urgentes (Tabela 4), exigindo padronização, governança e priorização por risco. Como medidas de mitigação, sobressaem práticas de triagem e priorização, organização do trabalho por temas (Tabela 3) e investimento em ferramentas estruturantes, como repositórios e metodologias (Tabela 5). Como prevenção, recomenda-se manter monitoramento gerencial do fluxo de trabalho, reforçar capacitação dirigida a áreas críticas e consolidar rotinas com suporte tecnológico para reduzir retrabalho e aumentar produtividade.

#### 4.3.7 Participação em cursos e eventos

Ao longo do período, houve participação da equipe em reuniões e eventos relacionados às atividades desenvolvidas pela diretoria, contribuindo para alinhamento interno, troca de experiências e amadurecimento de entregas estratégicas. No contexto dos projetos estratégicos, registra-se a realização de reuniões associadas ao avanço metodológico e ao acompanhamento de iniciativas, o que reforça governança e coordenação das ações (Tabela).

Para fins de robustez documental do relatório anual, recomenda-se que a unidade consolide, em anexo, a relação de cursos, seminários, reuniões técnicas e eventos (com datas, participantes, carga horária e síntese do aprendizado), incluindo registros fotográficos ou comprovações, quando disponíveis, para evidenciar a formação continuada e os ganhos institucionais derivados dessas participações.

### 4.3.8 Perspectivas e planos para o próximo ano

As perspectivas para o próximo ciclo apontam para o fortalecimento da capacidade de entrega com base em três eixos: (i) redução e controle do estoque processual, (ii) consolidação de práticas preventivas e (iii) amadurecimento de projetos estratégicos e ferramentas de apoio. A dinâmica observada na Tabela reforça a importância de intensificar gestão do fluxo e priorização, enquanto as entregas das Tabelas sugerem caminho consistente de ampliação de efetividade por meio de atuação preventiva e inteligência aplicada.

Nesse sentido, as prioridades para o próximo ano devem privilegiar o aprimoramento do monitoramento gerencial (para equilibrar entradas e saídas), a expansão qualificada da atuação concomitante onde houver maior risco (Tabela 4), a continuidade das fiscalizações temáticas estruturantes (Tabela 3) e a consolidação dos projetos estratégicos, com especial atenção à iniciativa que consta como “não iniciada” (Tabela 5). Essas ações, articuladas, tendem a ampliar tempestividade, consistência técnica e impacto fiscalizatório, contribuindo para os objetivos institucionais do Tribunal e para o fortalecimento da confiança social no controle externo.

## 4.4 Diretoria de Controle de Infraestrutura e Meio Ambiente (DIA)

A Diretoria de Controle de Infraestrutura e Meio Ambiente (DIA), instituída pela Resolução nº 042/2024-TCE, constitui unidade técnica responsável pela realização de ações de controle externo nas áreas de infraestrutura, meio ambiente e saneamento, no âmbito dos jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN).

Nesse contexto, apresentam-se neste relatório os principais resultados consolidados da atuação da DIA no exercício de 2025, elaborados a partir dos relatórios trimestrais encaminhados à Diretoria de Planejamento e Gestão (DPG).

### 4.4.1 Atividades Realizadas

Ao longo do exercício de 2025, a DIA desenvolveu atividades contínuas de controle externo previstas no Plano de Fiscalização Anual (PFA 2024/2025 e 2025/2026), bem como demandas extraordinárias decorrentes de denúncias, representações, atuações de ofício e solicitações de outras unidades do Tribunal e de órgãos externos.

De forma consolidada, foram analisados **101 processos** no ano de 2025, distribuídos entre denúncias, representações, acompanhamentos, monitoramentos, auditorias, licitações e outras instruções processuais, conforme dados extraídos dos relatórios trimestrais.

Destaca-se a expressiva atuação em **Instruções Preliminares Sumárias (IPS)**, com superação das metas estabelecidas nos respectivos PFAs, bem como o incremento do uso da fiscalização concomitante como instrumento preventivo.

Tabela 69: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Acompanhamento de procedimento licitatório transportes coletivos do Município de Natal	1	Concluído
Instrução Preliminar Sumária de denúncias e representações em matéria de infraestrutura e meio ambiente	97	Concluído
Acomp. de atos e processos em matéria.de infraestrutura. e meio ambiente, decorrentes da atuação de ofício	2	Concluído
Representações da unidade técnica	10	Concluído
Acompanhamento do Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação. (Atividade Rede Integrar 2025)	1	Em andamento
Auditoria operacional sobre acessibilidade nos prédios públicos do município de Mossoró	1	Em andamento
Levantamento de informações sobre o atendimento ao novo marco do saneamento básico RN	1	Em andamento
Monitoramento das decisões relativas às contratações de obras de restauração de rodovias no Estado do RN	3	Em andamento
Acompanhamento da universalização do saneamento - elaboração do planejamento (Atividade Rede Integrar 2025)	1	Em andamento
Levantamento das políticas públicas estaduais de recursos hídricos (Ação Rede Integrar 2025)	1	Em andamento
Auditoria de conformidade sobre transferências especiais em matéria de infraestrutura e meio ambiente (Atividade Rede Integrar 2025)	1	Concluído
Levantamento Painel Clima Brasil (Climate Scanner)	1	Concluído
Levantamento Sede de Aprender (Proc.1666_2025)	1	Concluído

Fonte: Sistema de Processos do TCE/RN; SISPFA; registros internos da DIA.

Em síntese, a atuação da DIA em 2025 foi marcada pelo aumento do volume de processos analisados, superação de metas previstas no PFA, especialmente no tocante às Instruções Preliminares Sumárias, e pela consolidação do uso de instrumentos de fiscalização concomitante e auditorias especializadas. Destacam-se como desafios a limitação de recursos humanos e a necessidade de aprimoramento contínuo de sistemas e metodologias, sendo previstas ações de melhoria para ampliação da capacidade analítica e preditiva da unidade.

#### 4.4.2 Projetos e Iniciativas Especiais

No exercício de 2025, a DIA desenvolveu uma iniciativa não originalmente prevista como parte da rotina administrativa: o início das tratativas formais visando à celebração de convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por intermédio da FUNPEC, com o objetivo de viabilizar a realização de ensaios tecnológicos voltados ao aprimoramento das auditorias de obras e serviços de engenharia no âmbito do controle externo.

Como parte dessa articulação, a equipe da DIA atuou proativamente para promover reunião técnica entre representantes da UFRN e do Departamento de Estradas de Rodagem do RN (DER/RN), com vistas a integrar esforços e compartilhar expertises. Durante o encontro, foi possível identificar que o DER/RN possui equipamentos laboratoriais com elevado potencial de aplicação técnica, os quais poderão ser incorporados às análises previstas no escopo do convênio.

A partir da lista preliminar de equipamentos observados, a equipe técnica da UFRN iniciou a elaboração de proposta institucional visando à cessão, cooperação técnica ou uso compartilhado dos referidos equipamentos para, posteriormente, firmar convênio com o TCE. Tal medida busca garantir eficiência, economicidade e aproveitamento de estruturas públicas já existentes, fortalecendo a base técnica das auditorias de engenharia conduzidas por este Tribunal.

Tabela 70: Projetos e Iniciativas Especiais – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Convênio UFRN/FUNPC para realização de ensaios tecnológicos	Em andamento

Fonte: Relatórios internos da DIA; SISPPA.

### 4.4.3 Projetos e Ações Estratégicas

As ações estratégicas desenvolvidas pela DIA em 2025 estão alinhadas ao Plano de Ações Estratégicas (PAE 2025/2026) e aos objetivos institucionais do Tribunal.

Houve avanço relevante nas ações do PAE 2025/2026, com destaque para a capacitação de servidores em auditorias rodoviárias e ensaios tecnológicos, aprimoramento do SIAI Obras e avaliação do uso de inteligência artificial.

Tabela 71: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Contratação de Consultoria Técnica para apoio em auditorias rodoviárias e de pavimentação urbana	Concluído
Contratação de um técnico laboratorista para apoio em ensaios tecnológicos	Concluído
Contratação de empresa para ensaios laboratoriais	Em execução
Orientação sobre faixas de domínio de rodovias estaduais	Concluído
Aprimoramento do SIAI Obras	Em execução
Desenvolvimento de papéis de trabalho (NBASP/MMD-QATC)	Em execução
Avaliação do uso de IA em fiscalizações concomitantes	Concluído
Adequação do espaço físico da DIA	Em execução

Fonte: Sistema ATENA.

As ações concluídas em 2025 demonstram avanço na padronização técnica e na incorporação de inovação tecnológica, enquanto as ações em execução e planejamento refletem o caráter continuado do aprimoramento institucional.

#### 4.4.4 Boas Práticas e Inovações

Destacam-se como boas práticas a contratação de consultoria visando o aperfeiçoamento das fiscalizações e a utilização de ferramentas de TI que otimizam a análise, como sistema ARGOS e Ias, além do emprego de análise preditiva e a avaliação do uso de inteligência artificial em fiscalizações concomitantes. Tais práticas apresentam potencial de replicação por outras unidades técnicas do Tribunal.

#### 4.4.5 Dificuldades e Riscos Enfrentados

Entre as principais dificuldades enfrentadas em 2025 estão a limitação de recursos humanos, a complexidade técnica crescente das fiscalizações e a dependência da qualidade das informações prestadas pelos jurisdicionados. Como medidas de mitigação, destacam-se o fortalecimento do planejamento, o uso de tecnologia e a capacitação da equipe.

#### 4.4.6 Participação em Cursos e Eventos

A equipe da DIA participou de encontro técnico sobre concessões e PPP, curso de aditivos e reequilíbrio de contratos, curso de denúncias e representações, curso de responsabilização de agentes públicos, congresso de saneamento, seminário de saneamento, curso de inteligência artificial generativa, capacitação em mudanças climáticas, curso de planejamentos das contratações e o Simpósio Nacional de Auditorias de Obras Públicas (SINAOP) evento relacionados às áreas de infraestrutura, saneamento e meio ambiente, contribuindo para a atualização técnica e o aprimoramento das práticas de controle externo.

#### 4.4.7 Perspectivas e Planos para o Próximo Ano

Para 2026, a DIA priorizará a consolidação das ações estratégicas em andamento, a implementação da tecnologia de levantamento por meio de drones, o fortalecimento do controle por meio de evidenciação de ensaios tecnológicos de laboratórios, desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e detecção automatizada de patologias construtivas, bem como o avanço das auditorias concomitantes e o aprimoramento do uso de dados e inteligência artificial. Tais ações visam ampliar a efetividade do controle externo e reforçar a contribuição da unidade para os objetivos institucionais do TCE/RN.

## 4.5 Diretoria de Controle de Pessoal e Previdência (DCP)

A Diretoria de Controle de Pessoal e Previdenciário (DCP) é órgão de Controle Externo deste Tribunal de Contas do Estado, conforme estabelece o art. 21, da Resolução 42/2024, tendo por finalidade a fiscalização dos da gestão de pessoas, quadro funcional e de inativos, folha de pagamento, e concurso ou certames públicos para admissão de pessoal no âmbito dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal. Assim como desenvolver ações de controle externo relacionadas à fiscalização da gestão previdenciária dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal.

Nesse contexto, são apresentados neste relatório os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025.

### 4.5.1 Atividades Realizadas

No exercício de 2025, a unidade desenvolveu atividades de rotina relacionadas ao controle, acompanhamento e fiscalização, no âmbito de sua competência. As ações compreenderam auditorias do tipo levantamento, acompanhamento, fiscalização e conformidade, bem como o tratamento de demandas oriundas da Ouvidoria e a instrução de denúncias e representações. As atividades realizadas, concluídas ou em andamento, encontram-se consolidadas na Tabela:

Tabela 72: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Auditoria do tipo Levantamento	03	Concluída
Auditorias do tipo Acompanhamento	03	Concluída
Auditoria do tipo Conformidade	03	Concluída
Inspeções In loco	07	Concluída
Demandas encaminhadas pela Ouvidoria	89	Concluída
Instruções preliminares sumárias de denúncias ou representação	26	Concluída
Instruções Técnicas	136	Concluída
Instruções Diversas	89	Concluída

Fonte: relatório interno da unidade / área restrita.

A unidade alcançou resultados consistentes, com elevado volume de atividades concluídas e atuação abrangente nas auditorias e instruções técnicas, demonstrando eficiência no cumprimento de suas atribuições. Houve avanços na organização dos fluxos de trabalho e no atendimento às demandas, embora persistam desafios relacionados à complexidade dos processos e ao aumento da demanda.

### 4.5.2 Projetos e Ações Estratégicas

No ano de 2025, a Diretoria executou projetos e ações estratégicas previstos no Plano de Ações Estratégicas (PAE), alinhados aos objetivos estratégicos do Tribunal, com foco no fortalecimento do controle concomitante e na modernização dos processos. As iniciativas abrangeram a normatização de procedimentos, o desenvolvimento de soluções tecnológicas, a estruturação de bases de conhecimento e o aprimoramento do controle da gestão de pessoal e previdenciária. As ações apresentaram execução compatível com o planejamento, com projetos concluídos e outros em andamento, conforme demonstrado na Tabela.

Tabela 72: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Elaborar Normativo que irá instruir ferramenta, métodos e procedimentos para atuação concomitante do TCE, por meio de interlocução eletrônica ágil e organizada	75%	Em dia
Construir repositório de conhecimento para apoiar análise preditiva de tipologias e identificação de sinais de alerta de fraude em licitações, contratos, atos de pessoal e despesa com pessoal.	93%	Em dia
Construir sistema integrado de monitoramento e geração de alertas de inícios de fraude por critérios pré-definidos.	100%	Concluído
Otimização do controle da gestão previdenciária por meio de ferramentas de tecnologia da informação.	16%	Em dia
Garantir o controle concomitante dos Regimes próprios de previdência por meio do acesso a informações tempestivas e fidedignas.	83%	Em dia
Estruturar o controle dos regimes de previdência complementar instruídos no âmbito do RN.	20%	Iniciada
Implementar ferramenta de consulta de pessoas impedidas de assumir cargos públicos.	32%	Em dia
Aprimorar o controle concomitante do quadro de pessoal.	70%	Em dia
Aprimorar o controle concomitante dos certames públicos.	73%	Em dia
Desenvolver portal de controle de pessoal para o público externo.	10%	Em dia

Fonte: relatório interno

As ações estratégicas desenvolvidas em 2025 resultaram no fortalecimento do controle concomitante, no aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e na ampliação do uso de soluções tecnológicas, contribuindo para maior eficiência e efetividade da atuação da unidade. Observam-se avanços na padronização de procedimentos, na integração de informações e na capacidade de identificação preventiva de riscos e irregularidades. Como desafios, permanecem a consolidação dos projetos em andamento, a ampliação da maturidade tecnológica e a gestão da complexidade das informações. As iniciativas implementadas geraram impactos positivos para a unidade e para o Tribunal, ao qualificar a fiscalização, apoiar a tomada de decisão e reforçar a transparência e a governança institucional.

### 4.5.3 Boas Práticas e Inovações

A Diretoria de Controle de Pessoal, com base em análise de risco, aperfeiçoou a atuação concomitante de objetos de controle pré-definidos, permitindo uma atuação célere junto aos jurisdicionados, por meio de comunicações extraprocessuais, para a prestação de esclarecimentos ou adoção de providências saneadoras.

Nesse sentido, no ano de 2025 foram expedidos 94 ofícios aos entes jurisdicionados, por múltiplas vias (e-mail institucional, diretoria de expediente e whatsapp), informando sobre a identificação de irregularidades de baixa materialidade e requerendo a adoção de providências saneadoras. Entre as matérias das comunicações destacam-se: acúmulo de cargos, inconstâncias no envio de dados ao SIAI-DP, Repasse de contribuições previdenciárias, e processos seletivos para contratação temporária.

A dinâmica destas comunicações permitiu o esclarecimento de situações identificadas e/ou a interrupção de situações irregulares, sem a necessidade de abertura de processos nesta Corte de Contas, sem prejuízo, evidentemente, da abertura de processos de representação em caso de identificação de situações que necessitam de uma atuação mais incisiva desta Corte de Contas.

### 4.5.4 Dificuldades e Riscos Enfrentados

A Diretoria de Controle de Pessoal e Previdência - DCP tem como competência, dentre outras, a análise da matéria que corresponde a maior despesa dos entes jurisdicionados, qual seja, despesa com pessoal. Em termos de quantidade isso representa a responsabilidade pelo controle do quadro funcional de 459 jurisdicionados, do controle da regularidade da situação funcional de, aproximadamente, 280 mil servidores, e o controle de suas remunerações que somam aproximadamente de R\$ 2 bilhões por mês. Além disso, dentre outras matérias, é de responsabilidade da DCP o controle da gestão e dos recursos dos regimes próprios previdenciários.

As respectivas competências desta Unidade terminam por gerar uma demanda de trabalho elevado em comparação com o seu quadro funcional, especialmente em razão do volume de denúncias e representações apresentadas, e conseqüentemente do número de processos para instrução. Tal fato termina por restringir a capacidade fiscalizatória da Unidade Técnica, pois é necessário dividir a sua capacidade funcional entre instruções técnicas processuais e demandas fiscalizatórias (especialmente auditorias). Ou seja, quanto mais instruções processuais, menor é a capacidade de realização de fiscalizações e auditorias.

Em que pese a situação, esta Unidade de Controle Externo busca mitigar o descompasso entre demanda e capacidade por meio do uso de ferramentas de tecnologia de informação, assim como atuações cada vez mais seletivas, baseadas em análise de risco, relevância e materialidade. Além disso, a eventual chegada de novos servidores concursados possibilitará o aumento da capacidade técnica desta Unidade de Controle Externo, especialmente para a suas atividades de auditoria.

### 4.5.5 Participação em curso e eventos

A equipe participou de reuniões, cursos, seminários e outros eventos de caráter técnico e institucional, com vistas ao aperfeiçoamento contínuo das competências profissionais e à atualização de conhecimentos. Tais participações possibilitaram a incorporação de boas práticas, o intercâmbio de experiências e o aprofundamento de entendimentos técnicos relevantes às atividades da unidade. Os conhecimentos adquiridos contribuíram para a qualificação das análises, o aprimoramento dos processos de trabalho e o fortalecimento da atuação institucional, em consonância com os objetivos estratégicos do Tribunal. Cumpre destacar, que alguns cursos foram ofertados pela Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira. Segue na tabela abaixo a relação dos cursos, seminários ou eventos:

Tabela 74: cursos e eventos

Curso/ evento/ seminário	Participantes
58º Congresso Nacional da ABIPEM	Laura Maria Pessoa Batista Alves
Curso básico de atuária aplicada ao RPPS	Laura Maria Pessoa Batista Alves
Inteligência Artificial Generativa (SECEX): Uso Avançado do Google Gemini	Toda equipe
PROJURIS, 1º ciclo, módulos I e III	Laura Maria Pessoa Batista Alves Luiz Henrique da Silva Freitas
Denúncias, Representações e Medidas Cautelares	Ianna Moura da Costa Veras Luiz Henrique da Silva Freitas
Responsabilização de Agentes Públicos e Privados Perante os Tribunais de Contas	Ianna Moura da Costa Veras
Seminário Boas Práticas em Fiscalização de Pessoal	Ianna Moura da Costa Veras Luiz Henrique da Silva Freitas Marcel Santos Revoredo Victor Rafael Fernandes Alves
8º Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil – <u>Conacon</u>	Ianna Moura da Costa Veras Janaina Danielly Cavalcante Silva Bulhões Marcel Santos Revoredo Victor Rafael Fernandes Alves
I Seminário de início de mandato: orientações para uma prestação de contas transparente e eficiente	Janaina Danielly Cavalcante Silva Bulhões
Participação reuniões da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Programa de Certificação Institucional e modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS	Janaina Danielly Cavalcante Silva Bulhões
Participação de 2 reuniões técnicas do Projeto Previdência Pública IRB/ATRICON	Janaina Danielly Cavalcante Silva Bulhões
Encontros Regionais promovidos pela Escola de Contas (Assu/ Mossoró/ João Câmara/ Pau dos Ferros/ Caicó/Natal)	Janaina Danielly Cavalcante Silva Bulhões Victor Rafael Fernandes Alves

Fonte: relatórios internos

<sup>4</sup> Média mensal de servidores ativos e inativos e suas remunerações declarados pelos entes por meio do Sistema SIAI-DP.

### 4.5.6 Perspectivas e planos para o próximo ano

Para o próximo ano (2026), a Diretoria de Controle de Pessoal e Previdência pretende consolidar a utilização das ferramentas de tecnologia da informação disponíveis em suas atividades de controle externo, especialmente as que foram criadas e/ou atualizadas, conforme projetos previstos no Plano de Ações Estratégicas (PAE).

Nesse sentido, destaca-se a criação do sistema de gerenciamento de indícios (Argos), liderado pela Secex, por meio do qual espera-se a modernização da atuação concomitante desta Unidade de Controle Externo, tornando a atuação mais célere e eficiente.

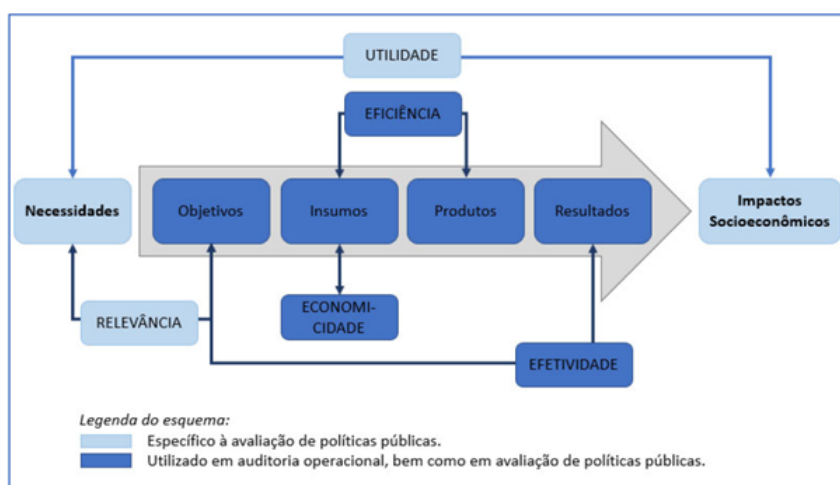
Importa o registro também das atualizações dos sistemas SIAI-Concurso e SIAI-DP, assim como o desenvolvimento de ferramentas que visam fomentar o controle social, como o portal de controle de pessoal para o público externo.

De modo geral, os projetos e atuações de controle externo programadas para o próximo ano da DCP visam fortalecer o controle concomitante das matérias de sua competência, focando sempre em critérios que possibilitem resultados mais eficazes e que gerem mais benefício à população do Rio Grande do Norte.

## 4.6 Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas (DPP)

A Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas (DPP) é a unidade de controle externo, vinculada à Secretaria de Controle Externo (SECEX), que possui competência para desenvolver ações de avaliação de políticas públicas e auditorias operacionais nas áreas de saúde, assistência social, educação, segurança, cidadania, igualdade e outros temas relacionados à garantia do atendimento a necessidades sociais e individuais inerentes à dignidade humana. Tais avaliações podem contemplar as dimensões de relevância, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e utilidade, conforme Figura 1, disponível na NBASP 9020.

Imagem 50: Dimensões de análise segundo a NBASP 9020.



Fonte: NBASP 9020, p. 8.

Para tanto, a DPP conta com a Coordenadoria de Avaliação de Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social – CPS e com a Coordenadoria de Avaliação de Políticas Públicas de Educação, Segurança, Cidadania e Igualdade – CPE, além de uma assessoria técnica. A equipe é composta por 7 auditores de controle externo e uma assistente técnica (CC4).

Cumprir destacar que a DPP foi instituída a partir de janeiro de 2025, portanto, está em uma fase de estruturação de atividades e transição das ações oriundas das unidades extintas nas quais seus servidores estavam lotados. Nesse contexto, são apresentadas neste relatório as atividades desenvolvidas por esta unidade no ano de 2025.

### 4.6.1 Atividades Realizadas

Como unidade de controle externo, as principais atividades desenvolvidas pela DPP dizem respeito a ações fiscalizatórias, as quais compõem o Plano de Fiscalização Anual (PFA). No PFA 2025-2026, foram previstas 8 ações sob responsabilidade da DPP, incluindo 3 auditorias operacionais, 2 acompanhamentos, 1 monitoramento, 1 levantamento e 1 ação de instrução processual. Na Tabela, está apresentada a situação de cada uma das ações ao término de 2025.

Tabela 75: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Auditoria operacional sobre a execução das medidas socioeducativas de competência estadual, no âmbito da Fundase	01	Concluída
Acompanhamento de políticas públicas	01	Em andamento
Acompanhamento de instrumentos de planejamento governamental e políticas públicas de agenda transversal	01	Em andamento
Auditoria operacional em políticas públicas relacionadas à primeira infância (Ação Rede Integrar 2025)	01	Em andamento
Auditoria operacional sobre contratualização de serviços hospitalares (Ação Rede Integrar 2025)	01	Em andamento
Levantamento sobre a integração e a qualidade de dados no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) (Ação Rede Integrar 2025)	01	Em andamento
Monitoramento do cumprimento de deliberações e dos resultados associados à auditoria operacional do sistema prisional	01	A iniciar
Instrução de processos de controle externo relacionados à matéria de avaliação de políticas públicas e atividades governamentais	01	Em andamento

Fonte: Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas/SISPFA.

Destaca-se a conclusão da Auditoria operacional sobre a execução das medidas socioeducativas de competência estadual, no âmbito da Fundase, que possui entre seus benefícios potenciais: o aprimoramento da Política de Socioeducação no Estado do RN com incremento da reintegração social dos adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo; a redução da violência urbana; a proteção dos direitos humanos dos adolescentes, famílias e funcionários e demais agentes envolvidos na execução de medidas socioeducativas; a prevenção social de atos infracionais; e a promoção de uma sociedade mais inclusiva.

As demais ações possuem previsão de conclusão em 2026. Importante destacar que a equipe da DPP também atuou em outras duas ações de controle não contabilizadas no PFA 2025-2026, pois foram originadas da extinta Diretoria de Administração Direta (DAD), conforme transição para a nova estrutura organizacional. As duas ações, levantamentos sobre violência infantil e controles estruturantes, foram concluídas em 2025. Cumpre esclarecer que os desdobramentos relativos ao Levantamento Nacional sobre Enfrentamento à Violência Infantil no RN permanecerão a cargo da DPP, entretanto, o Levantamento acerca dos Controles Estruturantes das unidades jurisdicionadas estaduais será absorvido pela Diretoria de Controle de Contas de Gestão e Execução da Despesa Pública (DCD).

#### 4.6.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Entre os projetos e iniciativas especiais da DPP para 2025, merecem destaque ações de orientação e articulação com os jurisdicionados. As iniciativas de articulação são fundamentais para posicionar a nova diretoria do TCE-RN e a nova estratégia de controle de políticas públicas em meio aos principais espaços de debate e tomada de decisão, inserindo a DPP como um ator relevante no aperfeiçoamento de tais políticas. Por sua vez, as ações de orientação reforçam o compromisso do TCE-RN com sua missão pedagógica e a construção de um senso de parceria que é fundamental para o controle de políticas públicas à luz da NBASP 9020. Na Tabela estão sintetizados tais projetos e iniciativas.

Tabela 76: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Reuniões com o Conselho Estadual de Saúde	Em andamento
Palestra "Orientações do TCE-RN e Gestão dos Recursos da Educação Básica Pública" no 20º Fórum Estadual da UNDIME/RN.	Concluído
Palestra "Avaliação de políticas públicas e participação social" no Ouvidoria Day.	Concluído
Participação em reuniões de instalação do Gabinete de Articulação para a Efetivação da Política de Educação – Gaepe-RN	Em andamento
Participação em reuniões do Comitê de Igualdade e Diversidade.	Em andamento
Elaboração do capítulo de livro para projeto do Comitê de Diversidade e Igualdade	Concluído
Realização da oficina "Avaliação de Políticas Públicas e Utilização de Evidências no Planejamento Governamental" nos Encontros Regionais promovidos pela Escola de Contas	Concluído
Emissão da Nota Técnica nº 003/2025 – SECEX/TCE/RN (habilitação à receita decorrente da complementação dos recursos financeiros provenientes do Fundeb, na modalidade de valor anual total por aluno (VAAT)).	Concluído
Participação na abertura da 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Rio Grande do Norte – Geolípia Jacinto da Silva (5ª CESTT/RN).	Concluído
Condução de palestras no 8º CONACON	Concluído
Emissão da Nota Técnica nº 007/2025 – SECEX/TCE/RN (levantamento da demanda, ao planejamento da expansão da oferta e aos critérios de priorização de vagas em creches municipais).	Concluído
Reuniões de articulação sobre plano de ação da AOP Violência de Gênero com a SEMJIDH	Em andamento
Participação na 5ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres	Concluído
Participação no Evento Lean nas Emergências – Walfredo Gurgel	Concluído
Palestra na Conferência Regional de Evaluación – ReLAC 2025	Concluído
Oficina sobre emendas parlamentares para conselheiros de saúde	Concluído

Participação na reunião do Comitê de Educação do IRB	Em andamento
Participação em reunião do Comitê Técnico de Saúde – IRB e Atricon	Em andamento
Reunião de articulação sobre plano de ação da AOP Ensino Médio com a SEEC	Concluído
Reunião do Comitê Estadual de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência	Concluído
Elaboração de nota técnica sobre organismos de políticas para mulheres	Em andamento

Fonte: Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas.

Entre as ações de articulação, vale destacar a aproximação da DPP com o Conselho Estadual de Saúde (CES), o que tem gerado projetos específicos de suporte ao conselho, notadamente, na área de capacitação continuada, como foi o caso da oficina sobre emendas parlamentares. Além do contato com os conselhos de políticas públicas, também tem sido uma estratégia relevante a participação em eventos acerca dessas políticas, como no caso das conferências de saúde e de políticas públicas para mulheres.

As ações de orientação se materializaram, principalmente, a partir da emissão de notas técnicas em parceria com a Secretaria de Controle Externo do TCE-RN e da participação ativa nos encontros regionais da Escola de Contas, por meio da oficina sobre o uso de evidências.

As reuniões destinadas a esclarecimentos acerca de planos de ação de auditoria operacional constituem tanto ações de articulação, como ações de orientação, na medida em que aproximam a equipe da DPP às equipes dos jurisdicionados, possibilitando o esclarecimento de dúvidas e a troca de informações e conhecimento.

### 4.6.3 Projetos e Ações Estratégicas

Diante da priorização de objetivos estratégicos do Tribunal para o biênio 2025-2026, a DPP propôs 6 ações para o Plano de Ações Estratégicas (PAE), sendo 3 ações relacionados ao objetivo estratégico "Fortalecer a correta e eficiente aplicação dos recursos públicos", 1 ação para o objetivo de "Contribuir para a melhoria do desempenho e transparência da gestão pública", 1 ação relativa ao objetivo "Aprimorar a gestão de controle externo do TCE/RN visando resultados" e 1 ação com foco no objetivo "Garantir a efetividade das ações de controle".

Das 6 ações que compõem o PAE da DPP, cinco tiveram desdobramentos no ano de 2025, conforme sintetizado na Tabela.

Tabela 77: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Implementar a prática de síntese de evidências para informar políticas públicas	Concluído (100%)
Desenvolver padrão para o processo de controle externo de acompanhamento de políticas públicas sob as perspectivas do consensualismo e da NBASP 9020.	Em andamento (44%)
Implementar a prática de avaliação de políticas públicas a partir dos instrumentos de planejamento governamental e dos planos setoriais.	Em andamento (68%)
Coordenar o Grupo Temático em Avaliação de Políticas Públicas da Rede Integrar.	Em andamento (95%)
Desenvolver painéis temáticos de BI para acompanhamento e monitoramento de instrumentos de planejamento governamental, planos setoriais e indicadores de políticas públicas.	Em andamento (37%)

Fonte: Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas/ATENA.

Com isso, o PAE da DPP atingiu, ao término do primeiro ano, 57% de execução. Merece destaque a conclusão da ação de implementação da prática de síntese de evidências para informar políticas públicas, o que possibilitou a publicação da primeira síntese sobre a oferta de vagas em creches municipais, com disponibilização no Portal das Fiscalizações e Auditorias ([https://www.tce.rn.gov.br/as/Legislacao\\_site/download/SinteseEvidencias/SinteseEvidencias\\_VagasemCreches.pdf](https://www.tce.rn.gov.br/as/Legislacao_site/download/SinteseEvidencias/SinteseEvidencias_VagasemCreches.pdf)). Ademais, com a instituição da prática, novas sínteses serão desenvolvidas, tendo sido iniciada ainda em 2025 a síntese sobre violência infantil.

A ação que abrangeu a coordenação do Grupo Temático em Avaliação de Políticas Públicas da Rede Integrar, já em fase de finalização, possibilitou importante intercâmbio com os demais Tribunais de Contas do Brasil sobre a atuação em avaliação de políticas públicas. Por outro lado, a DPP também avançou na definição de padrões de trabalho para acompanhamento de políticas públicas e avaliação de políticas públicas a partir de instrumentos de planejamento governamental, além de ter iniciado o desenvolvimento de painéis temáticos que possibilitarão o acompanhamento de indicadores e de aspectos orçamentários de políticas públicas transversais, como as políticas para a primeira infância.

#### 4.6.4 Resultados e Indicadores

Considerando os indicadores estratégicos e tático-operacionais, alinhados ao Plano Estratégico do TCE-RN, a DPP é responsável diretamente por 5 indicadores, dos quais 3 são de natureza estratégica. Os indicadores e os valores apurados em 2025 estão apresentados na Tabela.

Tabela 78: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Taxa de políticas públicas avaliadas	Percentual (%)	≥ 25%	50%	Medir o alcance das práticas de avaliação realizadas em relação ao total das áreas de políticas públicas identificadas no âmbito dos Temas de Maior Significância (TMS) definidos.
Tempo médio para realizar as avaliações das políticas públicas no TCE	dias	≤ 240 dias	-	Medir o tempo necessário para realizar as avaliações das políticas públicas
Índice de desempenho das políticas públicas acompanhadas	Percentual (%)	≥ 20%	-	Avaliar se as políticas públicas estão alcançando os objetivos, de acordo com os indicadores de desempenho monitorados
Taxa de recomendações implementadas em políticas públicas	Percentual (%)	≥ 25%	-	Medir a adoção das recomendações pelos órgãos responsáveis pelas políticas públicas avaliadas
Número de relatórios ou painéis de monitoramento disponibilizados para acompanhamento das políticas públicas	Número total de painéis, dashboards, relatórios disponibilizados	≥ 1	0	Medir a quantidade de produtos disponibilizados para acompanhamento das políticas públicas

Fonte: Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas.

Tendo em vista a implementação da Diretoria apenas em janeiro de 2025, o que tem demandado o desenvolvimento de padrões de trabalho para que as equipes possam avançar em ações de avaliação de políticas públicas em sentido estrito, apenas dois indicadores puderam ser aferidos ao longo de 2025.

No caso do indicador “Taxa de políticas públicas avaliadas”, o valor alcançado (50%) superou a meta estabelecida para 2025 tendo em vista que as práticas de avaliação de políticas públicas, em sentido amplo, incluindo auditorias operacionais, monitoramentos, acompanhamento e sínteses de evidências, abrangeram metade das áreas de políticas públicas identificadas no âmbito dos Temas de Maior Significância (TMS) definidos para o Plano de Fiscalização Anual (PFA) 2025-2026.

Por sua vez, no caso do indicador “Número de relatórios ou painéis de monitoramento disponibilizados para acompanhamento das políticas públicas”, não foi possível alcançar a meta prevista, pois tanto os painéis temáticos quanto os relatórios de acompanhamento ainda estavam em desenvolvimento ao final de 2025.

#### 4.6.5 Boas Práticas e Inovações

Em 2025, a DPP desenvolveu de forma inovadora a primeira prática de avaliação de políticas públicas alinhada aos objetivos da avaliação propostos pela NBASP 9020: a síntese de evidências. Para tanto, foi elaborada pela DPP a primeira edição do “Referencial para a elaboração de sínteses de evidências para políticas públicas” ([https://www.tce.rn.gov.br/as/Legislacao\\_site/download/Manuais/Instrucao\\_Tecnica\\_022025\\_\\_Synthese\\_de\\_evidencias.pdf](https://www.tce.rn.gov.br/as/Legislacao_site/download/Manuais/Instrucao_Tecnica_022025__Synthese_de_evidencias.pdf)) que define a síntese de evidências como “uma análise sistemática de estudos sobre um problema específico, abrangendo sua descrição, a compilação das melhores evidências disponíveis, a apresentação de opções para enfrentá-lo e considerações sobre possíveis barreiras à implementação dessas opções, além de estratégias para superá-las”.

Apesar de ter sido constituída no âmbito da DPP, trata-se de uma prática que pode ser adotada por qualquer uma das unidades de controle externo do TCE-RN. A elaboração do referencial, aprovado pela Instrução Técnica nº 02/2025-SECEX, possibilita que os procedimentos de construção da síntese sejam conhecidos e aplicados pela demais unidades.

#### 4.6.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

No que se refere a dificuldades enfrentadas pela DPP em 2025, merecem destaque: a capacidade operacional ainda reduzida, demandando ampliação em termos quantitativos e qualitativos (maior diversidade de formações); a necessidade de capacitação continuada para especialização em áreas de políticas públicas sociais e em técnicas e ferramentas de avaliação; a compatibilização da agenda de controle com a necessidade de orientação e articulação com os gestores de políticas públicas; a insuficiência de dados estruturados para o monitoramento de políticas públicas; e a ausência de processos de trabalho normatizados para a atuação em avaliação nos termos da NBASP 9020.

Esse último aspecto consiste em um dos principais riscos enfrentados pela Diretoria, tendo em vista que os demais podem ser mitigados a partir de ajustes de escopo de atuação, ampliando-o de forma gradativa, porém devido à ausência de padrões e normas internas para os fluxos de práticas de avaliação, o desenvolvimento das atividades de avaliação pode ser intempestivo, o que poderá inviabilizar a plena implementação das práticas de avaliação ainda no biênio 2025-2026, comprometendo os impactos positivos relativos à indução do aperfeiçoamento das políticas públicas para a sociedade no médio prazo.

Com o intuito de mitigar esse risco central, o planejamento do PAE contemplou ações estruturantes de definição de padrões e normatização de processos de trabalho, com avanços alcançados em 2025 para a prática de síntese de evidências.

#### 4.6.7 Participação em curso e eventos

Conforme mencionado no tópico que trata de dificuldades e riscos, a capacitação continuada é um ponto de atenção da DPP, pela especificidade e pelo caráter inovador do trabalho a ser desenvolvido.

Nesse sentido, ao longo de 2025, a equipe da DPP participou de eventos que possibilitaram avançar nessa frente de capacitação continuada, tais como:

- Workshop de Planejamento da AOP Primeira Infância (mar/25);
- Curso Inteligência Artificial Generativa: uso avançado do Google Gemini (abr/25);
- Curso de Imersão em Cuidado de Saúde Baseado em Valor - TCU (mar-maio/25);
- I Seminário do Observatório de Políticas Públicas: debatendo a gestão escolar" (maio/25);
- Semana da Avaliação 2025: práticas, conhecimentos e evidências em políticas públicas" (maio/25);
- IX Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas (maio/25);
- Curso de Apresentação do Referencial para realização de Auditoria de Contratualização de Serviços Hospitalares" no âmbito do Segundo Ciclo do Projeto Eficiência na Saúde, Ação 37 da Rede Integrar (jun/25);
- Realização de estudo dirigido sobre avaliação de políticas públicas (jun/25);
- 2º Encontro Técnico da Rede Integrar e na 2ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico da Rede Integrar (jun/25);
- "Workshop sobre o Sinesp", etapa preparatória para a Auditoria QRT - Silêncio Rádio, no âmbito da Ação 42 da Rede Integrar (jun/25);
- 8º CONACON (ago/25);
- Reunião com equipe do observatório da Primeira Infância do TCE-AL (ago/25);
- VII Simpósio Nacional de Educação - VII SINED (set/25);
- Maratona Temática "O olhar dos Tribunais de Contas sobre a avaliação de políticas públicas" (set/25);
- Seminário Sustentabilidade do SUS (set/25);
- Apresentação da Metodologia de Avaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP) (out/25);
- Curso sobre responsabilização de agentes públicos (out/25);

- Workshop em Gestão Pública do CRA (nov/25);
- Webinar PESA (Professional Qualification for SAI Auditors) (nov/25);
- Webinar: Fiscalizar para reparar — Tribunal de Contas e o combate ao racismo estrutural (nov/25);
- IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (dez/25).

Adicionalmente, a equipe tem buscado cursos autoinstrucionais sobre as políticas públicas que compõem o universo de controle da DPP.

#### 4.6.8 Perspectivas e planos para o próximo ano

A seguir, são apresentadas as perspectivas de atuação da DPP, para 2026, em termos de ações de controle, articulação e orientação, atuação em rede, projetos e ações estratégicas.

Em termos de ações de controle, está prevista para 2026 a conclusão das ações do PFA 2025-2026 em andamento ou não iniciadas, conforme Tabela 1, além do desenvolvimento das novas ações a serem incluídas no plano 2026-2027, contemplando, entre outros, os seguintes objetos de controle: alfabetização, Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS), transferência de equipamentos de saúde, saúde digital, Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sistema prisional e primeira infância.

Pretende-se ampliar os esforços de articulação com gestores e conselheiros de políticas públicas, em especial, no que tange às áreas de educação, saúde, primeira infância e políticas para as mulheres. Ademais, a DPP pretende propor à SECEX a emissão de novas notas técnicas e firmar parceria com a Escola de Contas para atuação na edição 2026 dos encontros regionais.

Em âmbito nacional, a DPP continuará com a atuação na Rede Integrar, em especial no Grupo Temático em Avaliação de Políticas Públicas, e nos comitês técnicos do IRB e da Atricon, com foco nas áreas de saúde, educação, segurança e primeira infância.

Sobre os projetos e as ações estratégicas, as principais entregas previstas para 2026 dizem respeito aos painéis temáticos de BI e à definição de padrões e normas para o controle concomitante e para a avaliação de políticas públicas, ações essenciais para a superação do principal risco ao alcance dos objetivos da DPP, conforme mencionado anteriormente.

As perspectivas para 2026 sinalizam o caminho para institucionalização das práticas de avaliação de políticas públicas alinhadas à NBASP 9020 no âmbito do TCE-RN, o que deverá ampliar os benefícios gerados pelo controle em termos de aperfeiçoamento de políticas públicas e, conseqüentemente, no que tange à melhoria da qualidade de vida da população potiguar.

## 4.7 Diretoria de Registro de Atos de Pessoal (DAP)

A Diretoria de Registro de Atos de Pessoal tem atribuição de realizar a avaliação técnica sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal em vínculos permanentes na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das concessões de benefícios previdenciários por Regimes Próprios de Previdência e por entidades militares sujeitas à jurisdição do Tribunal.

A DAP é constituída pela sua Assessoria Administrativa (AADAP); pela Coordenadoria de Registro de Admissão de Pessoal (CAD); e pela Coordenadoria de Registro de Concessões de Benefícios Previdenciários (CBP).

Abaixo, serão apresentados os principais resultados alcançados por esta unidade técnica de controle externo no ano de 2025.

### 4.7.1 Atividades Realizadas

Considerando as atribuições da DAP, de caráter finalístico, a quase totalidade das atividades do setor se volta à avaliação técnica dos atos de pessoal sujeitos a registro, o que inclui as aposentadorias e inativações de militares, pensões, nomeações para cargo efetivo e contratações temporárias.

Tabela 79: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Nomeação para cargo efetivo*	1.529	Em andamento
Aposentadoria	1.037	Em andamento
Pensão	131	Em andamento
Fiscalização de concursos públicos/seleções simplificadas	02	Em andamento
Contratação Temporária	1.755	Concluído
Representação	17	Em andamento
Monitoramento	03	Em andamento
Apuração de responsabilidade	08	Em andamento
Inativação de militares	10	Em andamento
Levantamento	01	Em andamento
Processos administrativos e outros	10	Em andamento
Revisão de benefícios	18	Em andamento

Fonte: Área Restrita – Relatórios/ Resumos Gerenciais/ Movimentação de processos no setor.

\*Este item abrange os tipos de processos ASS e NCE

Conforme os dados acima, evidencia-se um alto volume processual no setor, em contrapartida ao quadro reduzido de servidores lotados nesta unidade de controle externo. Além disso, o alto índice de retorno dos processos para manifestação complementar, e a ausência de um sistema informatizado para o cadastro e a avaliação dos atos de pessoal sujeitos a registro, resultam em um quadro mais lento de saída de processos sobre a temática-objeto de atuação do setor.

Acerca disso, é importante mencionar que o Tribunal vem adotando medidas para atenuar a problemática. Foi aprovada em 19 de fevereiro de 2025 a

Resolução nº 003/2025-TCE, que dispõe sobre os procedimentos para remessa, exame, apreciação e registro dos atos de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva remunerada e pensão pelo TCE-RN, e institui o Sistema de Auditoria Informatizada em Atos de Pessoal – Módulo Concessões de Benefícios Previdenciários (SIAI-AP Concessões). A nova regulamentação e o sistema proporcionam um cenário favorável à otimização da apreciação dos benefícios previdenciários sujeitos a registro.

Em relação a temáticas diversas e processos a elas relacionados, a Diretoria atua de forma tempestiva e conforme a demanda.

Ainda sobre a atuação da Diretoria de Registro de Atos de Pessoal, é importante destacar que as atividades possuem caráter contínuo e estão em andamento, pois são balizadas pelo Plano de Fiscalização Anual, neste momento no ciclo 2025/2026, que se estende até o dia 31/03/2026.

#### 4.7.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Diante das demandas da Diretoria de Registro de Atos de Pessoal, foi necessária a adoção de iniciativas para melhoria dos processos de trabalho e consequente desenvolvimento de sistemas, o que fundamentou a elaboração da Resolução nº 003/2025 – TC.

Além da formalização do SIAI-AP Concessões, o normativo supra permite uma abordagem na apreciação das concessões de benefício sujeitos a registro considerando a materialidade e o risco de distorções relevantes no objeto fiscalizado, possibilitando uma atuação mais bem direcionada e objetiva, diminuindo o tempo gasto em cada avaliação.

Assim, a DAP tem reestruturado seus modelos de atuação, incluindo informações e relatórios, bem como planejando suas ações finalísticas considerando os aspectos mencionados acima.

#### 4.7.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Diante das demandas da Diretoria de Registro de Atos de Pessoal, foi necessária a adoção de iniciativas para melhoria dos processos de trabalho e consequente desenvolvimento de sistemas, o que fundamentou a elaboração da Resolução nº 003/2025 – TC.

Além da formalização do SIAI-AP Concessões, o normativo supra permite uma abordagem na apreciação das concessões de benefício sujeitos a registro considerando a materialidade e o risco de distorções relevantes no objeto fiscalizado, possibilitando uma atuação mais bem direcionada e objetiva, diminuindo o tempo gasto em cada avaliação.

Assim, a DAP tem reestruturado seus modelos de atuação, incluindo informações e relatórios, bem como planejando suas ações finalísticas considerando os aspectos mencionados acima.

### 4.7.3 Projetos e Ações Estratégicas

O Plano de Ações Estratégicas da Unidade Técnica foi elaborado com 03 (três) ações específicas, que já se iniciaram. Todas elas têm como objetivo estratégico de aprimorar a gestão de controle externo no TCE-RN, visando melhores resultados.

A primeira ação se trata da **revisão dos processos de trabalho**, que tem como iniciativa estratégica promover a eficiência na análise e julgamento dos processos. Além dessa, tem-se a ação de **revisão e implantação das ferramentas eletrônicas**, que busca modernizar as estruturas organizacionais e diretrizes do controle externo, compatibilizando com as orientações do MMD-TC. E por fim, a terceira, que se baseia no **estudo para extração e análise de informações de atos de pessoal**.

Em todas elas, o objetivo principal se relaciona com a oferta de insumos necessários à tempestividade e celeridade na atuação desta unidade de controle externo, para possibilitar a constante redução do seu acervo processual e agregar valor aos seus resultados finalísticos.

Tabela 80: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Revisão dos processos de trabalho	Em andamento
Revisão e implantação das ferramentas eletrônicas	Em andamento
Estudo para extração e análise de informações de atos de pessoal	Em andamento

Fonte: registro no ATENA.

De forma sintética, as ações estão em andamento, com avanços consideráveis em todas as esferas.

Relativamente à **revisão dos processos de trabalho**, foi realizado benchmarking de boas práticas em atos de pessoal nos demais Tribunais de Contas, com a realização de reuniões e pesquisa de normativos, bem como foi realizada busca ativa para o envio das admissões para fins de registro, aumentando o universo de controle da unidade.

Também foi implantada a base de conhecimento de Atos de Pessoal, através da **Wiki DAP** – uma plataforma colaborativa voltada para a criação, edição e organização de conhecimento coletivo, com foco em documentação, processos e compartilhamento de informações relacionadas à área de atuação da unidade.

Na ação de **revisão e implantação de ferramentas eletrônicas**, destaca o desenvolvimento e implementação de dois sistemas-núcleo para a automatização e otimização do tratamento dos atos sujeitos a registro: o SIAI-AP Concessões e o SIAI-AP Admissões.

O **SIAI-AP Concessões**, voltado ao cadastro e análise eletrônica dos atos de concessão de benefícios previdenciários, teve o seu primeiro módulo (aposentadorias) finalizado em 2025, estando atualmente em utilização inicial pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município do Natal

(NATALPREV).

Já o SIAI-AP Admissões, destinado ao cadastro e análise eletrônica das admissões de pessoal, está em fase de implantação de ajustes e melhorias necessários ao pleno uso do sistema, com previsão de início de funcionamento ainda no primeiro semestre de 2026.

A ação relativa ao **estudo para extração e análise de informações de atos de pessoal**, envolve o desenvolvimento e a utilização de ferramentas de Inteligência Artificial para possibilitar a extração e análise automatizadas das informações dos processos em estoque na DAP para viabilizar a atuação massiva sobre eles, de modo a proporcionar um aumento significativo na produtividade do setor e diminuir o tempo médio de atuação do Tribunal sobre a matéria. As primeiras fases (extração e leitura automática de documentos) foram concluídas no fim de 2025.

#### 4.7.4 Resultados e Indicadores

Esta unidade técnica de controle externo não possui indicadores vinculados no Plano Estratégico.

#### 4.7.5 Boas Práticas e Inovações

A implantação da base de conhecimento de atos de pessoal, por meio da utilização da ferramenta Wiki DAP, configurou-se como uma boa prática que contribui não apenas para o registro e disseminação do conhecimento, mas também como fonte de dados e informações para o avanço o uso da Inteligência Artificial na rotina do setor.

Outra boa prática adotada pela unidade foi a realização da busca ativa de admissões, a partir da seleção estratégica dos jurisdicionados com base nos concursos cadastrados no sistema SIAI Concursos, priorizando aqueles que apresentavam maior número de vagas. Essa iniciativa permitiu direcionar os esforços de forma mais eficiente, repercutindo em um maior quantitativo de nomeações encaminhadas para análise e registro. Como resultado, houve maior abrangência do controle exercido pela unidade e fortalecimento da atuação preventiva e orientadora.

#### 4.7.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

A execução das atividades finalísticas da unidade enfrentou desafios relevantes ao longo do período, especialmente em razão de limitações estruturais e operacionais. Tais dificuldades impactaram diretamente a capacidade de análise dos processos, exigindo a adoção de medidas de priorização e organização do trabalho, bem como a avaliação de riscos futuros e de ações preventivas.

Entre os principais obstáculos identificados, destacam-se a baixa capacidade operacional da equipe para o tratamento dos processos finalísticos, aliada ao elevado volume de demandas recebidas. Soma-se a isso a ausência de ferramentas tecnológicas adequadas para apoiar a análise dos processos, o que

contribuiu para o aumento do tempo de permanência do processo no setor. Como medidas de mitigação, foram adotadas estratégias de priorização de processos, redistribuição interna de tarefas e padronização de procedimentos. Além da utilização da wiki e o desenvolvimento dos sistemas e da ferramenta de Inteligência Artificial, todas essas ações previstas no Plano de Ações Estratégicas da unidade.

No entanto, permanece como risco futuro a sobrecarga contínua da unidade, caso não haja reforço da força de trabalho e implantação em definitivo de soluções tecnológicas que auxiliem a execução das suas atividades.

#### 4.7.7 Participação em curso e eventos

Com o objetivo de aprimorar continuamente a atuação da DAP, a equipe participou, ao longo do período, de reuniões, cursos e congressos de capacitação relacionados às suas atribuições. Essas participações contribuíram para atualização técnica, alinhamento institucional e compartilhamento de boas práticas. A seguir, apresentam-se os registros dos eventos:

- 3º Laboratório de Boas Práticas dos Tribunais de Contas. No LabTCs são selecionadas experiências que demonstram impacto positivo na eficiência, transparência e modernização da administração pública para serem apresentadas durante o evento. Participou o Auditor de Controle Externo Vinícius José Miranda Toscano de Brito Filho.

Imagem 51: LabTCs



Fonte: relatórios internos

- 8º CONACON. Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil. Com o tema: Controle Externo Constitucional, Simetria e Inteligência Institucional da Era Digital. Participaram os Auditores de Controle Externo Evandro Nunes Franco e Gabriela de Medeiros Dias.

Imagem 52: CONACON



Fonte: relatórios internos

- Encontro de Orientações e Boas Práticas na Área de Pessoal. Evento promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, que visa orientar e apresentar práticas para otimizar a gestão de pessoal e fiscalização. Participaram os Auditores de Controle Externo Gabriela de Medeiros Dias e Vinícius José Miranda Toscano de Brito Filho.

Imagem 53: Encontro de Orientações e Boas Práticas na Área de Pessoal



Fonte: relatórios internos

- III Seminário da ANOPREV. Realizado com o objetivo de disseminar saberes previdenciários em suas complexas dimensões, visando capacitar o público que atua com os RPPSs do Estado do RN. Participaram os Auditores de Controle Externo Evandro Nunes Franco e Ivone Vanuza Nogueira de Souza Gerab, e a Analista de Controle Externo Erica Kalinea Barbosa de Souza Brito Sales de Araújo.

Imagem 54: ANOPREV



Fonte: relatórios internos

Imagem 55: ANOPREV



Fonte: relatórios internos

- 58º Congresso da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM. Ambiente propício para adquirir conhecimentos sobre diversos temas que cercam os RPPS e conhecer mais sobre o assunto. Participou, pela DAP, a Auditora de Controle Externo Ivone Vanuza Nogueira de Souza Gerab.2

Imagem 56: ABIPEM



Fonte: relatórios internos

- IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas – CITC. Evento propício para fazer parte de uma nova face da governança pública. Participou o Auditor de Controle Externo Evandro Nunes Franco.

Imagem 57: CITC



Fonte: relatórios internos

#### 4.7.8 Perspectivas e planos para o próximo ano

A DAP continua buscando fortalecer a sua atuação frente aos desafios atuais de controle e fiscalização. Para o próximo ano, destacam-se como prioridades a implementação e universalização do SIAI-AP Concessões, o uso de soluções baseadas em inteligência artificial e o lançamento do SIAI-AP Admissões, além da implementação da atuação fundamentada em materialidade e risco, e consolidação da revisão dos processos de trabalho. Essas ações são estratégicas para aprimorar a eficiência, a tempestividade e a qualidade das análises realizadas pelo TCE-RN.

Reforça-se, assim, o compromisso institucional com a inovação, a melhoria contínua e a entrega de resultados relevantes à sociedade.

### 4.8 Diretoria de Instrução Processual e Controle de Decisões (DIP)

A Diretoria de Instrução Processual e Controle de Decisões (DIP) é responsável por planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à instrução técnica dos processos de controle externo, bem como ao acompanhamento e controle da execução das decisões proferidas pelos órgãos colegiados da Corte. Atua por meio de suas duas coordenadorias finalísticas — a Coordenadoria de Instrução Processual (CIP) e a Coordenadoria de Controle de Decisões (CCD) — assegurando que os processos sejam instruídos com rigor técnico, observância ao devido processo legal, ampla defesa e contraditório, e que as deliberações do Tribunal sejam corretamente cadastradas e monitoradas. O presente relatório expõe os principais resultados e avanços alcançados pela unidade ao longo do exercício de 2025.

#### 4.8.1 Atividades Realizadas

As atividades rotineiras da DIP compreendem a instrução de processos de controle externo voltadas ao exercício das competências de suas respectivas coordenadorias. No âmbito da CIP, a atuação envolve a instruções conclusivas, instruções em defesas e recursos e informações instrutivas. A CCD, a seu turno, realiza ações voltadas ao controle de decisões, especialmente quanto à gestão do cadastro de obrigações; protesto de títulos; acompanhamento de parcelamentos e de cobrança via desconto em folha de servidores públicos, bem como monitoramento de baixa complexidade de obrigações de fazer e não fazer.

Tabela 81: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SETOR	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Instrução de Processos de Controle Externo que se enquadram nas condições de exame, instrução e encaminhamento próprias da competência da Coordenadoria de Instrução Processual	CIP	1046	Concluído
Instrução de processos de controle externo próprios da competência da Coordenadoria de Controle de Decisões	CCD	3822	Concluído

Fonte: Área restrita- Relatório de informações digitadas.

Apesar de se tratar de um setor novo, fruto da reestruturação administrativa recente, a DIP apresentou índices expressivos de produtividade graças ao empenho e dedicação de toda equipe. No decorrer do ano, as metas fixadas no PFA das duas coordenações foram superadas, o que ensejou ampliação das metas inicialmente pactuadas.

#### 4.8.2 Projetos e Iniciativas Especiais

O início da operação da DIP foi marcado por uma série de desafios. A Diretoria ficou incumbida de dar tratamento ao acervo processual oriundo das Diretorias de Controle Externo extintas em decorrência da reestruturação administrativa. Além disso, o setor ficou com a tarefa de gerir das obrigações de pagar decorrentes de decisões do TCE/RN, o que impôs a adoção de medidas voltadas à otimização dos fluxos de trabalho e incremento da arrecadação.

Tabela 82: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SETOR	SITUAÇÃO ATUAL
Estudo e implementação de novos métodos de pagamento de débitos no TCE/RN	CCD	Em andamento
Tratamento do acervo processual oriundo das Unidades de Controle Externo extintas	CIP	Em andamento
Automatização das rotinas de trabalho da CCD	CCD	Concluído

Fonte: relatório interno da unidade

No primeiro trimestre de 2025, a CIP realizou o trabalho de instrução e encaminhamento de 2.558 processos de controle externo provenientes da estrutura administrativa anterior, que foram devidamente distribuídos às unidades técnicas de controle externo competentes, observando-se os critérios temáticos e de competência definidos na nova organização institucional.

A CCD empreendeu esforços na automatização das rotinas de trabalho. A notificação dos órgãos para cobrança de débitos por meio de desconto em folha é feita de forma eletrônica, assim como a informação do histórico de condenações frequentemente demandada pelos órgãos deliberativos.

A CCD também efetuou o registro nos sistemas de informação dos débitos suspensos por decisão judicial liminar e adotou providências para viabilizar o sobrestamento de cerca de 400 processos de execução alcançados por essas decisões.

Essa coordenadoria também empreendeu esforços para ampliação dos métodos de arrecadação de multas. Atualmente, encontra-se em curso a implantação da API BB Pay, ferramenta que possibilitará o pagamento de débitos imputados pelo TCE/RN por meio de PIX e cartão de crédito.

### 4.8.3 Projetos e Ações Estratégicas

As ações estratégicas planejadas pela DIP englobam projetos estruturantes voltados a padronização na atuação instrutória por meio da elaboração de manuais e guias. Também se destacam iniciativas voltadas ao aprimoramento dos sistemas de informação com o desenvolvimento dos Cadastros geridos pela Diretoria.

Tabela 83: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Desenvolvimento do Cadastro Geral de Multas	Concluído
Automatização de operações da DIP	Em andamento
Desenvolvimento do Cadastro Geral de Acompanhamento de Decisões	Concluído
Criação de Banco de Dados da DIP	Concluído
Validação dos painéis criados para o CGAD	Em andamento
Ajuste no Sistema de Processo para classificação de decisão	Não iniciado
Criação de Manuais e Guias Práticos	Em andamento
Capacitações e Webinários para Gestores Públicos	Não iniciado
Priorização na atuação em Processos de Maior Impacto	Em andamento
Monitoramento Contínuo e Feedback Rápido	Em andamento
Estruturação dos Processos Internos da CIP	Em andamento
Criação de Indicadores de Impacto das Defesas e Recursos Julgados	Em andamento
Aprimoramento das Técnicas de Instrução Processual	Em andamento
Laboratório de Inovação na Instrução Processual	Em andamento
Criação de Sistema de Boletos para Desconto em Folha de Pagamento.	Não iniciado

Fonte: registro no Atena.

No âmbito da CCD, houve a criação do Cadastro Geral de Acompanhamento de Decisões, com o registro de 1.379 obrigações e 745 recomendações a partir do uso de inteligência artificial. Também foi desenvolvido o Painel de Multas no Power BI do TCE/RN, voltado ao acompanhamento e controle das sanções pecuniárias aplicadas pelo Tribunal. Essas iniciativas visam dar concretude ao Cadastro Geral de Acompanhamento de Decisões de que trata o art. 431, IV do Regimento Interno do TCE/RN.

Ao longo do ano de 2025, a CIP priorizou decisivamente a redução do estoque de processos (estratégia de "pauta zero"), direcionando esforços humanos e operacionais para escoar o acervo e estabilizar o fluxo instrutório. Em razão desse foco, não houve alterações substanciais nos objetivos estratégicos delineados para o ano; as iniciativas estruturantes foram mantidas, com avanços pontuais e compatíveis com a prioridade conferida ao saneamento do estoque.

Quanto à padronização (manuais e guias), preservou-se o patamar de execução acumulada reportado desde o 2º trimestre. Com efeito, o manual destinado aos jurisdicionados permanece em fase final, aguardando ajustes para submissão à SECEX; por sua vez, o manual voltado aos servidores segue em desenvolvimento incremental, alimentado por achados instrutórios e lições aprendidas. De igual modo, a agenda de capacitações e webinários permanece condicionada à conclusão do manual-base, conservando-se em planejamento.

No que tange à priorização por impacto e risco, prosseguiu-se com a aplicação prática dos critérios de materialidade, relevância social e risco de prescrição, agora orientados, precipuamente, ao escoamento do acervo. Assim, os mecanismos de triagem e alerta concebidos no semestre anterior continuaram a subsidiar a tomada de decisão, sem expansão de escopo no período, em virtude da prioridade operacional.

Relativamente à inovação tecnológica (painéis e IA), o painel experimental de acompanhamento instrutório foi mantido em regime piloto, com ajustes de confiabilidade e catalogação de campos, ainda sem integração definitiva às bases institucionais. Além disso, os indicadores de impacto (tempo médio de tramitação, taxa de acatamento, efeitos nas decisões) permaneceram em refino metodológico, com elaboração de dicionário de dados para implantação no ciclo subsequente.

No âmbito do aprimoramento da instrução (checklist e automação de triagem), tanto o checklist padronizado quanto a triagem automatizada foram empregados de forma recorrente, conferindo celeridade e consistência às peças, notadamente nas classes com maior risco de prescrição; não obstante, não se introduziram novas funcionalidades no período.

Quanto ao alinhamento ao MMD-TC e ao QATC 05 (governança de processos), manteve-se a estruturação interna com vistas à edição de ato normativo e ao plano anual de metas e prazos. Nesse sentido, as ações de benchmarking com outros Tribunais de Contas foram preservadas de modo pontual, priorizando-se a consolidação de práticas aplicáveis sem abertura de novas frentes.

Por fim, no Laboratório de Inovação na Instrução Processual, as trocas técnicas com auditores de outras unidades e Cortes de Contas foram mantidas, embora em agenda reduzida, com foco em denúncias e representações. Ademais, o pacote de boas práticas para a análise de defesas e recursos em contas de governo segue em reta final, com consolidação prevista para o próximo trimestre.

Em conclusão, o ano de 2025 confirmou a opção estratégica pelo atingimento de metas de redução do acervo, condição necessária para, no ano de 2026, retomar o cronograma de entregas das iniciativas estruturantes (manuais, indicadores, integração de painéis e capacitações) com maior estabilidade operacional e previsibilidade, preservando-se os objetivos do Plano e reforçando a trajetória rumo à "pauta zero".

#### 4.8.4 Boas Práticas e Inovações

No exercício de 2025, a CIP desenvolveu e implementou uma rotina de Orientação e Padronização da Documentação Instrutória, alinhado à NBASP 100 (Princípio 42), com o objetivo de qualificar as Instruções Técnicas produzidas pelas unidades de fiscalização e assegurar que os processos encaminhados à CIP, na fase de análise das razões de defesa ou recurso contenham documentação suficiente, clara e rastreável.

Trata-se de prática com alto potencial de replicação interna, por ser transversal e aplicável a quaisquer unidades que produzam instruções técnicas destinadas a subsidiar fases posteriores do processo de controle externo, sem prejuízo da autonomia técnica dos auditores. Do mesmo modo, apresenta potencial de replicação externa, ao enfrentar desafio comum aos Tribunais de Contas relacionado à padronização mínima da documentação instrutória e à melhoria da qualidade decisória.

No período, a Coordenadoria de Controle de Decisões adotou Tecnologia da Informação e Inteligência Artificial para automatizar seus procedimentos, abrangendo a verificação de antecedentes, a identificação de vínculos para viabilizar descontos em folha e a análise de dados em atividades específicas da DIP, como a identificação de processos alcançados por decisões judiciais relativas a débitos imputados no TCE/RN por meio de consultas sistemáticas ao banco de dados da instituição.

#### 4.8.5 Dificuldades e Riscos Enfrentados

A DIP iniciou seus trabalhos em 2025 e seu principal desafio foi desenvolver e consolidar metodologias de trabalho e, ao mesmo tempo, garantir níveis de produtividade compatíveis à alta demanda do setor para evitar o acúmulo de processos em estoque.

Como medidas de mitigação, a CIP adotou a padronização progressiva de procedimentos, a elaboração de modelos instrutórios, a realização de discussões técnicas internas e o uso de ferramentas de apoio, inclusive soluções baseadas em inteligência artificial, voltadas à organização da informação e à racionalização do trabalho. Essas iniciativas permitiram superar gradativamente as limitações iniciais e estabilizar os fluxos ao longo do exercício.

Dentre as dificuldades encontradas no âmbito do acompanhamento de decisões estão as demandas corriqueiras de suporte de TI referentes ao sistema Área Restrita. Vislumbra-se que tal cenário se resolverá em versões futuras do sistema do TCE/RN.

Outra dificuldade refere-se à impossibilidade de registro de benefícios potenciais em conformidade com a Resolução 27/2021, uma vez que o sistema disponibilizado para esse fim apresenta diversas falhas.

Também foram encontradas diversas inconsistências no sistema de classificação de decisões que deverão ser solucionadas por meio de ação prevista no PAE a ser desenvolvida em conjunto com a SETIC.

#### 4.8.6 Participação em curso e eventos

A equipe da DIP participou de diversas capacitações oferecidas pela Escola de Contas, merecendo destaque os cursos com temáticas de responsabilização de agentes públicos e inteligência artificial.

#### 4.8.7 Perspectivas e planos para o próximo ano

Para o próximo exercício a CCD pretende aprimorar os Cadastro Geral de Acompanhamento de Decisão (CGAD), em especial os Cadastro Geral de Multas (CGM) e Cadastro Geral de Recomendações (CGR).

Também vai contribuir com a implementação de meios de arrecadação com o BBPay, sistema que permite que os responsáveis paguem suas multas perante o TCE via PIX e Cartão de Crédito.

Além disso serão adotadas medidas para o aperfeiçoamento do controle e acompanhamento dos débitos pagos por meio de desconto e folhas e inscritos em dívida ativa. Outro aspecto a ser implementado consiste na quantificação automática dos benefícios potenciais e efetivos decorrentes de decisões do TCE no âmbito das competências desta Diretoria.

A atuação da CIP em 2026 será orientada por dois eixos principais. O primeiro eixo diz respeito à qualificação metodológica da análise de defesas e recursos, com foco no aprimoramento dos critérios técnicos aplicados a matérias sensíveis ao julgamento, tais como prescrição, nulidades processuais, dosimetria de sanções, medidas cautelares, soluções de encaminhamento e pesquisa sistemática de jurisprudência. Essa iniciativa visa conferir maior uniformidade, previsibilidade e segurança jurídica às manifestações técnicas submetidas ao Colegiado.

O segundo eixo consistirá no monitoramento sistemático dos julgamentos e no aprendizado institucional, mediante o acompanhamento das sessões do Tribunal, o registro estruturado dos resultados decisórios e a análise das convergências e divergências em relação às manifestações técnicas das unidades técnicas de controle externo. Tal estratégia permitirá retroalimentar a instrução processual, ajustar metodologias e fortalecer o papel da Coordenadoria como unidade de suporte técnico qualificado às demais unidades técnicas.

## 4.9 Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIC)

Recentemente criada pela Lei Complementar Estadual nº 796, de 31 de outubro de 2025, e regulamentada pela Resolução nº 039/2025, de 17 de dezembro de 2025, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TCE/RN (SETIC) é responsável pela gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal, além de promover a inovação, a segurança, a eficiência e a integração dos sistemas e serviços digitais, em consonância com o planejamento estratégico e as políticas traçadas pela Gestão.

Integram a SETIC as seguintes unidades administrativas:

**Assessoria Administrativa** - Desempenha funções de apoio técnico-administrativo à gestão da Secretaria, atuando na organização e acompanhamento de processos administrativos, no suporte ao planejamento e à execução de contratações, na gestão documental e na articulação com as demais unidades do Tribunal. Sua atuação visa assegurar maior eficiência operacional, conformidade administrativa, padronização de procedimentos e alinhamento das atividades administrativas aos objetivos institucionais do TCE-RN.

**Coordenadoria de Governança, Aquisições e Contratos de TIC** - É responsável por apoiar a SETIC na definição de políticas, metodologias e planos de Tecnologia da Informação e Comunicação, promovendo a cultura e a maturidade de governança de TIC, atuando como facilitadora em Comitês da área e monitorando indicadores para contribuir com as metas institucionais. Também coordena e propõe aquisições e contratações de bens e serviços de TIC em alinhamento ao planejamento anual, acompanha a execução orçamentária de TIC, oferece suporte aos gestores de contratos e executa demais atividades relacionadas às suas competências.

**Coordenadoria de Suporte e Manutenção de TIC** - Atua no atendimento inicial (1º e 2º níveis) aos usuários de TIC, realizando a abertura e o registro de chamados, além de repassar orientações sobre o uso adequado de sistemas e equipamentos de TIC. É responsável pela manutenção preventiva e corretiva do parque tecnológico, e pela elaboração de recomendações e relatórios técnicos direcionados às demais unidades técnicas da SETIC, com fundamento nos registros de incidentes e problemas e executa demais atividades relacionadas às suas competências.

**Diretoria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação** - É responsável por planejar, administrar e padronizar a infraestrutura de TIC do Tribunal, assegurando a qualidade, disponibilidade e segurança dos serviços. Atua na proposição e execução de políticas e ações de segurança da informação e cibersegurança, na gestão de contratações relacionadas à sua área de competência e na manutenção de procedimentos de *backup*, *restore* e contingência. Também realiza monitoramento contínuo da infraestrutura, administra e otimiza bancos de dados e demais ativos tecnológicos, e executa projetos de modernização em alinhamento ao planejamento estratégico, além de realizar atendimentos de suporte (3º nível) aos usuários. Integram a DINFRA duas unidades administrativas: a Coordenadoria de Cibersegurança e Operação de Datacenter e a Coordenadoria de Tecnologia de Comunicação,

Operação de Redes e Apoio a Sessões.

**Diretoria de Projetos e Sustentação de Sistemas** - É responsável por planejar, gerenciar e monitorar o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas de informação do Tribunal, adotando métodos ágeis e práticas colaborativas para otimizar processos institucionais. Atua na identificação de oportunidades de automação, na definição e evolução de metodologias e arquiteturas de desenvolvimento, e no acompanhamento do uso de padrões técnicos. Também garante que os sistemas atendam a requisitos de segurança, padronização e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados. Além disso, mantém o portfólio de sistemas atualizado, classifica-os segundo critérios de criticidade e alinhamento estratégico e define padrões de qualidade para seu desenvolvimento e sustentação, desempenhando ainda outras atividades pertinentes às suas competências. Integram a DPSS as seguintes unidades administrativas: a Coordenadoria de Processo Eletrônico e Sistemas Administrativos e a Coordenadoria de Sistemas Finalísticos.

**Diretoria de Inovação Tecnológica** - Atua na promoção da transformação digital do Tribunal, coordenando iniciativas de inovação, uso estratégico de tecnologias emergentes e fortalecimento da cultura orientada a dados, com foco no desenvolvimento de soluções que ampliem a eficiência institucional, modernizem os fluxos de trabalho e apoiem o processo decisório. Nesse contexto, a Diretoria engloba o desenvolvimento de soluções de inteligência artificial, automação e análise de dados, bem como pela disponibilização de informações estratégicas que subsidiam o planejamento, o monitoramento institucional e a tomada de decisões.

Diante desse cenário, este relatório apresenta os principais resultados obtidos por esta Secretaria e unidades técnicas subordinadas ao longo do ano de 2025.

#### 4.9.1 Atividades Realizadas

A SETIC desenvolveu, ao longo do exercício, um conjunto de atividades voltadas à sustentação dos serviços tecnológicos, ao aprimoramento da governança de TI e ao atendimento das demandas institucionais do TCE-RN. As ações contemplaram tanto rotinas operacionais quanto iniciativas de melhoria contínua, com foco na eficiência, segurança da informação e modernização tecnológica.

A seguir, apresentam-se as principais atividades/ações e a situação de cada uma delas ao término de 2025.

Tabela 84: Atividades Realizadas – ano-base 2025.

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
<b>AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES</b>		
RENOVAÇÃO DE LICENÇAS DO ZOOM	02	Concluído
AQUISIÇÃO CERTIFICADOS WILDCARD (TCE.RN.GOV.BR E TCERN.TC.BR)	02	Concluído
AQUISIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAL (EM NUVEM) E-CPF, A3, BIRD ID	30	Concluído
AQUISIÇÃO DE CONTAS GOOGLE WORKSPACE	44	Concluído
AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA NOBREAKS	160	Concluído
AQUISIÇÃO DE KITS DE TECLADO E MOUSE	30	Concluído
AQUISIÇÃO DE LICENÇAS POWER BI PRO	02	Concluído
AQUISIÇÃO DE NOBREAKS 700VA	100	Concluído
AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO DE LICENÇAS AUTODESK AUTOCAD	02	Concluído
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENVIO E GERENCIAMENTO DE E-MAILS EM MASSA	01	Concluído
RENOVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET	01	Concluído
AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO DA SOLUÇÃO DE BACKUP	01	Concluído
AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO DE LICENÇAS ADOBE CREATIVE CLOUD	03	Concluído
AQUISIÇÃO DE KIT STARLINK E PLANO DE ACESSO À INTERNET	01	Concluído
AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO BIBLIOTECA SDK ASSINATURA DIGITAL WEBPKI	01	Concluído
CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO DE SERVIÇO MULTICLOUD PARA MODELOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	01	Concluído
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE EDIÇÃO DE IMAGENS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – CAPCUP PRO	01	Concluído
RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS COM RFB/SERPRO (B-CADASTROS)	01	Concluído
AQUISIÇÃO DE SSD	37	Concluído
AQUISIÇÃO DE PENDRIVES	10	Concluído
AQUISIÇÃO PACOTE MS OFFICE 365	416	Concluído
AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO DATACENTER – SOLUÇÃO HIPERCONVERGÊNCIA	01	Em andamento
AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO DA SOLUÇÃO DE FIREWALL	01	Em andamento
AQUISIÇÃO DE FONES DE OUVIDO	100	Em andamento
AQUISIÇÃO DE FONES DE WEBCAMS	100	Em andamento
AQUISIÇÃO DE SWITCHES PARA ATUALIZAÇÃO DA REDE INTERNA	72	Em andamento
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE TI	01	Em andamento
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENVIO DE MENSAGENS POR WHATSAPP BUSINESS	01	Em andamento
AQUISIÇÃO DE LICENÇAS MICROSOFT SQL SERVER	02	Em andamento
SALA SEGURA PARA O DATACENTER	01	Em andamento
<b>ATENDIMENTOS</b>		
Nova Funcionalidade (Sistemas)	122	Concluído
Atendimento Técnico	7.782	Concluído
Outros	172	Concluído

Alteração de Dados (Sistemas)	826	Concluído
Correção (Sistemas)	979	Concluído
Infraestrutura	1.240	Concluído
Melhorias (Sistemas)	507	Concluído
<b>DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS</b>		
SIAI FISCAL 2025 (aprimoramento)	01	Concluído
INTRATCE – NOTÍCIAS E BANNERS (novo)	01	Concluído
PRONTUÁRIO ELETRÔNICO - MÓDULO PSICOLOGIA (novo)	01	Concluído
SIAI GESTÃO DE RISCOS - PORTAL CONTROLE INTERNO (novo)	01	Concluído
SISPPFA 3.0 (aprimoramento)	01	Concluído
PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DO PFA (aprimoramento)	01	Concluído
PAINEL DE EMENDAS PARLAMENTARES (novo)	01	Concluído
SISBENEFÍCIOS (aprimoramento)	01	Concluído
E-CONTAS – MÓDULO COMUNICAÇÃO PROCESSUAL (novo)	01	Concluído
CARTA DE SERVIÇOS OUVIDORIA (novo)	01	Concluído
CONSULTA DE JURISPRUDÊNCIA (novo)	01	Concluído
SISDOCS - MÓDULO DIÁRIO OFICIAL (novo)	01	Concluído
SIAI OBRAS 2.0 (aprimoramento)	01	Concluído
HOTSITE GAEPE (novo)	01	Concluído
HOTSITE LGPD (novo)	01	Concluído
INTRATCE – AUXÍLIOS (novo)	01	Concluído
SISTEMA ATENA (aprimoramento)	01	Concluído
INTRATCE – TELETRABALHO (novo)	01	Concluído
ADELIA CHAT 1.0 (novo)	01	Concluído
ADELIA JURIS (novo)	01	Concluído
SISTEMA SOFIA (aprimoramento)	01	Concluído
EMENDAS PARLAMENTARES – COLETA (novo)	01	Em andamento
DESESTATIZAÇÃO – COLETA (novo)	01	Em andamento
REFORMULAÇÃO DAS BAIXAS DE PAGAMENTO DA PGE (aprimoramento)	01	Em andamento
INTEGRAÇÃO BB PAY (novo)	01	Em andamento
CONTAS DE GOVERNO - RECEBIMENTO DE DEFESAS (novo)	01	Em andamento
SIAI ADMISSÕES – SIAI PESSOAL (aprimoramento)	01	Em andamento
SIAI QUADRO – SIAI PESSOAL (aprimoramento)	01	Em andamento
SIAI FISCAL – INTEGRAÇÃO STN (novo)	01	Em andamento
INTRATCE- REQUERIMENTO FUNCIONAL (novo)	01	Em andamento
PROCESSO ELETRÔNICO - MÓDULO GABINETES (novo)	01	Em andamento
PROCESSO ELETRÔNICO - MÓDULO DE SESSÕES (novo)	01	Em andamento
PAINEL - MONITORAMENTO DE INDICADORES DE PP (novo)	01	Em andamento
GPS-CONTAS (novo)	01	Em andamento
PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO – CONJUR (novo)	01	Em andamento
PAINEL DE DADOS DE PESSOAL – SG (novo)	01	Em andamento
ADELIA CHAT 2.0 (novo)	01	Em andamento
ADELIA GABINETES (novo)	01	Em andamento

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Em resumo, foram realizadas aquisições, renovações de contratos e novas contratações de TI envolvendo aproximadamente R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Além disso, a SETIC entregou aos usuários 14 (quatorze) novas ferramentas eletrônicas. Também foram concluídos os aprimoramentos em 7 (sete) ferramentas eletrônicas existentes. Ainda em 2025 foram despendidos esforços no desenvolvimento de outras 17 ferramentas eletrônicas, com previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2026.

No que se refere ao suporte aos usuários internos, foram realizados pela SETIC, aproximadamente, 11.000 (onze mil) atendimentos no exercício de 2025. Destacam-se os atendimentos técnicos, tais como: esclarecimentos e dúvidas dos usuários internos; configuração de equipamentos institucionais para uso do trabalho remoto; manutenção dos ativos hospedados no parque tecnológico; instruções de usabilidade dos novos sistemas e módulos computacionais implantados; suporte em eventos como Encontros Regionais e demais cursos e eventos promovidos pelo TCE; bem como configurações e instalações das ferramentas de trabalho colaborativas Microsoft 365 (M365).

#### 4.9.2 Projetos e Iniciativas Especiais

No exercício de 2025, a então Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) passou por um importante processo de transição organizacional, culminando, ao final do período, em sua transformação em Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), contendo três diretorias subordinadas. Além disso, foram criadas 20 (vinte) novas vagas de Analista Administrativo na especialidade Tecnologia da Informação, que serão preenchidas por meio de Concurso Público.

Dentro desse contexto de reestruturação e fortalecimento da área, também foi criado o primeiro Plano Anual de Capacitação em TI, onde 100% dos servidores lotados na SETIC foram contemplados.

Essas mudanças representaram um marco na consolidação da governança de tecnologia no âmbito do TCE-RN, fortalecendo o posicionamento estratégico da área e preparando a unidade para novos desafios institucionais.

#### 4.9.3 Projetos e Ações Estratégicas

As Diretorias vinculadas à SETIC desenvolveram e acompanharam projetos especiais voltados à evolução da governança de TIC, à inovação tecnológica, à ampliação da infraestrutura e à melhoria contínua dos sistemas institucionais.

A tabela a seguir consolida os principais projetos especiais das três Diretorias, com indicação do estágio de execução no período.

Tabela 85: Portfólio de Projetos no período.

PROJETO	SITUAÇÃO ATUAL
REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Concluído
MELHORAR A TRANSPARÊNCIA DO ANDAMENTO DOS PROJETOS E DOS ATENDIMENTOS DE SUPORTE E SUSTENTAÇÃO	Concluído
<b>MODERNIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE (MICROSOFT 365)</b>	Em andamento
ELABORAÇÃO DE NOVO CATÁLOGO DE SERVIÇOS DE TI	Em andamento
IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE CONTINUIDADE DE SERVIÇOS DE TI (SITE BACKUP EM COLOCATION)	Em andamento
ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE TI	Em andamento
IMPLANTAÇÃO DO FRAMEWORK CIS CONTROLS E MONITORAMENTO DE SI	Em andamento
REVISÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	Em andamento
SISTEMATIZAÇÃO DA OBSERVABILIDADE/MONITORAMENTO DE SISTEMAS CRÍTICOS	Em andamento
PADRONIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS BANCOS DE DADOS	Em andamento
AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA HIPERCONVERGENTE, REDE E BACKUP	Em andamento
IMPLANTAÇÃO DE SALA SEGURA DE TI (DATACENTER) E RESTRUTURAÇÃO DO BACKBONE	Em andamento
INSTITUCIONALIZAR PLATAFORMA DE ENGENHARIA	Em andamento
REVISÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DE PROJETOS APLICADA AO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DO TCE/RN	Em andamento
DESENVOLVER PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES	Em andamento
<b>ESTABELECIMENTO DE MÉTODO OPERACIONAL PADRONIZADO PARA PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE TI</b>	Em andamento

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Ainda que a nova configuração institucional tenha ocorrido nos últimos meses de 2025, o período foi marcado por ações preparatórias, ajustes internos e iniciativas de melhoria contínua, que contribuíram para alinhar a atuação da unidade aos objetivos estratégicos do TCE-RN, reforçando seu papel como área essencial para o fortalecimento do controle externo e da entrega de valor à sociedade.

### 4.9.4 Resultados e Indicadores

A SETIC teve participação direta em 6 (seis) indicadores do Portfólio de Indicadores Estratégicos e Tático-Operacionais, conforme tabela a seguir.

Tabela 86: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Percentual de projetos de TI voltados ao apoio das unidades de Controle Externo	Porcentagem	≥ 65%	50%	Medir se o esforço dos recursos de TIC estão sendo destinado à área finalística do Tribunal.
Índice de disponibilidade dos sistemas críticos	Porcentagem	≥ 96%	94,17%	Medir a disponibilidade dos sistemas críticos.
Taxa de redução dos incidentes de sistemas críticos em relação ao período anterior	Porcentagem	≥ 5%	18,9%	Medir se o número de incidentes em sistemas críticos está reduzindo.
Índice de Aquisições/Contratações de TI Realizadas	Porcentagem	≥ 85%	86%	Medir o alcance das metas planejadas em aquisições/contratações de TIC.
Índice de Atendimento de Chamados	Porcentagem	≥ 80%	96,89%	Medir se os chamados dos usuários de TIC estão sendo atendimentos.
Índice de Execução do PSI/TI	Porcentagem	≥ 80%	88%	Medir se o que foi planejado no PSI/TI está sendo cumprido.

Fonte: relatório interno da unidade / sistema GLPI / registro no ATENA.

No período avaliado, os indicadores de Tecnologia da Informação apresentaram resultado global positivo, com cumprimento ou superação de quatro das seis metas estabelecidas, evidenciando evolução da governança e da eficiência dos serviços de TIC. Destacam-se o elevado Índice de Atendimento de Chamados (96,89%), a execução satisfatória do PSI/TI (88%), o cumprimento do planejamento de aquisições de TI (86%) e a expressiva redução de incidentes em sistemas críticos (18,9%), acima do patamar esperado. Os desvios observados referem-se ao percentual de projetos de TI voltados às unidades de Controle Externo (50%) e ao índice de disponibilidade dos sistemas críticos (94,17%), impactados pela priorização de demandas estruturantes, manutenções corretivas e limitações de infraestrutura.

Para mitigação, foram definidas ações de reequilíbrio do portfólio de projetos, fortalecimento da manutenção preventiva, revisão dos planos de contingência e modernização gradual dos ambientes tecnológicos, assegurando o alinhamento das atividades de TIC aos objetivos institucionais.

### 4.9.5 Boas Práticas e Inovações

Destaca-se a criação do núcleo especializado em aquisições e contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação (posteriormente transformado em coordenação), trazendo maior agilidade, padronização e eficiência no planejamento e execução dos processos de aquisição e contratação de TIC.

Também foi criada uma Diretoria específica para atuar com automação e inovações tecnológicas, com foco na utilização de soluções com uso de Inteligência Artificial.

#### 4.9.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

Em 2025, a SETIC enfrentou um cenário desafiador marcado pela elevada demanda reprimida por modernização da infraestrutura tecnológica do Tribunal. Diversos projetos estruturantes precisavam ser executados em um curto intervalo de tempo, impondo a necessidade de realizar múltiplas iniciativas simultaneamente. Esse esforço ocorreu em um contexto de capacidade operacional limitada e de uma estrutura organizacional que já não acompanhava o ritmo de evolução tecnológica exigido pelo Tribunal, configurando um dos maiores desafios do período.

Para superar essas limitações e mitigar os riscos associados à continuidade dos serviços de TIC, a alta gestão adotou medidas estratégicas fundamentais. Entre elas, destacou-se a reestruturação da unidade técnica responsável pela gestão de Tecnologia da Informação, que passou a atuar como Secretaria vinculada diretamente à Presidência, reforçando o protagonismo institucional da área. Soma-se a isso a criação, por Lei, de 20 (vinte) vagas de Analistas Administrativos – Especialidade Tecnologia da Informação (a serem preenchidas por Concurso Público em 2026), iniciativa essencial para ampliar a força de trabalho, fortalecer competências internas e garantir a execução qualificada dos projetos prioritários.

Essas ações estruturantes forneceram o alicerce necessário para enfrentar os desafios de 2025 e estabeleceram bases sólidas para que a SETIC siga avançando de forma sustentável, eficiente e alinhada às necessidades estratégicas do Tribunal de Contas do Estado.

#### 4.9.7 Participação em curso e eventos

No exercício de 2025, a SETIC promoveu a participação de seus servidores em cursos e eventos selecionados com base em critérios de aderência às demandas institucionais e alinhamento às diretrizes estratégicas do Tribunal, tendo como documento norteador o Plano de Capacitação em Tecnologia da Informação do TCE/RN.

- **Curso de Contratação de Soluções de TI, de acordo com a nova lei de licitações e a jurisprudência do TCU.**

Realizado em Brasília/DF, no período de 9 a 11 de julho de 2025, com foco no planejamento, contratação e gestão de soluções de TIC à luz da Lei nº 14.133/2021, da IN nº 94/2022 e da jurisprudência do TCU, destacando boas práticas e mitigação de riscos nas contratações públicas.

Imagem 58: Curso de Contratação de Soluções de TI



Fonte: relatórios internos

• **ENASTIC Controle – 1ª edição do Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação das Instituições de Controle.**

Evento nacional promovido pelo TCU, realizado em Brasília, no período de 13 a 15 de agosto de 2025, com foco em inovação, governança e uso estratégico da tecnologia nas instituições de controle.

Imagem 59: ENASTIC



Fonte: relatórios internos

• **Curso de Aperfeiçoamento em Arquitetura e Desenvolvimento de Sistemas de Grande Porte.**

Capacitação online, iniciada em outubro de 2025, abrangendo os temas SRE, monitoramento e observabilidade, segurança de APIs, Vault, autenticação, Keycloak e testes automatizados, voltados à melhoria da qualidade, confiabilidade e escalabilidade dos sistemas institucionais.

• **DevOpsDay 2025 – São Paulo.**

Evento realizado em 22 de novembro de 2025, em São Paulo/SP, voltado à disseminação da cultura DevOps, integração entre desenvolvimento e operações e adoção de práticas colaborativas para entrega contínua de soluções tecnológicas.

Imagem 60: DevOpsDay 2025



Fonte: relatórios internos

• **Encontro da Rede de Secretários de Tecnologia da Informação**

Durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, a Rede de Secretários de Tecnologia da Informação (STI) da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) se reuniu para elaboração da minuta de Nota Recomendatória com diretrizes para o uso responsável e inovador da Inteligência Artificial Generativa (IAG) no âmbito dos tribunais de contas do país.

Imagem 61: Encontro da Rede de Secretários de Tecnologia da Informação



Fonte: relatórios internos

### 4.9.8 Perspectivas e planos para o próximo ano

O ano de 2026 se inicia com uma agenda estratégica robusta para a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), orientada pelo compromisso de garantir maior segurança, modernização e eficiência aos serviços tecnológicos que sustentam as atividades institucionais do TCE/RN. As ações definidas para o próximo ciclo refletem prioridades claras voltadas à proteção de dados, à evolução dos sistemas corporativos e à melhoria contínua da infraestrutura tecnológica, assegurando que o Tribunal avance de forma consistente na transformação digital.

**a) Infraestrutura e Segurança da Informação**

Para 2026, a SETIC priorizará iniciativas estruturantes que ampliam a resiliência, a continuidade dos serviços e a proteção do ambiente tecnológico:

- **Implantação e operacionalização da nova Sala Segura do Datacenter**, garantindo melhores condições físicas, controle de acesso e conformidade com boas práticas de segurança e disponibilidade.
- **Modernização da infraestrutura audiovisual do auditório**, permitindo eventos institucionais mais dinâmicos, com melhor qualidade de transmissão e gravação.
- **Contratação de um Centro de Operações de Segurança (SOC)**, serviço especializado que reforçará a prevenção, detecção e resposta a incidentes cibernéticos, elevando significativamente o nível de proteção do Tribunal.
- **Implantação do Site Backup (Disaster Recovery)**, assegurando continuidade dos serviços essenciais em caso de indisponibilidade do Datacenter principal. Essas ações fortalecem diretamente a governança tecnológica, mitigam riscos e garantem um ambiente mais seguro para o processamento das informações estratégicas do TCE/RN.

#### **b) Sistemas, Automação e Inovação**

O ano também será marcado por importantes entregas de sistemas que ampliam a capacidade de atendimento às áreas finalísticas e às demandas internas:

- **Implantação do e-Contas**, novo sistema de processo eletrônico, que trará maior eficiência, transparência e integração ao fluxo processual.
- **Implantação da versão 2.0 do ADELIA**, evolução do ecossistema de Inteligência Artificial do Tribunal, acompanhada da regulamentação oficial do uso de IA no TCE/RN, promovendo segurança jurídica e inovação responsável.
- **Desenvolvimento e implantação de um aplicativo institucional (APP)**, ampliando a mobilidade e a facilidade de acesso às informações e serviços do Tribunal.
- **Reformulação do site institucional ([www.tce.rn.gov.br](http://www.tce.rn.gov.br))**, com foco em modernização visual, acessibilidade, usabilidade e melhor experiência para o cidadão.
- **Execução de pelo menos 90% dos projetos previstos no PSI/TI**, reforçando o compromisso com o planejamento estratégico e a entrega de valor institucional.

Essas iniciativas contribuem diretamente para a modernização dos serviços oferecidos aos jurisdicionados, servidores e sociedade, além de fortalecer o posicionamento do TCE/RN como um tribunal inovador e alinhado às tecnologias emergentes.

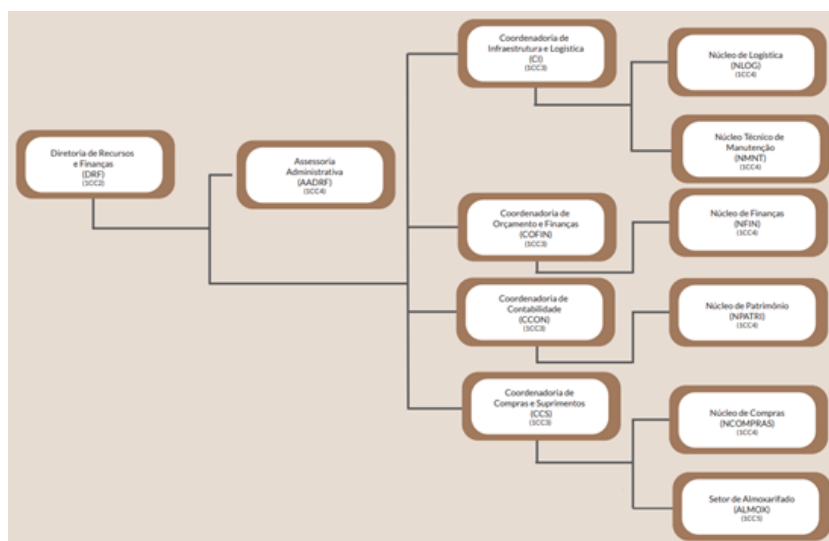
## 4.10 Diretoria de Recursos e Finanças (DRF)

A Diretoria de Recursos e Finanças é responsável pela coordenação das funções de gestão administrativa, contábil, financeira, orçamentária, de infraestrutura, logística, de compras e suprimentos.

Integram esta Diretoria as seguintes unidades:

- a) Assessoria Administrativa – AADRF;
  - b) Coordenadoria de Infraestrutura e Logística – CI;
    - i. Núcleo de Logística - NLOG
    - ii. Núcleo Técnico de Manutenção - NMNT
  - c) Coordenadoria de Orçamento e Finanças – COFIN;
    - i. Núcleo de Finanças - NFIN
  - d) Coordenadoria de Contabilidade – CCON;
    - i. Núcleo de Patrimônio - NPATRI
  - e) Coordenadoria de Compras e Suprimentos – CCS.
    - i. Núcleo de Compras - NCOMPRAS
- Setor de Almoxarifado - ALMOX

Figura 4: Organograma da Diretoria de Recursos e Finanças (DRF)



Fonte: Relatórios Internos

### 4.10.1 Atividades Realizadas

No exercício de 2025 dentre as diversas atividades desenvolvidas por esta Diretoria, destacamos as seguintes:

- Realização dos processos de contratações diretas de compras de materiais de consumo e de bens patrimoniais e de contratação de serviços do Tribunal de Contas, observando o disposto no Documento de Formalização da Demanda, nos Estudos Técnicos Preliminares, quando for o caso, no Termo de Referência ou Projeto Básico e na Pesquisa de Preços, peças de planejamento que detalham os padrões, especificações e quantitativos, as quais são elaboradas pelas unidades requisitantes;
- Atualização do cadastro de fornecedores;

- Execução, consolidação e análise de cotações de preços de materiais de consumo, bens patrimoniais e serviços, identificando a melhor proposta para o Tribunal de Contas;
- Gerenciamento dos suprimentos individuais empenhados, em nome dos servidores lotados na unidade, destinados à realização de despesas de pronto pagamento;
- Apoio a outras unidades do Tribunal que demandem pequenos serviços, com despesas de pronto pagamento mediante a ação do agente suprido;
- Alimentação dos sistemas de TI, relacionados à aquisição de materiais e serviços utilizados no Tribunal de Contas;
- Recebimento de materiais de consumo e conferência destes para armazenagem correta;
- Orientação aos setores do tribunal para o desenvolvimento dos instrumentos de contratação de acordo com a Lei nº 14.133/2021: documento de formalização da demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência e pesquisa mercadológica;
- Execução de ações punitivas e preventivas que visam à conservação e manutenção do edifício sede desta Corte de Contas;
- Elaboração de relatórios contábeis e demonstrativos fiscais para garantir transparência e acompanhamento da situação patrimonial e financeira deste Tribunal;
- Atividades relacionadas à gestão patrimonial, tais como realização do inventário de bens, doação e/ou descarte de bens obsoletos ou com necessidade de reparos considerados antieconômicos às instituições credenciadas;
- Execução orçamentária e financeira das despesas necessárias à manutenção deste Tribunal.

#### 4.10.2 Resultados e Indicadores

Tabela 87: Resultado Orçamentário, Financeiro e Patrimonial no Período

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO ATUALIZADO (R\$)	EMPENHADO NO PERÍODO (R\$)	LIQUIDADO NO PERÍODO (R\$)
Pessoal - ativos	106.422.000,00	103.494.785,90	103.453.077,03
Pessoal - inativos *1	0,00	0,00	0,00
Custeio	45.345.351,58	39.153.077,34	35.046.375,94
Investimento - outros serviços <u>terc.</u>	0,00	0,00	0,00
Investimento - serviço de tec. da informática e comunicação PJ	689.000,00	320.000,00	0,00
Investimento - obras	4.131.413,28	792.413,28	146.143,41
Investimento - - equipamentos	17.495.235,14	12.011.879,54	7.078.512,23
<b>TOTAL</b>	<b>174.083.000,00</b>	<b>155.772.156,06</b>	<b>145.724.108,61</b>

Fonte: Diretoria de Recursos e Finanças

\* 1 O valor total de pessoal inativo não se encontra consolidado no orçamento do TCE-RN (R\$ 72.335.589,04).

\* 2 O valor do orçamento atualizado corresponde ao total orçado para despesa com pessoal das fontes: 500 (R\$ 103.746.000,00) e 501 (R\$ 2.676.000,00).

Tabela 88: Resultado Orçamentário, Financeiro e Patrimonial (Resumo) no Período

DESCRIÇÃO	R\$
Dotação Orçamentária	174.083.000,00
Despesas Empenhadas *	155.772.156,06
Despesas Liquidadas	145.724.108,61
Despesas Pagas	145.447.426,28

Fonte: Diretoria de Recursos e Finanças

\*1 As despesas empenhadas correspondem ao total de empenhos globais, estimativos e ordinários registrados no período.

Tabela 89: Recursos Orçamentários e Financeiros

DESPESAS	DOTAÇÃO (R\$)	EMPENHADA	A EMPENHAR	
		(R\$)	(R\$)	
		NO ANO		
Fonte 500	Pessoal	103.746.000,00	103.494.785,90	251.214,10
	Custeio	40.181.351,58	38.653.825,01	1.527.526,57
	Investimento	12.607.648,42	12.607.648,42	0,00
<b>Total 1</b>	<b>156.535.000,00</b>	<b>154.756.259,33</b>	<b>1.778.740,67</b>	
Fonte 759	Custeio	2.489.000,00	0,00	2.489.000,00
	Investimento	369.000,00	0,00	369.000,00
<b>Total 2</b>	<b>2.858.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.858.000,00</b>	
Fonte 501	Pessoal	2.676.000,00	0,00	2.676.000,00
	Custeio	2.675.000,00	499.252,33	2.175.747,67
	Investimento	9.339.000,00	516.644,40	8.822.355,60
<b>Total 3</b>	<b>14.690.000,00</b>	<b>1.015.896,73</b>	<b>13.674.103,27</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>174.083.000,00</b>	<b>155.772.156,06</b>	<b>18.310.843,94</b>	

Fonte: Diretoria de Recursos e Finanças

(\*) as despesas empenhadas correspondem ao total de empenhos globais, estimativos e ordinários registrados no período.

Tabela 90: Recursos Orçamentários e Financeiros (Resumo)

DESCRIÇÃO	R\$
Empenhado	155.772.156,06
Liquidado	145.724.108,61
Pago	145.447.426,28
	%
Percentual Pago em Relação ao Empenhado (%)	93,37%

Fonte: Diretoria de Recursos e Finanças

Tabela 91: Execução Orçamentária por Elemento de Despesa(R\$)

NATUREZA	ORÇAMENTO AUTORIZADO	ORÇAMENTO ATUALIZADO	2025			
			VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	
<b>3</b>	DESPESAS CORRENTES	149.213.351,58	149.213.351,58	142.647.863,24	138.499.452,97	138.222.770,64
<b>31</b>	PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	110.922.000,00	106.422.000,00	103.494.785,90	103.453.077,03	103.234.865,31
<b>3190</b>	APLICAÇÕES DIRETAS	96.056.000,00	94.982.000,00	92.056.729,38	92.015.020,51	91.796.808,79
<b>319007</b>	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	82.160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>319011</b>	VENCIM. E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	2.069.000,00	71.410.000,00	71.190.659,25	71.190.659,25	71.190.659,25
<b>319013</b>	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	214.000,00	2.719.000,00	2.709.071,15	2.709.071,15	2.490.859,43
<b>319016</b>	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	8.440.000,00	124.979,31	124.979,31	124.979,31	124.979,31
<b>319092</b>	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.076.000,00	16.626.872,84	16.626.871,83	16.626.871,83	16.626.871,83
<b>319094</b>	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	97.000,00	3.895.797,85	1.199.797,84	1.199.797,84	1.199.797,84
<b>319096</b>	RESSARCIMENTO DESP. PESSOAL REQUISITADO	14.866.000,00	205.350,00	205.350,00	163.641,13	163.641,13
<b>3191</b>	OBRIG. PATRONAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO	14.840.000,00	11.440.000,00	11.438.056,52	11.438.056,52	11.438.056,52
<b>319113</b>	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	26.000,00	11.440.000,00	11.438.056,52	11.438.056,52	11.438.056,52
<b>319192</b>	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	42.101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>33</b>	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	255.000,00	42.791.351,58	39.153.077,34	35.046.375,94	34.987.905,33
<b>3350</b>	TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	255.000,00	208.000,00	208.000,00	208.000,00	208.000,00
<b>335041</b>	CONTRIBUIÇÕES	0	208000	208000	208000	208000
<b>3380</b>	Transferências ao Exterior	0	15226,4	15226,4	15226,4	15226,4
<b>338041</b>	CONTRIBUIÇÕES	41.747.000,00	15.226,40	15.226,40	15.226,40	15.226,40
<b>3390</b>	APLICAÇÕES DIRETAS	1.256.000,00	42.565.682,13	38.927.616,15	34.820.914,75	34.762.444,14
<b>339014</b>	DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	700.000,00	1.240.365,83	1.163.749,20	1.163.749,20	1.163.749,20
<b>339030</b>	MATERIAL DE CONSUMO	532.000,00	708.535,68	508.383,92	407.016,20	407.016,20
<b>339033</b>	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	304.000,00	782.000,00	706.979,91	706.979,91	706.979,91
<b>339035</b>	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.425.000,00	227.013,42	225.894,57	200.894,57	200.894,57
<b>339036</b>	OUTROS SERV DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	7.740.000,00	2.643.955,57	2.345.805,55	2.345.805,55	2.345.805,55

339037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	3.506.000,00	8.145.945,71	7.811.055,42	7.489.661,55	7.489.661,55
339039	OUTROS SERV TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.475.000,00	3.950.103,82	3.799.792,95	1.835.201,44	1.777.825,83
339040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	9.800.000,00	4.162.500,00	2.572.361,95	878.013,65	878.013,65
339046	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	120.000,00	8.285.000,00	7.793.223,66	7.793.223,66	7.793.223,66
339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	11.477.000,00	68.121,51	60.127,51	60.127,51	59.032,51
339048	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	131.000,00	10.511.000,00	10.249.769,28	10.249.769,28	10.249.769,28
339049	AUXÍLIO TRANSPORTE	14.000,00	211.000,00	158.866,60	158.866,60	158.866,60
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.267.000,00	98.140,59	2.516,23	2.516,23	2.516,23
339093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	99.000,00	1.532.000,00	1.529.089,40	1.529.089,40	1.529.089,40
3391	OBRIG. PATRONAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO	29.000,00	2.443,05	2.234,79	2.234,79	2.234,79
339139	OUTROS SERV TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00	833,05	624,79	624,79	624,79
339147	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50.000,00	1.610,00	1.610,00	1.610,00	1.610,00
4	DESPESAS DE CAPITAL	21.060.000,00	21.946.648,42	13.124.292,82	7.224.655,64	7.224.655,64
44	INVESTIMENTO	21.060.000,00	21.946.648,42	13.124.292,82	7.224.655,64	7.224.655,64
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	21.060.000,00	21.946.648,42	13.124.292,82	7.224.655,64	7.224.655,64
449039	OUTROS SERV TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.404.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.571.000,00	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	16.574.000,00	4.131.413,28	792.413,28	146.143,41	146.143,41
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.511.000,00	17.495.235,14	12.011.879,54	7.078.512,23	7.078.512,23
	<b>TOTAL</b>	<b>170.273.351,58</b>	<b>171.160.000,00</b>	<b>155.772.156,06</b>	<b>145.724.108,61</b>	<b>145.447.426,28</b>

Fonte: Diretoria de Recursos e Finanças

Já no que diz respeito à realização das receitas próprias, tem-se que:

Tabela 92: Arrecadação de Receitas Próprias (R\$)

RECEITAS		PREVISÃO	ARRECADAÇÃO		DÉFICIT/SUPERÁVIT DE ARRECADAÇÃO
			NO ANO		
FONTE 0.500	1321010153 - Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Não Vinculados	-	-	-	-
	<b>TOTAL 1</b>	-	-	-	-
FONTE 0.501	1361011101 – Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	200.000,00	229.468,06	29.468,06	
	1321010153 – Remuneração de Depósitos Bancários – Recursos não Vinculados	3.425.000,00	5.363.741,35	1.938.741,35	
	1922990101 – Outras Restituições – Principal	-	-	-	
	7922990101 – Outras restituições Acordo do TCE Duodécimo	11.000.000,00	55,00	- 10.999.945,00	
	<b>TOTAL 2</b>	<b>14.625.000,00</b>	<b>5.593.264,41</b>	<b>- 9.031.735,59</b>	
<b>TOTAL TCE</b>		<b>14.625.000,00</b>	<b>5.593.264,41</b>	<b>- 9.031.735,59</b>	
FONTE 0.759	1911070101 – Multas Aplicadas pelos TCEs	457.000,00	1.214.765,46	757.765,46	
	1911070301 – Multas Aplicadas pelos TCEs – Dívida Ativa	842.000,00	846.835,21	4.835,21	
	1321010168 – Remuneração de Depósitos Bancários – Recursos	1.559.000,00	2.627.310,73	1.068.310,73	
	Vinculados – Fundos Diversos				
	1923020105 - Ressarcimento de Custos	-	1.305,00	1.305,00	

<b>Total 1</b>		<b>2.858.000,00</b>	<b>4.690.216,40</b>	<b>1.832.216,40</b>
<b> FONTE 0.501</b>	1321010153 – Remuneração de depósitos Bancários – Recursos não Vinculados	65.000,00	63.856,99	- 1.143,01
<b>Total 2</b>		<b>65.000,00</b>	<b>63.856,99</b>	<b>- 1.143,01</b>
<b>TOTAL FRAP</b>		<b>2.923.000,00</b>	<b>4.754.073,39</b>	<b>1.831.073,39</b>
<b>TOTAL (TCE + FRAP)</b>		<b>17.548.000,00</b>	<b>10.347.337,80</b>	<b>- 7.200.662,20</b>

Fonte: Diretoria de Recursos e Finanças

As receitas realizadas na fonte 0.501, em sua maioria, são referentes aos rendimentos das aplicações financeiras realizadas pelo Tribunal. Já as receitas realizadas na fonte 0.759 são referentes à arrecadação de multas, sejam oriundas de dívida ativa ou diretamente arrecadadas. Nesse sentido, a tabela 6 demonstra que até o quarto trimestre foram realizadas aproximadamente 40,25% das receitas previstas para o exercício financeiro de 2025.

Tabela 93: Resultados do Plano de Ações Estratégicas (PAE)

PROJETO/AÇÃO	% REALIZADO NO PERÍODO	SITUAÇÃO <sup>5</sup>
1. Migração de sistemas para tecnologias mais modernas – Módulo de Pagamento de Bolsas e Auxílios	100%	Finalizado
2. Migração de sistemas para tecnologias mais modernas – Módulo de Acompanhamento do Teletrabalho	53%	Em execução
3. Migração de sistemas para tecnologias mais modernas – Módulo de Requerimento	100%	Finalizado

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação/ ATENA

<sup>5</sup>Em dia / atrasado / em planejamento / cancelado...

### 4.11 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)

A Coordenadoria de Soluções Tecnológicas para o Controle Externo – COEX, com vinculação direta à Secretaria de Controle Externo– SECEX, implementada pela Resolução nº 004/2020 – TCE, de 13 de fevereiro de 2020, tem dentre as suas atribuições coordenar a Central de Atendimento ao Jurisdicionado – CAJ, denominada Sala do Gestor, instituída pela Resolução nº 005/2020 – TCE, de 13 de fevereiro de 2020.

A COEX e a CAJ competem:

- a) Acompanhar as alterações operacionais e desenvolvimento de procedimentos do Controle Externo no intuito de propor soluções e/ou inovações tecnológicas que visem trazer maior economicidade, eficiência, eficácia ou efetividade às atividades da fiscalização;
- b) Acompanhar e avaliar os sistemas eletrônicos do TCE-RN voltados para coleta e monitoramento de dados e informações das entidades jurisdicionadas, cabendo-lhe, ainda, propor as alterações julgadas necessárias à sua atualização e aperfeiçoamento, em consonância com as necessidades de atuação das unidades técnicas de controle externo;
- c) Buscar integração entre bases de dados internas e as de outras entidades, por meio de cooperações técnicas ou ajustes congêneres, em busca de otimização da coleta de dados das entidades jurisdicionadas e maior efetividade das ações de controle externo, alinhado com a Unidade de Informações Estratégicas para o Controle Externo;
- d) Apoiar as unidades técnicas de controle externo na elaboração, coleta e consolidação de indicadores municipais e estaduais;
- e) Emitir Parecer sobre incidentes ou requisições dos jurisdicionados concernentes às ferramentas eletrônicas do TCE/RN sob seu acompanhamento, ouvida a Diretoria de Tecnologia, quando necessário;
- f) propor cursos de capacitação e treinamentos voltados ao público interno e externo no que se refere ao uso das ferramentas eletrônicas sob seu acompanhamento, de forma alinhada ao planejamento da Escola de Contas;
- g) expedir, sob a supervisão da SECEX, notas técnicas para orientação dos jurisdicionados quanto à atuação fiscalizatória do controle externo, notadamente no que se refere a alterações do processo de operacionalização de ferramentas eletrônicas;
- h) realizar, presencialmente e remotamente (via telefone e/ou canal online de comunicação), o atendimento ao jurisdicionado relativo às atividades de competência da Secretaria de Controle Externo;
- i) apoiar as Unidades Técnicas de Controle Externo em atividades planejadas que exijam a comunicação remota com os jurisdicionados, no intuito de transmitir e/ou coletar informações; e
- j) elaborar, sempre que necessário, cartilhas orientativas destinadas aos jurisdicionados, considerando sempre que possível as demandas de maior recorrência.

Atualmente, o quadro de pessoal da COEX é de três servidores, sendo um deles responsável pela sua coordenação. Em relação à CAJ, são quatro funcionários terceirizados cuja atribuição é realizar, presencialmente e remotamente, o atendimento ao jurisdicionado relativo às atividades de competência do TCE-RN.

Nesse contexto, são apresentados neste relatório os principais resultados alcançados por esta unidade no ano de 2025.

### 4.11.1 Atividades Realizadas

No exercício de suas atribuições institucionais, esta unidade técnica desenvolveu, ao longo do período, um conjunto de atividades voltadas ao fortalecimento do Controle Externo. As ações empreendidas abrangeram acompanhamento de projetos, atualização de painéis de inteligência, bem como monitoramento de remessas de informações ao Tribunal.

Tabela 94: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
Projeto Portal de Festejos		Concluído
Elaboração do Curso Oficina Prestação de contas do TCE/RN		Concluído
Implantação da nova sistemática para emissão da Certidão de Operações de Crédito		Concluído
Acompanhamento do PNTP - 4ª Edição		Concluído
Acompanhamento do projeto de Integração SIAI / SICONFI		Em Andamento
Acompanhamento do projeto PCI - Tomadas de Contas		Em Andamento
Atualização de funcionalidades e tratamento de dados sensíveis no Site do TCE		Em Andamento
Acompanhamento das remessas das prestações conforme a Resolução nº 031/2024-TCE-RN		Em Andamento
Atualização dos Painéis de BI: ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS e SIAI DP		Em Andamento
Desenvolvimento da Ferramenta de acompanhamento dos Portais de Transparência conforme o PNTP		Em Andamento
Reestruturação do sistema E- <del>Apr</del>		Em Andamento
Desenvolvimento de ferramenta de comunicação via whatsapp, para regularização das pendências dos jurisdicionados		Em Andamento

Fonte: Relatório interno da COEX

Embora a complexidade na integração de sistemas (SIAI/SICONFI) e a reestruturação do E-APR representem desafios técnicos contínuos, a evolução dessas soluções é prioridade para garantir a integridade dos dados. Tais iniciativas impactam diretamente a celeridade processual e a eficiência operacional, reafirmando o compromisso da unidade com o objetivo estratégico do TCE/RN.

### 4.11.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Foram desenvolvidas pela COEX, ações voltadas ao aprimoramento da transparência e da comunicação institucional, destacando-se a análise do PNTP com apoio de ferramentas de inteligência artificial, bem como a implementação de comunicação com os jurisdicionados por meio do aplicativo WhatsApp.

Tabela 95: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Análise do PNTP com Inteligência Artificial	Concluído
Comunicação do Jurisdicionado via Whatsapp	Em andamento

Fonte: Relatório interno da COEX

Em 2025, a unidade consolidou o fortalecimento da transparência e da governança tecnológica voltada ao Controle Externo. O período foi marcado por avanços disruptivos, com destaque para a implementação de **Inteligência Artificial na validação do PNTP** e a criação de um canal de comunicação via **WhatsApp**, ferramentas que otimizam a interação com os jurisdicionados e potencializam a eficácia fiscalizatória.

### 4.11.3 Projetos e Ações Estratégicas

Esta Coordenadoria desenvolveu atividades de fomento de medidas de acessibilidade de informação, as quais asseguram que os dados públicos sejam divulgados em linguagem clara e compreensível à sociedade, bem como adotou medidas de orientação e apoio aos jurisdicionados, com vistas a promover o correto cumprimento das normas e prevenir irregularidades.

Tabela 96: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
Fomento de medidas de acessibilidade da informação, a fim de garantir que os dados públicos sejam divulgados em linguagem clara e acessível para a população	Concluído
Adoção de medidas de orientação e apoio aos jurisdicionados	Concluído

Fonte: Relatório interno da COEX

A melhoria da acessibilidade da informação é uma ação contínua, em 2025 a COEX empenhou-se em transformar dados complexos em uma linguagem clara, especialmente nos dados relacionados à transparência do TCE e dos jurisdicionados.

Paralelamente, as ações de orientação e apoio realizadas pela CAJ fortaleceram a conformidade e a redução de erros formais nas prestações de contas.

#### 4.11.4 Resultados e Indicadores

A Lista a seguir destaca os indicadores utilizados, a partir de 2025, relacionados ao Plano Estratégico da instituição.

Tabela 97: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Medir a percepção do público em relação a clareza das informações divulgadas	Pontuação obtida conforme regramento do PNTP	<b>Meta:</b> 2025 ≥ 95%	96,41%	O TCE superou a meta de 95% (Selo Diamante) pelo terceiro ano consecutivo, consagrando-se como uma referência de transparência para o estado do RN)
Medir a satisfação do jurisdicionado com o atendimento prestado pelo suporte do TCE (orientações, apoio, tempestividade etc.)	(Pontuação obtida nas avaliações / Pontuação máxima possível) x 100	<b>Meta:</b> ≥ 70%	99,92%	Apesar das implantações de novos sistemas, a COEX/CAJ superou a meta de forma significativa

Fonte: Pesquisa interna da unidade / <https://radardatransparencia.atricon.org.br/avaliacoes.html>

Os resultados alcançados em 2025 superaram significativamente as metas institucionais, consolidando um ano de boa performance para a unidade.

O desempenho nos indicadores reflete o sucesso da convergência entre a **inovação tecnológica** desenvolvida pela COEX e a **humanização do suporte técnico** realizada pela CAJ.

#### Boas Práticas e Inovações

Em 2025, a unidade consolidou o fortalecimento da transparência e da governança tecnológica voltada ao Controle Externo. O período foi marcado por avanços disruptivos, com destaque para a implementação de **Inteligência Artificial na validação do PNTP** e a criação de um canal de comunicação via **WhatsApp**, ferramentas que otimizam a interação com os jurisdicionados e potencializam a eficácia fiscalizatória

#### 4.11.5 Dificuldades e Riscos Enfrentados

Em 2025, a unidade enfrentou um desafio operacional com a **redução de 40% em seu quadro de colaboradores**, operando com uma equipe mínima de apenas quatro integrantes. Esta limitação de capital humano, aquém das necessidades da unidade, impôs a necessidade de uma priorização rigorosa de demandas, resultando na suspensão temporária de algumas ações para garantir a qualidade das entregas estratégicas.

#### 4.11.6 Participação em curso e eventos

No decorrer de 2025, a COEX desempenhou um papel fundamental na descentralização do conhecimento e no fortalecimento técnico dos jurisdicionados. A unidade coordenou oficinas de atualização em seis encontros regionais distribuídos pelas cidades-polo do estado, focando na capacitação para o uso pleno dos sistemas informatizados do TCE/RN. Complementarmente, a unidade intensificou a articulação institucional por meio de reuniões estratégicas com empresas desenvolvedoras de software e entidades parceiras, visando o alinhamento técnico e a otimização do fluxo de transações de dados com a Corte de Contas.

#### 4.11.7 Perspectivas e planos para o próximo ano

##### Planejamento e Prioridades para 2026

Com base no diagnóstico do ano-base 2025, a unidade estabeleceu diretrizes estratégicas que visam consolidar os avanços tecnológicos e mitigar as limitações de recursos identificadas. As prioridades para o próximo ciclo são:

- **Expansão da Inteligência Artificial no Controle Externo:** Priorizar o desenvolvimento de soluções de IA para automação de tarefas repetitivas;

- **Conclusão das integrações e implementações iniciadas em 2025**

- a) Integrações Sistêmicas (SIAI/SICONFI): Finalizar o projeto de integração de dados para garantir a integridade e tempestividade das informações fiscais.

- b) Conclusão e implementação do e-APR;

- c) Expansão da Inteligência Artificial no Controle Externo.

- **Continuidade de Capacitações:**

- a) Planejar um novo cronograma de encontros presenciais e virtuais com foco nas atualizações das Resoluções que tratam envio de informações ao TCE;

- b) Realizar capacitação para as equipes COEX/CAJ a respeito do funcionamento das novas soluções tecnológicas.

## 4.12 Diretoria de Expediente (DE)

O ano de 2025 foi marcado por intensa reestruturação do setor, como a adequação de pessoal, infraestrutura, maquinário, fluxos e papéis de trabalho.

Assim, em face das modificações estruturais realizadas pela LCE nº 757/2024 a Diretoria de Expediente (DE) passou a englobar parte considerável das funções que integravam a antiga DAE, notadamente Mandados e Expedições, além do Protocolo e Arquivo, funções que já exercia historicamente.

Prontamente implementadas as mudanças estruturais e adequações necessárias ao funcionamento da nova DE, esta Diretoria passou a desempenhar todas as suas atribuições legais e regulamentares, quais sejam receber e autuar processos, gerir e prestar informações processuais; realizar a gestão de documentos físicos e eletrônicos no arquivo; confeccionar e enviar os mandados de notificação, citação e intimação dos agentes públicos, servidores públicos ou jurisdicionados nos processos em tramitação no âmbito do TCE-RN; bem como controlar e analisar os atos processuais resultantes das comunicações emitidas, com o fim de promover a certificação de prazos processuais.

Desta feita, passa-se a apresentar detalhadamente as atividades desenvolvidas por esta unidade no ano de 2025.

### 4.12.1 Atividades Realizadas

No exercício de 2025, a Diretoria de Expediente manteve um desempenho expressivo, mesmo diante dos desafios operacionais e da complexidade das rotinas administrativas. Em um total de **249 dias úteis** com expediente, foram realizados os seguintes quantitativos de atividades:

Tabela 98: Atividades Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
PROCESSOS AUTUADOS	8.559	Concluído
DOCUMENTOS REGISTRADOS	10.163	Concluído
DISTRIBUIÇÕES PROCESSUAIS	6.176	Concluído
REDISTRIBUIÇÕES PROCESSUAIS	4.424	Concluído
MANDADOS ENVIADOS	6.251	Concluído
CERTIDÕES EMITIDAS	10.350	Concluído
INFORMAÇÕES IMPORTADAS DE MEMORANDOS/REQUERIMENTOS	3.760	Concluído
OUTRAS INFORMAÇÕES E DESPACHOS	1.754	Concluído

Fonte: Relatórios Trimestrais da unidade.

Tais números representam, **em média, por cada dia útil**:

- 34 processos autuados,
- 41 documentos registrados,
- 25 distribuições processuais,
- 18 redistribuições processuais,

- 25 mandados expedidos,
- 42 certidões emitidas,
- 15 informações importadas de requerimentos ou memorandos,
- 7 despachos ou informações diversas.

Esses indicadores refletem o comprometimento da equipe técnica da Diretoria de Expediente com a eficiência, a celeridade e a qualidade dos serviços prestados no suporte às atividades institucionais do Tribunal.

#### 4.12.2 Projetos e Iniciativas Especiais

Durante o ano de 2025, a Diretoria de Expediente participou ativamente de iniciativas inovadoras que, embora não previstas no planejamento estratégico ou nas rotinas operacionais da unidade, trouxeram avanços significativos à modernização institucional do TCE-RN. As ações listadas a seguir refletem o comprometimento da DE com a melhoria contínua dos processos e com o uso estratégico da tecnologia na gestão pública.

Tabela 99: Projetos e Iniciativas Especiais Realizadas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO ATUAL
Comunicações Eletrônicas via Portal e-TCE	Concluído
Sistema de Tabelas Processuais Unificadas (TPU/TCE-RN)	Em andamento

Fonte: Relatório interno da unidade.

No projeto de desenvolvimento e implantação do **Portal de Comunicações Eletrônicas** (e-TCE), a Diretoria de Expediente participou de forma ativa por meio de diversas reuniões em grupo técnico com a Secretaria de Tecnologia da Informação – SETIC. A unidade contribuiu diretamente com as iniciativas de modernização institucional, especialmente na implementação do protocolo eletrônico e do sistema de comunicações processuais eletrônicas. Esse esforço conjunto permitiu que o sistema estivesse plenamente operacional quando da publicação da Resolução nº 025/2025-TC, que regulamentou o envio e o recebimento de comunicações processuais eletrônicas no âmbito do TCE-RN. A Diretoria de Expediente também elaborou e encaminhou à Consultoria Jurídica – CONJU uma proposta de resolução para instituir, no âmbito do Tribunal, o **Sistema de Tabelas Processuais Unificadas (TPU/TCE-RN)**, contemplando tabelas de Classes Processuais, Assuntos Processuais e Movimentações Processuais.

Dentre outros objetivos importantes, a medida busca promover: i) maior uniformidade no tratamento da informação, favorecendo análises estatísticas mais precisas e alinhadas ao planejamento estratégico institucional; e ii) interoperabilidade entre sistemas e bases de dados, facilitando a implantação de sistemas integrados baseados em dados processuais estruturados.

Os resultados já vêm impactando positivamente a padronização e a agilidade processual. A partir de 08/01/2026 as comunicações em processos do TCE/RN passaram a ser enviadas de forma majoritariamente eletrônica, portanto de forma muito mais econômica e tempestiva, inclusive resultando em tempo de resposta muito mais ágil.

Para os próximos passos, estão previstas ações de consolidação, revisão de fluxos, melhorias e capacitação dos servidores, com foco na eficiência e na sustentabilidade das inovações implementadas.

### 4.12.3 Projetos e Ações Estratégicas

A Diretoria de Expediente se propôs a efetivar um conjunto ambicioso de projetos para o biênio 2025/2026, registrados no seu Plano de Ações Estratégicas – PAE. Ao todo, foram 13 ações estratégicas priorizadas, das quais três foram concluídas ao longo de 2025 e as demais seguem em andamento, todas com o cronograma em dia conforme o planejamento inicial.

Tabela 100: Projetos e Ações Estratégicas – ano-base 2025

TÍTULO	SITUAÇÃO
1. (2.1.1.) Disponibilizar no site a emissão automática de Certidão de nada consta, mediante consulta por CPF, ou Certidão de processos do interessado.	Em andamento
2. (3.5.1.) Acordo de Cooperação com o MPRN e TJRN para acesso à ferramenta Matilha.	Concluído
3. (4.3.1.) Propor resolução para especificar os critérios para a citação por Edital.	Concluído
4. (5.1.1.) Reduzir serviço dos Correios em entregas não efetivas.	Concluído
5. (5.1.2.) Propor Acordo de Cooperação com institutos de Previdência para acessar endereços de beneficiários.	Em andamento
6. (5.1.3.) Propor alteração de Resolução para limitar os documentos enviados anexos aos mandados.	Concluído
7. (9.4.1.) Propor atualização do Manual de Distribuição Processual.	Em andamento
8. (9.4.2.) Promoção de pacote de melhorias no funcionamento do Protocolo.	Em andamento
9. (9.4.3.) Propor atualização da Resolução 024/2020-TCERN, que trata sobre gestão documental.	Em andamento
10. (9.4.4.) Desenvolvimento de Sistema de gestão documental no Arquivo.	Em andamento
11. (9.4.5.) Simplificar o trâmite processual de gestão fiscal e termos de alerta, evitando a criação de processo e o arquivamento automático no (ARQ_DE).	Em andamento
12. (9.4.6.) Atualizar o Manual de Procedimentos da DE.	Em andamento
13. (9.4.7.) Implementar a compatibilidade dos sistemas de Protocolo do TCERN com o sistema nacional Tramita GOV.BR.	Em andamento

Fonte: Sistema ATENA.

Todas as ações em andamento seguirão como prioridade para o ano de 2026, com destaque para as que envolvem atualização de manuais, gestão documental, integração de sistemas e melhoria do protocolo. Como desafios, destaca-se que parte das ações depende de articulação com outros setores, definições estratégicas e desenvolvimento de normas ou sistemas. Tais fatores impõem um ritmo que, embora mais complexo, precisa ser racional e coordenado, assegurando a consistência das entregas e a aderência aos objetivos institucionais do TCE-RN.

#### 4.12.4 Resultados e Indicadores

No exercício de 2025, a Diretoria de Expediente monitorou indicadores tático-operacionais alinhados ao Objetivo Estratégico Prioritário 4 – Garantir a efetividade das ações de controle, no âmbito da Perspectiva II: Processos Finalísticos do Plano Estratégico do TCE-RN. Abaixo são apresentados os resultados consolidados até 28/11/2025, com base nas metas anuais previstas.

Tabela 101: Resultados e Indicadores – ano-base 2025

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR PREVISTO	VALOR ALCANÇADO	ANÁLISE
Nº de atos de comunicação processual expedidos pela Diretoria de Expediente	Quantidade	≥ 1.800	6.251	Meta amplamente superada. O resultado demonstra o alto volume de notificações, intimações e demais comunicações processuais, reflexo do crescimento da demanda processual e da atuação integrada com os sistemas eletrônicos do Tribunal.
Nº de certidões emitidas	Quantidade	≥ 700	10.350	Resultado expressivo, superando em mais de 1300% a meta anual. O aumento está associado à maior automatização do protocolo e à ampliação do acesso digital por parte dos jurisdicionados.
Nº de publicações no Diário Eletrônico	Quantidade	≥ 800	207	Abaixo da meta anual. O valor reflete a metodologia de contabilização centrada em atos processuais da DE. Publicações de outras unidades, ainda que operacionalizadas pela DE, não são atribuídas ao indicador. Está em estudo uma proposta de revisão desse critério.

Fonte: relatório interno da unidade.

Os indicadores de certidões e atos de comunicação mostram desempenho robusto, revelando o impacto direto da Diretoria de Expediente no suporte ao funcionamento processual do Tribunal.

Quanto ao indicador Nº de publicações no Diário Eletrônico, os dados utilizados foram extraídos dos sistemas internos do TCE-RN e refletem os valores apurados até 28/11/2025, conforme o relatório de indicadores enviados à DPG.

Como ação de melhoria, propõe-se aperfeiçoar o método de coleta e atribuição das publicações no Diário Eletrônico, para refletir de forma mais fidedigna a atuação da unidade.

#### 4.12.5 Boas Práticas e Inovações

Em 2025 a Diretoria de Expediente teve por foco a implementação de práticas voltadas à melhoria da comunicação institucional, à padronização de procedimentos e ao aperfeiçoamento das comunicações processuais. Essas iniciativas contribuíram para tornar os atos administrativos mais claros, acessíveis e juridicamente adequados, ao mesmo tempo em que fortaleceram a eficiência das rotinas operacionais da unidade.

Dentre as medidas adotadas, destaca-se a revisão dos modelos de mandados e certidões com base na metodologia de Linguagem Simples. A ação teve como objetivo tornar as comunicações mais compreensíveis ao público, respeitando as normas da Língua Portuguesa e promovendo o acesso à informação. Essa iniciativa está em consonância com a Nota Recomendatória nº 04/2023 da Atricon, que estimula a adoção de linguagem simples e direito visual pelos Tribunais de Contas, bem como com a Lei Federal nº 13.460/2017 e a Recomendação nº 144/2023 do CNJ. Trata-se de uma prática replicável para outros setores, com potencial de aplicação em outros documentos técnicos e administrativos do Tribunal.

Outra inovação relevante foi a criação de uma rotina específica para as comunicações processuais relativas a processos administrativos, distinta daquela aplicada aos processos de controle externo. A medida baseia-se em fundamentos jurídicos próprios, como o art. 17, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 122/1994 (RJU/RN) e o art. 44, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 303/2005 (Lei do Processo Administrativo do RN). Essa distinção normativa garante maior segurança jurídica, uniformidade procedimental e agilidade na tramitação, sendo igualmente passível de adoção por outras unidades do TCE-RN.

#### 4.12.6 Dificuldades e Riscos Enfrentados

De pronto, foram percebidos alguns gargalos de eficiência na área restrita para o desempenho das tarefas a cargo da Diretoria de Expediente, as quais foram sendo mapeadas e corrigidas ao longo do ano de forma pontual com a colaboração da SETIC.

Diante da ausência de inserção dos critérios utilizados em cada Termo de Redistribuição processual, esta Diretoria empenhou-se a prestar esclarecimentos aos Gabinetes de Conselheiros e unidades técnicas sobre os critérios aplicados, em cada caso, nas redistribuições processuais automáticas operacionalizadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI<sup>6</sup>.

Por outro lado, cumpre destacar o problema da baixa efetividade das comunicações enviadas pela via postal mediante carta com Aviso de Recebimento – AR. Ocorre que os Correios não dispõem do serviço de entrega das correspondências para algumas localidades, mas somente de uma Caixa Postal, fornecida através de uma Agência Comunitária dos Correios – AGC, a qual funciona mediante convênio com a Prefeitura Municipal.

<sup>6</sup> Critérios definidos no Memorando Circular nº 000032/2025-CGP, de 13 de janeiro de 2025, e de acordo com as regras estabelecidas no art. 442-A, do RITCE-RN - com redação conferida pela Resolução nº 046/2024-TCE.

Apesar de a empresa Correios não prestar o serviço de entrega de Carta com Aviso de Recebimento em diversas localidades do Estado, o TCE/RN recorrentemente paga por este serviço não prestado, com o custo unitário na faixa de R\$ 20,00.

Duas consequências negativas emergem destes casos: i) o gasto desnecessário de recursos do Tribunal visando obter um serviço inexistente naquelas localidades; ii) o atraso no tempo de julgamento do processo pelo Tribunal de Contas, em função das diversas tentativas de comunicações processuais com baixíssima efetividade, utilizando-se a via de entrega de carta com AR pelos Correios.

Além disso, mesmo após a entrega efetiva de mandados pela via postal, a subsequente inserção do AR digitalizado como evento no sistema processual eletrônico do TCE/RN tem apresentado uma demora exorbitante, em alguns casos levando até três meses para essa etapa ser concluída. Vale ressaltar que o contrato de prestação de serviços que este Tribunal de Contas mantém com os Correios também envolve este serviço de digitalização do AR entregue, representando uma proporção substancial do valor total contratado.

Alguns contatos foram realizados com a Superintendência dos Correios do RN para pedir informações sobre as deficiências relatadas, mas ainda sem sucesso na sua resolução.

Como solução natural para estes problemas, emerge o sistema Portal e-TCE que passou a ser o meio prioritário envio de comunicações processuais do Tribunal, nos termos da Resolução nº 025/2025-TC. No entanto, o cadastro de gestores, ex-gestores, responsáveis e interessados em geral vem se dando de forma gradual, apesar dos esforços do TCE/RN em fomentar ações e estruturas que estimulem este cadastramento. Com efeito, a entrega da carta com AR pelos Correios seguirá sendo um importante meio subsidiário de envio de comunicações processuais, razão pela qual se mostra necessário a solução para estes problemas estruturais e operacionais dos Correios.

#### **4.12.7 Participação em curso e eventos**

A equipe da Diretoria de Expediente participou ativamente de reuniões técnicas, encontros intersetoriais e comissões institucionais, ampliando o intercâmbio de conhecimentos e contribuindo com soluções voltadas à melhoria dos processos administrativos e operacionais do TCE-RN. As participações foram relevantes para o aprimoramento das rotinas internas, a integração com outros setores e o fortalecimento da atuação estratégica da unidade.

Entre os destaques, a DE participou de encontros e reuniões, colaborando com melhorias em processos internos e fluxos de tramitação. No contexto de medidas executivas em processos do TCE, a DE subsidiou a Secretaria de Administração com sugestões voltadas à melhoria do controle dos descontos em folha e das transferências ao FRAP, o que resultou em tratativas conjuntas com a DIP, CCON e COFIN, visando maior eficiência, rastreabilidade e segurança nos procedimentos.

Destaca-se ainda a colaboração ativa com a DTI no desenvolvimento de um novo sistema de comunicações eletrônicas, com foco na automatização do envio de mandados, acompanhamento de prazos e certificações processuais. A DE também integrou a Comissão Especial de Modernização do Processo Eletrônico, que obteve avanços práticos como a mudança na forma de juntada de documentos nos autos eletrônicos, agora registrados como eventos processuais e não mais como apensos.

Por fim, a unidade também presidiu reuniões da Comissão Permanente de Gestão Documental, contribuindo com propostas para a atualização da Resolução nº 024/2020-TCERN, à luz das normas arquivísticas vigentes, com o objetivo de garantir maior aderência técnica e eficiência no tratamento dos documentos institucionais.

#### 4.12.8 Perspectivas e planos para o próximo ano

Para 2026, a Diretoria de Expediente manterá como prioridade a consolidação das transformações iniciadas em 2025, especialmente no que se refere à modernização das comunicações processuais e da gestão documental. A continuidade das ações estratégicas previstas no Plano de Ações Estratégicas (PAE) da unidade será fundamental, com foco especial na atualização de manuais, integração de sistemas e aprimoramento do protocolo e arquivo, áreas diretamente impactadas pela nova configuração da DE.

A experiência adquirida com os desafios operacionais enfrentados em 2025 evidenciou a necessidade de fortalecer a articulação com outras unidades, o que será intensificado no próximo ciclo. Com o apoio da gestão e o comprometimento da equipe técnica, a Diretoria de Expediente seguirá empenhada na entrega de serviços cada vez mais céleres, seguros e acessíveis, reafirmando seu papel estratégico no funcionamento institucional do TCE-RN. Reiteramos nosso agradecimento a todos os colaboradores e setores parceiros e renovamos o compromisso com a excelência e a inovação no cumprimento das atribuições da unidade.



5

TCE em números

## 5 TCE EM NÚMEROS

A tabela a seguir apresenta um resumo com os principais números do TCE-RN no exercício de 2025:

Tabela 102: Principais Resultados do TCE-RN no Período

TCE EM NÚMEROS	2025
<b>PROCESSOS E DECISÕES</b>	
§ Quantidade de processos autuados	8559
§ Quantidade de documentos recebidos	12156
§ Quantidade de atos de pessoal analisados pelo corpo técnico (nomeações para cargo efetivo, aposentadorias e inativações de militares, pensões e contratações temporárias)	6578
§ Quantidade de processos de execução instaurados	257
§ Quantidade de sessões realizadas (híbrida + virtual)	183
• Híbrida	117
• Virtual	66
§ Quantidade de processos julgados	4912
§ Quantidade de decisões/acórdãos publicados	3320
§ Estoque de processos no início do período	25408
§ Estoque de processos no final do período	26064
§ Tempo médio de estoque de processos (no último mês do período) - dias	5269
§ Tempo médio de julgamento de processos (no último mês do período) - dias	1832
<b>SANÇÕES E IRREGULARIDADES REGISTRADAS</b>	
§ Dano ao erário decorrente de ato de gestão	5
§ Desvio de finalidade	0
§ Infração à norma legal ou regulamentar	123
§ Omissão no dever de prestar contas	19
§ Outras irregularidades (diversas)	0
§ Quantidade de multas lançadas em caráter provisório	112
§ Valor total das multas lançadas em caráter provisório	
• Valor original (R\$)	R\$ 1.044.785,37
• Valor atualizado (R\$)	R\$ 1.053.440,77
§ Quantidade de multas lançadas em caráter definitivo	96
§ Valor total das multas lançadas em caráter definitivo	
• Valor original (R\$)	R\$ 442.179,40
• Valor atualizado (R\$)	R\$ 554.471,21
§ Quantidade de multas recolhidas	1995
§ Valor total das multas recolhidas no período	0
• Valor total das multas recolhidas (R\$)	R\$ .281.786,39
• Valor total dos repasses da Dívida Ativa (R\$)	R\$ 860.019,23
§ Quantidade de restituições lançadas no período (em caráter provisório) – ressarcimento ao erário	6
§ Valor total das restituições lançadas no período (em caráter provisório) – ressarcimento ao erário	
• Valor original	R\$11.962.623,19
• Valor atualizado	R\$23.811.866,82
§ Quantidade de restituições lançadas no período (em caráter definitivo) – ressarcimento o erário	3
§ Valor total das restituições lançadas no período (em caráter definitivo) – ressarcimento o erário	
• Valor original	R\$ 105.120,24
• Valor atualizado	R\$ 351.538,03
<b>OUIDORIA</b>	
§ Quantidade de manifestações recebidas	730
§ Quantidade de manifestações respondidas	760
§ Tempo médio de resposta das demandas (dias)	3,8475
<b>CAPACITAÇÕES</b>	
§ Capacitações realizadas para o público interno (membros, servidores e estagiários), promovidas pela Escola de Contas	
• Quantidade de eventos realizados no período	36
• Quantidade de pessoas capacitadas	940

§ Capacitações realizadas para o público externo (jurisdicionados do TCE-RN), promovidas pela Escola de Contas	0
ð Quantidade de eventos realizados no período	23
ð Quantidade de pessoas capacitadas	2999
§ Capacitações voltadas para o público externo (sociedade), promovidas pela Escola de Contas	0
ð Quantidade de eventos realizados no período	13
ð Quantidade de pessoas capacitadas	2152
<b>PESSOAL / SAÚDE</b>	<b>0</b>
§ Quantidade de Conselheiros, Conselheiros-Substitutos e Procuradores	15
§ Quantidade de servidores efetivos (corpo técnico/administrativo)	120
§ Quantidade de servidores efetivos ocupantes de função gratificada (FG)	42
§ Quantidade de servidores efetivos ocupantes de cargos em comissão (CC)	30
§ Quantidade de servidores cedidos ao Tribunal	0
ð Cedidos ao TCE com cargo em comissão	9
ð Cedidos ao TCE que recebem gratificação	41
ð Cedidos ao TCE sem cargo em comissão e sem gratificação	21
§ Quantidade de terceirizados (informática)	0
§ Quantidade de servidores ocupantes de cargos em comissão exclusivos	127
§ Quantidade de estagiários de graduação	9
§ Quantidade de estagiários de pós-graduação	73
§ Quantidade de servidores com abono de permanência	10
§ Quantidade de nomeações de servidores – cargos efetivos	
§ Quantidade de nomeações de servidores – cargos em comissão exclusivos	68
§ Quantidade de aposentadorias de conselheiros	0
§ Quantidade de aposentadorias de servidores	0
§ Quantidade de exonerações de cargos efetivos	0
§ Quantidade de exonerações de ocupantes de FG ou CC (servidores efetivos)	23
§ Quantidade de exonerações de cargos em comissão exclusivos	59
§ Quantidade de atendimentos realizados pela Unidade de Saúde e Bem-Estar	6244
ð Atendimentos Médicos	2761
ð Atendimentos de Enfermagem	1452
ð Atendimentos de Psicologia	114
ð Atendimentos Psicossociais	75
ð Atendimentos de Fisioterapia	435
ð Atendimentos de Educação Física (Ginástica Laboral)	1104
ð Atendimentos de Serviço Social	11
§ Quantidade de atestados médicos emitidos / licenças médicas homologadas	155
ð Até 3 dias	117
ð Entre 4 e 15 dias	69
ð Acima de 15 dias	14
ð Média de dias de afastamento (**)	0,047
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL</b>	
Dotação orçamentária para o período (R\$)	R\$ 171.160.000,00
Despesas empenhadas no período (R\$) *	R\$155.772.156,06
Despesas liquidadas no período (R\$)	R\$145.724.108,61
Despesas pagas no período (R\$)	R\$145.447.426,28

Fonte: Elaborado pela dPG, com dados fornecidos pelas diversas unidades do TCE-RN

(\*) Atendimento a algumas demandas remanescentes de períodos anteriores



**TRIBUNAL DE  
CONTAS DO  
ESTADO**  
RIO GRANDE DO NORTE